Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: 01/07/2012 a 31/07/2012

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Índice

Área indígena sagrada vai virar hidrelétrica. - O Estado de São Paulo. 01/07/2012.....8

No meio da floresta nasce uma cidade de 7 mil habitantes – O Estado de São Paulo. 01/07/2012.....10

A falsa dicotomia entre produção de alimentos baratos e preservação do meio ambiente. Igor Felippe Santos – Site do MST. 03/07/2012.....11

Em debate, o legado da Rio+20. Camilla Valadares Lucas Tolentino – Site do MMA. 03/07/2012.....13

A liberdade é verde. Odemiro Fonseca – O Globo. 03/07/2012.....14

Projeto Terra do Meio avança. Letícia Verdi – Site do MMA. 04/07/2012.....15

Sai resultado da seleção de propostas do Chamamento Público 001/2012 – Site do MDA. 04/07/2012.....16

País carece de lei para serviços ambientais. Herton Escobar – O Estado de São Paulo. 04/07/2012.....17

Índios incendeiam base da PM no Pará – Folha de Sâo Paulo. 04/07/2012.....18

Linha da Finep vai financiar até 90% de projetos. João Villaverde – Valor Econômico. 05/07/2012.....19

Água, o problema do século. Rafaela Ribeiro - Site do MMA. 05/07/2012.....20

Estados pagam por preservação ambiental. Bárbara Mengardo – Valor Econômico. 05/07/2012.....21

Código Florestal Mundial – Site da CNA. 06/07/2012.....22

A Rio+20 e a submissão dos governos ao poder financeiro. Alejandro Nadal – Site do MST. 06/07/2012.....23

Os Diálogos Federativos após a Rio+20. Luciene de Assis – Site do MMA. 06/07/2012.....24

MP processa CSN por danos ao meio ambiente. Dicler de Mello e Souza, Antônio Werneck e Mário Camelo. O Globo. 06/07/2012.....25

O longo caminho até a "economia verde". Washington Novaes – O Estado de São Paulo. 06/07/2012.....27

Futuro indesejado. Marcos Arruda – O Globo. 09/07/2012.....28

Senador faz nova mudança para votar Código Florestal. Marcio Falcão – Folha de São Paulo. 09/07/2012.....29

'Gatilho' beneficia propriedades médias em novo Código Florestal. Marta Salomon – O Estado de São Paulo. 09/07/2012.....30

Mercosul e sustentabilidade. Lucas Tolentino – Site do MMA. 10/07/2012.....31

Fracassa nova tentativa de desocupar Belo Monte. Danilo Fariello – O Globo. 10/07/2012.....32

Pioneira do ambientalismo diz que perda de florestas é a maior ameaça à Humanidade. Renato Grandelle (Entrevista Jane Goodall) – O Globo. 10/07/2012.....33

Ibama vai liberar 11 projetos de petróleo e gás. Rafael Bitencourt e André Borges – Valor Econômico. 10/07/2012 34
Instituto vai mudar regras internas para ampliar arrecadação com multas – Valor Econômico. 10/07/2012 36
Obras do PAC representam 18% do total da demanda por licenciamento – Valor Econômico. 10/07/2012 37
CNA, Sebrae e Pelé lançam campanha para consolidar imagem do agronegócio sustentável brasileiro – Site da CNA. 11/07/2012 38
Votação da MP do Novo Código Florestal é adiada para amanhã – Site da CNA. 11/07/2012 39
Resíduos sólidos: prazo final. Rafaela Ribeiro – Site do MMA. 11/07/2012 40
Chevron não afetou ambiente, diz laudo. Marco Antonio Martins e Denise Luna – Folha de São Paulo, Mercado. 11/07/2012 41
Poço seco gera dúvida sobre a área do Solimões – Folha de São Paulo, Mercado. 11/07/2012 42
MDA participa de debate sobre novo conceito de ruralidade – Site do MDA. 11/07/2012 42
MDA apresenta nova versão do Sistema de Informações Territoriais – Site do MDA. 11/07/2012 44
MP do código traz gatilho para recomposição florestal. Tarso Veloso – Valor Econômico. 11/07/2012 45
Cresce oposição à extração de gás de xisto. Pilita Clark – Valor Econômico, Financial Times. 11/07/2012 46
Comissão Especial do Congresso aprova Medida Provisória que complementa o novo Código Florestal – Site da CNA. 12/07/2012 50
Espécies exóticas são contempladas pelo Programa ABC. – Site do MAPA. 12/07/2012 52
Presidente da CNA aponta avanços no Código Florestal – Site da CNA. 12/07/2012 52
Construções sustentáveis – O Estado de São Paulo. 12/07/2012 53
Sem acordo, congressistas ameaçam obstruir votação da MP do Código. Marta Salomon – O Estado de São Paulo. 12/07/2012 55
CNA planeja novas ações para a Agricultura de Baixo Carbono – Site da CNA. 12/07/2012 56
Depois de 20 dias , índio deixam o canteiro de obras de Belo Monte. Fátima Lessa – O Estado de São Paulo. 12/07/2012 57
Canteiro de obras de Belo Monte retoma trabalhos. Aguirre Talento e Felipe Luchete – Folha de São Paulo, Mercado. 12/07/2012 58
Sem acordo, MP do Código Florestal é adiada. Tarso Veloso – Valor Econômico. 12/07/2012 59
Cresce interesse por certificação verde em grandes obras. Roberto Rockmann – Valor Econômico. 12/07/2012 59
Conama mantém 490 multas, Letícia Verdi – Site do MMA. 13/07/2012 61
Antigas cenas. Marina Silva – Folha de São Paulo. 13/07/2012 62
Mudanças em lei florestal avançam na Câmara – Folha de São Paulo. 13/07/2012 63

Amazônia já tem 'dívida de extinção', afirma pesquisa. Rafael Garcia – Folha de São Paulo. 13/07/2012 64
Na Vale, 55 projetos esperam licença ambiental do Ibama. André Borges e Rafael Bitencourt – Valor Econômico. 13/07/2012 65
Falta de licença ambiental barra 55 projetos de expansão da Vale. André Borges e Rafael Bitencourt – Valor Econômico. 13/07/2012 66
Comissão aprova Código Florestal e deixa 343 destaques para depois do recesso. Yvna Sousa – Valor Econômico. 13/07/2012 67
Comissão aprova MP do Código, mas adia votação das 343 alterações. Marta Salomon e Ricrdo Brito – O Estado de São Paulo. 13/07/2012 68
Amazônia deve sofrer grande extinção de espécies até 2050. Giovana Girardi – O Estado de São Paulo. 13/07/2012 70
Rio+20 - e os resultados? Cardeal Dom Odilo P. Scherer – O Estado de São Paulo. 14/07/2012 71
Pepe Vargas palestra sobre novo Código Florestal no RS – Site do MDA. 14/07/2012 73
Os sem saneamento. Édison Carlos – O Globo. 15/07/2012 74
Usina nuclear no sertão ameaça índios pankarás. Leonardo Nossa – O Estado de São Paulo. 15/07/2012 75
Cacau tenta renascer com lema de protetor da mata atlântica. Giovana Girardi – O Estado de São Paulo. 15/07/2012 76
América Latina cresceu, mas poluiu mais desde a Rio 92, informa a Cepal. Henrique Batista – O Globo. 15/07/2012 78
Governo estuda reduzir área da maior Floresta Nacional. Marta Salomon – O Estado de São Paulo. 16/07/2012 79
Nosso futuro não está na Rio +20 – Site do MST. 16/07/2012 80
Apenas 4% dos donos de terra moram no local – O Estado de São Paulo. 16/07/2012 81
Novo Código Florestal limita potencial da Aquicultura brasileira – Site da CNA. 17/07/2012 82
Práticas do Programa ABC preservam florestas brasileiras. Carlos Moura – Site do MAPA. 17/06/2012 83
Em Berlim, mudanças climáticas. Lucas Tolentino – Site do MMA. 17/07/2012 84
Hidrelétricas impuseram redução a UCs – O Estado de São Paulo. 17/07/2012 85
MP tenta conter redução de áreas de proteção na Amazônia. Marta Salomon – O Estado de São Paulo. 17/07/2012 85
ANP vê 25 infrações em vazamento da Chevron. Sabrina Valle – O Estado de São Paulo. 17/07/2012 86
Crédito com risco. Miriam Leitão – O Globo. 17/07/2012 87
ANP: Chevron deve voltar a produzir petróleo no país. Ramona Ordoñez – O Globo. 17/07/2012 88
Chevron volta a operar 'em breve', diz ANP. Denise Luna – Folha de São Paulo, Mercado. 17/07/2012 89
Dilemas da rota aos "ODS". José Eli da Veiga – Valor Econômico. 17/07/2012 90

Chevron voltará a produzir em Frade. Marta Nogueira e Rodrigo Polito – Valor Econômico. 17/07/2012 92
Cimi manifesta indignação sobre decisão do STF no caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol – Site da CPT. 18/07/2012 93
Traçado de nova área de proteção é disputado. Tatiana Favaro – O Estado de São Paulo. 18/07/2012 94
Ministério Público Federal questiona empréstimo do BNDES para consórcio – O Estado de São Paulo. 18/07/2012 96
AGU expande normas sobre Raposa Serra do Sol a todas as áreas indígenas. Daniel Fariello – O Globo. 18/07/2012 96
AGU diz que governo pode intervir em área indígena. Lucas Ferraz – Folha de São Paulo, Poder. 18/07/2012 97
Aneel aumenta rigor sobre usinas a carvão – Folha de São Paulo, Mercado. 18/07/2012 98
Procuradoria questiona portaria que permite intervenção em área indígena – Folha de São Paulo, Poder. 19/07/2012 99
Comissão especial mista aprecia texto do Código Florestal e votação no plenário está prevista para Agosto. Verônica Tozzi – Site da Contag. 19/07/2012 99
As perdas da Amazônia Legal. Luciene de Assis – Site do MMA. 19/07/2012 102
Vale bate recorde de produção de minério de ferro no 2º trimestre. Denise Luna – Folha de São Paulo, Mercado. 19/07/2012 103
ANP aponta vazamento maior da Chevron. Lucas Vettorazzo – Folha de São Paulo, Mercado. 19/07/2012 104
China alcança Europa em emissão de gases, Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 19/07/2012 105
ANP: relatório do vazamento da Chevron sai hoje – O Globo. 19/07/2012 106
ONGs criticam norma que altera demarcação de terras. Roldão Arruda – O Estado de São Paulo. 19/07/2012 106
UCs completam 12 anos. Lucas Tolentino - Site do MMA. 19/07/2012 107
As perdas da Amazônia Legal. Luciene de Assis – Site do MMA. 19/07/2012 108
Cidades não estão preparadas para o 'efeito' Belo Monte. Carlos Mendes – O Estado de São Paulo. 19/07/2012 109
CNA: Portaria com regras para novas demarcações de terras – Site da CNA. 20/07/2012 110
Nem mesmo a lei. Marina Silva – Folha de São Paulo, Opinião. 20/07/2012 111
Fissura de acidente da Chevron ainda libera óleo. Denise Luna – Folha de São Paulo, Mercado. 20/07/2012 112
Chevron tenta retomar operação no Frade. Rodrigo Polito e Rafael Rosas – Valor Econômico. 20/07/2012 113
Para ANP, Chevron poderia ter evitado vazamento. Sabrina Valle e Sergio Torres – O Estado de São Paulo – 20/07/2012 114
Ecos da Rio+20. Ophir Cavalcante Junior – O Globo. 20/07/2012 115
Chevron foi culpada por vazamento, diz ANP. Ramona Ordoñez – O Globo. 20/07/2012 116

Funai critica portaria sobre áreas indígenas. Folha de São Paulo, Poder. 21/07/2012 118
Novo celeiro do mundo – Estado de São Paulo, Editorial. 21/07/2012 118
Google ajuda no combate ao desmatamento da Amazônia. Giovanna Girardi – O Estado de São Paulo. 21/07/2012 119
Segurança jurídica, um bem comum. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Mercado. 21/07/2012 121
No calor da indústria do gesso, a ruína da caatinga no Nordeste. Cleide Carvalho – O Globo. 22/07/2012 122
Microusinas hidrelétricas trazem mais que energia ao Nepal. Amy Lee – Folha de São Paulo, The New York Times. 23/07/2012 124
Cerco à biopirataria. Danilo Fariello – O Globo. 23/07/2012 126
Colegiados Territoriais da Paraíba debatem ações voltadas para a agricultura familiar – Site do MDA. 23/07/2012 128
Acre lança plano para preservar rios e evitar erros já conhecidos. Gisele Paulino – Valor Econômico. 23/07/2012 129
Ferrovia pode renascer após 40 anos. Sergio Adeodato – Valor Econômico. 23/07/2012 131
Índios fazem reféns funcionários da obra da usina de Belo Monte. Aguirre Talento – Folha de São Paulo, Poder. 25 /07/2012 133
Fora da lista do desmatamento. Sophia Gebrim – Site do MMA. 25/07/2012 133
Projeto para megausina ameaça bacia do Tapajós. André Borges – Valor Econômico. 25/07/2012 134
Instituído Grupo de Trabalho para combater os efeitos climáticos. Vera Stumm – Site do MAPA. 25/07/2012 137
Vila teme impacto da obra e expulsa pesquisadores – Valor Econômico. 25/07/2012 138
Região Sudeste é a que mais busca financiamento do Programa ABC. Mônica Bidese – Site do MAPA. 25/07/2012 139
Estradas ficariam sob as águas – Valor Econômico. 25/07/2012 140
Ministério leva debate sobre territórios rurais a congresso em Vitória – Site do MDA. 25/07/2012 141
Índios podem voltar a ser consultados sobre obras. Daniel Rittner – Valor Econômico. 25/07/2012 142
Índios fazem reféns em Belo Monte. Danilo Fariello – O Globo. 26/07/2012 143
Garimpo invade áreas de preservação no PA. André Borges – Valor Econômico. 26/07/2012 143
Índios exigem poços para libertar reféns – Folha de São Paulo, Mercado. 26/07/2012 145
Região tem poucas aldeias indígenas – Valor Econômico. 26/07/2012 146
O que pode levar a uma cidadea sustentável? Washington Novaes – O Estado de São Paulo, Editorial. 27/07/2012 147
Concessões de usinas hidrelétricas. Flávio Neiva – O Estado de São Paulo, Economia. 27/07/2012 149
Funcionários de Belo Monte são liberados. Danilo Fariello – O Globo. 28/07/2012 150

A AGU e a questão indígena. Denis Lerrer Rosenfield – O Estado de São Paulo, Editorial. 30/07/2012 151

Técnicos do ICMBio protestam contra usinas no Tapajós – Valor Econômico. 30/076/2012 153

Ação conjunta na Amazônia: MMA e governos estaduais traçam estratégia para a região. Lucas Tolentino – Site do MMA. 30/07/2012 153

SDT promove encontro para debater desenvolvimento territorial – Site do MDA. 30/07/2012 154

Mudanças climáticas e governança global. Luiz Carlos Baldicero Molion – Folha de São Paulo, Opinião – 31/07/2012 156

Muito mais que descortês. Miriam Leitão – O Globo. 31/07/2012 158

Etapa de BH prepara para Iª Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional – Site do MDA. 31/07/2012 159

Plano ABC pode contribuir para expandir a produção de eucalipto no DF – Site da CNA. 31/07/2012 160

Área indígena sagrada vai virar hidrelétrica. - O Estado de São Paulo. 01/07/2012

Na curva onde o rio divide os Estados do Pará e Mato Grosso, as águas esverdeadas e velozes do Teles Pires escondem um santuário de belezas naturais e um reino místico da cultura indígena. Para o "homem branco", nada mais é do que a sequência de sete quedas de corredeiras. Entre os povos indígenas, trata-se de um lugar sagrado, que não pode ser mexido. Ali, entre ilhas, pedras e uma mata ainda intocada, eles acreditam que vivem os espíritos de seus antepassados, a mãe dos peixes e da água. "Se for destruído, coisas ruins vão acontecer para o homem branco e para a comunidade indígena", prevê o cacique João Mairavi

Caiabi, que aos 51 anos comanda 206 pessoas da aldeia Cururuzinho. Segundo ele, algumas dessas maldições já perturbam o dia a dia dos índios: "Temos pessoas com suspeita de tuberculose. Isso nunca aconteceu antes na comunidade. É reflexo das intervenções no rio e na floresta". Os caiabis moram a alguns quilômetros das corredeiras Sete Quedas, nas margens do rio onde está sendo levantada a Hidrelétrica de Teles Pires, a quarta maior usina em construção no Brasil, com 1.820 megawatts (MW) de potência – energia suficiente para abastecer 5milhões de habitantes, a maioria do Sudeste.

Na região, também moram os índios da etnia mundurucu, considerados mais arredios, e apiacá, que juntos somam uma população de cerca de 600 índios – alguns deles são acusados de nunca terem ido nas Sete Quedas. A exemplo de outras obras, como Belo Monte (PA), a barragem,deR$3,6 bilhões, enfrenta fortes protestos de índios, ambientalistas e do Ministério Público, contrários à expansão das usinas na Amazônia. A preocupação do cacique João é que, só na BaciadoTelesPires, devemserconstruídas mais quatro hidrelétricas, além das duas em andamento (Teles Pires e Colíder).

Para tirar os projetos do papel, cerca de 70 mil hectares de floresta dariam lugar aos lagos – isso significa 70 mil campos de futebol. Embora elevado, o número é bem inferior ao das usinas do passado –a Hidrelétrica de Balbina, no Amazonas, inundou quase três vezes mais para gerar apenas 275 MW. Hoje, diante da preocupação ambiental,quase todas as usinas são a fio d'água, sem grandes áreas de reservatório.

Se por um lado reduzem a potência da unidade, por outro diminuem substancialmente o impacto ambiental. Isso não significa, entretanto, impacto zero, especialmente para os indígenas.

Compensação ambiental.

O lago de Teles Pires terá 9.500 hectares de área inundada,sendoque7mil hectaresterão de ser desmatados. Em compensação, a Companhia Hidrelétrica de Teles Pires (CHTP, formada por Neoenergia, Furnas, Eletrosul e Odebrecht),que detém a concessão da

usina, terá de pôremprática 45 programas sociais, ambientais e indígenas, num total de quase meio bilhão de reais (15% do valor total da obra).

Estão sendocriados projetos de monitoramento de clima, água e solo; controle de prevenção de doenças; construção de escolas, unidades de saúde, terminal rodoviário, pontes e a pavimentação de ruas. Há ainda programas de resgate de fauna e flora de toda área impactada, além do monitoramento de algumas espéciesemextinção.

Nãoimporta se é um grande mamífero ou simplesmente uma borboleta, como a Agrias Claudina ,ameaçada no Pará.“

Todosprecisam ser resgatados e catalogados”, afirma a gerente de Meio Ambiente da CHTP, Maíra Fonseca Moreira Castro.

Mas, numa região com a biodiversidade tão rica como na Amazônia, é praticamente impossível evitar todos os prejuízos. Maíra conta que já foram resgatadas 1.084 espécies diferentes de árvores na área da usina, sendo que 638 delas foram descobertas após os estudos de impacto ambiental. Só de orquídeas são 85.326 espécies diferentes. Tudo isso catalogado e resgatado por 60 pessoas.

O Plano Básico Ambiental (PBA) indígena é tratado a parte. ACHTP desenhou 12 programas com investimentos para atender as 12 aldeias indígenas da área. Masa proposta está longede atender aos anseios daslideranças daregião,queainda não aprovaram o documento.“O PBA está muito fraco. Precisamos de projetos melhores na saúde, educação e habitação”, afirma Elenildo Caiabi, um jovem de 25 anos que conhece bem tanto a cultura indígena como a do“homem branco”.

Para ele, as aldeias precisam reivindicar seus direitos enquanto a usina está em construção. “Depois vão todos embora e nós ficamos apenas com os prejuízos, sem lugar para caçar e pescar.” Alista de equipamentos pedidos pelos índios à CHTP é grande – e cara. Inclui caminhonetes importadas,como Mitsubishi, barcosemotores,antenasparabólicas, etc. A justificativa é a localização.

Para chegar à aldeia Cururuzinho, no Pará, há duas alternativas. De avião, gastase meia hora saindo de Paranaíta, a cidade mais próxima no Estado de Mato Grosso.Mas esse é um meio de transporte apenas para os visitantes.

Normalmente, os índios levam cinco horas para chegar à cidade, sendo duas horas de carro e mais três horas de barco. Modernidades. Na comunidade, cercada de um lado pelo Rio Teles Pires e de outro pela Floresta Amazônica, as casas – algumas retangulares e outras, ovais – ainda são feitas de madeira e cobertas de folhas de palmeiras.No chão, apenas terra batida. A única casa de alvenaria é reservada aos visitantes da aldeia. Mas alguns avanços da cidade já fazem parte da vida dos caiabis.A aldeia tem um orelhão e energia elétrica produzida por gerador, que funciona à noite ou quando alguém precisa usar o computador, por exemplo.

Eles têm fogão a gás, mas quase nunca usam. Preferem o fogão a lenha, improvisado com tijolos e uma chapa, melhor para assar peixese carnedeanimais nativos, como jacu, cateto e paca. Alguns alimentos do " homem branco" também integram as refeições dos índios, como arroz, café eaçúcar."Mas preferimos o peixe, a caça e a farinha de mandioca, plantada aqui do lado", afirma Valdete Caiabi, que aos 25 anos é mãe de cinco filhos.

"Dizem que não vai ter nenhum impacto para nós. Mas temos parentes que moram perto de outras hidrelétricas e hoje não têm mais peixe para comer.Orio é o nosso mercado", diz ela. Em março, a Justiça suspendeu a licença de instalação da usina, alegando que os índios não haviam sido ouvidos. As obras, na época com 2mil trabalhadores, ficaram paralisadas por 12 dias. A CHTP teve de alugar avião para levar os trabalhadores para casa durante esse período. Deacordocoma empresa, todas as audiências públicas foram feitas dentro da lei e gravadas. Mas para o procurador da República no Pará, Felício Pontes, pela lei, é o Congresso Nacional que tem de fazer oitivas nas aldeias indígenas e não engenheiros e executivos. Segundo ele, entre Ministério Público Federal e Estadual, há cerca de 11 ações propostas contra a usina de Teles Pires.

"Fizemos várias alterações no projeto para reduzir os impactos ambientais na região. Vamos produzir mais megawatts com menos área alagada e devastada", afirma o diretor de Sustentabilidade da CHTP, Marcos Azevedo Duarte. As mudanças, no entanto, não se duzemos caiabis:"Queria o rio do jeito que Deus deixou", diz Valdete.

No meio da floresta nasce uma cidade de 7 mil habitantes – O Estado de São Paulo. 01/07/2012

Uma pequena cidade de 7 mil pessoas está sendo levantada emplena Floresta Amazônica. Tem mercearia, lanchonete, cinema, estúdio de rádio e TV, salão de jogos, academia de ginástica, campo de futebol, área para cultos emissa, barbearia e, em breve, um salão de beleza. Distante 80 quilômetros do município mais próximo, o local deu lugar ao canteiro de obras da Hidrelétrica de Teles Pires, que foi projetado para atender todas as necessidades dos trabalhadores.

"Foiumaforma de oferecer entretenimento aos funcionários da obra. Assim buscamos também evitar futuros conflitos", afirma Antônio Augusto de Castro Santos, diretor de contratos do consórcio construtor da usina, formado por Odebrecht,VoitheAlstom.

Com atividades e locais de lazer, a empresa espera afastar o risco de brigas como as que ocorreram em Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, e mais recentemente em Belo Monte. Além disso, por causa das dificuldades logísticas, 100% dos funcionários do empreendimento são obrigados a viver em alojamento.

Por enquanto, são 3mil pessoas – 10% delas mulheres. Mas no pico da obra,em maiodo ano que vem, serão 7 mil funcionários morando à beira do Rio Teles Pires. Apesar de folgarem aos domingos e feriados, a maioria acaba ficando nocanteiro de obras por

causa dos problemas de acesso às cidades. Para chegar à Paranaíta, são quase duas horas de carro em estrada de terra, pontes de madeira e muita poeira.

Se decidir em ir para Alta Floresta, a maior cidade da região e que tem melhor infraestrutura, serão quase três horas. Hoje os funcionários de Teles Pires trabalham em dois turnos, das 7h às 17h20 e das17h30 às 3h20, considerando uma hora de almoço e duas horas extras – o que ajuda os trabalhadores a incrementarem a renda.“Nunca tiveum retorno financeiro tão bom como estou tendo aqui. Já estou conseguindo guardar dinheiro para faculdade das minhasfilhas”, comemora Leandro Cesar Rosa, de 35 anos, cozinheiro e locutor da rádio da hidrelétrica nas horas vagas. “Apresento o programa *Good Time*, só com músicas românticas.” Mineiro de Conceição dos Ouros, ele morou boa parte da vida na cidade paulista de São José dos Campos. “Mas um dia decidi trocar minha casa por um caminhão, coloquei os móveis dentro e vim com minha mulher para Paranaíta. Isso foi há cinco anos.”

Antecipação.

Apesar dos 12 dias de paralisação por causa da liminar que suspendeu a licença de instalação e representou atraso de um mês nas obras, a expectativa é que a primeira das cinco turbinas da usina entre em operação com três meses de antecedência, emfevereirode2015.No total, 700 caminhões, tratores e retroescavadeira vão retirar do local 5 milhões de metros cúbicos de rocha e 4,5 milhões de solo. Cerca de 20% da frota pertence a empresas terceirizadas. São quase 20 companhias de vários setores, que estão ajudando a turbinar a arrecadação dosmunicípios.EmParanaíta,areceitadobrou, diz o prefeito Pedro Miyazima.

Mas, pelos boatos que circulam naregião,oefeitonoscofresdacidade é maior. No ano passado, a arrecadação somou cerca de R$ 600mil de janeiro a outubro. Agora o valor já está em torno de R$ 2milhões por mês. Por enquanto, o único plano do prefeito é elevar os atuais 5% de ruas pavimentadas para80%.

No primeiro programa, que inclui quatro trechos de asfalto, serão investidos R$ 2,8 milhões. Outro projeto mais pomposo, no entanto, já está a pleno vapor. A cidade vai ganhar uma Praça dos Três Poderes, nos moldes de Brasília.“Queremos melhorar a qualidade de vida da cidade. Quem sabe os trabalhadores da obra não resolvem ficar por aqui quando a construção da usina terminar”, observa o prefeito. Enquanto isso, a delegacia do município está interditada. “Isso é investimento do governo estadual.”

A falsa dicotomia entre produção de alimentos baratos e preservação do meio ambiente. Igor Felippe Santos – Site do MST. 03/07/2012

Um dos principais argumentos dos latifundiários do agronegócio para ganhar legitimidade é que seu modo de organização da economia garante a produção de alimentos mais baratos para a população.

Foi esse o discurso usado, por exemplo, nas discussões sobre as mudanças do Código Florestal: sem a flexibilização da legislação ambiental, os alimentos ficariam mais caros.

A lógica que seguem é simples: menor os custos de produção (ou seja, menos obrigações com a preservação ambiental), maior a produção e, consequentemente, menor o preço.

"É fundamental que o novo Código Florestal garanta segurança para que o país continue produzindo o melhor e mais barato alimento do planeta", defende Kátia Abreu, senadora (PSD-TO) e presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

No período da discussão sobre o Código Florestal, os latifundiários lançaram a campanha "Não Veta Dilma".

Era uma resposta aos movimentos sociais, centrais sindicais, organizações ambientalistas, associações de cientistas, entidades jurídicas articuladas em torno do movimento "Veta Dilma".

A Página do MST consultou o economista Guilherme Delgado sobre os fatores que interferem na formação dos preços dos alimentos e a relação com a exploração de recursos naturais.

Abaixo, vejam o que diz o economista.

Formação dos preços

Os produtos agrícolas são em geral bens de alta competitividade interna e externa, não sendo determinados por custos de produção locais, mas pela demanda. O argumento de que o presumível aumento de custos internos de produção elevaria o preços dos alimentos não se sustenta sob enfoque microeconômico.

Mercadoria

A produção de alimentos e produção de mercadorias não são a mesma coisa. O alimento é um valor biológico e cultural, enquanto a mercadoria é um valor estritamente econômico. Para a produção de mercadorias e para a exploração de recursos naturais, de maneira predatória, os mercados capitalistas organizados são campeões. Mas para produção de alimentos seguros e saudáveis, os agricultores familiares são mais bem vocacionados, faltando-lhes ainda técnicas e recursos apropriados para uma produção em bases agroecológicas.

Falsa dicotomia

O presumido conflito entre preservação ambiental-florestal e produção de alimentos é uma falsa dicotomia. O que precisa ficar claro é que a produção agrícola tem custos

privados (monetários) e custos sociais (não monetários). Esses últimos expressos em biodegradação, assoreamento de rios , contaminações de toda espécie, debitados à conta da sociedade inteira.

Bens públicos

As áreas de mata ciliar e encostas de morro, definidas pelo Código como Áreas de Preservação Permanente (APP) juntamente com a Reserva Legal florestal constituem espaços públicos, ou seja bens públicos, considerados essenciais à preservação e reprodutividade de vários recursos naturais (rios, biodiversidade,clima etc) necessários à reprodução da vida humana e por esta razão a discussão não pode ficar circunscrita aos interesses econômicos imediatos da produção, dos salários e dos lucros do agronegócio ou mesmo do sistema econômico capitalista.

Engôdo

O que a CNA pretende é continuar o padrão de exacerbação dos custos sociais, enquanto defende ávidamente os benefícios privados para o agronegócio. Esse discursos de que estariam defendendo os salários dos trabalhadores é engôdo puro.

Em debate, o legado da Rio+20. Camilla Valadares Lucas Tolentino – Site do MMA. 03/07/2012

Dez dias depois do final da reunião, especialistas que participaram do evento promovido pela ONU se reúnem no Rio de Janeiro e em Brasília para fazer balanço dos resultados.

Os resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, (Rio+20), que acabou no dia 22 de junho, foram tema de debate realizado no pelo jornal O Globo, com a participação de setores da sociedade civil. Durante o evento, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira afirmou que o difícil processo de encontrar consensos, característico das conferências das Nações Unidas, obteve sucesso não só por evitar retrocessos, como para abrir caminhos visando a construção de novos modelos de desenvolvimento sob o paradigma da sustentabilidade.

Para a ministra, um dos principais marcos do evento foi o engajamento de diferentes atores da sociedade, fator essencial para as mudanças que precisam ser feitas, mas reconhece: "É óbvio que o debate sobre sustentabilidade deixou de ser restrito aos ambientalistas" completou. Intitulado "O Legado da Rio+20 para a Economia Verde", o encontro foi realizado no Espaço Tom Jobim, do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e contou com o apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Participaram do debate os convidados Branca Americano, da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável; o presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Glauco Arbix; o economista e ambientalista, presidente da Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura do Rio de Janeiro, Sérgio Besserman; e da diretora de relações institucionais da CNI, Mônica Messenberg. Os debates foram moderados pelo jornalista George Vidor, de O Globo e contou com grande participação da plateia por meio de perguntas aos convidados.

NO SENADO

Os desdobramentos da Rio +20 também foram discutidos, na manhã desta terça-feira, durante audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado. O secretário-executivo do MMA, Francisco Gaetani, participou da reunião, que contou ainda com a presença de parlamentares da Casa.

Para Gaetani, a conferência garantiu o estabelecimento de compromissos importantes para a implantação da economia verde. "Foi criada uma agenda vencedora que já conquistou a juventude brasileira", afirmou. "É importante discutir políticas e canalizar recursos". Em sua avaliação, o encerramento da Rio +20 deve ser visto como um ponto de partida na implantação de novas políticas e iniciativas ambientais. "Precisamos informar o debate político e sair das polarizações", acrescentou.

A liberdade é verde. Odemiro Fonseca – O Globo. 03/07/2012

ARio+20 não criou uma nova burocracia pública e nem um novo imposto, como demandavam políticos, burocratas globais e seus aliados, as ONGs globais. O sonho tecnocrático de monopolizar conhecimento, planejar e comandar de forma central e global não vingou desta vez. Outra surpresa são as análises pós-evento, quase unânimes em concluir que as questões da Rio+20 podem ser atacadas a partir dos indivíduos, das comunidades, das empresas privadas e das cidades. Por ora, optase pela vasta quantidade de conhecimento que existe localmente. Simpática homenagem a Elinor Ostrom, a única mulher Nobel em Economia, que morreu na semana anterior à Rio+20. Achava um erro tais acordos globais. Ela dedicou sua vida acadêmica pesquisando comunidades que administravam bens comuns de forma muito efetiva sem a intrusão de governos.

O conceito de bem comum definhou. Com regras claras, é possível precificar quase todas as atividades econômicas, atraindo-se então o setor privado e resolvendo-se sérios problemas políticos. É engano achar que, nas questões dos recursos naturais e do clima, a economia não dá conta. De fato, empresas privadas não fazem planos de cem anos,

mas existem demandas privadas que justificam investimentos em projetos de enorme impacto positivo.

Regras fundamentais são definições claras de direitos de propriedade ou de uso e ambiente jurídico estável. O uso da rua pode ter seus custos internalizados na direção de menor emissão de CO2, menor ruído e menor congestionamento, ou seja, maior bem-estar com geração de receita para investimentos. O pedágio urbano de Londres foi, para prefeito Ken Livingstone, "a única política pública que conheço que deu resultados muito melhores do que os esperados".

Existe alinhamento de interesses entre consumidores, comunidades, empresas privadas e cidades. Nos países desenvolvidos aumenta o bem-estar com diminuição do uso relativo de energia e recursos naturais. E, caso justifiquem-se intervenções como impostos sobre insumos naturais, que sejam tais impostos transferidos para quem poupa tais insumos, e não para burocracias nacionais ou globais.

Tal otimismo não ignora conflitos entre os humanos e a natureza nem a existência de dilemas. A natureza não é sempre Mãe e a história humana tem sido a do esforço para se defender da natureza, principalmente para escapar da fome e da morte prematura. O balanço geral é de sucesso. Um exemplo: em oitenta anos, a mortalidade de desastres climáticos caiu 93% em números absolutos e 97% na taxa per capita.

Dilemas complexos são entre demografia, pobreza e recursos naturais. O Brasil é um caso espetacular de como a questão demográfica se resolveu, sem planejamento nem coerção. Já a questão da pobreza parece mais complexa. Menor pobreza relaciona-se com maior produtividade do trabalho. O economista Nobel Robert Fogel mostra evidência histórica que o corpo humano converte maior consumo de energia alimentar em maior produtividade ao trabalhar. Se Fogel estiver certo, há dilema sério entre menor pobreza e menor uso da natureza, pelo menos até que níveis de bem-estar sejam politicamente aceitáveis. E isso não acontecerá rápido. Aos que acham que não temos tempo, recomenda-se nervos de aço e conforto nas escritas cuneiformes de cinco mil anos atrás, lamentando as doenças sociais na Suméria causadas pela estupidez humana, entre elas "o materialismo e a miopia que desrespeitam os limites da natureza" e que ameaçam "destruir a semente da humanidade (Samuel Kramer)."

O Brasil pode aprimorar as regras do jogo, comandar pouco e deixar as pessoas livres para errar e acertar. Temos que conter nosso ímpeto planejador central. Com liberdade uma sociedade usa melhor o conhecimento disperso. Sem uma sociedade de acesso aberto e sem liberdade, não há descoberta, invenção, empreendedorismo. É então melhor desistir de uma economia verde.

Projeto Terra do Meio avança. Letícia Verdi – Site do MMA. 04/07/2012
Projeto Terra do Meio avançaDoação de 6,9 milhões de euros da União Européia e mais 3,9 milhões do governo brasileiro serão destinados a 11 unidades de conservação. Oficina com gestores definiu o destino das quantias.

Durante a oficina com os gestores das Unidades de Conservação (UCs) que compõem o Projeto Terra do Meio, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), foram definidas as quantias que serão aplicadas em cada UC, de um total de 10,8 milhões de euros (R$ 27,4 milhões). Desse recurso, 6,9 milhões de euros (R$ 17,5 milhões) são doações da Comunidade Européia e o restante é contrapartida do governo brasileiro. A oficina foi realizada de 25 a 28 de junho, em Altamira (PA).
"Aplicamos a ferramenta de avaliação de Unidades de Conservação e fizemos um planejamento estratégico plurianual, que permitem avaliar a efetividade da gestão de UCs, monitorar o Projeto Terra do Meio e definir as metas para os próximos anos", explicou o coordenador do Terra do Meio e do Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), Trajano Quinhões. As ferramentas utilizadas permitem, ainda, acompanhar o avanço dos processos de consolidação das UCs e orientar o trabalho dos gestores e órgãos executores.
Após definir as metas, os gestores negociaram os valores e elaboraram um Plano de Trabalho com a definição das atividades e tarefas por semestre. O Projeto Terra do Meio inclui as Reservas Extrativistas Verde para Sempre, Riozinho do Anfrísio, Iriri e do Xingu, os Parques Nacionais Serra do Pardo e do Jamanxim, a Estação Ecológica Terra do Meio, as Florestas Nacionais Trairão e Altamira, a Floresta Estadual do Iriri e a Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu.

Sai resultado da seleção de propostas do Chamamento Público 001/2012 – Site do MDA. 04/07/2012.

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA (SDT/MDA) comunica o resultado da seleção de propostas do Edital do Chamamento Público 001/2012 para apoiar ações de custeio do Programa Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária. Veja aqui a lista das entidades habilitadas, no título Chamamento Público 001/2012, subtítulo Resultado da Seleção.

http://www.mda.gov.br/portal/sdt/institucional/Chamamento_Publico_001_2012

Com os chamamentos públicos, a SDT inaugurou uma nova fase na contratação das atividades de apoio ao desenvolvimento territorial. O processo traz maior rigorosidade, transparência e publicidade na seleção de propostas e organizações que possuem capacidade técnica e operacional para operar os recursos públicos por meio de convênios.

Meta
“Nossa meta sempre foi buscar a contratação de entidades com experiência e acúmulo no trabalho com os territórios, colegiados territoriais, Bases de Serviços e uma rigorosidade na contratação de técnicos para apoiar o processo de articulação nos territórios e nos estados”, explicou o secretário de Desenvolvimento Territorial, Jerônimo Rodrigues.

O intuito é que as propostas promovam a abordagem territorial com foco no desenvolvimento rural sustentável, apoiando ações de incremento da qualidade de vida

da população rural, a dinamização das economias territoriais, a organização social e o fortalecimento dos atores sociais por meio da adoção de princípios e de práticas da gestão social com a implementação e integração de políticas públicas nos territórios.

País carece de lei para serviços ambientais. Herton Escobar – O Estado de São Paulo. 04/07/2012

Pesquisa identifica 28 iniciativas legislativas em 8 Estados para regular o pagamento de incentivos a quem preserva o ambiente; falta padronizá-las

O Brasil está relativamente bem servido de iniciativas estaduais de pagamento por serviços ambientais (PSA), mas carece de uma lei federal que dê segurança jurídica e padronização técnica a essas iniciativas.

Essa é a mensagem de umestudo realizado pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces), com um levantamento de todas as leis vigentes ou em processo de elaboração sobre PSA no Brasil. Olhando especificamente para serviços ambientais relacionados a florestas (como conservação da biodiversidade, armazenamento de carbono, proteção de nascentes e produção de chuvas), os pesquisadores identificaram 28 iniciativas legislativas, sendo 8 federais e 20 estaduais, distribuídas por 8 Estados

"É muito positivo ver tantosEstadoscomprojetosnessaárea", diz o coordenadordo Programa de Política e Economia Ambiental do Gvces, Guarany Osório. "Mas a ausência de um marco federal causa uma certa insegurança."

Das oito iniciativas federais, apenas duas são leis – a do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e a do Programa BolsaVerde–, acompanhadas de seus respectivos decretos. As outras quatro são projetos de lei – entre eles, apenas um que trata de PSA de forma mais abrangente, o PL 792/2007, que criaria a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.

Segundo a pesquisadora Priscilla Santos, do Imazon, é essencial que as discussões sobre leis federais "dialoguem" comaquiloquejá está acontecendo nos Estados. Tanto no sentido de incorporar boas experiências quanto de evitar erros e corrigir eventuais deficiências, sem criar conflitos de poderes. Especialmente considerando que as iniciativas estaduais são bastante variadas em escopo e formatação. "As abordagens são diferentes porque as realidades são diferentes", diz Priscilla.

"Não há fórmula única, mas deve haver critérios mínimos a serem respeitados." Por exemplo, comrelação a fontes orçamentárias, salvaguardas socioambientais e critérios técnicos de validação e verificação dos projetos.

Exemplo paulista.

Várias dasiniciativas de PSA estaduais estão ligadas a políticas de clima e conservação florestal. São Paulo, por exemplo, não tem uma política específica de PSA, mas inclui o pagamento por serviços ambientais como um dos instrumentos de ação da Política Estadual de Mudanças Climáticas (PEMC), de 2009. O primeiro projeto criado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) nessa área é o Mina d'Água, lançado em 2011, que prevê o pagamento pela conservação de nascentes importantes para o abastecimento público.

Segundo Helena Carrascosa, assessora técnica da Sema, o Estado está trabalhando com 21 prefeituras, várias das quais já estão assinando contratos com proprietários de terras interessados no benefício.

Mais de R$ 3 milhões estão reservados para o projeto, oriundos do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição (Fecop). O valor que cada proprietário poderá receber variade R$75 a R$300 por nascente/ano, dependendo da importância e do estado de conservação da nascente.“ Não estamos pagando pela água produzida”, explica Carrascosa. “Estamos pagando pelo serviço de manter a nascente funcionando.”

O valor é pequeno, reconhece ela, mas pode ser maior que o recebido pelo arrendamento de 1 hectare para pastagem de gado, por exemplo. Outro projeto que está sendo desenvolvido envolve pagamento pelos serviços ambientais de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), que são áreas protegidas de caráter privado, criadas de maneira voluntária. Cada proprietário poderá receber entre R$ 190 e R$ 300 por hectare/ano, com base na dentificação de ameaças à RPPN e na elaboração de um plano de ação para evitá-las. A ideia é que o projeto ajude na conservação das reservas existentes e sirva de incentivo econômico para a criação de mais RPPNs, segundo a diretora adjunta da Fundação Florestal, Wanda Maldonado.

O primeiro edital, no valor de R$ 4,1 milhões, deverá ser lançado até outubro.

Índios incendeiam base da PM no Pará – Folha de Sâo Paulo. 04/07/2012

Índios mundurucu incendiaram um destacamento da Polícia Militar no município de Jacareacanga (1.718 km de Belém) na madrugada de ontem.

Segundo a Polícia Civil, após o incêndio desapareceram duas carabinas e um revólver. Um PM foi ferido com uma flechada, mas sem gravidade.

Cerca de 50 índios participaram da ação e o prédio ficou destruído, de acordo com a polícia, que abriu inquérito para identificar os responsáveis.

Os policiais estão usando temporariamente outro imóvel como base.

Para a polícia, os mundurucu fizeram o ataque em protesto ao latrocínio (roubo com morte) de um índio no município, no último dia 23. Dois suspeitos do crime estão presos.

Linha da Finep vai financiar até 90% de projetos. João Villaverde – Valor Econômico. 05/07/2012

As empresas com projetos de inovação na área de eficiência energética e ambiental terão, a partir do mês que vem, R$ 2 bilhões para financiar suas operações. A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) vai realizar uma chamada pública em agosto para oferecer a nova linha de crédito, com R$ 1,5 bilhão ao todo para as empresas, e outros R$ 500 milhões em subvenção econômica, que serão direcionados aos institutos federais e universidades que vão apoiar as companhias na implementação de seus projetos.

"Queremos atingir cerca de 300 empresas com a chamada pública da nova linha", afirma o presidente da Finep, Glauco Arbix. O alvo são empresas com projetos nas áreas de eficiência energética, mobilidade urbana, reciclagem de resíduos, biocombustíveis, veículos elétricos ou híbridos e outros.

A linha de R$ 1,5 bilhão em crédito terá caráter "superprivilegiado", segundo Arbix. Serão três anos de carência e mais dez anos para o pagamento do principal, a juros de 3,5% a 5% ao ano. Até 90% do projeto poderá ser financiado pela Finep.

"Quanto mais tecnologia e avanços em inovação a empresa apresentar, menores serão os juros e maior será a parcela do projeto que vamos financiar", afirma o presidente da instituição, que é vinculada ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. Divulgada durante a conferência Rio +20, as condições da nova linha da Finep ainda não tinham sido detalhadas.

Arbix conta que a China mantém uma linha de crédito com foco semelhante - de inovação e eficiência -, mas, segundo ele, "está abaixo das condições que criamos". Lançada pelo governo chinês no início do ano, conta com juros menores, de 2% ao ano, que os que a Finep vai oferecer, mas as condições são menos "privilegiadas", diz Arbix: apenas um ano de carência, cinco anos para o pagamento do crédito e a cobertura do projeto é de até 50%.

Entre 2004 e 2011, a Finep aplicou R$ 4,5 bilhões em 477 projetos relacionados ao conceito de sustentabilidade, dos quais 34,6% (ou R$ 1,5 bilhão) foram aplicados em projetos de energia sustentáveis. O volume de recursos no período se concentrou em projetos na região Sudeste (que absorveu 43% do total de projetos) e na região Sul (27%), ante apenas 9% no Norte e 8% no Centro-Oeste.

Uma das áreas que mais entusiasma técnicos do governo, entre as que a Finep vai financiar a partir do mês que vem com a nova linha de crédito, é a de veículos elétricos e híbridos. A Finep tem como meta implementar a produção de 75 ônibus elétricos ou híbridos a etanol até 2014, e para isso, vai usar os subsídios para auxiliar no desenvolvimento das etapas de engenharia de projeto e certificação, e o crédito para a produção de lote-piloto.

"Queremos tornar os veículos híbridos (elétricos e etanol) e elétricos viáveis comercialmente, em especial para transporte coletivo urbano, e, para isso, desejamos estruturar a cadeia produtiva desses veículos com alto conteúdo nacional", diz Arbix.

Para obter os recursos, as empresas vão apresentar uma consulta prévia à Finep, após a chamada pública em agosto. Os técnicos da instituição vão, então, realizar um levantamento dos projetos com base na intensidade tecnológica requerida.

Água, o problema do século. *Rafaela Ribeiro* - Site do MMA. 05/07/2012

Seminário realizado pelo Instituto Brasileiro de Ação Responsável, em parceria com o Congresso Nacional, promove debate de extrema relevância entre sociedade civil, deputados, representantes do executivo, ONGs e cooperativas.

"O grande tema do século XXI não é o petróleo, mas a água". A declaração, do secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério de Meio Ambiente, Pedro Wilson, ocorreu no Seminário de Gestão de Resíduos e Recursos Hídricos no Brasil, promovido pelo Instituto Brasileiro de Ação Responsável, em parceria com o Congresso Nacional, realizado na manhã desta quinta-feira (o5/07), em Brasília. O secretário lembrou que todos os, cidadãos, têm ingerência na gestão dos resíduos e do uso da água no ambiente doméstico. "Todos podemos contribuir", afirmou.

Wilson destacou que, pela primeira vez, o catador está sendo considerado e até priorizado no desenvolvimento da Política de Resíduos Sólidos: "A presidenta Dilma e a ministra do Meio Ambiente tratam do tema olhando para o lado humano, olhando para o catador que depende do resíduo para sobreviver", disse. "Temos no Brasil cerca de 2 milhões de catadores".

DESIGUALDADE

Johnny Ferreira dos Santos, diretor de Água e Esgotos da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, explicou que, diante da distribuição desigual dos recursos hídricos no Brasil, o governo federal intensificou ações para corrigir essas distorções.

Segundo ele, muitos dos aterros sanitários implantados nos últimos anos já se tornaram lixões pela ausência de estrutura e manutenção adequada, que exige investimento de recursos razoáveis. Municípios, de forma isolada, acabam tendo dificuldades em manter os aterros, atendendo a todas as necessidades. Assim, a alternativa ideal é priorizar parcerias entre municípios localizados em uma mesma região, utilizando o mesmo aterro e dividindo os gastos de a manutenção. Na sua avaliação, a solução do problema dos resíduos é intermunicipal.

O auditório, lotado de representantes do governo, do setor privado, profissionais de saúde, centros de pesquisas, universidades e terceiro setor, entre outros, demonstra o interesse social nos dois temas que se tornam cada vez mais urgentes. O seminário é uma oportunidade de conhecer novas ideias e experiências e de debater esses assuntos de extrema importância para o desenvolvimento sustentável do nosso país.

Estados pagam por preservação ambiental. Bárbara Mengardo – Valor Econômico. 05/07/2012

Guarany Osório: lei federal poderia prever benefícios para a preservação

A remuneração por preservação de florestas - ou Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) - está prevista na legislação de apenas oito Estados. O levantamento está no estudo "Marco Regulatório para Serviços Ambientais no Brasil", realizado pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getulio Vargas (FGV-EAESP) e Instituto Imazon.

Hoje, de acordo com o estudo, há 28 leis, decretos ou projetos de leis em tramitação no país que determinam o pagamento. Os programas de PSA beneficiam pequenos agricultores e comunidades tradicionais, que devem garantir a preservação ambiental. Eles recebem uma remuneração para promoverem ações como o uso sustentável dos recursos naturais e a proteção do solo, biodiversidade e águas. Os recursos naturais a serem preservados variam de acordo com o Estado. O estudo, entretanto, levantou as iniciativas focadas na proteção de florestas.

De acordo com uma das organizadoras do estudo, Priscilla Santos, do Instituto Imazon, o PSA é um mecanismo para financiar serviços prestados pela natureza. "Serviços como ar puro, água limpa e solos férteis são prestados de graça, mas nós não estamos utilizando eles de forma inteligente", afirma Priscilla.

A maioria dos Estados busca recursos públicos para financiar seus programas de PSA, mas há exceções. "A lei que instituiu o PSA no Acre, por exemplo, prevê a criação de um fundo para captar recursos privados", explica Priscilla. Cada localidade, entretanto, possui diferentes parâmetros no que se refere aos beneficiários, tipos de serviços ambientais e origem dos recursos.

No Estado de Minas Gerais, de acordo com o estudo, parte do dinheiro para o programa de PSA vem das multas pagas por infrações à Lei Estadual nº 14.309, de 2002, que dispõe sobre políticas de proteção à biodiversidade. No Espírito Santo, parte dos recursos é proveniente de um fundo mantido principalmente por royalties de gás e petróleo.

Assentados pela reforma agrária, populações indígenas e pequenos agricultores estão entre os que podem ser cadastrados em programas pelo Brasil. Algumas leis estaduais incluem também qualquer proprietário de área rural ou urbana que preserve o ambiente.

Para Guarany Osório, coordenador do Programa Política e Economia Ambiental do GVces e um dos idealizadores do estudo, seria importante a criação de uma norma federal que tratasse do PSA. De acordo com ele, a norma deveria traçar diretrizes a serem seguidas por todos os Estados, e possibilitar uma adaptação à realidade de cada região. "Só uma lei federal poderia tratar da isenção de impostos ou incentivos fiscais, por exemplo", diz o coordenador. Hoje, de acordo com o estudo, tramitam no Congresso quatro projetos de lei federais sobre o tema.

Código Florestal Mundial – Site da CNA. 06/07/2012

Uma equipe da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (FAMATO) distribuiu espetos de carne e espigas de milho cozido para a população que visitou o estande do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar-MT) no primeiro dia da 48ª Exposição Internacional Agropecuária, Industrial e Comercial de Mato Grosso. A exposição segue até 15 de julho.

A ação teve o objetivo de alertar a sociedade sobre a importância dos alimentos sustentáveis e a defesa da criação de um Código Florestal Mundial. No local, os representantes da entidade explicaram por que apoiam a iniciativa, apresentando dados sobre a agropecuária sustentável de Mato Grosso.

De acordo com o presidente da FAMATO, Rui Prado, as questões ambientais são importantes para todo o planeta. "É necessária uma legislação unificada para todos os países e que traga um conceito ambiental forte aliado à produção agropecuária sustentável. Temos inúmeros biomas e particularidades, mas alguns conceitos ambientais precisam ser mundiais. De nada adianta um país cumprir o seu papel se o outro não o fizer. Esse tema precisa entrar na pauta mundial. O meio ambiente não tem fronteiras e por isso a Famato apoia esta campanha em defesa de um Código Florestal Mundial".

O diretor de relações Iistitucionais da FAMATO, Rogério Romanini, lembra que a ação em defesa de um Código Florestal Mundial começou na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, e que a intenção é continuar apoiando esta causa. "Tanto a experiência na Rio+20 quanto na Expoagro foram bastante positivas. Queremos dialogar com a sociedade e mostrar dados que muitas vezes as pessoas não têm acesso. Mato Grosso é líder na produção de alimentos e, ainda assim, o estado tem 62% da área preservada. As pessoas precisam saber disso", destaca.

Apoio

O trabalhador autônomo João Emerson ficou bastante interessado com a iniciativa."Campanhas como esta são muito válidas e é interessante saber que a ideia surgiu em Mato Grosso. Com certeza ganhou meu apoio", destacou João, reforçando que é um exemplo a ser seguido.

Para o produtor rural Alcino Jorge de Oliveira, é necessário que se leve a discussão sobre a criação de um Código Florestal Mundial para toda a sociedade. "As pessoas precisam conhecer melhor a legislação e saber que Mato Grosso está na vanguarda, pois consegue produzir alimentos preservando o meio ambiente", destaca.

Vale lembrar que, durante o período da 48ª Expoagro, representantes da Famato estarão no estande do Senar-MT, sempre a partir das 19h, para falar sobre o apoio à campanha.

A Rio+20 e a submissão dos governos ao poder financeiro. Alejandro Nadal – Site do MST. 06/07/2012

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNSD), mais conhecida como Rio+20, veio e foi embora. Poderia ter sido um ato importante, em vez disso, estabeleceu um novo padrão de como tornar-se irrelevante. A receita é simples: basta fazer de conta que nunca ouviu falar da crise global.

O documento final da UNCSD não menciona nem uma única vez a crise econômica e financeira global. Pouco importa que a crise já tenha se convertido na Segunda Grade Depressão. De alguma maneira, os funcionários do Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (PNUMA) consideraram que esse assunto não era relevante em uma conferência sobre sustentabilidade.

O PNUMA procurou levar adiante sua iniciativa sobre a economia verde. No relatório apresentado no Rio ela é definida como uma economia que aumenta o bem-estar, diminui a pobreza e melhora o meio ambiente. Tratar-se-ia de uma economia socialmente inclusiva, com baixas emissões de gases do efeito estufa e grade eficiência no uso e manejo de recursos.

Para transitar a uma economia verde é necessário investir 2% do PIB mundial (anualmente entre 2010-2050) em 10 setores chave. É uma quantidade importante. Onde se podem encontrar esses recursos? O PNUMA responde sem rubor: no setor financeiro. Segundo esta agência, o setor financeiro tem a sua disposição uma montanha de recursos e cada vez está mais interessado em uma carteira de investimentos que minimiza o custo ambiental e social, ao mesmo tempo em que capitaliza com tecnologias verdes.

A amizade do PNUMA com o setor financeiro é confirmada quando se mencionam os mercados e instrumentos que agora estariam do lado da justiça e da saúde ambiental: bônus verdes, bônus de carbono, REDD+, e ativos de propriedade verde, etc. Aí está: a financeirização da natureza. Nunca ocorreu aos funcionários do PNUMA que o desenvolvimento destes mercados novos provém da busca de espaços de rentabilidade em um mundo no qual a economia real permanece estancada.

O PNUMA no Rio tentou tapar o sol com um dedo. Quis ignorar o fato de que o setor financeiro é o epicentro da crise global. O colapso da economia mundial se mantém em aumento porque a opacidade das operações financeiras acelerou o contágio ao princípio e agora impede a reativação do mercado interbancário.

O PNUMA tem razão: o setor financeiro cresceu muito nos últimos vinte anos. Mas não lhes ocorre que isso é precisamente um sinal da patologia da economia global? O estancamento dos salários há três décadas explica o crescente endividamento das famílias. A demanda agregada foi impulsionada pelo endividamento e isso, por sua vez, explica como se levou a cabo um processo de redistribuição da riqueza dos mais pobres aos mais ricos. Instrumentos como os cartões de crédito, os empréstimos para estudantes ou para automóveis foram verdadeiros aspiradores para sugar recursos dos lares e levá-los aos bancos.

Um dos fatores que explica a expansão do setor financeiro é sua inclinação para introduzir inovações que fizeram as operações do setor mais opacas, disfarçaram riscos, aumentaram a propensão à volatilidade e incrementaram os níveis de influência. A financeirização converteu muitas operações em zona vedada para os reguladores e agências de supervisão. A autorregulação só proporcionou a ilusão de que se estava fazendo algo para frear os abusos.

Um ponto fundamental que o PNUMA não pode entender: uma proporção significativa da montanha de recursos em mãos do setor financeiro é riqueza contábil. Provém de um típico processo de inflação de ativos, ou seja, de uma bolha. A crise é a forma de destruir esse patrimônio que só existe na contabilidade. Para analistas como Nouriel Roubini ou Dean Baker, ainda falta muito para o processo deflacionário completar sua tarefa.

Além disso, uma parte desses recursos financeiros provém das operações de criação monetária dos bancos. Por exemplo: com seus empréstimos, os bancos da União Europeia criaram bilhões de euros do nada ou, como dizem, ex nihilo. E só uma fração minúscula desses créditos esteve respaldada por depósitos. O balão gigante ainda está esvaziando.

O PNUMA deveria estudar com seriedade a relação entre os setores financeiros e a realidade da economia. Os canais de transmissão entre estes setores são críticos para a manutenção da estabilidade macroeconômica. Em nossos tempos, as operações no setor financeiro propagaram e amplificaram a turbulência e puseram de joelhos a economia real. Caramba, até uma organização tão conservadora como o Comitê de Supervisão de bancos da Basileia (dependente do Banco Internacional de Compensações) se preocupa com estes temas. Por que os funcionários do PNUMA não podem fazer o mesmo?

Os Diálogos Federativos após a Rio+20. Luciene de Assis – Site do MMA. 06/07/2012

Brasil elabora guia com 120 iniciativas concretas de economia verde inclusiva em andamento nos biomas brasileiros. Cinquenta dessas experiências demonstram, na prática, as lições aprendidas por estados e municípios.

A Conferência as Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) deixou um importante legado para sustentabilidade de estados e municípios. Trata-se de um guia com quase 120 iniciativas concretas para economia verde inclusiva e em andamento nos biomas brasileiros. Cerca de 50 dessas experiências demonstram, na prática, as lições aprendidas pelos vários estados e municípios do Brasil.

As experiências, sistematizadas num acordo de cooperação entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foram apresentadas e debatidas nos encontros dos Diálogos Federativos e resultaram no documento "Iniciativas de Economia Verde no Brasil: experiências das unidades federativas em promover uma economia verde inclusiva", já disponível para consulta. A coletânea foi divulgada no quarto encontro dos Diálogos Federativos, dia 22 de junho, no Parque dos Atletas, durante a Rio+20.

LEGADO

"Agora temos um legado fomentando a agenda pós-Rio+20, que reúne uma gama enorme de contribuições destinadas a alavancar o desenvolvimento nacional sustentável", comemora o professor Eduardo Mattedi Werneck, coordenador-geral do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Lembra que, pela primeira vez, reuniram-se as áreas de Planejamento, Fazenda, Meio Ambiente e Desenvolvimento Social de todos os estados, e destaca a participação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), do Conselho das Cidades e dos bancos públicos, contribuições decisivas para se chegar a esses resultados

Estados e municípios de todas as regiões apresentaram propostas levadas à Rio+20, fortalecendo ainda mais o processo de diálogo federativo. O Nordeste realizou as Conferências da Caatinga; do Centro-Oeste saiu a Carta do Cerrado; e do Norte veio a Carta dos Governadores da Amazônia, para citar alguns exemplos de contribuições à agenda de desenvolvimento sustentável pós Rio+20.

Um dos fatores mais importantes dos Diálogos Federativos, segundo declarou, durante o evento na Rio+20, o secretário-executivo do MMA, Francisco Gaetani é o aumento da capacidade de articulação. "O elemento mais raro e mais necessário à gestão é a coordenação", enfatizou Gaetani na ocasião.

DESDOBRAMENTOS

Outra questão sempre presente foi o necessário aperfeiçoamento dos instrumentos de medição da riqueza e do desenvolvimento, como o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). "Os dirigentes e gestores já percebem que os instrumentos de que dispomos para medir o desenvolvimento humano e a riqueza não são adequados para a percepção do que é produzido num contexto de sustentabilidade, com a valorização dos ativos ambientais", salientou Eduardo Mattedi Werneck.

Além do documento divulgado no quarto encontro dos Diálogos Federativos, produziu-se, também, de acordo com Mattedi, "um movimento nacional, em todos os níveis de governo, que precisa ser potencializado, gerando desdobramentos, resultados concretos e maior capacidade de articulação entre entes federados, com troca de experiências de sucesso entre governos locais". Para o coordenador-geral do Sisnama, o maior legado da Rio+20 é que o desenvolvimento sustentável deixou, definitivamente, de ser preocupação exclusiva da área de meio ambiente e, agora, é, de fato, matéria de interesse dos setores sociais, desenvolvimentistas e financeiros.

MP processa CSN por danos ao meio ambiente. Dicler de Mello e Souza, Antônio Werneck e Mário Camelo. O Globo. 06/07/2012

De acordo com ação, siderúrgica estaria despejando rejeitos perigosos em bairro de metalúrgicos em Volta Redonda

O Ministério Público Federal entrou com uma ação contra a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, por danos ao meio ambiente e à saúde da

população do bairro Volta Grande IV. A ação do MPF pede indenização de R$ 87,1 milhões a título de dívida extrapatrimonial e de medida compensatória. Os danos se referem a um depósito de resíduos industriais perigosos localizado no bairro de Volta Redonda. De acordo com a investigação, a CSN não teria adotado os cuidados necessários para a implantação do depósito. Ainda de acordo com o MPF, podem existir falhas no processo de licenciamento ambiental. A ação também pede liminarmente que a análise da área contaminada e de seu entorno possa ser concluída, assim como a remoção dos resíduos perigosos e a realocação dos cerca de 750 moradores.

Em nota, a CSN informou que ainda não foi notificada sobre a ação, mas diz que serão apresentados provas e argumentos que demonstram a conduta correta da empresa. Moradores reclamam de problemas de saúde A companhia afirma também que segue à risca as normas ambientais, monitorando e trabalhando com a investigação da área desde 2000. A empresa relata ainda que, durante esse período, foram realizados oito estudos a respeito da extensão e da natureza dos materiais encontrados no subsolo do bairro, e nenhum deles apresentou risco real para a saúde dos moradores.

Entre os moradores do bairro, há inúmeros relatos de doenças. Margarida Silva, de 67 anos, e o marido de 88,moram em Volta Grande VI há 11 anos. Reclamam de problemas respiratórios e irritação na pele. A idosa conta que o depósito também irradia um pó preto que suja a sua residência.

> - Passo o dia inteiro varrendo, mas esse pó escuro permanece sujando a casa - diz.

O bairro Volta Grande abriga um conjunto habitacional homônimo, cujo terreno foi doado pela CSN ao Sindicato dos Metalúrgicos, posteriormente à implantação do depósito. De acordo com o texto da ação, consultorias ambientais contratadas pela própria CSN para averiguar os impactos na região confirmaram a contaminação do solo e das águas subterrâneas, que escoam para o Rio Paraíba do Sul, assim como a presença de substâncias tóxicas e cancerígenas, como bifenilas policloradas (PCBs), cromo, naftaleno, chumbo, benzeno, dioxinas, furanos e xilenos, em áreas ocupadas por residências e centros de lazer. Já uma pesquisa da Secretaria municipal de Saúde de Volta Redonda constatou ainda uma considerável incidência de abortos e leucopenia na população da região.

O mecânico de manutenção Rogério Márcio Oliveira, de 40 anos, morador do bairro, trabalhou na CSN há 20 anos. Ele relata que, nesse período, já presenciou outras pessoas, principalmente metalúrgicos, adquirirem leucopenia.

> - Esse tipo de doença é contraído principalmente por operários que trabalham nos setores da coqueria e aciaria da usina. Também conheci algumas pessoas com essa doença na vizinhança - enfatiza.

Ele relata ainda que, na década de 90, quatro casas localizadas próximo à quadra de esportes do Volta Grande IV foram demolidas. Segundo Rogério, o solo onde estavam os imóveis foi contaminado pelos resíduos químicos despejados pelo depósito.

O procurador da República Rodrigo da Costa Lines, autor da ação, diz que a CSN ignorou os riscos à saúde da população. Segundo ele, a companhia sempre se esquiva de

compromissos legais, alegando que são necessários mais estudos, quando, na verdade, medidas visando à recuperação da área devem ser adotadas imediatamente.

> - Os moradores não podem conviver com esses riscos para a saúde. As células ilegalmente utilizadas para depositar resíduos tóxicos e cancerígenos não devem permanecer no local, prejudicando a população - diz o procurador.

O longo caminho até a "economia verde". Washington Novaes – O Estado de São Paulo. 06/07/2012

Não surpreende que na Rio+20 se tenha decidido deixar para 2014 a fixação de metas para o desenvolvimento sustentável, a vigorarem a partir de 2015 – de modo parecido com o que se fez na Convenção do Clima, deixando para 2015 a definição de compromissos de redução de emissões poluentes para cada país, masaseremcumpridos sóapartir de 2020. Como o tema inclui também a chamada "economia verde", igualmente discutida no Rio de Janeiro, as definições são dificílimas, envolvem a produção e os seus caminhos em cada paíse nomundo.E aí ocarro pega.

Quem leu na última segunda feira o relato do correspondente deste jornal em Genebra, Jamil Chade, sobre as mudanças no panorama mundial, com os organismos econômicos questionando "a fronteira entre nações ricas e emergentes", tem ideia da dificuldade das transformações propostas para cada país, considerados o seu nível de riqueza, tipos de exportação e importação, obrigações equivalentes.QueméPrimeiroMundo hoje? E quem se inclui no campo da pobreza, entre as 194 nações, se um terço da humanidade ainda cozinha em fogões a lenha (Ladislau Dowbor, Eco21, maio de 2012)? Se já se produzemnomundo2bilhõesdetoneladas anuais de grãos, suficientes para prover cada família de quatro pessoas com 800 gramas diários? Se o PIB mundial de US$63 trilhões anuais, distribuído igualitariamente, desse a cada uma dessas famílias US$ 5.400 mensais? Mas como vencer a resistência e mudar critérios para 737 grupos corporativos, 75% dos quais de intermediação financeira, que "controlam 80% do sistema corporativo mundial"?

A "economia verde", disse o secretário-geral da reunião, Sha Zukang, não trata apenas de "baixo carbono", tem de ser "discutida no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza". Mas a Cúpula dos Povos não gostou: a proposta não criticava o capitalismo, as "suas formas de dominação"; seria apenas um "disfarce para mais negócios e exploração dos ecossistemas", com a ajuda de "tecnologias transgênicas e da biologia sintética"(Agência Brasil, 14/5). Ao longo dos debates, muitas críticas se centraram nas políticas de países que subsidiam fertilizantes inorgânicos, combustíveis fósseis e energias insustentáveis; contribuem para a perda da biodiversidade, com subsídios a certas culturas; e para a redução de empregos no campo, com mecanização acelerada. As operações na agricultura – acentuou-se – contribuem, só elas (fora mudanças no uso da terra e desmatamentos), com 13% das emissões globais, fora as de óxido nitroso (58%) e de metano (47%).

Quem mudará ou quer mudar esse panorama, restaurara fertilidade do solo com insumos naturais e nutrientes "sustentáveis"? Quem será capaz de "integrar lavoura, floresta e pecuária"? Reduzir insumos químicos e herbicidas? Implantar técnicas de manejo biológico? Reduzir desperdícios na área de alimentos (1,3 bilhão de toneladas anuais,

segundo a ONU)? Transferir gratuitamente tecnologias para países mais carentes, de modo a poderem caminhar nessas direções? Determinar que compras governamentais (10% do PIB) tornem prioritários esses caminhos, inclusive na exportação? E como chegar a tudo sem impor penalidades ou barreiras comerciais?

Documentos da ONU (Boletim do Legislativo n.º 2/12, Senado Federal) chegam a dizer que a transformação resultará em "melhoria do bem-estar humano e da isonomia social",e ainda com "significante redução de riscos ambientais e de escassez ecológica". Por aí se chegaria ao "bem-estar intertemporal das futuras gerações", à eliminação de "efeitos da degradação ambiental na oferta agregada"; também a um processo que conduzirá a "uma nova estratégia" e aos financiamentos globais para a "economia verde". Mas– frisam –não podem ser criadas "barreiras ambientais". E será preciso reformar o "regime global do direito de propriedade". Tudo se completará com incentivos para a "economia verde" no valor de 2% do PIB mundial, ou US$ 1,3 trilhão por ano. Por esses caminhos se conseguirá – dizem os documentos – um ganho de 60% na eficiência energética (prédios, indústria, transporte). Entrará na economia o pagamento por serviços ambientais. A simples enumeração dos objetivos e dos caminhos mostra o quanto é complexa,controvertida,delicada a questão.Mesmo sem entrar em questões decorrentes dessas estratégias.

Como, por exemplo, saber onde atuar e de quem cobrar os custos. Na exportação de commodities de países "em desenvolvimento" para países industrializados, por exemplo, quem paga: quem exporta ou quem consome? É discussão semelhante à que ainda não tem solução no âmbito da Convenção do Clima, quando se trata de saber se a redução de emissões cabe aos países que exportam produtos industriais que implicam essas emissões (como os chineses) ou aos países que os importam (como os Estados Unidos, a Alemanha e outros). É o mesmo caso da taxação sobre emissões de empresas aéreas ou de navegação marítima (5% das emissões totais): onde fazê-lo, nos países de origem das viagens ou de destino? E os países no meio do caminho?

E quando se pensa em cobrar por serviços naturais – como na agricultura, por exemplo? Há estudos que mostram um valor de trilhões de dólares anuais para serviços prestados gratuitamente pela natureza – fertilidade do solo, regulação do clima e do regime hidrológico, etc. Vão ser incluídos nos preços de exportação? E nos internos? Países em desenvolvimento (inclusive o Brasil) temem que questões como essa acabem resultando na imposição de barreiras comerciais. Ou em restrições à soberania no uso de recursos naturais.A tese da "economia verde" é atraente.Mas seus caminhos estão povoados de obstáculos de natureza variada. Mesmo em 2014 não será fácil avançar. As realidades de um mundo diversificado – e em crise – continuarão muito fortes.

Futuro indesejado. Marcos Arruda – O Globo. 09/07/2012

Duas clivagens dividem hoje a Humanidade: entre a classe dos donos do capital e as classes que só possuem sua força de trabalho; e entre o bloco dos que professam a fé na acumulação ilimitada de riqueza material, ignorando que os recursos do planeta são finitos, e o bloco dos que já praticam uma socioeconomia fundada na sobriedade feliz, conscientes de que podemos ser felizes consumindo menos bens materiais e vivendo em solidária harmonia entre humanos e com os outros seres da Terra.

Apesar dos compromissos voluntários assumidos pelas elites nas Cúpulas oficiais (Rio-92 e Rio+20), os indicadores de "desenvolvimento sustentável" dos últimos 20 anos são estarrecedores: PIB global, +75%; emissões de carbono, +36%; degelo da banquisa do Ártico, +35%; ritmo anual de degelo das geleiras, +100%; população mundial, +26%; produção de alimentos, +45%; 1/3 deste total (1,3 bilhão de toneladas) é desperdiçado; desnutridos: mais de 1 bilhão; obesos: mais de 1 bilhão; agricultura usa 70% da água consumida; crescente desigualdade de renda como fator de geração de pobreza: renda mundial detida pelos 20% mais ricos passou de 82,7% para 91,5%; a fração dos 20% mais pobres caiu 20 vezes, de 1,4% para 0,07%; crescente desigualdade de expectativa de vida: para os 20% mais ricos, de 77 para 79 anos; para os 20% mais pobres, de 46 para 44 anos de vida (Pnud).

Estes indicadores comprovam o fracasso do "desenvolvimento sustentável". Mas a avaliação dos resultados de 20 anos de tratados internacionais sobre pobreza, clima, gênero, biodiversidade, desmatamento e desertificação, água, emissões de gases-estufa, acidificação dos oceanos, degelo das calotas e geleiras foi retirada da agenda da Rio+20. Por quê? "Não devemos olhar para trás. É tempo de construir o futuro." Para disfarçar esse fracasso, as grandes empresas lançaram a Economia Verde, não só para evitar a avaliação dos 20 anos de promessas vazias, mas para pintar de verde a economia "de mercado", apresentada como "o novo caminho" de salvação da vida e do planeta.

Soluções efetivas além da retórica estão ausentes no documento oficial, "O futuro que queremos". A Declaração da Cúpula dos Povos na Rio+20 é incisiva: "As instituições financeiras multilaterais, as coalizões a serviço do sistema financeiro, como o G8/G20, a captura corporativa da ONU e a maioria dos governos demonstraram irresponsabilidade com o futuro da humanidade e do planeta e promoveram os interesses das corporações na conferência oficial. Em contraste, a vitalidade e a força das mobilizações e dos debates na Cúpula dos Povos fortaleceram a nossa convicção de que só o povo organizado e mobilizado pode libertar o mundo do controle das corporações e do capital financeiro."

Senador faz nova mudança para votar Código Florestal. Marcio Falcão – Folha de São Paulo. 09/07/2012

Relator de MP propõe alteração que beneficia proprietários de médio porte. Nova regra, que será apresentada hoje, limita recuperação de floresta desmatada a 25% do total da fazenda

Os médios produtores rurais podem ganhar regras mais brandas para a preservação de margens de rios em suas propriedades.

O relator da MP (medida provisória) que altera o Código Florestal, senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC), mudou o texto enviado pela presidente Dilma Rousseff. Em seu parecer, que será apresentado hoje, ele estabeleceu, aos imóveis de 4 a 10 módulos fiscais, um limite para o reflorestamento das APPs (Áreas de Preservação Permanente) em beira de rios de até dez metros de largura.

A proposta de Dilma dizia que, nessa situação, os proprietários teriam de recuperar 20 m da floresta desmatada. O texto de Luiz Henrique mantém esse número, desde que ele não corresponda a uma área que ultrapasse 25% do tamanho total da fazenda.

A recomposição das APPs foi o principal impasse da discussão no Congresso.

Após sofrer derrotas, em especial na Câmara, Dilma vetou partes do texto finalizado pelos parlamentares e propôs outras mudanças, enviadas de volta ao Congresso por meio da MP -que agora é analisada por um grupo de deputados e senadores, a maior parte deles ruralista.

Nela, a questão das APPs foi definida por um sistema apelidado de "escadinha", segundo o qual as recomposições das matas de beira de rio deveriam ser progressivas (quanto maior a propriedade, maior o reflorestamento).

A ideia foi reverter o que o governo chamou de anistia promovida pelos congressistas. Sem o limite de 25%, diz Luiz Henrique, parte dos médios proprietários rurais teria a produção inviabilizada.

"Pelos nossos cálculos, por exemplo, um proprietário de 5 módulos que não tivesse o limite iria perder 60% [da área agricultável] da propriedade." Idealmente, a bancada ruralista queria garantir apenas 15 m, e não 20 m, de recuperação para os médios, mas o Planalto rejeitou.

Questionado se a medida teve aval do governo, Luiz Henrique disse que a solução foi discutida com técnicos dos ministérios envolvidos e com deputados da comissão.

Para acolher uma demanda do governo, o senador discutiu ajustes para manter a parte da MP que transforma o artigo 1° do código, deixando claro que o objetivo da lei é proteger florestas nativas.

O mesmo artigo, no código finalizado pelo Congresso, define que a lei é um mero disciplinador de atividades rurais, sem citar a necessidade de proteção.

Luiz Henrique disse que buscou um meio termo: seu parecer acolhe a orientação do Planalto, deixando claro que a norma deve harmonizar produção e desenvolvimento sustentável.

O relatório do peemedebista deve ser apresentado hoje para a comissão e votado na próxima quarta-feira. Após ser discutida nessa comissão, a MP ainda terá que passar na Câmara e no Senado, onde pode sofrer novas mudanças e, depois, um eventual novo veto de Dilma. Só então a lei entrará em vigor.

'Gatilho' beneficia propriedades médias em novo Código Florestal. Marta Salomon – O Estado de São Paulo. 09/07/2012

Mais de 300 mil médios proprietários rurais são beneficiados na novaversãoda reformadoCódigo Florestal que o relator Luiz Henrique (PMDB-SC) apresenta hoje no Congresso. O texto modifica a medida provisória editada pela presidente Dilma

Rousseff em 25 de maio no trecho que se refere à recuperação de margens de rio em médias propriedades (entre 4 e 10 módulos fiscais). A MP estabelece que elas recuperem 20 metros da vegetação às margens de rios de até 10 metros de largura. O relator acrescentou um "gatilho" que faz com que elas só tenham de fazer essa recuperação se a exigência não superar 25% da área total do imóvel.

Em imóveis com mais de 10 módulos fiscais, os proprietários terão que recuperar ao menos 30 metros de vegetação às margens de rios, conforme prevê amedida provisória. As grandes propriedades representam 63% da área ocupada por propriedades privadas no País. A nova proposta deverá ser votada nesta quarta-feira pela comissão especial do Congresso. Até outubro, vai à votação nos plenários da Câmara e do Senado, antes de seguir para sanção presidencial.

A questão mais polêmica ainda é a exigência de recuperar a Área de Preservação Permanente desmatada às margens de rios. AMP já prevê uma exigência menor para os pequenos proprietários (até quatro módulos fiscais). Eles representam pouco mais de 90% dos imóveis rurais do País, que somam menos da quarta parte da área total das propriedades privadas.

Outra mudança importante apresentada pelo relator, que também atende a pedidos de integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária, trata da concessão de crédito aos proprietários rurais. A medida provisória baixada por Dilma Rousseff prevê que os financiamentos serão suspensos num prazo de cinco anos aos proprietários que não fizerem inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e não comprovarem a regularidade dos imóveis.

"O temor é que a medida travasse o crédito", disse o senador Luiz Henrique, cujo texto libera os proprietários da exigência de comprovar a regularização ambiental de suas terras. Segundo o relator, a nova versão do Código Florestal mantém restrições à expansão do cultivo de camarão em manguezais.

"Agora se conformaram", disse Henrique sobre um dos temas mais polêmicos da votação da reforma do Código Florestal na Câmara.

A exploração do camarão fica submetida a licenciamento ambiental e limitada a 10% das áreas de apicuns na Amazônia e a 35% nos demais biomas.

Mercosul e sustentabilidade. Lucas Tolentino – Site do MMA. 10/07/2012

Países do bloco discutem contrato para intervenção ambiental em pequenas e médias empresas e a realização de oficinas sobre práticas na área de gestão ambiental e produção sustentável.

As ações de sustentabilidade ambiental contarão com o apoio de países do Mercosul e da União Europeia. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) realiza, durante esta semana, reuniões com representantes de nações como Uruguai e Argentina para discutir as medidas que serão implantadas. Os encontros fazem parte do Programa de Apoio ao Aprofundamento do Processo de Integração Econômica e Desenvolvimento Sustentável do Mercosul (Econormas).

O projeto garantirá o investimento de 18 milhões de euros (R$ 44,9 milhões). Do total, 6 milhões de euros (R$ 14,9 milhões) são provenientes dos integrantes do Mercosul e o restante é assegurado pela União Europeia. O objetivo é garantir a melhoria da qualidade e da segurança de produtos do Mercosul, promover o crescimento econômico aliado à gestão sustentável de recursos e estimular as ações de proteção ambiental.

INTERVENÇÃO

Entre as medidas que serão discutidas durante esta semana, estão o contrato para intervenção ambiental em pequenas e médias empresas, a definição da campanha de divulgação e as diretrizes para realização de oficinas sobre práticas na área de gestão ambiental e produção sustentável.

Os resultados das reuniões técnicas serão apresentados no fim do ano. O acordo entre o Mercosul e a União Europeia que criou o Econormas foi firmado em dezembro de 2009 e tem cinco anos de duração. O programa é realizado pelos países integrantes do Mercosul e é operado pelo Laboratório Tecnológico do Uruguai.

A cooperação viabilizará medidas em quatro frentes de atuação: promoção da produção e consumo sustentáveis; luta contra a desertificação e os efeitos da seca; avanços para a implantação do Sistema Global Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS) e convergência da base normativa e regulamentária de produtos em áreas específicas selecionadas e criação de capacidades regionais de avaliação de conformidade

---

Fracassa nova tentativa de desocupar Belo Monte. Danilo Fariello – O Globo. 10/07/2012

Índios tomaram parte do canteiro de obras desde o dia 21

Começaram ontem as negociações em Altamira (PA) do consórcio Norte Energia, responsável pela hidrelétrica de Belo Monte, para desocupação de mais de 300 índios de parte do canteiro de obras e retomada total dos trabalhos. Desde o dia 21 de junho, representantes de nove etnias ocupam o sítio Pimental, local onde trabalhavam mais de mil operários, que tiveram os trabalhos interrompidos pelo Consórcio Construtor de Belo Monte para evitar riscos de acidentes.

Os índios querem alterações no Plano Básico Ambiental (PBA), já aprovado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que prevê compensações e mitigações dos impactos da construção ao cotidiano das aldeias impactadas. Os representantes indígenas pedem a suspensão imediata da licença de instalação emitida para rediscussão do PBA aprovado.

Na semana passada, a Funai se manifestou sobre o tema, afirmando que mantém reuniões com as aldeias afetadas e reconhecendo a possibilidade de rediscutir o PBA e "fazer pequenas adequações", segundo nota oficial.

Até a implantação do PBA, as aldeias indígenas afetadas recebiam um valor mensal de R$ 30 mil, previsto em plano emergencial assinada pela própria Norte Energia. No mês passado, o pagamento desse valor foi suspenso, com a previsão de entrada em vigor do PBA em julho.

O diretor-presidente da Norte Energia, Carlos Nascimento, está em Altamira onde conversa pessoalmente com os representantes indígenas. Parte das aldeias foi ouvida ontem e outra parte será recebida hoje.

Pioneira do ambientalismo diz que perda de florestas é a maior ameaça à Humanidade. Renato Grandelle (Entrevista Jane Goodall) – O Globo. 10/07/2012

PIONEIRISMO: Jane Goodall revolucionou a compreensão sobre a vida social e a inteligência dos chimpanzés

A fala mansa, pausada e a aparência frágil da primatóloga britânica Jane Goodall, de 78 anos, podem enganar à primeira vista. Mensageira da paz das Nações Unidas e uma das mais conhecidas ambientalistas e especialistas em vida selvagem do mundo, ela é severa com os governantes — preocupados demais com suas próprias carreiras — e acredita que a melhoria do meio ambiente depende das empresas e da sociedade civil. Na Rio+20, ela participou de eventos sobre formas de evitar o desmatamento. A seguir, ela fala sobre a necessidade de preservar as florestas em benefício da própria Humanidade.

O Globo: O desmatamento é a principal ameaça deste século?

JANE GOODALL: Certamente, porque, se transformarmos uma terra fértil em areia, estamos inviabilizando não só a existência da fauna, como também a nossa. Regiões inteiras caminham para se tornarem inabitáveis porque, quando saem as árvores e resta um solo nu, todos ficamos mais expostos às mudanças climáticas.

O Globo: Para a senhora, os governantes pensam desta forma?

JANE: Em algum momento, já pensaram. Mas, você sabe, eles são políticos. Preocupam-se com a sua popularidade, com medidas que garantam sua reeleição — ao menos, claro, numa democracia. E estabelecer uma política ambiental não lhes parece uma forma de conquistar a maioria, pelo menos não a curto prazo. Por isso nosso trabalho deve ser mudar este padrão.

O Globo: Não há exceções no poder público?

JANE: Talvez uma das maiores seja a Costa Rica, onde o governo paga para que os fazendeiros não cortem as árvores. Eles descobriram que uma floresta em pé está diretamente relacionada ao ar e água mais limpos. É uma política implantada há tempos, e, como resultado, mais de metade da área verde do país está protegida, e isso foi feito sem comprometer o estilo de vida de quem depende diretamente dos recursos naturais da floresta. É uma vitória.

O Globo: E o Brasil, como a senhora avalia?

JANE: Ouço muitas coisas sobre o país, de diferentes lados. Um me diz que o governo está fazendo um trabalho excelente para conter o desmatamento; outro, que ainda há um expressivo corte ilegal de árvores e que a margem dos rios fica exposta a isso. Um cita o país como exemplo, outro é mais reticente.

O Globo: O acordo assinado pelos chefes de Estado durante a Rio+20 contribui para que outros países adotem políticas exemplares?

JANE: Em 1992, discutimos diversas políticas que, até hoje, não saíram do papel. Se o mesmo acontecer a partir de agora, então a Rio+20, em sua agenda oficial, pode ter sido inútil. Por isso jogo minha esperança nas grandes corporações. Há uma relação mais direta entre consumidor e empresas do que entre sociedade e governos. As empresas mudam mais rapidamente, elas não querem ser desacreditadas. Sua filosofia é: "Isso pode ser feito sem comprometer nosso crescimento ou o lucro, e ao mesmo tempo podemos ajudar as pessoas. Então, vamos lá".

O Globo: E isso substitui o fato de que presidentes e primeiros-ministros das maiores potências do mundo não estiveram no Rio?

JANE: Os maiores compromissos que saíram do Rio vieram das corporações. Elas já sabem, e serão lembradas, de como terão de mudar. Que seus clientes querem alimentos orgânicos, por exemplo. E quem vai pressionar é a sociedade civil. Muitas pessoas disseram, antes do encontro, "Rio+20, e daí? Tantas promessas foram feitas 20 anos atrás e nada aconteceu". É chocante. Estamos entendendo a relação das coisas, a insustentabilidade de nosso atual estilo de vida, e que as florestas tropicais não são as únicas vítimas. Em muitas partes do mundo isso já se tornou uma catástrofe. É estimulante ver que há companhias incríveis, éticas, esforçando-se para entrar em sintonia com o meio ambiente.

O Globo: Os governos, então, são um caso perdido?

JANE: Não. Um dia os jovens que me cercam e me perguntam o que podem fazer, se o planeta é um caso perdido, eles serão o governo. A impressão que carrego é que, em algum momento, o cérebro se desvencilhou do coração. As decisões são tomadas pensando no que é bom para mim agora, e não para os outros no futuro. O problema é que não podemos esperar até o atual jardim de infância chegar no poder. Não podemos viver sem causar impacto. Temos o poder da escolha — do que comemos, do que vestimos, com quem e como interagimos. Cabe a nós exercitá-lo

---

Ibama vai liberar 11 projetos de petróleo e gás. Rafael Bitencourt e André Borges – Valor Econômico. 10/07/2012

Volney Zanardi, presidente do Ibama: "Estamos autorizando dezenas de poços em uma única licença, mas temos total segurança do que está acontecendo"

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) vai liberar um volume recorde de licenças para o setor de petróleo e gás. Ao todo,

apurou o Valor, 11 empreendimentos de grande porte receberão autorizações ambientais do instituto até o fim deste ano, um pacote de projetos liderados pela Petrobras, OGX e BG Group.

A maior parte dos empreendimentos está atrelada à exploração de óleo e gás na camada pré-sal. A Petrobras terá, ao todo, nove projetos autorizados pelo Ibama até dezembro, todos envolvendo etapas de teste, exploração, produção e transferência de petróleo e gás em águas profundas. Desses projetos, cinco já estão com seus relatórios ambientais em fase conclusiva e deverão ter impacto direto na produção projetada a partir do ano que vem. A estimativa feita pelo Ibama aponta que, somente nos cinco empreendimentos ambientalmente mais avançados, a capacidade de produção de petróleo envolvida chega a 728 mil barris por dia. Os blocos também vão adicionar 10 milhões de metros cúbicos de gás por dia.

Uma das principais licenças requeridas pela Petrobras diz respeito à execução da primeira etapa de um pacote integrado de projetos no pré-sal. Só nesse pacote - que contempla atividades como dois pilotos de produção, 11 testes de longa duração e um desenvolvimento de produção - a capacidade envolvida é de 350 mil barris por dia.

As autorizações atingem campos de petróleo e gás das bacias de Campos e de Santos, entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Entre as prioridades da Petrobras estão o desenvolvimento das áreas de Tiro e Sidon, localizadas no sul da Bacia de Santos, a ampliação do Parque das Baleias, na Bacia de Campos, a produção no campo de Papa-Terra, na Bacia de Campos; e o gasoduto Rota Cabiúnas, linha que interligará o pré-sal ao Rio de Janeiro.

Segundo Gisela Forattini, diretora de licenciamento do Ibama, o pacote de licenças para o setor supera o volume de autorizações dadas pelo órgão até agora num curto espaço de tempo. "Nunca emitimos, de forma tão concentrada, um volume de licenças para esse setor como faremos dessa vez", disse ao Valor.

Além dos empreendimentos da Petrobras, será dado sinal verde para uma unidade "offshore" de transferência e exportação liderada pela companhia BG Group. O Ibama quer liberar ainda a autorização para produção e perfuração dos blocos BM-C-39 e 40, sob responsabilidade da empresa OGX, controlada pelo empresário Eike Batista.

A aceleração do licenciamento ambiental em projetos de petróleo e gás está diretamente associada às mudanças recentes promovidas pelo Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp), iniciativa coordenada pelo Ministério de Minas e Energia. É essa a avaliação do presidente do Ibama, Volney Zanardi, que assumiu o comando do instituto há menos de dois meses.

"O Prominp simplificou processos. Antes, se você precisava fazer um diagnóstico da Bacia de Campos, por exemplo, tinha que refazer esse estudo, se aparecesse outro projeto em Campos. Isso, para nós, era perda de tempo. Uma nova portaria [422/2011] mudou essa realidade. Hoje, podemos fazer uma validação de diagnóstico que outros poderão usar. Se determinada área precisa de um 'zoom', só temos que produzir informação sobre aquela área específica. Isso simplifica o trabalho e baixa custo", diz Zanardi.

O peso dado às licenças ambientais para o setor também mudou de forma significativa. Até o ano passado, o Ibama emitia autorizações para poços de petróleo. Uma alteração feita por uma instrução normativa do Ministério do Meio Ambiente fez com que cada licença prévia passasse a envolver inúmeras autorizações de poço.

"Hoje, uma licença prévia vale por 30 licenças anteriores, porque agora passamos a licenciar por blocos. E o mais importante disso é que o processo não perdeu qualidade. Estamos autorizando dezenas de poços em uma única licença, mas temos total segurança do que está acontecendo", afirma Zanardi.

As estimativas apontadas pelo Ibama dão conta de que a produção de petróleo do país deverá saltar de 2,325 milhões de barris por dia, verificada em 2010, para 5,756 milhões de barris/dia em 2020.

Instituto vai mudar regras internas para ampliar arrecadação com multas – Valor Econômico. 10/07/2012

O presidente do Ibama, Volney Zanardi, disse que o instituto fará uma revisão geral de seu regimento interno, com o propósito de garantir o aumento na execução de multas que são aplicadas pelo órgão, mas que, efetivamente, não são pagas. Na prática, Zanardi quer reduzir as instâncias de recursos que hoje são estendidas às empresas para questionar as sanções aplicadas pelo instituto. "Tínhamos quatro instâncias de recurso até pouco tempo atrás. Estamos fazendo uma reestruturação desse processo para agilizar a cobrança de multas. Vamos reduzir essas instâncias, ficando com, no máximo, duas etapas de recurso", disse Zanardi.

De acordo com o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ibama aplicou R$ 13 bilhões em multas entre 2008 e 2011, mas arrecadou apenas R$ 90 milhões. "Neste ano, já aumentamos em 50% o volume de arrecadação, se comparado ao mesmo período do ano passado", comentou o presidente do instituto.

A reestruturação interna da autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente também passará pela integração de informações que hoje circulam em vários departamentos do órgão de maneira desestruturada. "Vamos consolidar nossa base de dados em um único sistema de informação. Isso trará ainda mais agilidade e transparência ao processo de licenciamento", disse.

O Ibama tem hoje cerca de 4 mil funcionários distribuídos por todo o país, dos quais 400 estão vinculados exclusivamente à área de licenciamento ambiental, a maior demanda atualmente, por conta do volume de obras de infraestrutura planejadas ou em andamento.

Apesar de admitir que reformas internas poderão agilizar as autorizações, Volney credita parte do atraso nos licenciamentos à complexidade crescente que toma conta dos empreendimentos. "O licenciamento no Brasil inclui questões socioambientais. Aqui não discutimos apenas a viabilidade ambiental. Às vezes, temos que entrar também na viabilidade econômica da obra", comentou. "Isso acontece porque o estudo, muitas vezes, chega tão quadrado, que precisamos analisar questões que, na prática, fogem da nossa competência administrativa. Nós não licenciamos intenções, mas sim projetos."

A queixa feita pelo presidente do Ibama volta-se, principalmente, para a baixa qualidade dos projetos de engenharia apresentados pelo setor de transportes. Dos 1.694 processos em análise no Ibama, cerca de 25% estão atrelados a obras de rodovias e ferrovias. Segundo a diretoria do Ibama, a área de energia tem sido uma das mais beneficiadas no processo de licenciamento, devido à organização do setor. "No Ministério de Minas e Energia, há uma comissão específica para tratar de assuntos relacionados a meio ambiente. Isso não acontece, por exemplo, no Ministério dos Transportes", disse o presidente do órgão.

Obras do PAC representam 18% do total da demanda por licenciamento – Valor Econômico. 10/07/2012

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) passou a ser um divisor de águas para o Ibama na hora de estabelecer prioridades de licenciamento ambiental. O órgão trabalha hoje sobre 1.694 processos de licenciamento. Desse total, 18% recebem o carimbo do PAC. Apesar dessa participação relativamente pequena frente a tudo o que o instituto tem que analisar, é nesse conjunto de empreendimentos que estão concentrados mais de 90% do esforço do Ibama.

"O PAC tem sido um fato decisivo para dar uma sinalização mais clara de nossas prioridades. Isso tem ajudado a organizar a agenda", disse o presidente do Ibama, Volney Zanardi.

Nos últimos dez anos, o Ibama passou a ser pressionado por um forte aumento nos pedidos de licenciamento. Em 2002, o órgão analisou 464 processos. Cinco anos depois, esse volume saltou para 1.075 solicitações, chegando a 2011 com recorde de 1.719 registros. Certamente, esse volume será superado neste ano. Até a semana passada, 1.694 processos estavam acumulados dentro do Ibama.

Segundo Gisela Forattini, diretora de licenciamento do instituto, foram efetivamente emitidas 630 licenças no ano passado. Apesar das reclamações insistentes de empresas e do próprio quanto à lentidão da autarquia em liberar os empreendimentos, Forattini faz um balanço positivo do desempenho. "A nossa marca é de 2,5 licenças liberadas por dia útil ao longo do ano passado", disse.

A agilidade do Ibama é aguardada especialmente por empresas do setor de infraestrutura. No primeiro semestre deste ano, o órgão ambiental emitiu 287 licenças, com destaque para projetos de hidrelétricas, rodovias, linhas de transmissão e ferrovias. Alguns empreendimentos de maior porte têm exigido um tratamento especial. É o caso da usina hidrelétrica de Belo Monte, em construção no rio Xingu, no Pará, que conta com uma comissão exclusiva de técnicos. "Belo Monte está sendo um aprendizado para todo mundo. Nos momentos de pico, já reunimos uma equipe com 24 técnicos de diferentes diretorias", afirmou.

Um balanço do instituto aponta que, de um total de 39 usinas hidrelétricas previstas para serem viabilizadas entre 2014 e 2019, 28 passarão pelo crivo do órgão federal - as demais serão licenciadas por gestores estaduais. Isso significa que, dos 33,2 mil megawatts (MW) que serão adicionados à potência energética nacional, mais de 31,5 mil - o equivalente a 94,7% - serão analisados pelo Ibama.

Os números também são consideráveis no setor de transportes. Até 2015, o órgão tem a meta de licenciar 8 mil km de estradas. Outros 8,4 mil km estão previstos após 2015. No segmento de ferrovias, a extensão é ainda maior. Nos próximos três anos, 12,7 mil km de malha serão avaliados pelo Ibama. Mais 9,2 mil quilômetros de ferrovia estão na fila para receber seu licenciamento a partir de 2015.

CNA, Sebrae e Pelé lançam campanha para consolidar imagem do agronegócio sustentável brasileiro – Site da CNA. 11/07/2012

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) lançaram na noite desta terça-feira (10/7), em Brasília (DF), o Time AgroBrasil, em evento que reuniu cerca de 980 pessoas. O Time Agro Brasil é uma campanha que terá como estrela Edson Arantes do Nascimento, o Rei Pelé, maior jogador de futebol de todos os tempos. A campanha pretende consolidar a imagem do agronegócio sustentável brasileiro no País e no exterior.

Com prazo até 2014, a campanha tem por objetivo mostrar que os produtores rurais brasileiros dão exemplo ao mundo de como produzir alimentos preservando o meio ambiente, ocupando apenas 27,7% do território nacional com a atividade agropecuária e preservando 61% dos biomas do País. Com a iniciativa, a CNA quer mostrar que o Brasil, famoso por revelar grandes jogadores de futebol, também tem craques na agricultura e na pecuária.

"Precisamos expandir nossos mercados e só iremos conseguir isso mostrando que o alimento brasileiro é confiável e de qualidade. E ninguém como o Pelé, com credibilidade internacional, para mostrar o quanto os nossos produtos são saudáveis e confiáveis. Esperamos que ele, que marcou tantos gols nos campos, ganhando três copas do mundo, possa nos ajudar a marcar os gols que precisamos para mostrar a nossa produção sustentável lá fora", destacou a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu. Na cerimônia de lançamento da campanha, ela mostrou afinidade com o futebol, associando o papel dos jogadores nos campos de futebol ao dos agricultores nos campos de produção. "Temos mais de cinco milhões de craques, que são nossos produtores rurais, que devem jogar junto com a pesquisa, com a tecnologia, com as políticas para o campo. Em agricultura, estamos na primeira divisão mundial e devemos ter um time bem preparado", enfatizou.

O diretor presidente do Sebrae, Luiz Eduardo Barretto, destacou que a parceria lançada hoje para difundir a imagem do agronegócio sustentável brasileiro é "a primeira de muitas parcerias para os próximos anos". Segundo ele, o Brasil, que é cinco vezes campeão do mundo no futebol, será campeão mundial na agricultura com essa campanha estrelada por Pelé. Em seu discurso, o rei do futebol afirmou que está preparado para o novo desafio. Lembrou os tempos em que era jogador e de quando ajudou a trazer a primeira Copa do Mundo para o Brasil, o que tornou o futebol brasileiro conhecido e o melhor do mundo hoje. Neste contexto, Pelé, que também é produtor rural, afirmou que a agropecuária brasileira, que já é referência mundial, tem tudo para trilhar o mesmo caminho com o Time AgroBrasil, liderado por CNA e Sebrae.

“Parece que é o pontapé inicial, mas não é, porque o Brasil já é referência na agricultura. Mas vamos fazer do Brasil será o primeiro do mundo na agricultura porque Deus só me bota em equipes vencedoras”, garantiu o rei, que recebeu do presidente do Conselho Deliberativo Nacional do Sebrae e vice-presidente da CNA, Roberto Simões, a bola para dar início à campanha.

A cerimônia de lançamento do Time AgroBrasil contou com a presença do vice-presidente da República, Michel Temer, e os ministros Aldo Rebelo (Esporte), Mendes Ribeiro (Agricultura), Paulo Bernardo (Comunicações), Marcelo Crivella (Pesca e Aquicultura), e o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, além de deputados, senadores. Participaram presidentes das Federações de Agricultura e Pecuária e de sindicatos rurais de todo o País. Um dos pontos altos da solenidade foi a apresentação da Companhia de Dança Carlinhos de Jesus, cujos bailarinos fizeram evoluções no palco transformando-se de produtores rurais em jogadores do time Agro Brasil.

Votação da MP do Novo Código Florestal é adiada para amanhã – Site da CNA. 11/07/2012

Um pedido de vista coletiva adiou para amanhã (12/7) a análise e o início da votação do relatório sobre a Medida Provisória (MP) 571, que traz complementos ao novo Código Florestal para preencher as lacunas deixadas pelos vetos da presidente da República, Dilma Rousseff, ao texto aprovado no final de abril pelo Congresso Nacional. A decisão foi anunciada pelo deputado Bohn Gass (PT-RS), presidente da Comissão Especial Mista que analisa a MP, após a conclusão da leitura do parecer do relator da matéria, senador Luiz Henrique (PMDB-SC). Desta forma, os deputados e os senadores da comissão terão 24 horas para avaliar as mudanças feitas e decidir se votam o texto-base da MP nesta quinta-feira, deixando para agosto a votação dos destaques que forem apresentados à matéria.

“É claro que temos pressa em fazer uma legislação que dê segurança jurídica a todos, tanto para garantir a preservação ambiental como para assegurar a continuidade da produção de alimentos. Mas há alguns detalhes a serem resolvidos, que podem parecer simples, mas são fundamentais para algumas regiões do País. Por isso, não podemos ter pressa e passar por cima destas questões”, afirmou a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, que acompanhou a apresentação do relatório. Na sua avaliação, se algumas pendências em relação ao texto forem resolvidas logo, há a possibilidade de votar o texto antes do recesso parlamentar, que começa no próximo dia 18. Caso contrário, o tema só volta às discussões em agosto. A MP tem validade até o dia 8 de outubro.

Uma das mudanças feitas no texto foi em relação à recomposição das Áreas de Preservação Permanente (APPs) nas margens dos rios. Luiz Henrique manteve na MP a metragem de recuperação de 20 metros de mata ciliar para rios com até 10 metros de largura nas propriedades rurais acima de quatro módulos fiscais até 10 módulos fiscais. No entanto, acrescentou um dispositivo que determina que esta exigência seja cumprida se a área a ser recuperada não ultrapasse 25% da área total do imóvel. O relator estabeleceu, também, limites para o cômputo das APPs no cálculo da reserva legal, que não poderão ultrapassar 80% do tamanho do imóvel na Amazônia Legal e 50% nas

demais regiões do País. O cômputo continua válido para as modalidades de regeneração e recomposição, ficando a compensação condicionada à autorização do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama).

Sobre este ponto, a presidente da CNA disse que são necessários ajustes para definir os biomas que devem se enquadrar nesta regra. Ela explicou que o percentual máximo de reserva legal no bioma amazônico, onde estão as florestas, é de 80%. No entanto, há áreas do Cerrado localizadas na Amazônia Legal, onde o percentual de reserva legal é de 35%, que poderiam ser prejudicadas com esta regra se não for esclarecida a redação do dispositivo, inviabilizando a produção em várias propriedades. “Deve ter sido um erro de redação, que devemos corrigir. No Tocantins, por exemplo, 90% das áreas são de Cerrado e não se pode mudar o índice de 35% para 80% do dia para a noite”, ressaltou.

O relatório traz, ainda, alterações no artigo 1º da MP, no qual estão os princípios que regem o novo Código Florestal. Foram acrescentados termos a alguns dispositivos deste artigo, como a reafirmação da importância da função estratégica da atividade agropecuária e o papel das florestas na sustentabilidade, no crescimento econômico, na melhoria da qualidade de vida da população brasileira e na presença do País nos mercados nacional e internacional de alimentos e bioenergia. Também foram introduzidos, dentro dos princípios da nova lei, pontos como a preservação da água, do solo e da vegetação em harmonia com o uso produtivo da terra, o fomento à pesquisa científica e tecnologia para o desenvolvimento sustentável e a criação de incentivos econômicos para a preservação ambiental. Momentos antes da votação, o relator informou que retirou do parecer o dispositivo que previa a suspensão das exigências previstas nos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) assinados com o Ministério Público sob o amparo do antigo Código Florestal (Lei 4.771/65).

Resíduos sólidos: prazo final. Rafaela Ribeiro – Site do MMA. 11/07/2012

Estados e municípios que pretendem ter acesso a recursos federais precisam elaborar seus planos de gestão até agosto. Data foi estabelecida em 2010.

O próximo dia 2 de agosto é a data-limite para que estados e municípios concluam planos, estaduais ou municipais, de gestão de resíduos sólidos, caso pretendam pleitear recursos federais para investir no setor. A determinação foi instituída pela Lei nº 12.305, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "É essencial que estes dois entes federados tenham planos de ação específicos ajustados às suas realidades, proporcionando às populações modelos eficientes de gerenciamento de resíduos", afirma o gerente de Projetos da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Saburo Takahashi.

Estados e municípios tiveram dois anos para elaborarem seus projetos regionalizados. Para isso, contaram com o apoio do Ministério do Meio Ambiente, que elaborou um manual de orientação para a elaboração dos planos, que está disponível no site do MMA. Além disso, o MMA tem oferecido cursos de ensino a distância para orientar gestores e consultores. O treinamento tem duração de 30 dias e oferece flexibilidade total de horário – cada participante acessa a plataforma e cursa as aulas nos horários que lhe for mais conveniente.

Takahashi explica que as prefeituras que fazem parte de consórcios intermunicipais, podem, em conjunto, elaborar um plano intermunicipal de gestão de resíduos sólidos, que valerá para as cidades que compõem o consórcio. "Isso reduz custo e otimiza a elaboração do plano", disse. Pela lei, até 2014, todos os lixões estarão desativados e os rejeitos de todo o país devem ser encaminhados para aterros sanitários.

Chevron não afetou ambiente, diz laudo. Marco Antonio Martins e Denise Luna – Folha de São Paulo, Mercado. 11/07/2012

Seis meses depois da conclusão do inquérito, peritos da PF concluem que o vazamento não teve impacto na região. Em dezembro, polícia havia indiciado 17 executivos da Chevron e da Transocean como responsáveis por danos .

Peritos da Polícia Federal, no Rio, concluíram um laudo no qual afirmam não ter ocorrido dano ambiental no vazamento de óleo da Chevron, na bacia de Campos, em novembro passado.

O documento foi encaminhado há 20 dias ao superintendente da PF no Estado, Valmir Oliveira, seis meses após a conclusão do inquérito e da denúncia feita pelo Ministério Público Federal.

Em 20 páginas, os peritos Rosemari de Oliveira Almeida e Emiliano Santos Rodrigues relatam que "é possível que elementos pesados do óleo questionado tenham sido absorvidos pelo solo do oceano". Isso, na avaliação deles, significa que não houve impacto ambiental.

A conclusão difere dos laudos do Ibama, da ANP (Agência Nacional do Petróleo) e do oceanógrafo David Zee, anexados ao processo, que relatam ter ocorrido "danos ao ambiente".

O documento foi encaminhado pelo superintendente da PF para a Justiça Federal, que decide agora se anexa o laudo ao processo.

Pouco antes de concluir o inquérito, em 23 de dezembro, o delegado Fábio Scliar encaminhou memorando ao setor de perícia da PF, no Rio, dispensando o laudo.

Ele considerava o documento desnecessário por entender já ter todas as provas necessárias. Procurado ontem, Scliar foi proibido de comentar o caso pela administração da PF, no Rio.

Em nota, a assessoria da PF se limitou a informar que o laudo "faz parte do conjunto probatório incluído no inquérito policial instaurado para apurar o vazamento de petróleo na bacia de Campos" e que as informações deveriam ser prestadas pelo Ministério Público Federal ou pela Justiça Federal.

O procurador Eduardo Santos, responsável pela denúncia, não foi encontrado.

O acidente da Chevron ocorreu em 7 de novembro no campo de Frade, na bacia de Campos (RJ), durante a perfuração de um poço, quando cerca de 2.400 barris de petróleo vazaram a 120 quilômetros do litoral.

De acordo com um dos advogados da empresa, Oscar Graça Couto, o laudo "corrobora informações que vêm sendo emitidas de que não existe dano relevante".

MONITORAMENTO

Em nota, a Chevron informou que "um monitoramento contínuo na área do incidente mostra que não houve impacto à vida marinha ou à saúde humana.".

No dia 22 de dezembro a PF indiciou 17 executivos da Chevron e da Transocean, operadora da sonda. O relatório da época falava em "prática temerária" e "dano ambiental".

Scliar chegou a afirmar que a Chevron e a Transocean haviam provocado uma hecatombe no local.

A Chevron foi multada pelo Ibama em R$ 50 milhões, valor ainda em discussão.

A Transocean afirmou que o relatório "confirma as declarações feitas anteriormente sobre a falta de mérito de todas as ações movidas contra a empresa".

Poço seco gera dúvida sobre a área do Solimões – Folha de São Paulo, Mercado. 11/07/2012

A descoberta de que o poço 4-HRT-7G-AM -perfurado pela HRT na bacia do Solimões, na Amazônia- não tem capacidade de produção trouxe um novo fator de desconfiança do mercado quanto às características geológicas da bacia.

A análise está em relatório feito pelo Itaú BBA, assinado pelos analistas Paula Kovarsky e Diego Mendes.

O poço, segundo a companhia, foi perfurado com o objetivo de testar a extensão para sudeste da descoberta de gás e condensado do poço 1-HRT-4-AM.

Os analistas do Itaú BBA ponderaram que o 1-HRT-4-AM teve seu tamanho confirmado. Segundo a petrolífera, a área de acumulação de gás e condensado tem 12 km.

MDA participa de debate sobre novo conceito de ruralidade – Site do MDA. 11/07/2012

Contribuir para as políticas públicas voltadas para o meio rural. Este é o intuito do projeto Repensando o conceito de ruralidade no Brasil e suas implicações para as políticas públicas: uma nova discussão sobre o conceito de ruralidade no Brasil. O estudo foi o ponto de partida do debate realizado na Secretaria de Planejamento e

Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPI/MPOG), que pretende caracterizar o novo rural brasileiro.

Patrocinado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o estudo tem como resultados esperados a proposta de uma tipologia dos espaços rurais do Brasil atual, a indicação de implicação dos resultados para as políticas públicas de desenvolvimento rural e para os estudos do IBGE, entre outros. O projeto terá a duração de 14 meses e estão programadas oficinas e momentos de socialização com os ministérios, além de outros debates.

Segundo o secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA, Jerônimo Rodrigues, um dos aspectos principais é como o projeto se relaciona com as políticas públicas. “Temos que dialogar o estudo, em algum momento, com o Congresso Nacional, com os governos dos estados e dos municípios, e com os movimentos sociais do campo. Temos que fazer do estudo um ponto de partida rumo a mudanças significativas para o desenvolvimento nacional brasileiro, com destaque para o rural, e fortalecer a estratégia de desenvolvimento territorial”, afirmou.

O debate foi comandado pela socióloga Tânia Bacelar, professora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e consultora do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), que ressaltou que o espaço rural ainda é percebido como um resíduo do urbano. “A proposta é caracterizar o novo rural brasileiro considerando os diversos contextos territoriais do país e as distantes formas de relacionamento. É fundamental um diálogo com a diversidade regional e com o urbano”, afirmou ela.

A secretária de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Esther Bemerguy de Albuquerque, considerou a iniciativa da SDT extraordinária. “O estudo é muito importante, pois dialoga com uma questão fundamental que apareceu com destaque no Plano Plurianual (PPA 2012/2015), que é a territorialidade. Temos um conjunto de políticas públicas que se relaciona com essa temática, como o Programa Territórios da Cidadania, entre outros. Trazer uma reflexão ao tema nova ruralidade é fundamental, não apenas para o monitoramento, como, também, para o planejamento das políticas públicas”, explicou.

Cidadania
O debate reuniu especialistas envolvidos no estudo, como a professora Nazareth Wanderley, uma das integrantes do grupo de pesquisa. Ela lembrou que o projeto destaca a importância do reconhecimento dos sujeitos que vivem no campo. “Pensamos em um rural integrado, afirmativo, integrado ao Brasil. A cidadania da população do campo no campo”, enfatizou.

Estiveram presentes representando o MDA, o secretário de Desenvolvimento Territorial, Jerônimo Rodrigues; Guilherme Abrahão, coordenador executivo do Nead; e a coordenadora-geral da Diretoria para Povos e Comunidades Tradicionais, Jeigiane Portela; além de representantes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), e dos ministérios do Meio Ambiente, e da Integração Nacional.

O projeto tem o patrocínio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do MDA e do Instituto Interamericano de Cooperação para a

Agricultura (IICA), numa parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

MDA apresenta nova versão do Sistema de Informações Territoriais – Site do MDA. 11/07/2012

Reunir, em um só lugar, informações que auxiliem na proposição e acompanhamento de ações. Com este objetivo foi apresentada à equipe da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), nesta quarta-feira, 11, a nova versão do Sistema de Informações Territoriais (SIT). As melhorias na ferramenta elaborada pelo MDA, segundo José Tosato, chefe de gabinete da SDT, permitirão o acesso aos dados também por território e não apenas por município.

"Apresentamos agora a terceira versão, muito mais dinâmica, com dados que podem ser comparados por séries históricas, regiões, estados ou grupos de territórios", destacou Tosato. Por meio da Pesquisa Avançada, por exemplo, podem ser gerados gráficos e tabelas que subsidiarão exercícios de planejamento e gestão nos territórios, a partir de uma base de informações com mais de 400 variáveis de diferentes dimensões do desenvolvimento.

O SIT disponibiliza, ainda, com simples acesso ao território de interesse, informações básicas e avançadas, tais como: municípios que integram o território; população urbana e rural; número de estabelecimentos da agricultura familiar e de assentamentos; dados sobre a população em extrema pobreza; documento do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS); e mapas em formato jpg; entre outras.

Conforme explicou Kayton Ávila, especialista em Tecnologias da Informações e Comunicação, o usuário poderá ter acesso a uma série de documentos relacionados com os territórios, como informações coletadas pelas Células de Acompanhamento e Informação ou dados de políticas executadas pelo MDA como o Crédito Fundiário. A interação com dados e sistemas de todas as secretarias do ministério foi um dos pontos positivos ressaltados pelos participantes do encontro. "Essa integração com ações de outras áreas nos permite um maior sentimento de pertencimento ao MDA como um todo, amplo conhecimento de todas as políticas do ministério e uma agilidade maior na execução dos trabalhos", afirmou Marília Mattos, consultora da SDT.

O Sistema de Informação Territorial

Desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o SIT, desde o início de sua gestão, tem o propósito de apresentar dados dos territórios rurais e da cidadania gerados a partir de bases de dados oficiais disponibilizadas por diferentes órgãos federais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Banco de Dados do Sistema Único de Saúde (Datasus) e o Ministério da Educação, entre outros.

O acesso ao sistema se dá por meio do site da SDT ou pelo link http://sit.mda.gov.br . Tosato explica que o SIT foi sendo aprimorado a partir da experiência acumulada em nove anos de execução do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

(Pronat).

Pronat
O Pronat é um programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário que tem como objetivo promover, planejar e implementar a autogestão do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização de sua economia.

Território rural

Território rural é um espaço geograficamente definido que abrange municípios com características ambientais, econômicas, sociais, culturais e políticas semelhantes.

Territórios da Cidadania

O Programa Territórios da Cidadania, lançado em 2008 pelo governo federal, tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Ações relacionadas ao desenvolvimento social, à organização sustentável da produção, à saúde, saneamento e acesso à água, educação, cultura, infraestrutura, e ações fundiárias estão sendo articuladas nesses Territórios com participação social e a integração entre governos federal, estaduais e municipais.

Células de acompanhamento

As células de acompanhamento e informação são unidades operacionais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial que fazem trabalhos de coleta, registro e análise de informações sobre os territórios rurais, além de apoiar a gestão dos colegiados territoriais.

As universidades participantes do estudo, realizado em parceria pela SDT/MDA/CNPq, são responsáveis por 27 projetos de pesquisa e extensão, que beneficiarão 37 territórios rurais, espalhados em 607 municípios de todo o país.

Os trabalhos iniciados em agosto de 2010 seguem até 2013.

MP do código traz gatilho para recomposição florestal. Tarso Veloso – Valor Econômico. 11/07/2012

O relatório da medida provisória (MP) do Código Florestal, obtido pelo **Valor**, não admite reduzir o reflorestamento de Áreas de Preservação Permanentes (APP) de médias propriedades como queriam os ruralistas, mas traz um gatilho com um percentual máximo de recomposição dessas áreas em propriedades com tamanho entre quatro e dez módulos fiscais (20 a 400 hectares, segundo a região do país). A redação original da MP 571 previa a "recuperação integral" desses imóveis rurais.

Após bater o pé e não admitir reduzir a área de recomposição, o governo decidiu levar adiante a fórmula que limita a obrigatoriedade de recuperação de APPs a um limite máximo da propriedade. Para os médios produtores, cuja propriedade tiver entre quatro e dez módulos, não mais do que 25% da área total poderá ser de APP. As demais

propriedades permanecerão com a mesma área definida na MP pela presidente Dilma Rousseff.

A ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, sinalizou que o Planalto não aceitará mudanças na MP do código: "A gente espera que o Congresso aprove aquilo que foi apresentado na medida provisória".

Perguntada sobre a proposta de limitar as APPs em 25% para médias propriedades, Ideli disse que a presidente tomou uma decisão "correta" e pediu a votação da MP como foi enviada ao Congresso.

"[Ela] Apoiou o que foi aprovado nas duas Casas, apoiou o acordo que foi feito no Senado e tomou decisão sábia de priorizar o aspecto social para as pequenas propriedades, diminuindo a perspectiva de redução [na recomposição de áreas degradadas], mas não zerando", declarou.

"Por isso a 'escadinha' foi muito aceita, acho que com grande apoio popular", disse Ideli Salvatti, em referência à exigência de aumento da mata ciliar conforme o tamanho da propriedade e a largura do rio.

A área de pousio ficará em cinco anos, como na MP original. Os ruralistas queriam ampliar para dez anos. A prática serve para definir área abandonada. Até cinco anos, será pousio. Após isso, será abandonada. Se assim for definida, o produtor não poderá pedir para desmatar mais, pois já terá uma área abandonada e sem uso.

Os parágrafos 9º e 10º do artigo I, que definiam as APPs nas cidades, mandam seguir o Plano Diretor e Lei de Uso de Solo, ouvidos os Conselhos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente.

O parágrafo 1º da MP voltará a deixar claro a importância de preservar e produzir. O artigo II, porém, diz que a lei é "reafirmação da importância da função estratégica da atividade agropecuária para o crescimento econômico, a melhoria da qualidade de vida da população e a presença do País nos mercados nacional e internacional de alimentos e bioenergia".

Cresce oposição à extração de gás de xisto. Pilita Clark – Valor Econômico, Financial Times. 11/07/2012

Manifestantes protestam em Sófia, Bulgária, com cartaz onde se lê: "Membros do Parlamento, parem a fratura hidráulica"; o país proibiu esse tipo de exploração

De todas as pessoas que se opõem à controvertida prática de fraturar rochas em solo profundo para a extração de gás natural, a princesa Brianna Caradja pode ser a única que alega ser descendente de Vlad, o Empalador.

Mesmo assim, essa ancestralidade apavorante não a impediu de ser jogada em um camburão da polícia durante uma manifestação ocorrida em Bucareste em março contra os planos do governo de levar o processo de fratura hidráulica ("fracking") para a sua

Romênia. A prisão foi parar nas manchetes dos jornais, o que segundo a princesa foi algo que "ajudou bastante".

Uma semana depois, do outro lado do mundo, ônibus lotados de fazendeiros australianos gritando palavras de ordem circularam pelas ruas de Brisbane para desafiar as companhias de gás que pretendem perfurar suas terras. Na semana seguinte, manifestantes marcharam pela Cidade do Cabo contra o fracking no árido platô de Karoo, na África do Sul - um plano que vem enfrentando a oposição de outra aristocrata, a princesa Irene da Holanda, dona de terras no país, e de Jonathan Rupert, o bilionário de Richemont do setor de artigos de luxo. Assim vem sendo a reação contra a disseminação global do fracking na exploração do gás de xisto e outros recursos naturais não convencionais.

Seu uso transformou o cenário energético dos Estados Unidos e acabou com décadas em que o pensamento convencional era de que os suprimentos de gás e petróleo estavam diminuindo. Mas o setor chegou a um ponto crítico. Antes de cumprir sua promessa de energia mais barata e limpa em todas as partes do mundo, ele terá que contornar a oposição popular que, segundo temem alguns, poderá sufocá-lo no nascimento.

"Se o gás de xisto se mostrar farto ao redor do mundo, como é nos Estados Unidos, ele poderá não só substituir o carvão, a energia eólica e o urânio, dominando a geração de energia no mundo, como também substituir o petróleo como principal combustível para os veículos de transporte", afirma Shai Hill, analista da Macquarie Securities especializado no setor de energia. "Os benefícios econômicos de uma queda nos preços da energia poderiam ser enormes; as ramificações geopolíticas da queda da demanda por petróleo, ainda maiores. Mas o mundo ainda precisa ser totalmente convencido de que a fratura hidráulica é completamente segura do ponto de vista ambiental."

Opositores alegam que método pode envenenar reservas subterrâneas de água e até provocar terremotos

Até agora, o fracking foi banido na França e na Bulgária; suspenso ou voluntariamente paralisado em Reino Unido, África do Sul, Québec, partes da Alemanha e Austrália; e condenado do norte da Espanha até Nova York. Em muitos países, um impasse surgiu entre os oponentes, que alegam que o fracking vai envenenar a água potável, explodir torneiras de cozinha, provocar terremotos e afetar as energias renováveis, e um setor que insiste que ele é seguro se feito da maneira adequada.

Contribuindo para agravar a situação está a carência de evidências científicas definitivas para muitas das questões mais contestadas. "Ainda estamos no escuro, mesmo hoje, cinco ou seis anos após o começo do boom do xisto", diz Avner Vengosh, professor da Duke University dos Estados Unidos e um dos poucos especialistas a publicar pesquisas de campo revisadas por colegas cientistas, desde que o boom do xisto teve início, sobre a acusação mais controvertida ao fracking: a contaminação da água.

O professor Vengosh diz que enquanto mais estudos não forem feitos, a discussão deverá permanecer num beco sem saída, com os ativistas adotando uma posição quase "religiosa" contra o fracking, enquanto as companhias de gás deverão empregar argumentos para "calar a boca" dos críticos. No meio disso estão os políticos e autoridades, que precisam encontrar um caminho entre os protestos públicos e um setor

que às vezes parece, nas palavras do senador conservador australiano Bill Heffernan, "5.000 km à frente das autoridades reguladoras".

Muitos que estão na vanguarda do fracking veem a oposição à prática como confusa. "Nosso setor vem empregando com segurança a tecnologia no processo de perfuração de mais de 1 milhão de poços desde a década de 1940", diz a ExxonMobil em sua página na internet. Mas isso é como dizer que o iPhone está por aí desde a invenção do telefone.

O procedimento básico de fracking - bombear uma mistura de água, produtos químicos e areia a alta pressão em grandes profundidades no solo, para liberar gás natural preso - não é tão novo. Mas o fracking passou por uma revolução no fim da década de 1990, depois que as companhias aperfeiçoaram o processo e encontraram meios para perfurar horizontalmente grandes distâncias para extrair gás em quantidades comercialmente viáveis de formações densas de pedras de xisto.

O número de poços explorados horizontalmente que produzem gás em Barnett Shale, no Texas, a área mais desenvolvida da exploração de xisto nos Estados Unidos, passou de menos de 400 em 2004 para mais de 10 mil em 2010, e há hoje nos EUA mais de 22 mil poços de gás de xisto.

A disseminação da prática para outros recursos naturais não convencionais, como o petróleo de xisto e metano de jazidas de carvão, é a fonte dos protestos contra o fracking em países como a Austrália. "Antes, usava-se o fracking apenas se necessário", diz Christopher Green, um consultor britânico que já trabalhou nessas operações em várias partes do mundo. "Agora, a coisa funciona assim: 'mostre-me um motivo para eu não usá-lo'."

No entanto, na medida em que o fracking se espalha pelos Estados Unidos, o mesmo acontece com as reclamações. Pessoas com poços particulares de água próximos de poços de gás explorados via fracking alegam que a água fica com uma coloração amarronzada e é contaminada por metano, o principal componente do gás de xisto. Uma casa perto de um poço explorado por fracking explodiu em Ohio em 2007, catapultando um casal de idosos de sua cama, segundo consta em uma ação judicial subsequente.

Quando algumas pessoas tentaram descobrir quais produtos químicos estavam sendo usados nos fluidos de fracking, muitas companhias disseram que isso é um segredo comercial. Isso aumentou os temores em relação ao principal ponto de preocupação do fracking: que embora o processo em si normalmente ocorra bem abaixo dos aquíferos, sob grossas camadas de rochas impermeáveis, a água do subsolo ainda pode ser contaminada pela água residual que o processo produz.

Além do fluido de fracking quimicamente reforçado, há a chamada "água produzida" - a água existente em solos profundos que é ejetada para a superfície junto com o gás, podendo ser dez vezes mais salgada que a água do mar, é naturalmente radioativa e contém altas concentrações de metais. Ambos os tipos exigem um manuseio cuidadoso.

Ao longo do tempo, regulamentações surgiram em resposta a muitas preocupações. Vários Estados americanos exigem hoje que os produtos químicos usados no processo de fracking sejam tornados públicos. A revelação voluntária é mais comum. Em

Washington, a Agência de Proteção Ambiental (EPA, na sigla em inglês) finalmente emitiu, em abril, padrões de poluição do ar para o fracking.

Gás é extraído com bombeamento de água, produtos químicos e areia a alta pressão em grandes profundidades

Mas a questão da contaminação da água continua sendo motivo de uma disputa acalorada. A EPA está fazendo um amplo estudo sobre o assunto, mas suas constatações iniciais não devem ser anunciadas antes do fim do ano, e as conclusões finais somente serão reveladas em 2014.

Em dezembro, a agência emitiu um estudo preliminar sobre queixas de ocorrência de água suja próximo de poços explorados por fracking na cidade de Pavillion, Wyoming, que encontrou águas subterrâneas com produtos químicos provavelmente associados ao fracking. No entanto, após muitas reclamações do setor e de autoridades estaduais, a agência concordou em realizar mais testes.

Enquanto isso, duas longas resenhas acadêmicas publicadas ao longo dos últimos 12 meses - uma do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e outra do Energy Institute da Universidade do Texas em Austin - sugerem que poços construídos de maneira adequada não devem representar um problema. "O impacto ambiental do desenvolvimento do xisto é desafiador, mas pode ser administrado", diz o estudo do MIT. "Tudo o que vi pode ser corrigido", diz Raymond Orbach, diretor do Energy Institute.

No entanto, Orbach, que já foi o principal cientista do Departamento de Energia dos EUA durante a administração George W. Bush, também afirma que executivos do setor têm feito algumas ações mal calculadas. "Eles deveriam ter revelado imediatamente os produtos químicos que usam, pois ao mantê-los em segredo viram as costas para as pessoas e isso as deixa nervosas", diz Orbach

E nenhum dos dois estudos se concentrou em uma questão emergente envolvendo o fracking: os terremotos. Um estudo preliminar das autoridades reguladores da Ohio concluiu em março que o bombeamento de resíduos de água de fracking no subsolo provavelmente desencadeou 12 pequenos tremores de terra no Estado. Um estudo britânico divulgado em abril confirmou que o fracking provocou dois tremores perto de Blackpool, no noroeste da Inglaterra, no ano passado. Não admira que a Câmara Municipal de Christchurch, a cidade da Nova Zelândia que foi devastada por um terremoto no ano passado, tenha proibido o fracking.

Há também uma divergência considerável em relação ao grau de limpeza do gás de xisto, dada a quantidade de emissões de metano que, segundo afirmam alguns estudiosos, vazam dos poços. Em 2008, uma companhia de gás escreveu uma carta para a família de um jovem cineasta de Nova York chamado Josh Fox, oferecendo a ele quase US$ 100.000 pelo aluguel de suas terras para a exploração de gás. Fox decidiu investigar. O resultado foi "Gasland", um documentário lançado em 2010, em que pessoas comuns reclamam de água fétida, problemas de saúde e, o que ganhou mais destaque, torneiras que soltam fogo. Na verdade, se o fracking possui um rosto, ele pertence a Mike Markham, o homem do Colorado que aparece em "Gasland" colocando fogo na água que sai da torneira da cozinha de sua casa com um isqueiro.

Isso enfureceu as autoridades reguladoras, que disseram que suas investigações iniciais sobre a água da casa de Markham detectaram metano que não é do tipo "termogênico", ligado ao fracking, e sim do tipo "biogênico", encontrado há anos nas águas subterrâneas locais. Mas, de lá para cá, um estudo da Duke University que tem com coautor o professor Vengosh mostrou "evidências sistemáticas de contaminação por metano da água potável, associadas à extração de gás de xisto" na Pensilvânia e em Nova York. Os níveis de metano estavam, em média, 17 vezes maiores nos poços localizados dentro de 1 km dos locais ativos de fracking, do que naqueles localizados a mais de 1 km, embora os motivos disso não tenham ficado precisamente claros.

Enquanto isso, "Gasland" ganhou notoriedade no mundo, principalmente na internet. Segundo Fox, ele já foi distribuído comercialmente em mais de 30 países, e o diretor já está trabalhando em uma sequência. Algumas companhias vêm sentindo esse efeito. A Exxon diz que perfurou vários poços de gás de xisto na Alemanha, começando em 2008. "Mas aí, 'Gasland' foi lançado", diz um diretor. "Foi um ponto crítico." A oposição pública cresceu e a Exxon concordou em suspender as perfurações e bancar um estudo sobre os impactos do fracking.

O filme também está indo "muito bem" na Polônia, afirma Lech Kowalski, um cineasta baseado em Paris, que está trabalhando em um documentário sobre os impactos da exploração do gás de xisto sobre os agricultores poloneses. De todo modo, o governo da Polônia parece comprometido com o fracking.

Mesmo assim, a primeira coisa que as pessoas ouvem sobre o fracking em muitos países é que o processo pode fazer sair fogo de suas torneiras. Ou, conforme diz Nick Grealy, um lobista do setor no Reino Unido: "Noventa por cento das pessoas nunca ouviram falar do fracking, e 9% dos que já ouviram falar, ouviram algo ruim ou errado, ou as duas coisas".

Isso pode ajudar a explicar o que aconteceu na Bulgária, um país pobre que depende quase que totalmente da Rússia para o gás que consome. Como tal, era de se esperar que ela desse boas-vindas à Chevron quando a companhia americana disse no ano passado que estava pronta para explorar depósitos substanciais de gás de xisto. Em vez disso, após uma onda de manifestações pelo país, em janeiro a Bulgária tornou-se o segundo país a proibir o fracking, depois da França.

Ian MacDonald, gerente-geral de desenvolvimento de negócios da Chevron, diz que "a campanha organizada de desinformação contra o gás de xisto" na Bulgária e outros países vai desaparecer assim que as pessoas entenderem melhor seus benefícios.

Veremos. Décadas atrás, a indústria nuclear prometeu uma fonte revolucionária e limpa de energia. Hoje, após o desastre em Fukushima, no Japão, essa visão está sendo testada. O gás de xisto também tem um inegável potencial global. A questão é se ele conseguirá cumpri-lo.

Comissão Especial do Congresso aprova Medida Provisória que complementa o novo Código Florestal – Site da CNA. 12/07/2012

A Comissão Especial Mista que analisa a Medida Provisória (MP) 571, que complementa o novo Código Florestal (Lei 12.651/12), aprovou nesta quinta-feira (12/7) o texto principal do relatório do senador Luiz Henrique (PMDB-SC) à matéria, por 16 votos favoráveis, nenhum contrário e quatro obstruções. A votação ocorreu depois de mais de seis horas de reunião, quando foi discutido e analisado o parecer do relator em busca do consenso em torno de pontos divergentes entre os parlamentares que integram o colegiado. A Comissão apreciará, ainda, mais de 340 requerimentos para apresentação de destaques ao texto, o que acontecerá em agosto, após o recesso parlamentar, que começa na próxima semana. O texto seguirá depois para a Câmara e, em seguida, ao Senado, precisando ser aprovado pelos plenários das duas Casas antes da sanção presidencial. A MP tem validade até o dia 8 de outubro.

O relator anunciou uma mudança no texto do relatório, que fez de ontem para hoje, no dispositivo que trata do cômputo das APPs (Áreas de Preservação Permanente) no cálculo da reserva legal. Ele alterou a redação para esclarecer que a soma da vegetação, na Amazônia Legal, não poderá ultrapassar 80% do tamanho do imóvel, mas apenas nas propriedades situadas em áreas de florestas. Esta mudança era defendida pela presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, para não prejudicar as áreas de Cerrado na Amazônia Legal, onde o índice de reserva legal é de 35%. Nos outros biomas e regiões, o cômputo não poderá ser superior a 50% da propriedade. O cômputo continua válido para as modalidades de regeneração e recomposição, ficando a compensação condicionada à autorização do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama).

O texto prevê a metragem de recuperação de 20 metros de mata ciliar para rios com até 10 metros de largura nas propriedades rurais acima de quatro módulos fiscais até 10 módulos fiscais. Acima de 10 módulos, a recomposição mínima será de 30 metros. No entanto, foi acrescentado dispositivo determinando que esta exigência seja cumprida se a área a ser recuperada não ultrapasse 25% da área total do imóvel. O relatório traz, ainda, alterações no artigo 1º da MP, no qual estão os princípios que regem o novo Código Florestal. Foram acrescentados alguns termos a este artigo, como a reafirmação da importância da função estratégica da atividade agropecuária e o papel das florestas na sustentabilidade, no crescimento econômico, na melhoria da qualidade de vida da população brasileira e na presença do País nos mercados nacional e internacional de alimentos e bioenergia.

Também foram introduzidos, dentro dos princípios da nova lei, pontos como a preservação da água, do solo e da vegetação em harmonia com o uso produtivo da terra, o fomento à pesquisa científica e tecnologia para o desenvolvimento sustentável e a criação de incentivos econômicos para a preservação ambiental. Momentos antes da votação, o relator informou que retirou do parecer o dispositivo que previa a suspensão das exigências previstas nos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) assinados com o Ministério Público sob o amparo do antigo Código Florestal (Lei 4.771/65). O relatório prevê, ainda, a possibilidade de reflorestamento com árvores exóticas e frutíferas, e não apenas com espécies nativas. Também foi mantida a prática do pousio em 25% da propriedade, com prazo de cinco anos para interrupção das atividades agropecuárias no local.

Espécies exóticas são contempladas pelo Programa ABC. – Site do MAPA. 12/07/2012

O Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) oferece linhas de crédito para produtores que adotem práticas sustentáveis específicas no campo. Uma delas, a integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF), prioriza a plantação das espécies arbóreas de pinus e eucaliptos, mas permite a autorização de outras perenes exóticas, como a acácia-negra.

Além da preocupação ambiental, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) incentiva a plantação de espécies exóticas para oferecer opções rentáveis aos produtores. "Queremos mostrar aos agricultores que há opções rentáveis para as diversas regiões do País. Especialmente quanto à prática de iLPF, incentivamos a plantação de espécies que permitem consorciação com pecuária por não terem um sombreamento 100%, permitindo a passagem de luz. Há espécies de acácias que se desenvolvem formando um sub-bosque, propiciando ao gado se alimentar e mantê-lo na região de floresta", explica o secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, Erikson Chandoha.

A acácia-negra se adapta bem às condições climáticas na Região Sul do Brasil e possui bom valor comercial. Por ser leguminosa, tem a capacidade de fixar nitrogênio no solo. De sua casca é extraído o tanino, muito utilizado pelos curtumes na industrialização do couro. Conhecido como Tanino de Acácia, é o principal produto utilizado para curtimento dos chamados couros vegetais.

O Mapa tem incentivado a criação de grupos gestores estaduais para fomentar a capacitação de multiplicadores e técnicos quanto à elaboração de projetos. Entre julho de 2011 e maio deste ano, o programa já destinou R$ 1,12 bilhão para o financiamento de atividades agropecuárias que diminuam a emissão de gases de efeito estufa. O objetivo é diminuir entre 125 e 133 milhões de toneladas de CO2 equivalentes até 2020.

Outras práticas financiadas pelo Programa ABC incluem as de fixação de nitrogênio no solo, plantio direto na palha, recuperação de áreas degradadas, plantio de florestas comerciais e tratamento de resíduos animais. Os produtores interessados em adotar alguma dessas práticas deve procurar sua agência bancária para obter informações quanto à aptidão ao crédito, documentação necessária para o encaminhamento da proposta e garantias.

Para a safra 2012/2013, o programa terá R$ 3,4 bilhões disponíveis em linhas de crédito. A taxa de juros para o período diminui em relação à safra anterior, de 5,5% para 5% ao ano, a menor fixada para o crédito rural destinado à agricultura empresarial.

Presidente da CNA aponta avanços no Código Florestal – Site da CNA. 12/07/2012

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, disse, nesta quinta-feira (12/7), que o parecer do senador Luiz Henrique (PMDB-SC) à Medida Provisória 571, que complementa o novo Código Florestal (Lei 12.651/12), traz novos avanços para a legislação ambiental brasileira, que contribuirão para garantir segurança jurídica no campo. "Não podemos resolver 100% das nossas

vontades. Ainda temos reparos a fazer e destaques a apresentar. Mas isso é democracia e temos que levar em conta que, pela primeira vez, o Congresso Nacional está tendo a oportunidade de decidir sobre o tema e está construindo um texto que trouxe tranqüilidade e segurança jurídica aos produtores" destacou a senadora, ao defender o relatório aprovado pela Comissão Especial Mista que avaliou a Medida Provisória.

Para a senadora, a MP que complementa o novo Código traz equilíbrio entre a produção de alimentos e a preservação ambiental, o que ajudará o Brasil a continuar produzindo alimentos, biocombustíveis e florestas plantadas em 27,7% do território nacional, conservando intactos 61% dos seus biomas. Apesar de considerar que ainda há ajustes a serem feitos, ela listou vários pontos positivos na nova legislação, tanto na nova lei, como na MP, fruto do debate democrático no Legislativo, onde, segundo ela, prevaleceu a vontade da maioria.

Entre estes pontos, a presidente da CNA citou a flexibilização na recomposição das Áreas de Preservação Permanente (APPs) nas margens dos rios, cujas faixas mínimas de metragem, na maioria dos casos, irão variar de 5 a 20 metros para os rios com até 10 metros de largura, nas propriedades com até 10 módulos fiscais, e faixas máximas de 100 metros. "Na lei anterior, as faixas eram de 30 a 500 metros", lembrou. Sobre este ponto, a senadora informou que certamente serão apresentados destaques para delegar aos Estados a responsabilidade de decidir as metragens nas margens dos rios.

A senadora mencionou outros avanços do texto, como o cômputo das APPs (Áreas de Preservação Permanente) no cálculo da reserva legal, a conversão das multas em serviços de preservação ambiental, o fim da obrigatoriedade de averbação das áreas de reserva legal em cartório, e a isenção de recomposição de reserva legal nas propriedades com até quatro módulos fiscais. Os produtores terão estes benefícios a partir da adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). "Tudo isso fica resguardado e mais de 90% dos produtores saberão o que fazer e onde se enquadrarão na nova lei", afirmou a senadora. Ela destacou, também, a consolidação das atividades agropecuárias e da infraestrutura em APPs. "Isso garante a continuidade de várias atividades, como o café de Minas Gerais, a maçã de Santa Catarina, a uva do Rio Grande do Sul e a cana-de-açúcar no Nordeste", explicou.

A senadora citou, ainda, a possibilidade de se recompor vegetação nativa nas propriedades com espécies de árvores exóticas e frutíferas, como alternativas à recuperação com espécies nativas. "É um ponto que nos ajudará muito, porque não temos sementes e mudas suficientes para fazer recomposição só com espécies nativas", justificou. Entre os pontos a serem resolvidos, ela citou a mudança no conceito de veredas que, no texto da MP, impede o uso do potencial das culturas irrigadas. "O Brasil tem um potencial de 30 milhões de hectares e só utiliza cinco milhões de hectares de áreas de irrigação. Não podemos obstruir nosso potencial para produzir mais e o instrumento que temos é a ampliação do uso das áreas de irrigação. O assunto não está encerrado e, com certeza, haverá destaques para esta questão", ressaltou.

Construções sustentáveis – O Estado de São Paulo. 12/07/2012

O Brasil conquistou o quarto lugar no ranking mundial de construções sustentáveis, conforme estudo do órgão internacional Green Building Council (USGBC). A lista é

liderada pelos Estados Unidos, onde o conceito se desenvolveu a partir do início da década de 90 e foi seguido à risca em 40.262 edificações. Em seguida, vêm a China, com 869 construções, e os Emirados Árabes, com 767. No País, em 2004, foi construído o primeiro prédio com o uso de materiais e técnicas sustentáveis, mas apenas três anos depois a indústria da construção conquistou a certificação no USGBC para oito projetos. Nos últimos cinco anos, o Brasil ganhou 526 empreendimentos sustentáveis – 52 edifícios já certificados e outros 474 em busca do selo.

A tendência é de franco crescimento desse tipo de construção, uma vez que o conceito se transformou em um dos maiores apelos do setor imobiliário e também do governo, não por modismo, mas pela comprovada eficiência na redução de custos operacionais para quem ocupa os novos prédios sustentáveis. Uma empresa instalada num prédio desses gasta menos com energia, reutiliza a água, diminui os resíduos e tem a manutenção predial facilitada. Estima-se que a redução média assegurada por esse tipo de construção chegue a 30% no consumo de energia e a 50% nos gastos com água. O custo operacional fica entre 8% e 9% mais barato do que a manutenção de um prédio convencional.

O governo tomou a decisão de ampliar o uso de técnicas e materiais sustentáveis nas obras públicas. O Programa Minha Casa, Minha Vida segueas normas da Portaria 465, de outubro de 2011, que buscam melhorar a qualidade de vida das famílias atendidas. Os projetos devem estar regularizados nas prefeituras, concessionárias e órgãos ambientais, conforme regras da principal financiadora do programa – a Caixa Econômica Federal. Nos empreendimentos financiados pelo Minha Casa, Minha Vida, é exigida a sua integração com outros organismos para que sejam asseguradas a criação de novos postos de trabalho, em especial por meio da cadeia produtiva da construção civil, e a garantia de acessibilidade às áreas de uso comum dos prédios.

No quesito ambiental, o Minha Casa, Minha Vida é orientado pelo Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Hábitat, que estabelece o uso de materiais de construção produzidos conforme rígidas normas técnicas, como madeira de origem legal, e a contratação de construtoras certificadas.

A medição individual do consumo de água e energia em cada unidade habitacional, o plantio de uma árvore por unidade e o uso de aquecedor solar nas casas são requisitos para esses empreendimentos, que atendem famílias com renda inferior a R$ 1,6 mil. O programa prevê ainda ações de caráter socioeducativo para assegurar a autonomia das famílias e a participação dos próprios moradores para garantir a sustentabilidade dos conjuntos habitacionais.

Em São Paulo, o Green Building Council Brasil está atuando com a CDHU com o mesmo objetivo de assegurar sustentabilidade às moradias populares. As unidades. contam com a chamada cobertura verde, aproveitamento da água pluvial, aquecimento solar e aumento do pé- direito para tornar as casas menos quentes.

Prefeituras que promovem iniciativas semelhantes poderão receber atéR$ 3 milhões para transformar prédios públicos comum sem edifícios sustentáveis, capazes de reduzir o consumo de água. Para obter os recursos, originários da Agência Nacional de Águas, os governos locais devem apresentar projetos de boas práticas na conservação da água, até 17 de setembro.

Eliminar vazamentos, modernizar os equipamentos hidráulico sanitários, estabelecer medição setorizada em banheiros e cozinhas, além de controle independente para as diferentes fontes de abastecimento, são requisitos necessários nos projetos. Em todas as esferas de governo e setores de atividades cresce a consciência da necessidade de dar ao Paísumforte impulso para se manter entre os mais sustentáveis na construção civil.

Sem acordo, congressistas ameaçam obstruir votação da MP do Código. Marta Salomon – O Estado de São Paulo. 12/07/2012

Relatório apresentado pelo senador Luiz Henrique na comissão parlamentar que analisa medida provisória de Dilma Rousseff mantém para grandes propriedades recuperação mínima de 30 metros às margens de rios; votação pode ficar para depois das eleições

O relatório do senador Luiz Henrique (PMDB-SC), apresentado ontem na comissão parlamentar mista que analisa a medida provisória do CódigoFlorestal, manteve a exigência de que grandes proprietários, com imóveis de mais de 10 módulos fiscais, recomponham de 30 a 100 metros da vegetação à margem de rios, dependendo da largura do corpo d'água. Insatisfeitos com as discussões, ruralistas e ambientalistas ameaçam obstruir a votação do texto.

Editada em maio pela presidente Dilma Rousseff, a MP prevê que mais de 80% dos proprietários de terras poderão regularizar seus imóveis, recuperando até 15 metros de vegetação às margens desmatadas de rios.

A ameaça de obstrução da votação – feita por integrantes daFrente Parlamentar do Agronegócio e também por ambientalistas, como o líder do PV, deputado Sarney Filho (MA) – beneficiaria principalmente os grandes proprietários, cujasterras representam menos de 0,5% dos mais de 5 milhões de imóveis rurais do País, mas correspondem a 63% da área ocupada por todas as propriedades.

O embate dos dois grupos é antigo. Os ruralistas brigam para que não tenham de recuperar áreas desmatadas enquanto os ambientalistas querem a recuperação total do que foi destruído. Consequências. Às vésperas do recesso parlamentar, que emendará com o período préeleitoral, a falta de acordo na comissão pode significar a perda de eficácia da MP editada por Dilma. A MP foi criada depois que o governo sofreu na Câmara uma das maiores derrotas políticas desde o início deste mandato.

Uma tentativa de votação do relatório do senador Luiz Henrique está marcada para hoje. Mas o próprio relator prevê que a votação, caso comece, não será concluída antes do recesso, no início da próxima semana. Depois de meses de negociação, o relator se manteve próximo do texto da MP editada por Dilma, cuja prioridade é garantir a recuperação da vegetação de parte das áreas de preservação permanente (APPs) desmatadas.

Ontem, depois da apresentação do relatório, Luiz Henrique era pressionado para relaxar a preservação do meio ambiente nas propriedades, sobretudo por integrantes da Frente Parlamentar do Agronegócio.

Alteração.

Uma das poucas mudanças em relação à MP prevê que as propriedades médias – entre 4 e 10 módulos fiscais – terão de recuperar 20 metros de vegetação às margens de rios, desde que o total a ser recuperado não ultrapasse 25% da área da propriedade, conforme adiantou o **Estado** na segunda-feira. O mesmo gatilho, com porcentuais menores, já beneficiava proprietários de imóveis com até 4 módulos fiscais. Dependendo do tamanho, os proprietários de imóveis pequenos ou médios recuperarão 5, 8, 15 ou20 metros de vegetação às margens de rios. Estimativas preliminares do Ministério do Meio Ambiente indicam que a regra permitirá a recuperação de 110 mil quilômetros quadrados de vegetação. Isso equivale a mais de 40% do território do Estado de São Paulo ou pouco mais de 25% das APPs já desmatadas no País.

O relator manteve a punição de corte de crédito a proprietários que não se inscreverem no Cadastro Ambiental Rural em cinco anos, ainda que não tenham de comprovar a regularidade ambiental de suas terras.

CNA planeja novas ações para a Agricultura de Baixo Carbono – Site da CNA. 12/07/2012

Começa a segunda fase do Projeto ABC Capacitação. Hoje, 12 de julho, técnicos da CNA e da Embrapa, se reuniram para planejar um estudo que será feito em campo, para levantar os custos da agricultura tradicional, da agricultura de baixo carbono e custos da adaptação de uma para a outra. "Nesta segunda fase, pretendemos publicar outra cartilha com as principais culturas e aprofundar o conhecimento nas tecnologias de baixo carbono disponíveis ao produtor rural brasileiro", explicou Rosemeire dos Santos, Superintendente Técnica da CNA, na abertura da reunião.

Técnicos da Embrapa, que participaram da reunião, apresentaram, cada um em seu setor, tecnologias para promover a sustentabilidade nas diversas cadeias produtivas. Eles vão à campo para colher informações que servirão de base para o "Estudo comparativo das práticas convencionais de cultivo agricola e às de baixa emissão de carbono", coordenado pela CNA.

Segundo Camila Sande, assessora da CNA e coordenadora do Projeto ABC Capacitação, a segunda fase vai mostrar os benefícios da agricultura de baixo carbono ao produtor rural. "Estamos conseguindo alavancar os acessos aos recursos do Programa ABC e agora precisamos mostrar a rentabilidade do programa", afirmou. Serão realizadas capacitações de técnicos, agentes bancários e produtores rurais, mas a agenda ainda não foi definida.

Projeto ABC Capacitação

O Projeto ABC Capacitação é uma iniciativa da CNA em parceria com a Embaixada Britânica e com o apoio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e do Banco do Brasil.

No primeiro semestre de 2012, foram realizados seminários de capacitação em Técnicas de Agricultura de Baixo Carbono para representantes de todos os Estados do Brasil. Receberam a capacitação os técnicos das Federações da Agricultura e Pecuária dos Estados, técnicos das Administrações Regionais do SENAR, extencionistas, técnicos agrícolas, empresas de projeto, agentes bancários, associações, cooperativas e outros representantes da sociedade rural brasileira.

Esses técnicos foram capacitados a orientar produtores rurais de todo o Brasil sobre as técnicas e linha de financiamento da agricultura de baixa emissão de carbono em suas propriedades.

A implantação de projetos de agricultura de baixo carbono nas propriedades rurais ajudará o País a cumprir os compromissos assumidos na 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 15), de redução significativas das emissões de gases de efeito estufa geradas pela agropecuária.

Depois de 20 dias , índio deixam o canteiro de obras de Belo Monte. Fátima Lessa – O Estado de São Paulo. 12/07/2012

Os cerca de 350 índios das etnias Juruna, Xikrin, Arara da Volta Grande, Kaiapó e Parakanã desocuparam ontem o sítio Pimental, um dos canteiros da Usina Hidrelétrica Belo Monte. O sítio estava ocupado desde o dia 21 de junho pelos índios, em protesto pelo impacto ambiental que a obra poderá causar na floresta amazônica.

A decisão foi tomada depois de dois dias de exaustiva negociação entre os índios e o diretor presidente da Norte Energia, Carlos Nascimento. Além da Norte Energia, participaram das negociações o representante da Secretaria Geral da Presidência da República, Nilton Tubino, e da presidência da Funai, Francisco Pianco, e dos diretores Socioambiental e de Relações Institucionais da empresa, Roberto Camilo e João Pimentel.

Segundo a empresa, os índios aceitaram as propostas apresentadas e algumas reivindicações que motivaram a ocupação das lideranças serão atendidas imediatamente. Outras, pelo acordo de ontem, serão discutidas no âmbito de dois comitês criados durante as reuniões dos dois últimos dias. O início dos trabalhos dos comitês vai depender apenas da indicação dos representantes indígenas para cada um deles, o que deverá ser feito em até 15 dias.

Um dos comitês irá monitorar "a vazão à jusante do rio Xingu" e o outro acompanhará "as condicionantes do Projeto Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI)". Ficou definido também, segundo a assessoria da Norte Energia, que haverá um cronograma para reapresentar o sistema de transposição do Rio Xingu e o atendimento a algumas demandas emergenciais.

Com relação à proteção das terras indígenas, a empresa se comprometeu a entregar cinco bases operacionais e dois postos de vigilância. As duas primeiras serão implantadas nas aldeias dos Araras da Volta Grande e na Koatiemo e deverão ser concluídas em setembro.

Para Carlos Nascimento, o diálogo com as comunidades deve ser mantido. “O entendimento sempre prevalece”, disse ao final do encontro.“Temos a responsabilidade de cumprir o desenvolvimento dos termos das negociações respeitando a cultura desses povos”, enfatizou.

Liminares judiciais. A Defensoria Pública do Estado do Pará, por intermédio do Grupo EspecialdeTrabalho BeloMonte, obteve duas decisões liminares que beneficiam a população tradicional ribeirinha que morava às margens do Rio Xingu e que foi retirada de suas terras pela empresa responsável pela construção da Hidrelétrica Belo Monte.

Adecisão é da juíza da 4.ª Vara Cível da Comarca de Altamira e atende o pleito da DefensoriaPública, que, na ação judicial, foi representada pela defensora pública Andréia Macedo Barreto. Para ela, essa decisão é importante porque constitui uma resposta positiva do judiciário paraense, resguardando os direitos dos atingidos pela Hidrelétrica Belo Monte.

Canteiro de obras de Belo Monte retoma trabalhos. Aguirre Talento e Felipe Luchete – Folha de São Paulo, Mercado. 12/07/2012

Índios ocuparam o local em 21 de junho para reivindicar contrapartidas. Cerca de 1.600 homens voltam hoje a trabalhar na construção da usina; impacto da paralisação está sendo calculado.

Os trabalhos em um dos canteiros de obras da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, foram retomados ontem, após paralisação motivada pela invasão de um grupo de índios no último dia 21.

Os índios deixaram o local na noite de anteontem e cerca de 1.600 funcionários devem voltar hoje ao ritmo normal de trabalho. O sítio Pimental, que ficou parado desde o dia 5, corresponde à casa de força complementar da futura usina hidrelétrica.

Os impactos dessa paralisação ao cronograma da obra estão sendo calculados pelo CCBM (Consórcio Construtor de Belo Monte). Ainda não há uma estimativa de prejuízos.

O objetivo da invasão dos índios foi exigir o cumprimento de contrapartidas previstas na obra. De acordo com a Norte Energia, empresa responsável pela usina, o grupo invasor era formado por cem índios das etnias arara, caiapó, juruna, paracanã e xicrin.

Os indígenas, cujas aldeias ficam na área de influência da obra, apresentaram uma lista de reivindicações, que incluem compra de ônibus, construção de antena de telefonia celular, aulas para habilitação de motorista e pagamentos em dinheiro.

Após reuniões com os índios, a Norte Energia só se comprometeu com a realização de obras já previstas, como a construção de postos de saúde e de escolas.

Sobre os outros pedidos, a empresa prometeu criar um comitê para o acompanhamento das contrapartidas.

A líder indígena Sheyla Juruna disse que a Norte Energia prometeu a cada etnia que avaliará pedidos de compensações materiais e criará um comitê para acompanhar a vazão do rio Xingu, que será diretamente afetado pelas obras.

Sem acordo, MP do Código Florestal é adiada. Tarso Veloso – Valor Econômico. 12/07/2012

Sem acordo entre ambientalistas e ruralistas sobre a medida provisória (MP) do Código Florestal, a votação do texto, prevista para hoje, deve ser adiada novamente. O governo queria aprovar a MP antes do recesso de terça-feira. Ontem, a sessão foi suspensa pela quarta vez, após pedido de vista do senador Jorge Viana (PT-AC).

Após o aviso de que a sessão seria realizada hoje às 10h no Senado, e não mais ontem, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e o Partido Verde (PV) já avisaram que obstruiriam a votação. O líder do PV, deputado Sarney Filho (MA) confirmou que pretende se unir à bancada rival. "O texto só foi entregue ontem de manhã, momentos antes da votação. Isso impossibilitou uma análise cuidadosa do texto. Nenhuma emenda proposta pelo PV foi acatada", disse Sarney.

O presidente da FPA, deputado Homero Pereira (PSD-MT), afirmou que a decisão foi tomada após o governo se negar a dar mais tempo para a análise do texto. "Está bem claro que precisamos de mais tempo para analisar as mudanças antes de votar", disse. O deputado Abelardo Lupion (DEM-PR) disse que o texto é ruim e que a bancada vai obstruir.

A redação final trouxe poucas mudanças. A recomposição das APPs foi o principal impasse. A alternativa do relator, senador Luiz Henrique (PMDB-SC), para o reflorestamento das APPs em margens de rios de 10 metros definiu que proprietários médios, de 4 a 10 módulos, teriam de recuperar 20 metros da floresta desmatada, como estabelecia o texto do Executivo, mas determinou que esse número não poderia ser maior que 25% da propriedade, exceto na Amazônia. Os ruralistas ainda querem reduzir essa faixa de recuperação para 15 metros.

Cresce interesse por certificação verde em grandes obras. Roberto Rockmann – Valor Econômico. 12/07/2012

Marcelo Takaoka, presidente do CBCS: oportunidades para ganhar eficiência a partir da Lei dos Resíduos Sólidos

Uma das maiores cidades da Região Metropolitana de São Paulo, Guarulhos decidiu, depois de ter o projeto de um Centro de Educação Unificado (CEU) certificado pelo Processo Aqua (Alta Qualidade Ambiental) de construção sustentável, que todas as obras de infraestrutura urbana devem buscar seguir as especificações do selo. Espera-se no município que obras de drenagem urbana trilhem esse caminho.

Na área portuária, terminais privados interessados em reforma e ampliações de suas instalações discutem critérios técnicos com certificadoras para que as obras possam ser feitas sob conceitos de construção sustentável. Esses são alguns exemplos de como

empresas e poder público estão buscando cada vez mais a adoção de parâmetros verdes na construção de grandes empreendimentos, rota que deverá se intensificar nos próximos anos.

Grandes hidrelétricas e rodovias poderão seguir o mesmo caminho nesta década. Essa é a avaliação de Manuel Martins, coordenador executivo do Processo Aqua para a certificação da construção sustentável e coordenador técnico da certificação de sistemas de gestão ambiental ISO 14000 da Fundação Vanzolini.

"O processo de avaliação e certificação se iniciou com as edificações, posteriormente foram definidos critérios para ocupações urbanas. E começamos a notar um interesse maior em relação a obras de infraestrutura e já estamos sensíveis a essa demanda que começa a aparecer", afirma Martins, que destaca que as certificações sustentáveis para grandes empreendimentos deverão ganhar espaço em algum ponto dessa década. Para que isso ocorra, será preciso mudança de cultura, seja do poder público, seja dos empreendedores. "Critérios sustentáveis em infraestrutura exigem uma visão de longo prazo e um amplo balanço social, econômico e ambiental dos empreendimentos", diz. Em uma hidrelétrica, por exemplo, Martins avalia que até a área inundada tem peso nesse balanço. "É um processo de aprendizado, com as políticas públicas podendo considerar meio ambiente e qualidade da vida que o empreendimento trará."

Na região Norte, têm sido construídas as primeiras grandes hidrelétricas depois de Tucuruí na década de 1980. Esses empreendimentos ainda não buscaram as certificações, talvez por estarem mais preocupados no momento com o cumprimento das condicionantes exigidas no licenciamento ambiental, mas Martins avalia que, com o processo de aprendizado de construção dessas usinas mais avançado, as próximas que forem erguidas na região poderão ir atrás do selo de construção sustentável. Isso poderia tornar ainda mais transparentes para a sociedade os resultados de sua construção. "É preciso analisar o balanço social, econômico e ambiental durante a vida útil do empreendimento, com avaliações periódicas", destaca. Para ele, o poder público tem um papel relevante para avançar nessa discussão, pela dimensão dos empreendimentos. "Essas obras têm um grande impacto sobre a sociedade."

A Fundação está conversando com especialistas do setor portuário da Universidade de São Paulo (USP) para aprender mais sobre os critérios técnicos sustentáveis que podem ser empregados nos terminais. Há terminais privados interessados em usar esses parâmetros na ampliação e reforma de suas instalações. "Estamos buscando a orientação da USP para vermos como definir os critérios, já que há essa demanda", diz. Outro setor que poderá ter avanços é o rodoviário, que ao longo dos próximos anos poderá avançar rumo à discussão do selo de estrada sustentável, em que se analisam tanto aspectos ambientais quanto a segurança e conforto para o usuário.

A preocupação com as certificações sustentáveis para as grandes obras ainda deve levar tempo para se tornar generalizada. "Nesse momento, o Brasil, depois de anos sem grandes projetos, voltou a se debruçar a eles. Os empreendedores estão buscando seguir as condicionantes dos licenciamentos, porque esse é foco no primeiro momento, já que não se pode errar na construção desses grandes empreendimentos em áreas sensíveis, mas com o tempo deverá se sofisticar com a busca de avaliações mais precisas do impacto. Esses selos ajudariam a tornar mais palatáveis esses projetos", afirma um empresário do setor.

A demanda pelo selo de certificação já atinge outros segmentos, como os loteamentos. No interior de São Paulo, o Parque Eco-Tecnológico Damha de São Carlos recebeu recentemente a certificação do processo Aqua de Bairro Sustentável. Com ela, o empreendimento tornou-se o primeiro e único parque tecnológico privado de terceira geração do país, desenvolvido para abrigar a implantação de empresas de base tecnológica, a obter o certificado. "A ideia dos empreendedores é atrair empresas não poluidoras para esse parque tecnológico, sendo que elas terão de atender exigências como redução de poluição, menor consumo de água e energia, o que mostra que a iniciativa privada está atenta a esses detalhes", diz Martins.

Para o presidente do Conselho Brasileiro de Construção Sustentável (CBCS), Marcelo Takaoka, a implementação da política nacional de resíduos sólidos, aprovada ano passado depois de duas décadas de discussão, poderá impulsionar novos avanços para o setor, seja no setor imobiliário, seja nas grandes obras, podendo fazer com que sejam feitas mudanças na hora de se desenhar o projeto. Além da gestão de resíduos, Takaoka observa que existem grandes oportunidades para ganhos em eficiência no setor. "Há muito o que se ganhar, dos canteiros ao uso de materiais inovadores na construção dos empreendimentos", diz Takaoka.

O setor de energia poderia contribuir com melhoras. A adoção das redes inteligentes (smart grids) poderia dar grande impulso à eficiência no uso da energia e estimular o uso de fontes renováveis, como eólica e solar, a partir da microgeração distribuída.

Conama mantém 490 multas, Letícia Verdi – Site do MMA. 13/07/2012

Desmatamento, incêndio criminoso em matas e florestas, uso de fogo sem autorização e atividades envolvendo madeira e carvão sem a devida licença compõem a maioria dos processos analisados.

A Câmara Especial Recursal do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) finalizou o julgamento de 641 recursos contra multas e outras penalidades aplicadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Do total, 76% foram mantidos (490). Os recursos foram parcialmente aceitos em 28 processos, 32 foram cancelados e 91 já estavam prescritos.

Para analisar e julgar todos os processos, o colegiado realizou 31 reuniões ordinárias e cinco extraordinárias. Com a conclusão da análise dos recursos, a Câmara foi suspensa, mas pode voltar a se reunir para julgar outros processos que sejam encaminhados pelo Ibama.

"Esse trabalho foi importante porque tínhamos um enorme passivo, após uma sucessão de alterações legislativas quanto à competência do Conama como instância recursal, além de divergência de interpretação jurídica", explicou a diretora do Departamento de Apoio ao Conama, da Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente, Adriana Mandarino.

QUEM DECIDIU

Participaram da análise dos recursos advogados, representantes dos ministérios do Meio Ambiente e da Justiça, do Instituto Chico Mendes (ICMBio), do Ibama, das entidades ambientalistas (Ponto Terra, Ecodata e Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza), das entidades empresariais (Confederação Nacional da Indústria e Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) e laborais (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio).

Segundo Juliana Corbacho, advogada da União da Consultoria Jurídica do MMA, a maioria dos processos tratava de multas por desmatamento, provocação de incêndio em matas e florestas, uso de fogo sem autorização e atividades envolvendo madeira e carvão sem a devida licença da autoridade competente.

A Câmara Especial Recursal do Conama foi criada em 2009 com a finalidade de julgar recursos administrativos de forma definitiva, devido ao acúmulo de processos que esperavam por julgamento. Antes, essa função era exercida pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos do Conama.

Antigas cenas. Marina Silva – Folha de São Paulo. 13/07/2012

Por esses dias, andei revisitando o passado. Primeiro, ao ver o filme "Matando por Terras", num evento em memória do saudoso e corajoso documentarista Adrian Cowell.

Revivi momentos difíceis da sofrida história dos trabalhadores rurais e povos da floresta amazônica. Depois acompanhei a cerimônia de despedida de dom Eugenio Sales, com tocantes testemunhos sobre a importância das comunidades de base e da Campanha da Fraternidade, duas contribuições originadas com ele.

Voltei ao tempo em que todo o PT e suas lideranças lutavam ao lado dos trabalhadores rurais, índios e ambientalistas, na defesa da vida e de um desenvolvimento econômico e social que respeitasse a floresta e seus habitantes.

Ontem, vi mais uma cena dessa longa história, mas de um capítulo atual e com muitas mudanças no enredo. O senador Luiz Henrique (PMDB-SC) apresentou seu relatório da MP do ex-Código Florestal, enviada ao Congresso pela presidente Dilma.

A ninguém surpreendeu a manutenção dos retrocessos e até a ampliação da anistia aos desmatadores e a nova diminuição das áreas de proteção. Os ruralistas, hoje, com o apoio do governo do PT, têm tudo o que querem.

Não faltará quem atribua o "passeio" ruralista à posição do movimento socioambiental, que continuou defendendo as florestas e recusou-se a participar da encenação de um falso consenso.

Já estava combinado. Passada a exposição da Rio+20, as últimas salvaguardas ambientais seriam retiradas pelos tratores. Interrompe-se o processo de construção da governança socioambiental democrática e baseada em princípios, que havia avançado desde a Constituição de 88.

Arquiva-se a ideia de que os líderes políticos pudessem mediar os interesses entre a mentalidade produtivista predatória e as urgências das mudanças climáticas. Acaba também uma fase em que a ciência podia influenciar o debate e as decisões políticas. Tudo agora se reduz ao pragmatismo e às conveniências eleitorais.

Revisitar o passado é algo necessário. Adrian Cowell e dom Eugenio, agora em nossa memória, assim como Chico Mendes, nos ajudam a pensar uma nova fase da luta do povo com as experiências de quem já enfrentou batalhas semelhantes. Os que aparecem nas cenas antigas com índios, seringueiros e agricultores, hoje posam ao lado de seus novos amigos.

Dizem que cada um retém do passado o que lhe serve ao presente. Que aprendamos logo, em lugar de retê-lo, a ressignificá-lo. Jean-Paul Sartre disse que "não somos o resultado e o produto do que o passado fez conosco, mas o resultado e o produto daquilo que fazemos com o nosso passado".

Pelo andar da carruagem dos retrocessos, esse passado de tantas injustiças e dores ainda está nos dirigindo.

Mudanças em lei florestal avançam na Câmara – Folha de São Paulo. 13/07/2012

Texto defendido pelo governo é aprovado

O governo conseguiu ontem aprovar o relatório com mudanças na medida provisória que altera o Código Florestal. O texto tramitava em uma comissão no Congresso.

A aprovação, porém, não encerra a discussão. Em agosto, a comissão, formada por deputados e senadores, terá que analisar 343 pedidos de mudanças feitas ao parecer do senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC).

A medida provisória foi enviada pelo Executivo para preencher lacunas dos vetos da presidente Dilma Rousseff ao Código Florestal.

Com aval do Planalto, que atuou para garantir a votação, Luiz Henrique conseguiu apoio da bancada ruralista, entre eles Kátia Abreu (PSD-TO) e Blairo Maggi (PR-MT).

O relatório, no entanto, irritou os deputados do agronegócio. Chamados de ruralistas radicais, eles bateram boca para adiar a votação, que levou seis horas.

A divisão da bancada ruralista foi provocada porque os deputados queriam deixar no texto espaço para os Estados definirem limites para áreas protegidas, onde não pode haver plantações.

O texto do relator preserva os pontos essenciais do texto do Executivo, como as regras para o reflorestamento em margens de rios. Permanece a obrigação de recompor 20 metros, mas isso não pode ultrapassar 25% da propriedade -os ruralistas queriam 15%.

Amazônia já tem 'dívida de extinção', afirma pesquisa. Rafael Garcia – Folha de São Paulo. 13/07/2012

Áreas desmatadas estariam condenadas a perder cerca de 10% de seus mamíferos nas próximas cinco décadas. Atual queda do desmate pode minimizar essa tendência, desde que novo Código Florestal não estimule derrubada.

O desaparecimento de alguns animais na Amazônia é algo que passa quase despercebido hoje, mas esse é um fenômeno que deve se tornar cinco vezes maior.

"Cenários realistas sobre desmatamento sugerem que, em 2050, certas regiões terão perdido, em média, nove espécies de vertebrados, condenando outras 16 à extinção", diz uma nova pesquisa.

Apesar de a floresta já ter pedido, como um todo, 17% de seu território, cada pequeno pedaço de terra na região perdeu em média apenas 1% das espécies de aves, anfíbios e mamíferos que possuía.

Um trio de ecólogos do Imperial College de Londres explica agora por que isso ocorre: a maioria das áreas está "devendo" em média 5% de extinções para o futuro, e a situação pode piorar.

Em estudo na revista "Nature", os cientistas explicam que essa "dívida de extinções" ocorre porque alguns animais conseguem evitar o sumiço logo de cara. Conforme o tempo passa em uma área parcialmente desmatada, porém, grupos de aves, mamíferos e anfíbios vão diminuindo a cada geração. No final, alguns somem.

O trabalho publicado agora, liderado pelo ecólogo Robert Ewers, calcula quantas espécies são perdidas no curto e longo prazo. No estudo, os autores tratam apenas de fenômenos locais, analisando o que aconteceria em uma área de 2.500 km2 na Amazônia. As previsões sobre extinções totais, porém, já começaram a ser feitas.

MAIS DE CEM

"Nós rodamos o modelo tentando prever extinções globais e, no cenário 'business as usual' [em que o ritmo de desmatamento segue quase sem controle da lei], terminamos com algo em torno de 45 espécies sendo extintas e mais de cem sendo condenadas à extinção", disse Ewers à Folha.

Em um artigo comentando o estudo de Ewers, Thiago Rangel, ecólogo da Universidade Federal de Goiás, elogia o método estatístico criado pelos britânicos para medir o perigo do desmatamento para a biodiversidade.

"Antigamente a gente olhava para o mapa da Amazônia e via apenas quais regiões estão mais desmatadas e quais estão sofrendo desmatamento naquele momento", afirma. "Agora é possível enxergar uma medida combinada de desmatamento e de riqueza de espécies."

Segundo Rangel, porém, os cenários de desmatamento com que Ewers trabalha podem ser comprometidos no futuro. Um problema é o estado de indefinição do novo Código

Florestal -a lei que determina quantas e quais partes da mata os fazendeiros podem desmatar.

O outro é o movimento para reduzir áreas de conservação para acomodar hidrelétricas. No fim, pode ser que o cenário considerado mais realista pelos britânicos passe a ser otimista demais.

Rangel também destaca que é difícil prever quando a "dívida de extinção" de uma área parcialmente desmatada vence. "Uma espécie de anfíbio vai ser afetada em cinco gerações, o que dá uns três anos", diz. "Já um mamífero de grande porte, com maior capacidade de locomoção, pode resistir por até 50 anos."

Apesar das limitações, Ewers defende que o conceito que criou seja usado para planejar ações de conservação, incluindo a preservação de mata que cresce em fazendas abandonadas na Amazônia, por exemplo.

Na Vale, 55 projetos esperam licença ambiental do Ibama. André Borges e Rafael Bitencourt – Valor Econômico. 13/07/2012

O Valor teve acesso a um levantamento detalhado dos processos ambientais envolvendo os empreendimentos da Vale. A mineradora tem hoje 55 projetos que aguardam sinal verde do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Só no setor ferroviário, há 27 empreendimentos da companhia em compasso de espera, que envolvem obras em 10 mil quilômetros de malha ferroviária. Entre eles, está a duplicação de 625 quilômetros da Estrada de Ferro Carajás, principal rota de escoamento de minério de ferro da empresa, entre os Estados do Pará e do Maranhão.

Na atividade-fim, a mineração, há 15 processos de licenciamento para serem concluídos. No setor portuário, duas licenças estão pendentes, além de um processo para obras de dragagem e outro de rodovia. Outros nove processos são ligados a setores diversos.

Neste ano, a Vale obteve 15 licenças ambientais. No ano passado, 13 e em 2010, só 9. Procurada pelo Valor, a empresa informou, por meio de nota, que "o licenciamento ambiental tem sido o principal risco para o desenvolvimento de projetos". Em seu balanço financeiro, a mineradora alega que tem enfrentado "alguns obstáculos para implantar o seu portfólio de ativos de classe mundial", tendo o licenciamento ambiental como um dos principais entraves.

O ônus da lentidão, no entanto, não pode ser atribuído apenas ao Ibama. Segundo Vania Somavilla, diretora-executiva de recursos humanos, saúde e segurança, sustentabilidade e energia da Vale, a companhia fez uma revisão no método pelo qual desenvolve seus processos de licenciamento e estabeleceu "mecanismos internos de controle e suporte". Entre as iniciativas, está a criação de um "guia de boas práticas de licenciamento ambiental", com regras que apontam as necessidades específicas de cada tipo de projeto. Além disso, a Vale criou um comitê executivo de meio ambiente.

Para Gisela Forattini, diretora de licenciamento ambiental do Ibama, é preciso qualificar as autorizações que o instituto tem emitido. Há duas semanas, por exemplo, deu licença a um projeto de R$ 40 bilhões. "Autorizamos a maior mina de ferro do mundo", disse Gisela.

Falta de licença ambiental barra 55 projetos de expansão da Vale. André Borges e Rafael Bitencourt – Valor Econômico. 13/07/2012

Gisela, diretora do Ibama, alerta para o número reduzido de profissionais no órgão: "Precisamos aumentar nosso corpo de geólogos de minas, por exemplo"

A pressão que obras e projetos de infraestrutura têm exercido sobre a área de licenciamento ambiental por todo o país fica mais evidente quando observada a realidade encarada pela maior produtora de minério de ferro do mundo. O Valor teve acesso a um levantamento detalhado dos processos ambientais que atualmente cercam os empreendimentos da Vale. Os dados apontam que a segunda maior mineradora do planeta - só inferior à australiana BHP Billiton - tem hoje 55 projetos de diferentes setores que aguardam um sinal verde do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A maior parte das licenças que estão em análise pelo instituto está concentrada no setor ferroviário. À frente de aproximadamente 10 mil quilômetros de malha ferroviária, a Vale detém 27 empreendimentos de ferrovias em compasso de espera. Entre os principais projetos da área tocados pela companhia está a duplicação de 625 quilômetros da Estrada de Ferro Carajás, principal rota de escoamento de exportação da empresa, entre os Estados do Pará e Maranhão.

Em sua atividade fim - a mineração - há 15 processos de licenciamento para serem concluídos. Na área de portos, duas licenças estão pendentes, além de um processo para obras de dragagem e outro de rodovia. Outros nove processos estão ligas a diversos setores.

Em 2009, a Vale obteve sete licenças específicas de mineração do Ibama, número que saltou para nove autorizações em 2010 e chegou a 13 no ano passado. Neste ano, 15 licenças foram dadas pelo órgão de fiscalização. Apesar do aumento nas liberações, a fotografia ambiental ainda é criticada pela mineradora. Procurada pelo Valor, a Vale informou, por meio de nota, que "o licenciamento ambiental tem sido o principal risco para o desenvolvimento de projetos". Em seu balanço financeiro, a mineradora alega que tem enfrentado "alguns obstáculos para implantar o seu portfólio de ativos de classe mundial", tendo o licenciamento ambiental como um desses principais entraves. O ônus da lentidão, no entanto, não pode ser debitado apenas na conta do Ibama. A própria Vale tratou de se mexer.

Segundo Vania Somavilla, diretora executiva de recursos humanos, saúde e segurança, sustentabilidade e energia da Vale, a companhia fez uma revisão no método como desenvolve seus processos de licenciamento, com a criação de "mecanismos internos de controle e suporte". Entre as iniciativas adotadas, Vania cita um "guia de boas práticas de licenciamento ambiental", regras que passaram a apontar as necessidades específicas de licenciamento para cada tipo de projeto. "Além disso, a Vale criou um comitê

executivo de meio ambiente. Para a empresa, o licenciamento ambiental é tão prioritário quanto o projeto de engenharia de um empreendimento", diz Vania.

Para Gisela Forattini, diretora de licenciamento ambiental do Ibama, é preciso qualificar as autorizações que o instituto tem emitido. Há duas semanas, diz Gisela, o órgão liberou o licenciamento para que a Vale execute o projeto de Serra Sul, no Pará, iniciativa que vai resultar no maior investimento de uma empresa privada já realizado no país, com investimentos da ordem de R$ 40 bilhões. "Veja a importância dessa licença. Autorizamos a maior mina de ferro do mundo", comenta Gisela.

Até o fim deste ano, a Vale ainda vai obter cerca de dez licenças para diferentes tipos de empreendimentos, segundo o coordenador de mineração e obras civis do Ibama, Jorge Luiz Reis. Entre os projetos prioritários, Reis cita a licença de operação prevista para a mina de cobre, ouro e prata do "Projeto Salobo", na floresta nacional Tapirapé-Aquiri, no Pará. "Estamos falando de um empreendimento que vai produzir 24 milhões de toneladas por ano", diz ele.

A diretora do Ibama admite, no entanto, que o instituto tem limitações. Hoje o órgão conta com 400 profissionais para lidar com todas as etapas do licenciamento ambiental, quando o número necessário para atuar em apenas uma delas - a de "licença prévia" - teria que ser suportada por 920 analistas. "Temos 25 profissionais para cuidar dos licenciamentos de minério do país, mas precisamos aumentar nosso corpo de geólogos de minas, por exemplo", diz.

O desempenho do licenciamento depende, ainda, da agilidade de agentes que participam do rito, como o Instituto Chico Mendes e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

A tendência é que a pressão pelo licenciamento de mineração aumente. Dos 1,7 mil processos que hoje estão em análise pelo Ibama, 123 (7%) são do setor mineral. Para se ter uma ideia do potencial de crescimento, no ano passado o volume de pedidos de pesquisa mineral entregues ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) cresceu 40%, chegando a 33,6 mil processos. "Caso 1% desses pedidos se torne empreendimento, teremos um aumento de mais de 270% nessa área", comenta Gisela. "A demanda é explosiva, mas temos nos preparando. A Vale, em particular, tem ocupado boa parte de nossa força de trabalho."

Comissão aprova Código Florestal e deixa 343 destaques para depois do recesso. Yvna Sousa – Valor Econômico. 13/07/2012

O texto principal da medida provisória do Código Florestal foi aprovado ontem na comissão especial de deputados e senadores que analisa o projeto. A decisão, no entanto, não encerra a discussão, pois os parlamentares ainda precisam votar, depois do recesso, os 343 destaques apresentados, que ainda podem alterar o conteúdo.

Foi mantida a maior parte da MP 571, editada pela presidente Dilma Rousseff para suprir o vácuo dos 12 vetos que fez ao código aprovado anteriormente pelo Congresso Nacional. O principal trecho é a fórmula para recomposição de Áreas de Preservação

Permanente (APP), que varia de acordo com o tamanho das propriedades e a largura dos rios.

No entanto, para agradar os ruralistas, o relator da MP, senador Luiz Henrique (PMDB-SC), limitou a área de APP a até 25% das propriedades entre quatro e dez módulos fiscais (20 a 400 hectares, a depender da região do país). A redação original previa a "recuperação integral" nesses imóveis.

Outra mudança na redação final do relator foi feita a pedido da bancada ruralista: a definição de que a soma de APP com reserva legal só poderá chegar a 80% nas propriedades localizadas em áreas de floresta da Amazônia Legal. Dessa forma, nos imóveis localizados em outros biomas dentro do território da Amazônia Legal, como o cerrado, a área de preservação só poderá ocupar até 50% da propriedade.

As concessões feitas por Luiz Henrique - segundo ele, todas com autorização do Planalto - convenceram os senadores ruralistas, mas não foram suficientes para agregar os deputados. O racha na bancada foi o que favoreceu o governo. No esforço de adiar a votação, o deputado Abelardo Lupion (DEM-PR) chegou a apresentar um texto alternativo com as principais reivindicações dos produtores, mas sua proposta foi rejeitada.

O deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) criticou a postura dos colegas. "Isso é um jogo preliminar, o jogo principal vai ser no plenário da Câmara. Lá vocês vão ver os 513 deputados federais ocupando a tribuna, votando com total sentimento da sua base e representando o seu povo", declarou.

A análise dos destaques será feita entre os dias 7 e 9 de agosto, único período durante as eleições em que deputados e senadores estarão trabalhando simultaneamente. Caso os parlamentares não cheguem a um consenso, a MP 571 corre o risco de chegar até o final do seu prazo de vigência, 8 de outubro, sem nem avançar para votação dos plenários da Câmara e do Senado.

"Se nós não votarmos, ficará uma instabilidade jurídica, o ambiente não será recuperado e os agricultores não vão ter tranquilidade, principalmente os agricultores familiares, para produzir", declarou o presidente da comissão especial, Bohn Gass (PT-RS).

Para o senador Jorge Viana (PT-AC) é preciso uma mobilização para evitar que os avanços do relatório da comissão sejam perdidos nas votações posteriores. "Se não houver uma ação conjunta do bom senso contra os radicais que querem mudar o que foi aprovado, o resultado é que este texto vai sofrer danos em agosto e outros no plenário da Câmara", afirmou.

Comissão aprova MP do Código, mas adia votação das 343 alterações. Marta Salomon e Ricrdo Brito – O Estado de São Paulo. 13/07/2012

Ambiente. As propostas de mudanças no texto editado pela presidente em maio voltarão a ser discutidas apenas após o recesso, em agosto; se não houver alteração, pouco mais de 25% das Áreas de Preservação Permanente desmatadas poderão ser recuperadas

Após seis horas de embates, a comissão mista do Congresso aprovou ontem o texto-base da medida provisória do Código Florestal, editado em maio pela presidente Dilma Rousseff. Foi uma derrota dos ruralistas, que queriam impedir a votação a qualquer custo.

Depois que o texto-base foi aprovado, os parlamentares finalizaram a votação. A sessão foi suspensa sem que a comissão mista encarregada do tema tenha definido grandes mudanças.

As 343 propostas de mudança no documento - essenciais para entender como de fato ficará o novo Código Florestal - serão avaliadas somente depois do recesso parlamentar, em agosto.

Até aqui, está mantida a exigência de recuperação da vegetação às margens de rios entre 5 e 100 metros, dependendo do tamanho da propriedade e da largura das correntes d'água, como prevê a medida provisória do governo e o relatório apresentado pelo senador Luiz Henrique (PMDB-SC).

O conjunto de regras, que segue intacto por enquanto, permitirá a recuperação de 110 mil quilômetros quadrados de vegetação às margens de rios, segundo estimativas preliminares do Ministério do Meio Ambiente que apontam a recuperação de pouco mais de 25% das áreas de preservação permanente (APPs) já desmatadas no País. A extensão dessas áreas equivale a mais de 40% do território do Estado de São Paulo.

Derrota. Na tarde de ontem, ruralistas e ambientalistas insatisfeitos diziam que bloqueariam a votação. "Na verdade, alguns companheiros queriam marcar uma posição política", afirmou o presidente da Frente Parlamentar do Agronegócio, deputado Homero Pereira (PSD-MT).

Segundo Pereira, grande parte dos produtores rurais não terá condições de regularizar suas propriedades com base nas regras negociadas até aqui. "Muita gente ainda vai ficar fora da lei, muitos não terão condições de fazer a recomposição das APPs", disse, ao defender mudanças no texto que está em discussão.

Outra representante do agronegócio, a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu (PSD-TO), disse que, independentemente de novas mudanças, a reforma do Código Florestal negociada até aqui já representa um avanço para os produtores rurais. "Não podemos resolver 100% das nossas vontades", disse.

Um dos pontos em que a senadora pretende mexer trata do cálculo das APPs no Cerrado.

Aliados. Parlamentares da base governista temem que pressões por novas mudanças no texto impeçam a aprovação da medida provisória de Dilma Rousseff até o dia 8 de outubro, data em que a MP perderá a eficácia.

O texto foi editado pela presidente depois que ela vetou parte da reforma do Código Florestal aprovada pela Câmara, na maior derrota política sofrida pelo governo no atual mandato (mais informações nesta página).

"Estou muito preocupado, porque a maioria dos 300 destaques é contra o meio ambiente", afirmou o senador Jorge Viana (PT-AC), vice-presidente da comissão mista que discute a MP.

Trâmite. Depois de concluída a votação na comissão especial mista do Congresso, o texto da reforma do Código Florestal seguirá mais uma vez para votações nos plenários do Senado e da Câmara.

Por conta do período pré-eleitoral, o número de sessões de votação será reduzido, daí o risco de a medida provisória não ser aprovada a tempo.

Amazônia deve sofrer grande extinção de espécies até 2050. Giovana Girardi – O Estado de São Paulo. 13/07/2012

Pesquisa avalia o impacto local promovido pela perda de vegetação em 30 anos e aponta que ainda há tempo para agir

As piores consequências do desmatamento sofrido pela Amazônia ao longo de 30 anos ainda estão por vir. Até 2050, poderão ocorrer de 80% a 90% das extinções de espécies de mamíferos, aves e anfíbios esperadas nos locais onde já foi perdida a vegetação. A boa notícia é que temos tempo para agir e evitar que elas de fato desapareçam. Essa é a conclusão de uma pesquisa publicada na edição desta semana da revista Science.

Um trio de pesquisadores da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos considerou as taxas de desmate na região de 1978 a 2008 e levou em conta a relação entre espécies e área - se o hábitat diminui, é de se esperar que o total de espécies que ali vivem diminua, ao menos localmente.

Acontece que os animais têm mobilidade, podem migrar para locais vizinhos ao degradado. Lá vão tentar sobreviver, competindo por recursos com animais que já estavam no local, de modo que o desaparecimento não é imediato, podendo levar décadas para se concretizar.

É essa diferença que os pesquisadores chamam de "débito de extinção", que foi calculado no trabalho. Grosso modo, é uma dívida que teria de ser "paga" - em espécies animais - pelo desmatamento do passado. A ideia por trás do termo é tanto mostrar o que poderia acontecer se simplesmente o processo de extinção seguisse o seu rumo, quanto estimar qual pode ser o destino dessas espécies que dependem da floresta, considerando outros cenários de ações.

Mas em vez de calcular para toda a Amazônia - o que seria problemático, porque há uma diferença de riqueza de biodiversidade no bioma -, os autores mapearam os nove Estados em quadros de 50 quilômetros quadrados, a fim de estimar os impactos locais. Uma espécie pode deixar de ocorrer em uma dada área, mas isso não significa que ela desapareceu por completo.

Tanto que a literatura ainda não aponta a extinção de nenhuma espécie na Amazônia, explica o ecólogo Robert Ewers, do Imperial College, de Londres, que liderou o estudo. "Uma razão para isso é que o desmatamento se concentrou no sul e no leste na

Amazônia, enquanto a mais alta diversidade de espécies se encontra no oeste da região. Mas não há dúvida de que muitas estão localmente extintas onde o desmatamento foi mais pesado."

Na pior hipótese, a do "business as usual", considera-se a continuidade do modelo da expansão da agricultura; na melhor, que o desmatamento zere até 2020. Os pesquisadores propõem, no entanto, que o cenário mais realista é o que considera a permanência da governança, ou seja, das ações governamentais que levaram à queda do desmatamento nos últimos anos.

Mas, mesmo nessa situação, é de se esperar que espécies sumam. Em 2050, os pesquisadores estimam que localmente (nos quadros de 50 km²) podem desaparecer de 6 a 12 espécies de mamíferos, aves e anfíbios em média; enquanto de 12 a 19 podem entrar na conta do que pode ser extinto nos anos seguintes.

Eles reforçam que isso ainda não ocorreu e defendem que ações que aumentem as unidades de conservação e promovam a restauração de áreas degradadas têm potencial de evitar o danos. Os mapas mostram em quais áreas esse esforço poderia promover mais benefícios.

Em outro artigo na Science que comenta o trabalho, Thiago Rangel, da Universidade Federal de Goiás, pondera que a conjuntura atual é incerta. "O governo vai investir pesado em infraestrutura, estão previstas 22 hidrelétricas de grande porte, estão sendo reduzidas as unidades de conservação e o Código Florestal vai ficar mais frouxo. A trajetória dos dez anos que passaram dava uma sinalização otimista, mas são os próximos dez anos que vão dizer o que vai acontecer."

Rio+20 - e os resultados? Cardeal Dom Odilo P. Scherer – O Estado de São Paulo. 14/07/2012

A Conferência Rio+20, da Organização das Nações Unidas (ONU), sobre o desenvolvimento sustentável, encerrada no último dia 22 de junho, certamente não alcançou os resultados que muitos esperaram. No entanto, dizer simplesmente que foi um fracasso também não me parece realista. Para começar, não houve recuos em relação à Rio-92 e houve bons avanços em vários sentidos, além de expressiva participação de delegações oficiais e uma saudável mobilização da sociedade civil. E isso não é indiferente.

Chegar a acordos entre atores tão numerosos e com interesses tão diversificados não é tarefa simples, como no caso da Rio+20. As organizações não governamentais (ONGs) e outras organizações da sociedade civil apontaram para o mundo que queremos e precisamos; e os responsáveis pelo governo dos povos teceram consensos para construir juntos, por enquanto, o mundo possível. Os dois ainda estão bem distantes...

Fruto positivo da conferência realizada na cidade do Rio de Janeiro foi o próprio fato de se ter chegado, com a liderança do Brasil na fase final de um longo processo de negociações, a um documento de consenso - havia o risco de não se chegar a nenhuma declaração comum. Um avanço importante foi a afirmação clara de que a pessoa humana está no centro do desenvolvimento sustentável, que deve contemplar a

superação da pobreza e a qualidade de vida das populações. Também merece destaque o fato de se ter clareado melhor o conceito de "desenvolvimento sustentável", que deverá sempre apoiar-se em três pilares: econômico, social e ambiental. Esses três critérios, e não mais apenas o produto interno bruto (PIB), deverão ser levados em conta, daqui por diante, na avaliação sobre o estado do desenvolvimento de um povo.

A meu ver, porém, o resultado mais significativo consiste na renovada consciência sobre as dimensões do problema ambiental. Isso ficou claro nas falas de numerosos chefes de Estado, ou de seus representantes, bem como nas manifestações das organizações da sociedade civil, na Cúpula dos Povos. É absolutamente vital para o futuro que a atividade econômica e a sustentabilidade ambiental andem juntas. E isso requer uma revisão drástica dos atuais sistemas de produção e dos hábitos de consumo. Os estilos de vida precisam ser menos materialistas e consumistas, mais sóbrios e solidários, tendo em vista também as gerações futuras. Nossos hábitos e nossa cultura precisam mudar, para uma relação mais sustentável com a natureza e o ambiente da vida.

Falou-se muito em "economia verde", respeitosa do ambiente, e era desejável que se chegasse a definições mais concretas para torná-la possível. Todavia as economias mais desenvolvidas e os maiores poluidores não se animaram a abandonar as fontes de energia nuclear ou fóssil, como o petróleo e o carvão mineral. Essa foi uma das maiores reclamações daqueles que advertem a respeito dos riscos do aquecimento global. Mesmo vital para o futuro, contudo, isso não é simples, porque pressupõe a reorganização de toda a economia.

Além de verde, a economia deveria também ser "azul", com atenção especial às águas. A escassez de água doce será um problema grave para o futuro próximo. Também muitos países pequenos temem pela sua sobrevivência, tirada, sobretudo, dos oceanos. A crescente contaminação das águas, a pesca predatória e a diminuição sensível das espécies de vida nas águas são ulteriores preocupações.

Muito oportuna foi a distinção feita por uma jovem na abertura da conferência: não se trata simplesmente de construir o mundo que "queremos", mas aquele que "devemos" edificar e cuidar juntos.

De fato, o voluntarismo dos projetos humanos, imposto à natureza e ao ambiente, nem sempre é o critério melhor: o mundo precisa de respeito às suas próprias leis, não devendo ser visto apenas como objeto do desejo e da vontade humanas, que o podem levar ao caos e à destruição.

Infelizmente, faltou definir um organismo na ONU para acompanhar globalmente, e com competências próprias, as questões ambientais; nem se assegurou um fundo para ajudar os países mais pobres a superarem a pobreza, ou para financiar as mudanças no modelo econômico, necessárias para o desenvolvimento sustentável. Tampouco se estabeleceram regras para facilitar o acesso às tecnologias necessárias para uma economia mais verde. No fundo, as decisões e os custos para o desenvolvimento sustentável ficaram por conta de cada país e isso, certamente, será pouco eficaz. As grandes economias, em geral, e os maiores poluidores não se comprometeram, de modo efetivo, na busca de soluções para a crise ambiental.

Entre as lacunas do documento final da Conferência Rio +20, observo também a falta de reconhecimento da contribuição das religiões e igrejas para o desenvolvimento sustentável. É inegável que estas contribuem para a educação, o cultivo de valores, para formar e mudar a cultura e para socorrer os membros mais frágeis da comunidade humana. Faltou, igualmente, uma palavra de apreço à família, sujeito social e econômico básico, indispensável no cuidado das pessoas e de sua formação para uma nova cultura e para o desenvolvimento sustentável.

As organizações da sociedade civil mostraram o seu papel determinante para promover mudanças nas políticas públicas e nas decisões dos governos. A solução para as graves questões postas na conferência depende da interação de dois sujeitos: autoridades constituídas e sociedade civil organizada. Penso que a Rio+20 manifestou esse esforço conjugado, indispensável para a eficácia de qualquer declaração ou lei. E isso faz esperar que ela não tenha sido um ponto de chegada, mas uma etapa na busca de soluções melhores.

Pepe Vargas palestra sobre novo Código Florestal no RS – Site do MDA. 14/07/2012

Preservar o meio ambiente, garantir a produção de alimentos e levar em consideração a questão social, com diferenciação para agricultores familiares. Para o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, estas premissas regem a discussão sobre o novo Código Florestal. O ministro palestrou sobre o tema, nesta sexta-feira, 13, em plenária do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA-RS), em Porto Alegre (RS).

Pepe Vargas relembrou que a Medida Provisória 571/12, que altera o novo Código Florestal (Lei 12.651/12), respeitou o trabalho desenvolvido pelo Congresso Nacional, sem veto total, respeitando acordos firmados e, por meio do diálogo com a sociedade civil, mantendo regras já consolidadas sobre de áreas de preservação permanentes (APPs), como beira de rios, reserva legal, preservação das nascentes e topos de morros.

Na última quinta-feira, a comissão mista que analisa a Medida Provisória, aprovou o texto principal do relator, com a apresentação de 343 destaques que serão votados a partir de agosto. No parecer, está mantida a exigência de recuperação de 20 metros de mata ciliar nas médias propriedades, de 4 a 10 módulos fiscais.

O ministro enfatizou que foi mantida a responsabilidade de todos pela preservação ambiental, mas sem inviabilizar a produção agropecuária e com exigências diferenciadas para os agricultores familiares, como: a área de recomposição da mata ciliar variar de acordo com o tamanho da propriedade. O ministro apresentou alguns dados sobre a distribuição de terras no país, afirmando que 90% das propriedades rurais no Brasil têm até quatro módulos fiscais e ocupam 24% da área. “Com esta diferenciação vamos recuperar de 25 a 30 milhões de hectares de área que havia sido suprimida”, disse.

Para o ministro Pepe Vargas, outro ponto importante, aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela presidenta Dilma Rousseff, foi o reconhecimento do conceito de área rural consolidada. “Estas áreas, que hoje estariam na ilegalidade,

passam a ser legais. E é muito importante porque traz tranquilidade para os produtores e os incentiva a preservar estas áreas", analisou.

Pepe Vargas citou a disponibilização de uma linha de crédito que tem como objetivo incentivar a preservação agroflorestal – o Pronaf Floresta – que pelo Plano Safra 2012/2013 permite financiar até R$ 35 mil, com juros de 2% ao ano. Vargas também salientou a criação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) que, em conjunto com o Plano de Recuperação Ambiental (PRA), será uma ferramenta importante para a regularização ambiental sem inviabilizar a produção de alimentos e as áreas para pastagem.

O ministro fez um retrospecto do processo de debate sobre o novo Código Florestal, relembrando que o código atual é de 1965, período em que o Brasil era um país pouco urbanizado e com menos população, e que não atende às demandas atuais. "Houve supressão de cobertura vegetal em áreas em que o código vetava que houvesse essa supressão, porque o Código Florestal não atende mais a demanda nem quanto à preservação do meio ambiente, nem para a viabilização da produção de alimentos", defendeu.

Os sem saneamento. Édison Carlos – O Globo. 15/07/2012

ARio+20 já é passado... E infelizmente um passado nada animador, nem para o Brasil quanto mais para o planeta. Por aqui, a prova mais concreta de que temos que voltar nossos olhos para nosso universo de pais sócio e ambientalmente atrasado são os mais novos indicadores sobre o avanço do saneamento básico no Brasil, publicados pelo Ministério das Cidades.

Numa rápida interpretação de como anda o país no que há de mais básico em atendimento ao cidadão, ou seja, no acesso a água tratada, coleta e tratamento dos esgotos, vemos que 2 em cada 10 brasileiros ainda não recebem água potável. Na Região Norte são 4 pessoas em cada 10, e no Nordeste, 3 em 10, ou seja, uma distorção enorme quando comparado ao Sudeste, onde mais de 90% das pessoas possuem o serviço. Apesar dos números de acesso a água potável serem alarmantes, o que dizer dos índices dramáticos do atendimento em coleta dos esgotos? É absurdo e incrível, mas pelos números divulgados para 2010 no Brasil 54% da população ainda não são atendidos por coleta de esgoto. De 2009 para 2010, mesmo com uma maior cobertura da imprensa e debates com autoridades, conseguimos progredir apenas a inexpressiva cifra de 1,7 ponto percentual.

O que dizer de uma taxa de crescimento tão pequena quando falamos de uma carência básica de décadas, cuja falta traz contaminação brutal às águas, com doenças e gastos enormes à saúde pública dos cidadãos e municípios brasileiros?

Esta chaga do Brasil é social, mas derivada de uma gigante poluição ambiental. Do pouco esgoto que se coleta no país, os dados divulgados mostram que somente 38% são tratados, ou seja, a continuar neste ritmo a grande maioria dos esgotos do país continuará sendo jogada na natureza da forma que saem dos nossos banheiros. São bilhões de litros jogados in natura por dia sem tratamento nos rios, bacias hidrográficas, lagoas e aquíferos brasileiros.

Mesmo nas áreas urbanas, sempre mais bem atendidas pelos serviços de infraestrutura, as estatísticas também são ruins para o saneamento. Nelas a água tratada chega a 92% das pessoas (72% na Região Norte) e somente 53% possuem coleta de esgotos (26% na população urbana do Nordeste). Esta carência do saneamento, associada a grande proximidade das pessoas com os resíduos nas áreas mais adensadas, tem causado cada vez mais surtos de doenças, principalmente no verão, e tendo as crianças como as maiores vitimas.

É possível dizer que o Brasil continuará a ser comparado, nos indicadores sociais e IDH - Índice de Desenvolvimento Humano -, muito mais com países africanos e asiáticos do que com os países desenvolvidos.

Há crescimento destes serviços? Sem dúvida que há. O Governo federal tem feito um esforço pela melhoria do saneamento, principalmente colocando recursos significativos através do PAC, mas empresas e cidades não têm conseguido usar estes recursos em sua plenitude.

Em 2010 a soma dos investimentos em saneamento se aproximou dos R$ 9 bilhões, o que significou um avanço de R$ 1,1 bilhão comparado com os R$ 7,8 bilhões de 2009. Apesar disso, o valor investido está muito longe da necessidade do país, que deveria estar aplicando entre R$ 15 bilhões e R$ 17 bilhões por ano, para cumprir a meta do Plano Nacional de Saneamento Básico, que é levar água e tratar os esgotos até 2030.

A frieza dos números mostra ainda um cenário injusto nacionalmente, uma vez que aumenta a cada dia a distância entre o atendimento ao cidadão nas diversas regiões, com destaque para o avanço forte do Sudeste, onde mais de 70% das pessoas já têm coleta de esgotos. Mesmo esta região, mais poderosa e organizada, não escapa dos péssimos números em tratamento do esgoto coletado (41% somente).

Avanços estão ocorrendo, mas insuficientes para a velocidade que o Brasil precisa em saneamento básico. Ainda existem mais de 2.800 cidades que sequer enviam suas informações sobre a situação dos esgotos, o que mostra o despreparo e falta de transparência de muitas autoridades.

Usina nuclear no sertão ameaça índios pankarás. Leonardo Nossa – O Estado de São Paulo. 15/07/2012

Tribo que foi forçada a deixar suas terras perto do São Francisco agora se revolta contra abertura de estrada que corta a aldeia, em Pernambuco

Quando o governo transferiu a aldeia da margem do Rio São Francisco para um terreno pedregoso e sem água, em Itacurubá, a 466 quilômetros do Recife, o então cacique Geraldo Cabral pensou que o megaprojeto da Represa de Itaparica era o último ataque à história dos pankarás, índios que resistiram, durante quatro séculos, a jesuítas, franciscanos, capuchinhos, criadores de gado, escravagistas, cangaceiros, coronéis, líderes messiânicos, corruptos e assentados da reforma agrária.

A história se repete. Tratores amarelos, mesma cor das máquinas que derrubaram malocas antes do enchimento da reserva, em 1988, cortaram a comunidade onde vivem

65 famílias para a abertura de uma estrada estadual, construída com recursos federais. O susto maior foi quando os índios receberam a notícia de que o caminho na caatinga levaria a uma usina nuclear.

O projeto de uma usina no semiárido nordestino chegou a ser anunciado no ano passado pelo ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. A ideia está engavetada, pois não convenceu setores influentes do governo e recebeu críticas pesadas de políticos e cientistas. Uma estrada, porém, começou a ser aberta na terra dos pankarás para garantir o acesso a um sítio, a 8 km das malocas, reservado para a usina.

'Bomba'. "No passado, eles tiraram a gente da beira do rio, onde tinha água e peixe. A gente ficou na pedra", lembra o índio Fernando Antonio da Silva, de 65 anos, um dos mais antigos da tribo. "Só não é pior que ficar ao lado da bomba. Se tiver problema, não vai dar tempo de correr."

Os técnicos do governo espalharam no centro de Itacurubá a versão de que serão criados, durante as obras, 4 mil empregos - e depois, a usina, que "não é uma bomba", trará finalmente o desenvolvimento da região. Era uma notícia robusta para os habitantes de Itacurubá, Rodelas e Petrolândia, cidades reconstruídas pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco, a Chesf, após a inundação da represa.

Os moradores da região saíram de uma economia de subsistência, de pequenas criações e lavouras, para viver ao redor das prefeituras e dos salários do funcionalismo público, em novos centros urbanos. "O governo sabe tudo o que está ocorrendo", diz, resignado, Jorge França, de 40 anos, uma das novas lideranças dos pankarás. "Eles (os políticos) sempre nos viram como pessoas que empatam o desenvolvimento do Brasil", reclama a cacique Lucélia Leal Cabral, de 34 anos. "Não ganhamos indenização em 1988 e não queremos agora. A tribo precisa apenas de paz para sobreviver."

Até dezembro de 2002, os índios da região utilizavam vários nomes e expressões para reafirmar sua distintividade étnica, como "caboclo" e "braiado". No começo de 2003, passaram a adotar o etnônimo Pankará da Serra do Arapuá. Hoje, o povo indígena reúne quase 3 mil pessoas - a Funai só tomou providências quanto ao reconhecimento territorial em 2005.

Lucélia não se opõe a obras de infraestrutura do governo, mas critica a falta de diálogo com os índios e a ausência de compromisso para garantir que a comunidade seja beneficiada.

Cacau tenta renascer com lema de protetor da mata atlântica. Giovana Girardi – O Estado de São Paulo. 15/07/2012

Plantio à sombra de árvores nativas quer ser valorizado por seu serviço ambiental

Mesmo sem o glamour de antigamente e com o setor abatido pelo ataque de uma praga no final dos anos 1980 e pela concorrência com a África (líderes mundiais), elas ainda são preciosas - afinal é delas que se faz o chocolate. O jeito então é continuar a caminhada pela estradinha de terra que corta a plantação nos arredores de Itacaré segurando a cumbuca de cacau repleta de amêndoas.

Mas sob o sol ardido, apesar do inverno, a vontade é deixar a trilha e se embrenhar pelos pés de cacau, aproveitando a esperteza dos pioneiros cacauicultores que os plantaram à sombra de árvores nativas - o chamado sistema cabruca. Mal imaginavam que essa relação histórica com a Mata Atlântica serviria, 250 anos depois, para promover o renascimento do setor.

Ao manter ao menos uma parcela da floresta em pé, os cacaueiros ajudaram a proteger o bioma. O sudeste da Bahia é considerado a região mais preservada do Nordeste, em parte por conta desse manejo. Tanto que algumas áreas de cabruca estão identificadas no Atlas da Mata Atlântica, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e da SOS Mata Atlântica, como remanescentes florestais. Agora os produtores querem que esse serviço ambiental se reverta em uma valorização extra, que impulsione a retomada de crescimento da produção.

Esse foi o mote principal do Fórum Internacional do Cacau e Chocolate, realizado no começo do mês em Salvador, que antecedeu o Salon du Chocolat (evento internacional que pela primeira vez ocorreu em um país produtor). Muitos dos chocolateiros estrangeiros que estavam na cidade para falar do seu produto final tiveram a chance de ver pela primeira vez como se cultiva seu principal material de trabalho.

De quebra, foram "catequizados" sobre o diferencial sustentável do cacau baiano por pessoas como Badaró, cuja família produz cacau no sistema cabruca há cinco gerações e há alguns anos enveredou pelo cacau orgânico e a produção do chocolate fino Amma. E por Durval Libânio, também produtor, mas que partiu para a pesquisa e a assistência a agricultores familiares e assentados com a criação do Instituto Cabruca.

Depois da vassoura de bruxa. Este momento de buscar a valorização do sistema se segue a um período de vacas magras para os cacauicultores baianos. No final dos anos 1980, a região do sudeste do Estado, mais conhecida pela cidade de Ilhéus, foi infestada - em o que hoje se sabe ter sido um ato criminoso - pelo fungo Moniliophtera perniciosa, que se espalhou rapidamente. A produção, que era de 400 mil toneladas por ano, caiu para 120 mil. Foram perdidos 250 mil empregos e até hoje cerca de 14 mil cacauicultores, 95% deles pequenos, continuam endividados.

Muitos desistiram da cultura, transformando suas fazendas em pastagens. De acordo com Guilherme Galvão, presidente da Associação de Produtores de Cacau, em 20 anos, 150 mil hectares de cabruca tiveram esse fim. Outros abandonaram os cacaueiros, que acabaram sendo invadidos por madeireiros atrás das árvores nativas de valor. Proliferam também espécies exóticas, como jaqueiras e cajazeiros. Estima-se que a área de cabruca no sudeste da Bahia diminuiu em torno de 20% nesse período.

O modelo, que antes da praga tinha sido desacreditado pelo instituto de pesquisa Ceplac, que incentivava a derruba total da mata e o plantio do cacau associado a outras culturas, como a leguminosa exótica eritrina e bananeiras, acabou perdendo espaço para esse novo formato chamado de "a pleno sol". Hoje, aliás, boa parte da expansão do cacau no baixo sul da Bahia ocorre sem as tradicionais sombras da cabruca. A ameaça à Mata Atlântica, claro, cresceu.

Biodiversidade. Não que antes não tivesse havido desmatamento. A cabruca, por

conceito, significa brocar a mata - o cacau não sobreviveria sem luz, então no passado se raleou a floresta para deixar passar o sol. Segundo Libânio, a biodiversidade relativa preservada em um hectare de cabruca é em média de cerca de 13% do original de espécies arbóreas.

Segundo cálculos feitos pelo Instituto Cabruca, até 70 espécies arbóreas foram encontradas em 1 hectare do sistema. Apesar de ser bem menos significativo que as mais de 300 que costumam existir nas áreas mais preservadas e ricas, "sua presença em paisagens alteradas é de fundamental importância para a preservação de espécies arbóreas", escrevem Libânio e colegas em artigo na revista Biodiversity and Conservation.

"Como as plantações são muito heterogêneas, a conservação que promovem acaba sendo maior. As espécies encontradas num hectare não são as mesmas vistas nos hectares vizinhos", explica ele. Além disso, as árvores preservadas são justamente aquelas de maior valor, alvo de corte seletivo por madeireiros. Espécies importantes para a conservação da biodiversidade, como pau-brasil, maçaranduba, jequitibá, vinhático, peroba-rosa, jacarandá. "O produtor do cacau não deixa tirar porque vai afetar a produção dele. O maior remanescente de pau-brasil do País está em área de cabruca no município de Tamaraju, hoje um assentamento de reforma agrária", afirma.

Ele ressalta a importância da cabruca em abrigar uma alta diversidade de morcegos e pássaros e de funcionar como corredor ecológico para a fauna se locomover entre os remanescentes da Mata Atlântica.

Agora se tenta recuperar o que foi perdido, manejando as cabrucas abandonadas para retirar o excesso de árvores exóticas e reflorestando o que virou pasto. A ideia é cultivar um sistema agroflorestal semelhante à cabruca, com cacau, nativas e algumas espécies de valor econômico.

América Latina cresceu, mas poluiu mais desde a Rio 92, informa a Cepal. Henrique Batista – O Globo. 15/07/2012

Em 20 anos, parcela da população pobre na região caiu de 48% para 30%

Um estudo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal, órgão ligado à ONU) mostra que a evolução na direção do desenvolvimento sustentável do continente desde a Rio 92 não é tão positivo.

Embora a economia da região tenha crescido, reduzindo o percentual da população que vive na pobreza de 48% do total para 30%, essa evolução nem sempre foi sustentável. Segundo o estudo "A Sustentabilidade do Desenvolvimento 20 Anos Após a Conferência para a Terra", a participação da região na emissão mundial de gases do efeito estufa, excluindo as emissões por mudanças de uso do solo, passou de 7%, em 1990, para 8% em 2005. O estudo mostra ainda que a região ainda sofre muito com desmatamento e falta de saneamento básico.

Mas, levando em conta as emissões decorrentes de alterações do uso do solo, contudo, a região perdeu participação no total de emissões de gases do efeito estufa, caindo de 13%

do total mundial em 1992 para 12% no último levantamento, de 2005. Outro dado ambiental positivo é que, se na época da Rio 92, 9,7% da área do continente era de proteção ambiental, agora este percentual está em 20,3%.

Segundo o estudo da Cepal, a redução da pobreza na região é nítida. A proporção de pessoas no continente que vivem em favelas caiu de 34%, na época da Rio 92, para 24% em 2011.

Outra preocupação é a "reprimarização" da economia da região, cada vez mais dependente da exportação de commodities (produtos básicos com cotação mundial, com minério de ferro, soja e petróleo), e a falta de investimento em tecnologia. Essa situação pode ampliar o debate ambiental, pois grande parte da produção agropecuária da região cresceu com desmatamento e com redução de biodiversidade.

Governo estuda reduzir área da maior Floresta Nacional. Marta Salomon – O Estado de São Paulo. 16/07/2012

No início de 2006, um decreto do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou a Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim, a maior de um conjunto de unidades de conservação no sul do Pará que ajudaria a conter o avanço das motosserras na Amazônia. Pouco mais de seis anos depois, o governo de Dilma Rousseff estuda tirar um pedaço da Flona de até três vezes o tamanho da cidade de São Paulo para resolver a disputa de terras na região.

A decisão tem tudo para se tornar histórica. Mais do que a terça parte da maior Floresta Nacional do País, de pouco mais de 1,3 milhão de hectares, está em jogo o destino da política de combate ao desmatamento na Amazônia. Ambientalistas certamente verão nela o início do desmanche das unidades de conservação, cujo ritmo de criação despencou desde o início do governo Dilma.

O problema é um pouco mais complicado. Grande parte das unidades de conservação criadas nos últimos anos não concluiu o processo de regularização das terras. Há bilhões de reais em indenizações a serem pagas. A reivindicação por terras no interior dessas áreas de proteção que implica em redução das unidades de conservação pode chegar a 1 milhão de hectares apenas no sul do Pará, segundo estimativas preliminares.

"Há situações a serem corrigidas", diz a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. "Mas é preciso separar o joio do trigo, para ver quem tem direito à posse da terra e quem a ocupou ilegalmente, para especular e desmatar. Há muito interesse de grilagem na região."

O assunto está em estudo no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), subordinado ao ministério, e deve ser levado ao gabinete da presidente. Enquanto a decisão não sai, a Flona do Jamanxim abriga rebanhos e pastagens degradadas, além da produção de café, milho e arroz onde, por lei, a única atividade econômica deveria ser o uso sustentável de produtos da floresta.

Ameaças

Em maio deste ano, segundo dados mais recentes de desmatamento do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), a Jamanxim perdeu 1 km² de floresta - o segundo maior abate de árvores detectado em unidades de conservação no mês. No final do governo Lula, houve duas Operações Boi Pirata dentro da Flona, na tentativa de conter o desmatamento ilegal na unidade. Nessas operações, os animais eram apreendidos pelo governo e depois leiloados.

"Temos uma produção diversificada", diz Nelci Rodrigues, uma das líderes do movimento para excluir áreas de produção da Flona. Paranaense, ela ocupa um terreno de 2,4 mil hectares, mas sustenta que apenas ocupações até 1,1 mil hectares devem ser reconhecidas, de acordo com o limite da lei de regularização fundiária na Amazônia.

Ocupantes da Jamanxim contam com um forte lobby no Congresso, ao qual aderiram parlamentares da base de apoio do governo. O deputado Zé Geraldo (PT-PA) passou de defensor da criação da Flona a advogado da redução da área. "Foi um remédio amargo, necessário na época, para conter a grilagem desenfreada e a frente de desmatamento", sustenta o deputado. Ele calcula que cerca 500 famílias deveriam ter suas posses reconhecidas. Ainda pelos seus cálculos, a área no interior da unidade cuja ocupação deveria ser reconhecida alcança 600 mil hectares - quase metade do território da Jamanxim.

Documento encaminhado à ministra Izabella Teixeira pela advogada dos ocupantes da Flona, Samanta Pineda, alega que as pessoas que reivindicam a posse da terra foram atraídas pelo próprio governo federal a ocupar a Amazônia, nos anos 1970. "A inauguração da BR-163 era a concretização da promessa de que a região realmente seria foco dos recursos para o desenvolvimento", afirma no texto.

Várias unidades de conservação no sul e oeste do Pará foram criadas para evitar a expansão do desmatamento após o asfaltamento da rodovia, que liga Cuiabá a Santarém. As informações são do jornal O Estado de S.Paulo.

Nosso futuro não está na Rio +20 – Site do MST. 16/07/2012

Duas clivagens dividem hoje a humanidade: entre a classe dos donos do capital e as classes que só possuem sua força de trabalho; e entre o bloco dos que professam a fé na acumulação ilimitada de riqueza material, ignorando que os recursos do planeta são finitos, e o bloco dos que já praticam uma socioeconomia fundada na sobriedade feliz, conscientes de que podemos ser felizes consumindo menos bens materiais e vivendo em solidária harmonia entre humanos e com os outros seres da Terra.

Apesar dos compromissos voluntários assumidos pelas elites nas Cúpulas oficiais (Rio92 e Rio+20), os indicadores de “desenvolvimento sustentável” dos últimos 20 anos são estarrecedores: PIB global, +75%; emissões de carbono,+36%; degelo da banquisa do Ártico, +35%; ritmo anual de degelo das geleiras, +100%; população mundial, +26%; produção de alimentos, +45%; 1/3 deste total (1,3 bilhões de toneladas) é desperdiçado; desnutridos: mais de 1 bilhão, obesos: mais de 1 bilhão; agricultura usa 70% da água consumida; crescente desigualdade de renda como fator de geração de pobreza: renda mundial detida pelos 20% mais ricos passou de 82,7% para 91,5%; a fração dos 20% mais pobres caiu 20 vezes, de 1,4% para 0,07%; crescente desigualdade

de expectativa de vida: para os 20% mais ricos, de 77 para 79 anos; para os 20% mais pobres, de 46 para 44 anos de vida (PNUD).

Estes indicadores comprovam o fracasso do "Desenvolvimento Sustentável". Mas a avaliação dos resultados de 20 anos de tratados internacionais sobre pobreza, clima, gênero, biodiversidade, desmatamento e desertificação, água, emissões de gases-estufa, acidificação dos oceanos, degelo das calotas e geleiras foi retirada da agenda da Rio+20. Por que? "Não devemos olhar para trás. É tempo de construir o futuro." Para disfarçar esse fracasso as grandes empresas lançaram a Economia Verde, não só para evitar a avaliação dos 20 anos de promessas vazias, mas para pintar de verde a economia 'de mercado', apresentada como 'o novo caminho' de salvação da vida e do planeta

Soluções efetivas além da retórica estão ausentes no documento oficial, O Futuro que Queremos. A Declaração da Cúpula dos Povos na Rio+20 é incisiva: "As instituições financeiras multilaterais, as coalizões a serviço do sistema financeiro, como o G8/G20, a captura corporativa da ONU e a maioria dos governos demonstraram irresponsabilidade com o futuro da humanidade e do planeta e promoveram os interesses das corporações na conferência oficial. Em contraste, a vitalidade e a força das mobilizações e dos debates na Cúpula dos Povos fortaleceram a nossa convicção de que só o povo organizado e mobilizado pode libertar o mundo do controle das corporações e do capital financeiro."

As elites globais presentes na Cúpula oficial identificam o "desenvolvimento sustentável" com "o crescimento econômico sustentado". No mundo atual, quase 90% do consumo global é atribuído aos 20% mais ricos. Sem reduzir este consumo excessivo e planejar o crescimento econômico em prol dos necessitados não há solução para a crise social e ambiental. Sem compartilhar a riqueza, o saber e o poder a humanidade não sobreviverá. Só uma nova consciência e um novo paradigma de desenvolvimento podem responder a este desafio.

Apenas 4% dos donos de terra moram no local – O Estado de São Paulo. 16/07/2012

Levantamento feito pelo ICMBio em 2009 revela que a maior parte dos posseiros tem residência em outros Estados

Estudo de campo feito pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) no ano de 2009 apresentou um retrato bem diferente da ocupação da região da Floresta Nacional de Jamanxim. A equipe do instituto identificou ocupações extensas, dedicadas principalmente à pecuária de corte, com baixa produtividade.

Um primeiro tipo de posseiro identificado é composto de grandes fazendeiros, com residência em Estados do Sul do País ou em Mato Grosso. Um segundo tipo também moraria fora da Flona e teria nas terras apenas parte de seus negócios.

Foi considerada rara a incidência de posseiros moradores, que tiram da floresta seu sustento - esses representariam apenas 4% da ocupação. O levantamento também identificou a existência de garimpos no território.

"As ocupações ocorreram sempre de forma irregular, ou seja, como intrusão, sem as formalidades legais que permitem a justa contemplação dos direitos e deveres de posse", diz o estudo do ICMBio, que condena a redução do tamanho da Flona do Jamanxim, ainda que admita a revisão de limites e o reconhecimento de ocupações em áreas mais desmatadas.

"A Flona Jamanxim não deve ser alvo de desconstituição ou mesmo de drástica redução. Isso levaria a um recuo da estratégia governamental de conservação e traria consequências ambientais imprevisíveis em várias outras unidades de conservação da Amazônia, invariavelmente sofrendo pressão fundiária, invasões e interesses políticos", conclui o estudo técnico de revisão dos limites da Floresta Nacional do Jamanxim.

O documento está disponível na internet.

Hoje, o ICMBio admite reduzir em até 220 mil hectares o território da Flona (de 1,3 milhão de hectares). Isso significa cerca de uma vez e meia o tamanho da cidade de São Paulo.

Novo Código Florestal limita potencial da Aquicultura brasileira – Site da CNA. 17/07/2012

A exploração da aquicultura apenas nas propriedades rurais com até 15 módulos fiscais e o impedimento para a abertura de novas áreas para a atividade, pontos previstos no novo Código Florestal (Lei 12.651) e na Medida Provisória (MP) 571, que complementa a legislação ambiental, poderão comprometer o crescimento do setor aquícola no País. Segundo a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, que defende a retirada, no texto, dos dispositivos que tratam destes pontos, estas regras limitam novos investimentos na atividade. Ela explica que os dispositivos que tratam destas questões, além de impedir a prática da atividade em imóveis com mais de 15 módulos fiscais, proíbem a supressão de vegetação nativa para a construção de novos tanques e reservatórios para a piscicultura.

“Um proprietário de um imóvel com mais de 15 módulos não pode utilizar um hectare para a piscicultura na grande propriedade, porque o novo Código não permite. E nas propriedades com até 15 módulos, quem quiser construir um tanque escavado para a piscicultura acaba impedido, porque a prática da aquicultura é permitida, desde que não haja novas supressões de vegetação. Mas não há como construir um tanque novo sem a abertura de novas áreas”, justifica a senadora, que discutiu o tema com o ministro da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella.

A limitação da aquicultura aos imóveis de até 15 módulos fiscais está prevista no parágrafo 6º do artigo 4º da Lei 12.651. Já a vedação para a abertura de novas áreas foi incluída no mesmo artigo, por meio da MP 571. Ao defender a retirada deste dispositivo, a senadora argumenta que outro item do mesmo artigo vincula novos empreendimentos da aquicultura aos licenciamentos ambientais para a exploração da atividade, o que torna desnecessário condicionar a vinculação de um novo projeto à proibição da abertura de novas áreas.

Na avaliação da senadora, outra questão que também deve ser levada em conta é a de que as argumentações em relação à existência de tecnologias para a implantação de projetos de piscicultura fora das APPs, em modalidades como as de tanques escavados, não podem ser generalizadas, diante do alto custo de implantação e operação. Além deste fator, explica, há a necessidade de construção de reservatórios abastecedores que, por necessitar de captação de água de chuva, são construídos em locais que dificultam, também, novos investimentos em irrigação por meio de reservatórios, adutoras e infraestrutura para bombeamento de água.

Estes pontos devem voltar à pauta de discussões do Legislativo em agosto, quando os deputados e senadores que integram a Comissão Especial Mista instalada para analisar a MP 571, no Congresso, apreciarão e votarão os destaques ao texto, antes da votação da matéria nos Plenários da Câmara e do Senado. A MP tem validade até o dia 8 de outubro e deve ser votada até esta data para não perder a eficácia.

Práticas do Programa ABC preservam florestas brasileiras. Carlos Moura – Site do MAPA. 17/06/2012

Marcado como o Dia de Proteção às Florestas, 17 de julho remete à atuação de governo e sociedade civil em defesa de um dos seus bens mais importantes. Nesse sentido, ações com fins conservacionistas como o Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), do Governo Federal, são primordiais para colocar em prática essa conscientização. Além de preservar, o produtor que opta por adotar práticas financiadas pelo programa ainda obtém lucros, a partir da plantação de espécies arbóreas como paricá, guanandi, sabiá, erva-mate e seringueira.

O Programa ABC oferece crédito aos produtores rurais para a adoção de técnicas agrícolas sustentáveis. O principal objetivo é fazer frente aos desafios trazidos pelas mudanças climáticas, com a meta de reduzir, até 2020, entre 133 a 162 milhões de toneladas de CO2.

Relativo ao reflorestamento, as principais práticas incentivadas são as de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) e implantação e manutenção de florestas comerciais. “O desmatamento já vem diminuindo em biomas importantes e o financiamento de práticas que preservem espécies nativas auxiliará tanto na preservação ambiental quanto na captação de gás carbônico na atmosfera”, afirmou o secretário de Desenvolvimento e Cooperativismo, Erikson Chandoha.

Para a Região Norte, algumas das espécies indicadas são a paricá (ideal para fabricação de laminado e compensado) e o mandiocão (pode ser utilizada para fabricação desde laminados a palitos de fósforo). Na Região Centro-Sul, recomenda-se o guanandi (fabricação de canoas e vigas de escoramento), o pau-jacaré (madeira estrutural) e a seringueira (borracha). Quanto à Região Nordeste, destaque para o sabiá (produção de estacas, lenha e carvão). Já a Região Sul tem como boas opções a bracatinga (lenha e carvão, mobiliário) e a erva-mate (folhas utilizadas para a produção de chá).

O Programa ABC é uma das iniciativas do Governo brasileiro para diminuir o desmatamento e fomentar o aumento de espécies exóticas plantadas em biomas como a Amazônia. Em junho, o Governo Federal anunciou que 81,2% da Amazônia Legal

encontra-se integralmente preservada e que o Brasil acaba de conquistar a menor taxa de desmatamento desde que a medição começou a ser feita, em 1998.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), de agosto de 2010 a julho de 2011, foram desmatados 6,4 mil quilômetros quadrados da região e, de 2004 a 2011, o desmatamento na Amazônia Legal sofreu uma queda de 78%.

Financiamento pelo ABC

Os produtores interessados em adotar práticas financiadas pelo programa devem entrar em contato com sua agência bancária para obter informações quanto à aptidão ao crédito, documentação necessária para o encaminhamento da proposta e garantias.

Para a safra 2012/2013, o programa terá R$ 3,4 bilhões disponíveis em linhas de crédito. A taxa de juros para o período diminui em relação à safra anterior, de 5,5% para 5% ao ano, a menor fixada para o crédito rural destinado à agricultura empresarial.

Em Berlim, mudanças climáticas. Lucas Tolentino – Site do MMA. 17/07/2012

Brasil participa de reunião internacional para apresentar o estágio avançado em que se encontram as iniciativas nacionais para a redução das emissões de gases poluentes

O governo federal negocia propostas de controle das mudanças climáticas com representantes de países de todo o mundo. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) participa, nesta terça-feira, da terceira edição do Petersberg Climate Dialogue, realizado pelo Executivo alemão, em Berlim. O secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA, Carlos Klink, representará o Brasil no evento.

O estágio avançado em que se encontram as iniciativas brasileiras para a redução das emissões de gases poluentes e para outras áreas será apresentado aos participantes do encontro internacional. Entre as principais ações que serão mostradas, estão as estratégias de elaboração e aplicação dos planos setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima. Quatro deles passam, atualmente, pelo processo de consulta pública.

SUBSÍDIOS

Apesar de não fazer parte do calendário oficial, o encontro internacional tem o objetivo de promover subsídios para as negociações que serão realizadas na 18ª Conferência das Partes (COP 18), marcada para o fim do ano, em Doha, capital do Qatar. A intenção é transformar os resultados do encontro alemão em propostas que serão apresentadas e discutidas durante a COP 18.

O governo alemão convidou, ao todo, ministros e chefes de estado de 35 países. A 3ª edição do Petersberg Climate Dialogue tem como foco as lacunas para o alcance dos objetivos propostos e a criação de uma economia baseada em baixas emissões de carbono como uma estratégia de crescimento, além de discutir um novo tratado para ser negociado a partir de 2015.

Hidrelétricas impuseram redução a UCs – O Estado de São Paulo. 17/07/2012

Ainda que a redução da Floresta Nacional do Jamanxim se limite aos 220 mil hectares admitidos nas negociações pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), esse número será maior do que os ajustes feitos em áreas de proteção pela presidente Dilma Rousseff, sob fortes críticas de ambientalistas.

Em janeiro, Dilma editou uma medida provisória que alterou o tamanho de sete unidades de conservação. O corte abriu caminho para as futuras hidrelétricas do Rio Tapajós.

As hidrelétricas do Rio Madeira, em Rondônia, também entraram na lista de justificativas para os ajustes, ao lado da regularização fundiária em algumas unidades. Essa redução totalizou 146,6 mil hectares, o equivalente a quase o tamanho da cidade de São Paulo.

As usinas do Rio Tapajós consumiram 57 mil hectares (570 km²) da área de cinco unidades de uso sustentável. Não houve a criação de outras áreas para compensar essa redução - mais significativa na Floresta Nacional de Itaituba 2, também no Pará, que perdeu 7% de seu território.

Compensação. De acordo com os cálculos do ICMBio, a ampliação das áreas dos parques nacionais da Amazônia e dos Campos Amazônicos teria compensado, com folga, a redução de unidades de conservação de proteção integral determinada pela medida provisória.

A Área de Proteção Ambiental (APA) Tapajós foi uma das unidades criadas, junto com a Floresta Nacional do Jamanxim, para conter o avanço da fronteira agrícola de Mato Grosso para o sul do Pará, pressionada pelo asfaltamento da BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA).

Sob ataque no Congresso. A redução do território de unidades de conservação é objeto de várias propostas que tramitam no Congresso Nacional. Em abril, havia mais de uma dezena de projetos com esse objetivo sendo debatida por deputados e senadores. Um deles, apresentado em 2008 pelo deputado Zequinha Marinho (PSC-PA), simplesmente torna sem efeito a criação da Floresta Nacional do Jamanxim. / M.S.

MP tenta conter redução de áreas de proteção na Amazônia. Marta Salomon – O Estado de São Paulo. 17/07/2012

Diminuição de 1,6 mil km2 de unidades de conservação por meio de MP editada por Dilma é contestada no STF

O Ministério Público Federal tenta conter na Justiça o encolhimento de unidades de conservação (UCs) na Amazônia, processo que deve se acelerar com os estudos para cortar até a terça parte da área da Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim, no Pará.

O governo Dilma Rousseff já cortou neste ano o equivalente ao tamanho da cidade de São Paulo em oito áreas de proteção na Amazônia, criadas para barrar o avanço das

motosserras na floresta. "Vemos com preocupação o que representa um incentivo à grilagem de terras públicas e ao desmatamento", afirma o procurador da República no Pará Marcel Mesquita. "O mais preocupante é ver que o governo, ao não conseguir administrar os limites das unidades de conservação, opta por tirar um pedaço delas."

A redução de 1,6 mil km2 de UCs por meio de medida provisória editada pela presidente Dilma Rousseff em janeiro é objeto de contestação no Supremo Tribunal Federal (STF). O autor da ação é o procurador-geral da República, Roberto Gurgel. A medida provisória já virou lei. O STF ainda não se manifestou sobre o pedido de liminar de Gurgel para suspender o efeito da mudança nos limites de áreas de proteção.

Ontem, o Estado mostrou que o governo estuda reduzir em até três vezes o tamanho da cidade de São Paulo a Flona do Jamanxim. A área é reivindicada por ocupantes, que mantêm pastos e outras atividades econômicas onde só é permitido o uso sustentável da floresta.

Hidrelétricas.

Parte importante do corte do tamanho de UCs imposto pela MP teve por objetivo abrir espaço para reservatórios das futuras hidrelétricas São Luiz do Tapajós e Jatobá, além de regularizar o alagamento de áreas pelas usinas do Rio Madeira, em Rondônia. Outra parte foi destinada à regularização da posse de terra no interior das áreas de proteção, criadas sem a retirada dos ocupantes nem o pagamento de indenizações.

No Congresso, o governo apoiou a retirada de 178 km2 da Flona Tapajós, para acomodar a regularização de núcleos urbanos na floresta, que só admitiria a manutenção de comunidades tradicionais.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) contabiliza um saldo positivo de 210 km2 das mudanças feitas nos territórios das unidades, depois do corte de 1,6 mil km2. Não houve compensação para a redução das áreas da Flona Tapajós nem das quatro unidades que sofrerão alagamento na construção das hidrelétricas do Tapajós.

ANP vê 25 infrações em vazamento da Chevron. Sabrina Valle – O Estado de São Paulo. 17/07/2012

Multas relacionadas ao descumprimento das normas de segurança não serão superiores a R$ 50 milhões

A Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) encontrou cerca de 25 infrações relacionadas ao vazamento de óleo da Chevron no Campo de Frade, na Bacia de Campos, ocorrido em novembro de 2011. As multas para descumprimento das normas de segurança não devem ultrapassar os R$ 50 milhões, sinalizou ontem a diretora-geral, Magda Chambriard.

As regras da ANP permitem multas máximas diferentes para cada infração. Algumas chegam a R$ 1 milhão, outras a R$ 5 milhões, exemplifica Magda, que participou de seminário Brasil: Energia & Futuro, na PUC-Rio. O montante total das multas só será

revelado com o detalhamento sobre as causas do acidente, cujo relatório será divulgado até o fim desta semana.

A ANP decidiu abrir uma investigação em separado para apurar o segundo incidente no campo, registrado em março. A Chevron identificou na época um afloramento de óleo a 3 km do local do primeiro vazamento.

Magda disse que será apurado se o evento ocorreu em um cenário normal ou se houve falha passível de autuação. Ela acrescentou que não há entraves para a operadora voltar a produzir óleo. A autorização está a cargo da superintendência de produção e exploração da ANP e deve sair em breve. Já a perfuração e ações que alterem a pressão do poço só serão autorizados após a divulgação do relatório.

Crédito com risco. Miriam Leitão – O Globo. 17/07/2012

O BNDES concedeu outro crédito-ponte de R$ 1,8 bilhão para a Norte Energia, empresa que está construindo Belo Monte. Ao todo, já colocou à disposição do empreendimento R$ 6,6 bilhões. O Ministério Público comunicou ao Banco Central que empréstimos têm sido concedidos sem a devida análise de risco. O BNDES concedeu o crédito, apesar de o Ibama ter multado Belo Monte em R$ 7 milhões por problemas ambientais.

A multa imposta pelo Ibama é pelo não cumprimento de compromissos assumidos na concessão da licença prévia. Pelas normas do BNDES, repetidas em nota enviada ontem à coluna, empréstimos só são concedidos para empresas que estão em dia com obrigações ambientais.

O segundo empréstimo foi concedido sem que o Ministério Público do Pará, que vem acompanhando essa questão detalhadamente, soubesse. A primeira informação foi divulgada por uma ONG. O primeiro crédito-ponte foi de R$ 1,1 bilhão; o segundo empréstimo, de R$ 1,8 bi, além do crédito através do Plano de Sustentação do Investimento no valor de R$ 3,7 bilhões.

A obra é controversa, continua no meio de muita polêmica, mas nada disso impediria o banco de conceder o empréstimo, se tivesse respeitado os seguintes requisitos: uma análise de risco de crédito, o cumprimento por parte do tomador de empréstimo da legislação ambiental e uma ampla publicidade ao fato.

Só se soube que o crédito foi concedido, porque a ONG International Rivers procurou o recém-criado Serviço de Informação ao Cidadão do BNDES e pediu o dado. Foi surpresa para o próprio Ministério Público do Pará, que pedirá o contrato do adiantamento. Ontem, perguntei ao banco se o crédito tinha, de fato, sido mesmo concedido e, em nota, ele informou que sim. "Duas operações de curto prazo no valor total de R$ 1,8 bilhão, realizadas na modalidade indireta, por meio de repasse de recursos dos agentes financeiros Caixa Econômica Federal (R$ 1,5 bilhão) e Banco ABC (R$ 300 milhões)".

Segundo a nota do BNDES: "Com relação ao segundo empréstimo-ponte, o BNDES estabeleceu uma série de obrigações e condições, entre as quais a de manter em situação

regular suas obrigações junto aos órgãos de meio ambiente, inclusive como condição para utilização de recursos". Após a coluna ter perguntado por que o banco concedeu o empréstimo em fevereiro (contratado em março), apesar de a multa do Ibama ter sido dada naquele mês, o BNDES respondeu que, ao ser informado da multa, suspendeu a liberação dos recursos.

"O dinheiro relativo a este segundo empréstimo-ponte só começou a ser desembolsado após comprovada a regularidade ambiental. A Norte Energia apresentou ao banco no final de março ofício do Ibama atestando que, embora tivesse sido aplicada a multa, a licença de instalação do projeto continuava válida e que a empresa permanece autorizada a prosseguir com as obras para implantar a usina". O banco disse isso O Ibama multou a empresa em fevereiro pelos "atrasos constatados na implementação do Projeto Básico Ambiental". As licenças prévias do Ibama foram concedidas com o condicionante de que seria feito o PBA para adotar ações de mitigação do impacto da usina para a vazão do rio e os moradores da região.

Sem saber desse novo empréstimo de R$ 1,8 bilhão, o Ministério Público, no final de maio, havia consultado o BNDES sobre outra dúvida em relação ao primeiro empréstimo-ponte de R$ 1,1 bilhão e ao crédito do Programa de Sustentação de Investimento de R$ 3,7 bilhões. O MP quer saber se existem estimativas de custos de mitigação e compensação de impactos ambientais e sociais que estão previstas na concessão das licenças prévia e de instalação. Queria saber também dos "resultados da análise de risco" e da "análise técnica da viabilidade econômico-financeira" de Belo Monte para conceder o empréstimo principal. A consulta ao presidente do banco, Luciano Coutinho, foi assinada pelos procuradores Cláudio Terre do Amaral e Bruno Alexandre Gütschow.

Foram enviadas também ao BC no dia 30 de maio, ao chefe do Departamento de Supervisão de Bancos, Carlos Donizeti Macedo Maia, informações sobre esses empréstimos "com a finalidade de instruir Inquérito Civil Público". O ponto do MP é que o próprio BNDES havia informado em relação ao primeiro empréstimo-ponte o seguinte: "ainda não foi possível elaborar a classificação de risco dessa operação de financiamento".

Segundo os procuradores, não há nada que permita a concessão de crédito sem análise de níveis de risco. O que os documentos mostram é que Belo Monte, mesmo com seu pedido de empréstimo de R$ 23 bilhões não aprovado ainda, já teve dois empréstimos-ponte de R$ 2,9 bilhões, mesmo recebendo multa do Ibama por descumprimento básico da lei. E ainda teve um crédito de R$ 3,7 bilhões do Plano de Sustentação do Investimento. É isso que está sob investigação do Ministério Público.

ANP: Chevron deve voltar a produzir petróleo no país. Ramona Ordoñez – O Globo. 17/07/2012

Órgão regulador vai divulgar relatório final com as multas

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) deverá em breve autorizar a petrolífera americana Chevron a voltar a produzir petróleo no Campo de Frade, na Bacia de Campos. A informação foi dada ontem pela diretora-geral da ANP, Magda Chambriard,

ao explicar que nesta semana o órgão vai divulgar o relatório sobre o primeiro vazamento de petróleo da Chevron ocorrido em novembro do ano passado. Em março a companhia suspendeu a produção no campo, devido ao surgimento de um segundo vazamento de óleo.

- Eles (Chevron) solicitaram a retomada da produção, e nós estamos analisando. Em princípio, não temos nada contra. Em princípio não se antevê qualquer dificuldade para o retorno da produção, até porque a interrupção desta foi voluntária - explicou.

Segundo Magda, a ANP vai divulgar nesta semana o relatório final sobre o primeiro vazamento da Chevron. Ela disse terem sido identificadas cerca de 25 infrações sobre as normas de segurança operacionais. Apesar de não querer antecipar os valores, Magda deixou claro que o valor total das multas não deverá ultrapassar R$ 50 milhões.

- Como são mais de 20 infrações, vamos ter um valor de multa pequeno ainda, porém não é algo de R$ 1 milhão a R$ 2 milhões, é bem mais do que isso - destacou Magda, que participou ontem de seminário na PUC-Rio.

Paralisação das licitações preocupa agência

Por considerar muito baixos os valores das multas previstas no setor de petróleo, a ANP está propondo mudança na Lei das Penalidades, que terá de passar pelo Congresso. Pela legislação atual, cada multa pode chegar a R$ 2 milhões.

A ANP ainda vai elaborar um relatório sobre o segundo vazamento de óleo, ocorrido em março deste ano, para estabelecer as penalidades para o caso. Ao todo, a agência estima um vazamento da ordem de três mil barris de petróleo no Campo de Frade. Somente quando concluir o relatório sobre o segundo vazamento é que a ANP poderá decidir, explicou Magda, pela volta ou não da perfuração de novos poços pela Chevron.

Ela disse ainda que a ANP está preocupada com o fato de não serem realizadas licitações de áreas para exploração desde 2008. Os leilões foram suspensos para se definir o novo marco regulatório para o pré-sal.

No momento, o Congresso ainda discute a distribuição dos royalties. Segundo Magda, até 2016 vencerão todas as concessões para exploração, e isso prejudica principalmente os pequenos produtores:

- Os pequenos operadores vão sumir do mapa.

Chevron volta a operar 'em breve', diz ANP. Denise Luna – Folha de São Paulo, Mercado. 17/07/2012

Empresa pede para retomar produção de petróleo suspensa desde março devido a vazamento em Campos, no Rio. Mesmo que volte a produzir, companhia americana continuará impedida de perfurar novos poços no Brasil.

A Chevron pediu à ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) autorização para voltar a produzir petróleo no Brasil. De acordo com a diretora-geral da ANP, Magda Chambriard, a volta deve acontecer "em breve".

A produção de cerca de 70 mil barris diários de óleo equivalente (petróleo e gás) da companhia norte-americana no campo de Frade, na bacia de Campos (Rio), foi suspensa em março deste ano a pedido da própria Chevron, depois de a empresa encontrar um segundo vazamento no mesmo campo onde houve um acidente em novembro, que jogou no mar 2.400 barris de petróleo.

A Chevron é operadora do campo, com 51,74% de participação, ao lado da Petrobras, com 30%, e Frade Japão Petróleo Ltda., com 18,26%.

Chambriard afirmou que, mesmo que volte a produzir, a companhia continuará impedida de perfurar novos poços no Brasil. Até o encerramento desta edição, a Chevron não havia confirmado a informação da ANP.

MULTAS

A executiva disse que vai divulgar, até o fim desta semana, as conclusões da ANP sobre o acidente ocorrido em novembro na bacia de Campos, assim como o valor da multa que será aplicada à companhia.

"Cada multa se aplica para um determinado item. Mas não chegamos a R$ 50 milhões", disse Chambriard, lembrando que, pela lei atual, o valor máximo de cada punição é de R$ 2 milhões. "Por isso, estamos pedindo para rever a lei das penalidades", explicou.

Segundo a diretora da ANP, a Chevron cometeu pelo menos 25 infrações no acidente.

SEM LEILÃO EM 2012

Chambriard disse ainda que neste ano não deve haver leilão de áreas de produção de petróleo. O leilão depende da votação do novo marco regulatório do setor petroleiro no país.

"Todo mundo esperava um aumento de alíquota de royalties para os contratos de partilha de produção. O que passou a ser discutido no Congresso Nacional é mais do que isso. É um aumento de alíquota de royalties para todos os contratos assinados e não assinados. Como vou licitar uma área se não tenho como dizer ao investidor quanto ele vai pagar de imposto?", disse a executiva da ANP.

Dilemas da rota aos "ODS". José Eli da Veiga – Valor Econômico. 17/07/2012

Dos inúmeros indicadores sintéticos de sustentabilidade ambiental que proliferaram nos últimos 20 anos, apenas três conquistaram alguma legitimidade: o das "Poupanças Líquidas Ajustadas", patrocinado pelo Banco Mundial, o "Índice de Desempenho Ambiental", puxado pelo Fórum de Davos, e a "Pegada Ecológica", cultivada pelo Global Footprint Network (GFN).

Será que um dos três será escolhido como a melhor dobradinha do IDH para o um futuro monitoramento do desenvolvimento sustentável?

A resposta poderia estar próxima, já que um dos raros compromissos práticos saídos da Rio+20 é adotar até 2015 um kit de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O rascunho para as negociações multilaterais será preparado em dois anos por um grupo de trabalho a ser ungido já em setembro pela 67ª Assembleia Geral da ONU, com 30 representantes de seus cinco grupos regionais.

Qual indicador será escolhido como o melhor índice para o monitoramento da sustentabilidade?

Todavia, o sobrevoo dos três finalistas sugere que a escolha mais provável seja do tipo "nenhum dos anteriores".

A preferência do Banco Mundial é pela mudança do próprio cálculo monetário da riqueza nacional, principalmente pela dedução do valor de depreciações advindas do consumo de estoques de recursos naturais e de poluições, contrabalançada pela adição do valor dos investimentos em capital humano. Apresentado em percentagem do rendimento nacional bruto, quanto menor for esse indicador (GSI, na sigla em inglês), menos sustentabilidade ambiental teria o estilo de crescimento econômico do país.

Por esse prisma, 23 países estão em trilhas insustentáveis por terem GSI negativo. O destaque vai para Estados Unidos e Rússia, com idêntico sinal vermelho: - 0,8%. No extremo oposto estão 51 países para os quais esse indicador é superior a 10%. Entre eles a campeã, China, com 39,7%, mas também a Índia com 24,1% e a Coreia do Sul com 20%. Os 4,6% do Brasil o jogam bem abaixo da mediana, ocupada pela Nova Zelândia, com 8%.

A opção do Fórum de Davos foi tão divergente que gerou resultados opostos. Empenhou-se para que um grupo de pesquisadores das universidades de Yale e de Columbia construísse e aperfeiçoasse indicadores bem mais abrangentes, que pudessem dar conta até da capacidade institucional de um país para um futuro enfrentamento de seus problemas ambientais. O que mais tem sido aceito é o de "desempenho ambiental" (EPI, na sigla em inglês), que combina 23 variáveis com diversos pesos. O maior objetivo (70% da ponderação) é a vitalidade ecossistêmica, com 17 variáveis relativas a 7 dimensões: ar, água, biodiversidade, agricultura, florestas, pesca e clima/energia. Os demais 30% se voltam à saúde ambiental, com 5 variáveis em 3 dimensões.

Esse enfoque reprova 43 países, com grande realce para Índia e China. No extremo oposto, 24 países teriam excelente desempenho ambiental, com notas superiores a 70 em escala 1 a 100. Principalmente escandinavos e do oeste europeu, seguidos de Nova Zelândia e Japão. O Brasil ultrapassa a mediana, ficando à frente da Rússia e quase colado aos Estados Unidos. Os três com notas pouco acima de 60.

Em vez de corrigir a avaliação monetária da riqueza de uma nação, ou estimar vitalidade ecossistêmica e saúde ambiental, a abordagem da Pegada é medir a pressão exercida pelo consumo das populações sobre os recursos naturais, para compará-la à capacidade de regeneração da biosfera, chamada de "biocapacidade". Mostra que há dezenas de sociedades que ainda dispõem de uma espécie de crédito ecológico, por

terem pegadas inferiores à quota que corresponde à média da biocapacidade global: 1,8 na última avaliação, em 2007. E revela déficits que em alguns casos já chegam ao triplo dessa quota.

Há 60 países com crédito, entre os quais chamam a atenção Índia e Indonésia. No extremo oposto, são 20 os que têm déficits superiores ao dobro do patamar global. A começar por petro-monarquias, como Emirados e Qatar. Mas seguidos de perto pelos mais avançados, como Estados Unidos, Canadá, Austrália e vários europeus, inclusive escandinavos, como Dinamarca, Finlândia, Suécia e até a Noruega. Com pegada de 2,9 o Brasil já está 60% acima da quota global, mas não muito longe da mediana, ocupada pela África do Sul, onde a pegada é de 2,3.

São três maneiras de avaliar, mas com imenso contraste entre as duas primeiras e a terceira. Para GSI e EPI, a sustentabilidade ambiental mais importante não é a global, embora ela pudesse ser atingida se todas as nações aumentassem suas poupanças genuínas e também conservassem de seus próprios ecossistemas. O foco da Pegada é oposto: as populações que mais pressionam a biocapacidade global deveriam ser pioneiras da evolução dos modos de consumo, problema que nem de raspão é tocado pelos outros dois indicadores. A Pegada mede as diversas contribuições à insustentabilidade global, tanto de regiões, como de países, entes subnacionais, e mesmo indivíduos. Contribuições que podem ser desagregadas em pegada carbono, pegada hídrica, pegada nitrogênio, etc. Mas infelizmente não em pegada biodiversidade.

Chevron voltará a produzir em Frade. Marta Nogueira e Rodrigo Polito – Valor Econômico. 17/07/2012

Magda Chambriard, diretora-geral da ANP: "Eles solicitaram a retomada da produção. Nós estamos analisando, mas, em princípio, não temos nada contra"

A americana Chevron cometeu cerca de 25 infrações - relacionadas a descumprimento das regras de segurança - no vazamento de 3,6 mil barris de petróleo no litoral do Rio de Janeiro, em novembro do ano passado. A conclusão é da Agência Nacional de Petróleo (ANP), que terminou as investigações sobre o caso e deve divulgar, nesta semana, um relatório. Magda Chambriard, diretora-geral da agência reguladora, afirmou que a companhia deverá voltar a produzir em Frade em breve, mas não revelou quando isso deve acontecer.

"Eles solicitaram a retomada da produção. Nós estamos analisando, mas, em princípio, não temos nada contra", disse Magda, que participou de evento no Rio de Janeiro. Segundo Magda, a atividade de produção onde há injeção de água não será liberada. Foi a própria companhia que pediu para interromper a produção, em março, logo após registrar novo vazamento de petróleo em Frade, mas em quantidade menor, de 5 litros de óleo.

Entretanto, a companhia permanecerá sem permissão para perfurar no local, até que a investigação sobre o segundo vazamento, que começa a ser feita agora pela ANP, seja concluída. Magda destacou que essa segunda investigação deverá terminar em menos tempo que a primeira, que durou sete meses.

Apesar de não informar detalhes, Magda afirmou que a soma das multas que serão aplicadas na Chevron será inferior a R$ 50 milhões. Segundo ela, a multa é "muito pequena" em relação ao tamanho da empresa. A autuação não segue a nova legislação proposta pela ANP ao Ministério de Minas e Energia, que pede aumento das penalidades impostas às companhias do setor. Atualmente, cada multa pode chegar, no máximo, a R$ 2 milhões. Até o momento do fechamento dessa edição, a Chevron não tinha se pronunciado sobre o assunto.

Entre 2010 e 2011, a agência realizou o total de 14 interdições em plataformas e equipamentos, aplicando R$ 52 milhões em multas, considerando todas as empresas que operam no país.

Magda também afirmou que a 11ª Rodada de licitação de blocos exploratórios de petróleo não ocorrerá neste ano. O principal entrave, segundo Magda, é a indefinição sobre o aumento da alíquota de royalty. "Todo mundo esperava um aumento de alíquota de royalty para os contratos de partilha de produção", disse Magda. "Mas o que está sendo discutido no Congresso é mais do que isso. É um aumento e alíquota de royalty para todos os contratos assinados e não assinados", completou. Segundo Magda, não há tempo hábil para a lei ser votada e a rodada ser preparada para ocorrer ainda este ano.

A diretora revelou que a maior parte das empresas que operam em campos considerados maduros - aqueles em que a produção já passou do auge - deverá apresentar à ANP entre setembro e outubro planos de desenvolvimento para essa regiões. Assim, a partir de 2013, a ANP e as empresas começam a discutir como recuperar a produção, em declínio em muitos desses campos.

"Eu não posso nem afirmar que as empresas não estão fazendo o máximo. O que estou dizendo é que o declínio está grande, os planos de desenvolvimento submetidos à ANP estão antigos e nós precisamos rever e rediscutir esse assunto", disse Magda.

Cimi manifesta indignação sobre decisão do STF no caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol – Site da CPT. 18/07/2012

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, publicou nota nesta terça-feira, 17 de julho, sobre a publicação de uma portaria do Poder Executivo da União. No dispositivo, o Governo Federal determina a revisão dos procedimentos em curso, desde a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol. A portaria provoca uma retração na aplicabilidade das chamadas “condicionantes”. Para oCimi, trata-se de uma “excrescência jurídica”, que deve levar “a conflagração generalizada de conflitos fundiários envolvendo a posse das terras indígenas, inclusive a reabertura daqueles anteriormente solucionados com o ato demarcatório”. A seguir, a íntegra da nota do Cimi.

Nota de repúdio à portaria do Governo Federal que manipula decisão do STF

O Conselho Indigenista Missionário, Cimi, vem a público manifestar indignação frente à publicação, neste dia 17 de julho, da portaria 303, no Diário Oficial da União.

O Governo Federal, fazendo uso da Advocacia Geral da União, manipula, escandalosamente, a decisão do Supremo Tribunal Federal, tomada no âmbito da Petição 3388, que diz respeito exclusivamente ao caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima, não possuindo, portanto, efeito vinculante. Nesse sentido, já há três decisões liminares de Ministros do STF que manifestam esse entendimento. Além do mais, o caso ainda não transitou em julgado. Com a presente portaria, o Governo desvirtua a decisão da Suprema Corte generalizando e retroagindo a aplicabilidade das chamadas "condicionantes" emanadas no julgamento do caso citado.

O absurdo é tamanho que o Executivo chega ao ponto de determinar que sejam "revistos" os procedimentos em curso que estejam em desacordo com a portaria, bem como, que sejam "revistos e adequados" até mesmo os procedimentos já "finalizados". Em momento algum os Ministros do STF deram qualquer indicação de que as "condicionantes" teriam essa extensão. Esse dispositivo previsto no artigo 3 da referida portaria, constitui-se um ato inconseqüente e de extrema irresponsabilidade na medida em que propõe a revisão das demarcações de terras já concluídas, o que geraria uma instabilidade jurídica e política sem precedentes. Na prática, isso significaria a conflagração generalizada de conflitos fundiários envolvendo a posse das terras indígenas, inclusive a reabertura daqueles anteriormente solucionados com o ato demarcatório.

A real intencionalidade do Governo brasileiro ao editar a presente portaria não é outra senão a de tentar estancar de vez os procedimentos de reconhecimento de demarcação de terras indígenas no país. Usando uma decisão do STF como subterfúgio, o Governo Federal, mais uma vez, "dobra os joelhos" e, rezando a cartilha do capital ditada pelo agronegócio, tenta pôr uma "pá de cal" sobre o artigo 231 da Carta Magna de nosso país.

A presente portaria é uma excrescência jurídica e dessa forma deverá ser tratada. Constitui-se, no máximo, numa peça política mal formulada. Trata-se de mais um ato de profundo desrespeito e afronta aos povos indígenas e seus direitos constitucionalmente garantidos.

O Cimi tem plena convicção de que os Ministros do STF não permitirão que suas decisões sejam usadas para atacar os preceitos constitucionais vigentes.

O Cimi, junto com os povos indígenas do Brasil, fará uso de todos os meios jurídicos possíveis para demonstrar a ilegitimidade e a ilegalidade desta portaria.

Traçado de nova área de proteção é disputado. Tatiana Favaro – O Estado de São Paulo. 18/07/2012

O processo de tombamento de um território de 220 mil quilômetros quadrados no interior do Estado de São Paulo - previsto para ser transformado na Área de Proteção Ambiental (APA) do Sauá - está causando polêmica entre ambientalistas e prefeitos dos municípios envolvidos, na região de Campinas.

Os ambientalistas defendem o traçado inicial da APA, que compreende um polígono entre as serras do Morro Grande, da Mombuca e do Bom Jardim e a Fazenda Barreiro,

tendo como limites o Rio Atibaia (ao norte), a Rodovia Romildo Prado (a leste), a Ferrovia Bandeirante (ao sul) e o Ribeirão Pinheiros (a oeste).

Os prefeitos de Itatiba, Louveira, Valinhos e Vinhedo afirmam, porém, que o traçado atravancaria o desenvolvimento dos municípios, pois durante o processo seria proibido qualquer tipo de intervenção na área determinada.

O traçado foi apresentado ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico Artístico e Turístico (Condephaat) pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) Elo Ambiental, de Vinhedo, e pelo arquiteto Gilbert Othoniel Toni, de São Paulo. Por meio da assessoria da Secretaria de Estado da Cultura, o Condephaat disse que não se manifestará enquanto o processo de tombamento estiver tramitando.

No papel. Por enquanto, a APA com o nome de um macaco ameaçado de extinção só existe no papel. Um projeto de lei de 2006 de autoria do então deputado estadual Cândido Vacarezza (PT), apoiado pelos deputados Antonio Mentor (PT), Sebastião Arcanjo (PT) e Renato Simões (PT) e Célia Leão (PSDB), já recebeu pareceres favoráveis das comissões de Constituição e Justiça, Defesa do Meio Ambiente, Finanças e Orçamento. O PL está pronto para entrar na pauta desde 2008, mas continua parado na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp).

Para Mentor, que esteve nos últimos anos na Alesp, a morosidade na criação de APAs se dá, normalmente, pela complexidade dos projetos e interesses econômicos. "São projetos que alteram a geografia da região. Não há uma pressão contrária explícita às APAs, mas sua criação implica em espaços de preservação permanentes e isso, evidentemente, altera os interesses de empreendedores e o poder econômico de uma forma geral."

Embora Mentor considere a pressão velada, a Câmara de Valinhos aprovou, em abril, uma moção de repúdio ao Condephaat, proposta pelo vereador Paulo Montero (PMDB) "pelo engessamento da área urbana das cidades de Valinhos, Vinhedo, Itatiba e Louveira". Segundo o vereador, com o tombamento em vigor "ninguém poderá mexer nos imóveis e na área delimitada, sob pena de responsabilidade".

Traçado. O maior ponto de impasse entre ambientalistas e líderes políticos é a extensão da área a ser protegida. "Queremos impedir que matem nossas nascentes, que transformem tudo em condomínio. Me pergunto se os prefeitos estão mais preocupados em preservar ou em agradar as empreiteiras que financiam campanhas", disse o arquiteto Gilbert Toni, conhecedor da região por possuir uma propriedade na área rural de Valinhos.

Aos 81 anos, ele levou pessoalmente ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) um requerimento de tombamento da área como patrimônio natural, histórico, arqueológico e turístico. O pedido foi feito em março, com objetivo de assegurar a preservação da área também por um órgão federal.

Funcionários do Iphan confirmaram o recebimento do requerimento, mas informaram que o órgão ainda não se posicionou.

Ministério Público Federal questiona empréstimo do BNDES para consórcio – O Estado de São Paulo. 18/07/2012

O Ministério Público Federal (MPF) do Pará está elaborando um questionamento ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para obter informações sobre a liberação de um segundo empréstimo-ponte, de R$ 1,8 bilhão, para a Norte Energia S.A., consórcio construtor da hidrelétrica de Belo Monte. Os procuradores querem informações sobre as condições em que o empréstimo foi aprovado. O MPF ainda espera resposta a um pedido de informações enviado em 30 de maio, sobre a aplicação da política ambiental do BNDES na análise do financiamento de longo prazo. O banco informou que houve uma falha no sistema BNDES Transparente, que publica informações no site da instituição.

AGU expande normas sobre Raposa Serra do Sol a todas as áreas indígenas. Daniel Fariello – O Globo. 18/07/2012

Texto, que regula exploração econômica em reservas, foi criticado por entidades.

O governo federal deu um passo polêmico para a expansão da exploração econômica em terras indígenas. Portaria da Advocacia Geral da União (AGU) publicada ontem expandiu para todas as áreas indígenas normas estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para a reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, em 2010, num processo que ainda não se encerrou completamente.

Na prática, a AGU cria parâmetros para todos os órgãos que atuam no controle das reservas, prevendo "salvaguardas institucionais" à sua exploração. Agora, a Funai terá de justificar negativas a pedido de exploração em terras indígenas e as Forças Armadas poderão entrar nas terras consideradas de interesse da defesa nacional.

O texto implica regulamentações, inclusive pela Funai, para exploração econômica das terras, mas já suscita críticas, entre outros motivos, por indicar mais dificuldade na ampliação de áreas indígenas existentes.

- Apesar de haver ainda embargos de declaração pendentes de julgamento sobre a decisão de Raposa Serra do Sol, decidi não esperar e adotar isso para já ter uma regra, pois esse assunto tem impacto econômico e social, uma vez que são vários pontos de conflito - disse o ministro Luiz Inácio Adams, da AGU.

Instituições de defesa dos direitos indígenas se declararam enfaticamente contra a portaria. O Instituto Socioambiental (ISA) recebeu-a assustado, disse Raul Telles do Valle, do Programa de Política e Direito Socioambiental.

- O texto traz termos arcaicos, como "interesse da política de defesa nacional", que, no passado, foram usados para péssimas finalidades no país - disse Valle, para quem decisões posteriores do STF já indicaram que a Corte não indica a ampliação da interpretação sobre Raposa Serra do Sol.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Igreja Católica, divulgou nota ontem em que repudia a portaria, afirmando que a AGU "manipula escandalosamente" a decisão do STF. As entidades esperam que o próprio STF avalie a norma da AGU. Para o Cimi, "os ministros do STF não permitirão que suas decisões sejam usadas para atacar os preceitos constitucionais".

A portaria prevê que não será alterada demarcação já revisada em 88, exceto se considerada nula por falta de amparo legal ou se for inexistente. Para o ISA, a medida interrompe a revisão e ampliação de reservas que encolheram em 88, fragilizando grupos que ficaram restritos a áreas muito exíguas, como os Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul.

AGU diz que governo pode intervir em área indígena. Lucas Ferraz – Folha de São Paulo, Poder. 18/07/2012

Portaria afirma que União não precisa consultar índios para decidir questões. Portaria segue as diretrizes do STF no julgamento da reserva Raposa/Serra do Sol, diz instituição.

Portaria da Advocacia-Geral da União publicada ontem no "Diário Oficial da União" prevê que o poder público faça intervenções em terras indígenas sem a necessidade de consultar índios ou a Fundação Nacional do Índio.

Segundo a AGU, em respeito à "soberania nacional", será possível construir bases militares, estradas ou hidrelétricas em áreas demarcadas "independentemente de consulta às comunidades indígenas envolvidas ou à Funai".

A Constituição e convenções internacionais ratificadas pelo Brasil, como a Declaração da ONU para os Povos Indígenas, preveem consultas aos índios sobre qualquer atividade que os afetem.

O artigo 231 da Carta afirma: "O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos [...] em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso, ouvidas as comunidades afetadas".

A ausência de consulta aos indígenas é hoje uma das principais queixas na construção da usina de Belo Monte (PA). Esse é o principal argumento do Ministério Público para paralisar a construção da hidrelétrica.

A portaria também veda a reavaliação do tamanho de terras indígenas demarcadas, salvo quando ficar comprovado erro jurídico no início do processo de demarcação.

Em outro artigo, a norma da AGU diz que o "usufruto da riqueza do solo, dos rios e dos lagos" em terras indígenas "pode ser relativizado sempre que houver interesse público da União". Já a Constituição, no artigo 231, diz que os índios têm "usufruto exclusivo" sobre essa riqueza.

Segundo a AGU, a portaria tem o objetivo de "uniformizar" a atuação jurídica do Executivo seguindo as diretrizes estabelecidas pelo STF (Supremo Tribunal Federal) no

emblemático julgamento que o tribunal fez, em 2009, da demarcação da reserva Raposa/Serra do Sol, no norte de Roraima.

À época o STF não estipulou que o caso devesse valer para todas as demais reservas do país, mas a AGU entendeu que seu exemplo era útil para criar "parâmetro" e "segurança jurídica", como disse à Folha o ministro Luís Inácio Adams. "A portaria basicamente repete e respeita a decisão do STF", afirmou.

Para Raul do Valle, advogado do ISA (Instituto Sócio Ambiental) especializado em questões indígenas, a portaria tem um "gene autoritário" e que certamente gerará distorções: "O texto diz claramente que não se deve respeitar o direito dos índios". Adams afirma que a portaria da AGU "defende e respeita os índios", mas, "se for para escolher um valor, deve prevalecer a defesa nacional".

Aneel aumenta rigor sobre usinas a carvão – Folha de São Paulo, Mercado. 18/07/2012

Térmicas só terão subsídio total no custo do combustível se obtiverem eficiência mínima.

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou ontem uma resolução que aumenta o rigor sobre as usinas a carvão no país.

Conforme antecipado pela Folha, a norma estabelece que, para poder ter subsídio de 100% no custo de seu combustível, as térmicas a carvão precisarão seguir critérios mínimos de eficiência.

Pela proposta, a eficiência líquida -relação entre combustível consumido e energia gerada- não pode ser menor de 25%. Esse índice vale para as unidades pequenas (potência instalada até 50 MW).

Usinas médias, até 150 MW, terão de manter a eficiência acima de 30%. Para as maiores, acima de 150 MW, o percentual será superior a 35%.

Atualmente, a média da eficiência das termelétricas brasileiras a carvão é de 28%, ante 25% das europeias.

"Chega a ser difícil nos comparar com outros países, porque o nosso carvão não é da melhor qualidade. Além disso, há nossa defasagem tecnológica", disse Romeu Rufino, relator do texto.

A baixa qualidade do carvão brasileiro, citada pelo diretor da Aneel, deve-se ao alto teor de cinzas e de enxofre.

As usinas do país terão de se adaptar às novas normas até 2016. As que não conseguirem receberão o subsídio menor do governo.

"Em casos extremos, os limites exigem uma modificação completa na usina", afirmou Rufino.

Hoje, o custo do carvão é reembolsado via Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), tributo também usado para incentivar energias renováveis.

Como as térmicas são acionadas como energia de reserva, em caso de problemas no fornecimento hidrelétrico, o governo vê o subsídio ao carvão como estratégico.

Procuradoria questiona portaria que permite intervenção em área indígena – Folha de São Paulo, Poder. 19/07/2012

O Ministério Público Federal vai contestar na Justiça a portaria editada anteontem pela Advocacia-Geral da União que libera a intervenção em terras indígenas sem a necessidade de consultar os índios ou mesmo a Funai (Fundação Nacional do Índio).

Para a Procuradoria, a medida adotada pelo órgão é "absurda" e representa um "retrocesso" na causa indígena.

"A portaria é completamente inconstitucional, não há ali nenhum suporte legal", disse Marco Antônio Delfino de Almeida, procurador responsável por tratar de assuntos relacionados aos índios.

A AGU diz que, em respeito à "soberania nacional", será possível construir bases militares, estradas ou hidrelétricas em áreas demarcadas "independentemente de consulta às comunidades indígenas".

A Constituição e convenções internacionais preveem consultas aos índios sobre qualquer atividade que os afetem.

Segundo Almeida, o STF ainda não se posicionou sobre a revisão do tamanho de terras indígenas. Áreas demarcadas antes da Constituição de 1988 não contavam com estudos antropológicos, o que acabou gerando distorções. Pela portaria da AGU, não será possível revisar o tamanho de terras.

Até ontem à noite a Funai não havia se pronunciado sobre a portaria da AGU.

Comissão especial mista aprecia texto do Código Florestal e votação no plenário está prevista para Agosto. Verônica Tozzi – Site da Contag. 19/07/2012

A Comissão Especial Mista (Câmara e Senado) apreciou no final de semana passada, em 12 de junho, o relatório do deputado federal Paulo Piau para o novo Código Florestal Brasileiro e os vetos parciais e mudanças de redação expressas pela Presidência da República na Medida Provisória 571/2012.

Na comissão o projeto recebeu 692 emendas, entre as quais destacamos algumas abaixo:

i. Retoma o conceito de pousio que volta a ter o limite de tempo de até cinco anos de interrupção das atividades e usos agrícolas em até 25% da área produtiva do estabelecimento;

ii. Traz a adoção do conceito de veredas e determina a proteção de 50 metros no entorno, dessa forma, o texto confirma a proteção destas áreas;

iii. Traz outra vez o conceito de área abandonada que havia sido excluído;

iv. Protege as às áreas úmidas, coibindo a possibilidade de ocupação por atividades agropecuárias;

v. Acrescenta o termo perene, para a definição de nascentes e olhos d'água;

vi. Dispensa o estabelecimento da APPs, para o entorno de lagos naturais ou artificiais de até uma hectare,

vii. Volta a proteger a ocupação de manguezais ao separar os apicuns e salgados (Capítulo III do Uso dos Apicuns e Salgados) que são considerados como patrimônio nacional, prevendo exploração de modo ecologicamente sustentável; e previsão Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EPIA e Relatório de Impacto Ambiental – RIMA;

viii. Recompõe a exploração dos pantanais e planícies pantaneiras, desde que sejam seguidas as recomendações técnicas dos órgãos oficias da pesquisa;

ix. Disciplina o uso cômputo para a composição da reserva legal:

1. 80% (oitenta por cento) do imóvel rural localizado em áreas de floresta na Amazônia Legal; e;

2. 50% (cinquenta por cento) do imóvel rural nas demais situações, observada a legislação específica.

x. Desobriga a averbação da reserva legal, desde que tenha feito inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) que poderá ser feito de preferência no órgão ambiental municipal ou estadual;

xi. Retira o prazo de 180 dias para a criação de programas de apoio e incentivo de conservação do meio ambiente;

xii. Cria novas faixas para faixas ripárias de recuperação (art. 61. A, § 4º), sendo que cada tamanho de propriedade terão faixas diferentes:

1. Para estabelecimentos de até um módulo serão 5 metros de recomposição;

2. Para propriedades de um a dois módulos, a recomposição é de 8 metros de mata ciliar;

3. Para os imóveis de dois a quatro módulos a recomposição será de 15 metros;

4. Para os imóveis de quatro a dez módulos que deverão ter 20 metros de mata ciliar;

5. Acima de quatro módulos, a recuperação deve ser entre do mínimo de 30 e máximo de 100 metros.

xiii. Para os casos de áreas consolidadas as APPs (art. 61. A, § 5º) no entorno de nascente e olhos d'água, permite a manutenção das atividades, desde que seja recomposta:

I. 5 (cinco) metros, para imóveis rurais com área de até 1 (um) módulo fiscal;

II. 8 (oito) metros, para imóveis rurais com área superior a 1 (um) módulo fiscal e de até 2 (dois) módulos fiscais; e

III. 15 (quinze) metros, para imóveis rurais com área superior a 2 (dois) módulos fiscais;

xiv. Aos imóveis rurais que possuam áreas consolidadas em áreas de APPs (art. 61.A § 6º), no entorno de lagos e lagoas naturais, será admitida a manutenção de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo ou de turismo rural, desde que seja recomposta:

I. 5 (cinco) metros, para imóveis rurais com área de até 1 (um) módulo fiscal;

II. 8 (oito) metros, para imóveis rurais com área superior a 1 (um) módulo fiscal e de até 2 (dois) módulos fiscais;

III. 15 (quinze) metros, para imóveis rurais com área superior a 2 (dois) módulos fiscais e de até 4 (quatro) módulos fiscais; e

IV. 30 (trinta) metros, para imóveis rurais com área superior a 4 (quatro) módulos fiscais.

xv. No caso de veredas, as áreas consolidadas em áreas de APPs (art. 61.A § 7º), a largura mínima será de:

I. 30 (trinta) metros, para imóveis rurais com área de até 4 (quatro) módulos fiscais;

II. 50 (cinquenta) metros, para imóveis rurais com área superior a 4 (quatro) módulos fiscais.

xvi. A recomposição poderá ser feita, isolada ou conjuntamente, pelos seguintes métodos:

1. Condução de regeneração natural de espécies nativas;

2. Plantio de espécies nativas;

3. Plantio de espécies nativas conjugado com a condução da regeneração natural de espécies nativas;

xvii. As bacias hidrográficas consideradas críticas, o Poder Executivo poderá estabelecer metas e diretrizes de recuperação ou conservação da vegetação nativa superiores às definidas no caput e nos §§ 1º a 7º, ouvidos o Comitê de Bacia Hidrográfica e o Conselho Estadual de Meio Ambiente;

xviii. Aos proprietários e possuidores dos imóveis rurais que, em 22 de julho de 2008, detinham até 10 (dez) módulos fiscais e desenvolviam atividades agrossilvipastoris nas áreas consolidadas em Áreas de Preservação Permanente, é garantido que a exigência de recomposição, somadas todas as Áreas de Preservação Permanente do imóvel, não ultrapassará:

1. 10% (dez por cento) da área total do imóvel, para imóveis rurais com área de até 2 (dois) módulos fiscais;

2. 20% (vinte por cento) da área total do imóvel, para imóveis rurais com área superior a 2 (dois) e de até 4 (quatro) módulos fiscais;

3. 25% (vinte e cinco por cento) da área total do imóvel, para imóveis rurais com área superior a 4 (quatro) e de até 10 (dez) módulos fiscais, excetuados aqueles localizados na Amazônia Legal.

xix. Para os assentamentos do Programa de Reforma Agrária (Art. 61-C.), a recomposição das áreas consolidadas em APPs ao longo ou no entorno de cursos d'água, lagos e lagoas naturais observarão as exigências estabelecidas no art. 61-A, observados os limites de cada área demarcada individualmente, objeto de contrato de concessão de uso, até a titulação por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; bastante para tanto a mudança da Resolução CONAMA 237/97 que trata de licenciamento dos assentamentos.

A CONTAG já está em tratativas com o MMA e MDA para apresentar uma nova resolução no CONAMA para a solução destes entraves;

xx. Retorna o texto aprovado no Senado, que veda o acesso ao crédito rural aos proprietários de imóveis rurais não inscritos no Cadastro Ambiental Rural - CAR após 5 anos da publicação da Lei.

A CONTAG conclama aos companheiros(as) que promovam uma contínua mobilização junto aos deputados e deputadas federais dos respectivos estados a fim de manter o texto original da Medida Provisória que será apreciado pelo plenário do Congresso Nacional em agosto.

As perdas da Amazônia Legal. Luciene de Assis – Site do MMA. 19/07/2012

Comércio ilegal dos produtos de sua diversidade e ameaça ao patrimônio genético são dois graves problemas.

Secretários de Meio Ambiente dos estados que compõem a Amazônia Legal estão reunidos em Palmas para debater, em fórum regional, a agenda de educação ambiental, entre outros pontos. Consta também da pauta do evento, que começou na quarta-feira e segue até sábado (21/07), a revisão da programação dos planos estaduais de controle do desmatamento e das queimadas.

O secretário de Biodiversidade e Florestas (SBF) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Roberto Brandão Cavalcanti, apresenta a importância regional e local de se internalizar a biodiversidade na contabilidade do Brasil e dos estados. Com base nas propostas do estudo global A Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade (TEEB, na sigla em inglês), Cavalcanti destaca que a Amazônia Legal convive com dois problemas sérios: a perda expressiva de receita decorrente do comércio ilegal dos produtos da sua diversidade local e a perda de patrimônio genético. "São situações que depreciam os ativos ambientais, geram perda de mercado e não melhoram o índice de desenvolvime nto humano (IDH) local", enumera.

PERDA DE ATIVOS

Para Cavalcanti, a economia baseada nos ecossistemas e na biodiversidade, a partir dos dados do TEEB global captados desde 2007 nos países que integram o grupo dos oito países mais ricos do planeta, o G8, e nas cinco maiores economia em desenvolvimento, permite mensurar o valor das perdas e dos ativos ambientais. "Esta é uma agenda estratégica para o Ministério do Meio Ambiente, pois demonstra ser possível colocar os custos ambientais na contabilidade do país", avalia.

O TEEB é coordenado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e conta com o apoio financeiro da Comissão Europeia, do Ministério do Meio Ambiente da Alemanha e do Departamento para Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais do Reino Unido. De acordo com esse estudo, o pensamento econômico aplicado ao uso da biodiversidade e dos serviços ambientais pode ajudar a esclarecer por que a prosperidade e a redução da pobreza dependem da manutenção do fluxo de benefícios de ecossistemas; e por que a proteção ambiental bem sucedida precisa ter fundamentos econômicos sólidos, a partir do reconhecimento explícito dos custos e benefícios da conservação e do uso sustentável dos recursos naturais.

Vale bate recorde de produção de minério de ferro no 2º trimestre. Denise Luna – Folha de São Paulo, Mercado. 19/07/2012

Após o fraco resultado do primeiro trimestre, empresa produz mais 15% entre abril e junho. Produções de carvão, de pelotas e de rocha fosfática também cresceram, mas as de níquel e cobre caíram.

A Vale deixou para trás o fraco resultado do primeiro trimestre deste ano, prejudicado por fatores climáticos, e bateu recorde de produção de minério de ferro no segundo trimestre, atingindo 80,5 milhões de toneladas.

A marca representa mais 15,1% em relação ao trimestre anterior e alta de 0,4% ante igual trimestre de 2011. De acordo com a Vale, a produção de minério de ferro da mina de Carajás, no Pará, cresceu 26%, para 27,3 milhões de toneladas entre abril e junho.

No semestre, porém, a queda de produção foi de cerca de 0,8%, influenciada pelo mau desempenho do início do ano, totalizando 150,5 milhões de toneladas.

O primeiro semestre do ano foi marcado pela queda no preço do minério, que chegou a atingir média de US$ 148 por tonelada no mês de abril e fechou junho com valor médio de US$ 135 por tonelada.

O minério de ferro registrou na terça-feira seu menor valor desde novembro de 2008, cotado a US$ 129,40 por tonelada. Segundo Marco Laes, economista da LCA Consultores, a tendência é que a média fique entre US$ 130 e US$ 140 nos próximos meses.

"O que vai decidir [o preço] é a China, que representa metade da demanda mundial; o resto do mercado não terá surpresa", avalia.

NÚMEROS ESPERADOS

Os números da Vale vieram em linha com o esperado pelo mercado, que também já contava com resultados melhores para o carvão e o níquel, produtos que, com o ferro, são o foco da companhia.

"O primeiro trimestre teve muitos problemas climáticos e o volume ficou abaixo das expectativas, por isso já se esperava melhora no segundo trimestre", disse Victor Penna, do Banco do Brasil.

A produção de carvão foi de 2,5 milhões de toneladas no segundo trimestre (alta de 5% ante o trimestre anterior), mas o níquel decepcionou as projeções, ficando 3,6% abaixo do primeiro trimestre, com 61 mil toneladas. A produção de cobre caiu de 73 mil para 70 mil toneladas no período.

A empresa informou que a evolução ("ramp-up") das novas operações em Moatize, Omã e Bayóvar foi fundamental para os recordes na produção de carvão metalúrgico, pelotas e rocha fosfática.

A produção de carvão atingiu o recorde de 1,3 milhão de toneladas no segundo trimestre, com alta de 13,5% em relação ao trimestre anterior. No primeiro semestre, a produção chegou a 2,4 milhões de toneladas (mais 138,8% em relação há um ano).

A produção de pelotas, minério com maior valor agregado, subiu 12,3% de um trimestre para o outro, somando 14,3 milhões de toneladas. A produção de rocha fosfática, usada na produção de fertilizantes, cresceu para 2 milhões de toneladas no segundo trimestre - alta de 10,4% ante o primeiro trimestre.

ANP aponta vazamento maior da Chevron. Lucas Vettorazzo – Folha de São Paulo, Mercado. 19/07/2012

Relatório que deve ser detalhado hoje mostra derramamento de 3.700 barris, ante estimativa anterior de 2.400 barris. Petroleira discorda de nova avaliação; agência disse nesta semana que operação da empresa no país voltaria 'em breve'.

A investigação que a ANP (Agência Nacional do Petróleo) fez sobre o primeiro vazamento de petróleo da Chevron, no campo de Frade, em novembro, indicou que a petroleira teria descumprido a regulamentação e seu próprio manual, resultando em um derramamento de 3.700 barris no mar. Inicialmente, a estimativa era de 2.400 barris.

O resultado parcial da investigação, antecipado pela agência Reuters no início da noite de ontem, foi confirmado pela assessoria de imprensa da ANP. O relatório da investigação será detalhado hoje pela agência reguladora.

A Chevron discordou do volume divulgado pela ANP e mantém a estimativa de que 2.400 barris tenham vazado.

Em novembro, um problema no equipamento de perfuração no campo de Frade, localizado na bacia de Campos, na costa do Rio, provocou o vazamento.

Quatro meses depois da primeira ocorrência, foi identificado novo vazamento, de proporções menores.

As gotículas de petróleo que emergiram de fissuras do leito marinho reacenderam o debate em torno das responsabilidades sobre o vazamento. Inicialmente, ANP, Ibama, Ministério Público e Polícia Federal concordaram que a petroleira americana era a responsável pelo acidente.

Na semana passada, peritos da Polícia Federal concluíram laudo afirmando que não houve dano ambiental, abrindo uma crise entre PF e Ministério Público. A própria Procuradoria já havia sugerido uma multa de R$ 20 bilhões à petroleira.

O Ibama, por sua vez, multou a empresa em R$ 50 milhões. Já a ANP informou nesta semana que a multa não deve passar de R$ 50 milhões.

No início da semana, a Chevron pediu à ANP autorização para voltar a produzir petróleo no Brasil.

De acordo com a diretora-geral da ANP, Magda Chambriard, a volta deve acontecer "em breve".

A produção de cerca de 70 mil barris diários de óleo equivalente (petróleo e gás) da companhia americana no campo de Frade foi suspensa em março a pedido da própria Chevron.

China alcança Europa em emissão de gases, Daniela Chiaretti – Valor Econômico. 19/07/2012

As emissões de gases-estufa per capita chinesas alcançaram os níveis dos europeus. As emissões globais de CO2 aumentaram 3% em 2011, alcançando 34 bilhões de toneladas. Na China, as emissões per capita médias cresceram 9%, chegando a 7,2 toneladas de CO2 - muito próximas às dos europeus, de 7,5 toneladas.

Os dados são do instituto holandês PBL Netherlands Environmental Assessment Agency. Segundo o estudo, os cinco maiores emissores são a China (29%), os Estados Unidos (16%), a União Europeia (11%), a Índia (6%) e a Rússia (5%), seguida de perto pelo Japão (4%). Esses dados não levam em conta as emissões por desmatamento, apenas as produzidas pela queima de combustíveis fósseis.

Os números da agência holandesa indicam que as emissões nos países industrializados da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) diminuíram em 2011 "como resultado da recessão e dos elevados preços do petróleo". Por seu turno, o crescimento econômico chinês impulsionou as emissões no país. Em 2011, as emissões per capita dos americanos bateram em 17,3 toneladas. O estudo diz ainda que as emissões de CO2 nos países da OCDE são agora equivalentes à soma das emissões da China e Índia somadas. Estima-se que um quinto das emissões chinesas ocorre na produção de artigos de exportação. As emissões dos países ricos representam um terço das mundiais, assim como as da China e Índia juntas.

ANP: relatório do vazamento da Chevron sai hoje – O Globo. 19/07/2012

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) divulga hoje relatório final sobre o vazamento de petróleo da Chevron ocorrido em novembro de 2011 na Bacia de Campos. A agência identificou cerca de 25 infrações em relação a normas de segurança durante a perfuração de um poço que resultou no vazamento de cerca de três mil barris de petróleo.

A multa que será aplicada pela ANP não deve ultrapassar os R$ 50 milhões, segundo indicou a diretora-geral do órgão, Magda Chambriard. A ANP deve autorizar a Chevron a voltar a produzir no campo de Frade, suspensa desde março.

A partir de agora a ANP vai iniciar o relatório para analisar o segundo vazamento, de março, para avaliar, inclusive, se há alguma ligação com o anterior. A ANP já encaminhou proposta ao Ministério de Minas e Energia para alterar as punições previstas para o setor de petróleo.

ONGs criticam norma que altera demarcação de terras. Roldão Arruda – O Estado de São Paulo. 19/07/2012

Organizações não governamentais (ONGs) reagiram com indignação à portaria do governo federal sobre territórios indígenas, publicada no Diário Oficial da União na terça-feira. "A intenção do governo é estancar de vez os procedimentos de reconhecimento e demarcação de terras indígenas. Mais uma vez dobra os joelhos, rezando a cartilha do capital ditada pelo agronegócio", afirma em nota oficial o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). "Essa norma deve paralisar a ampliação de terras indígenas no País", acrescenta o Instituto Socioambiental (ISA). As ONGs já anunciaram que vão brigar para demonstrar a ilegalidade da nova norma.

Assinada pelo advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, a portaria 303 transforma em norma as 19 condicionantes utilizadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no

julgamento da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em março de 2009. A mais polêmica das condicionantes, a 17, proíbe a revisão de terras já regularizadas. Também provoca reações a que permite ao governo realizar obras como hidrelétricas e estradas sem consultar os povos indígenas.

Impacto

No início de 2011 existiam, segundo o relatório Povos Indígenas do Brasil, cerca de 80 pedidos de ampliação de terras indígenas. Paralelamente, outros 54 casos de revisão de limites estavam em andamento (a maioria, no Mato Grosso do Sul). Mas a portaria recebeu também aplausos - por exemplo, do senador Delcídio Amaral (PT-MS), para quem a decisão pode pôr fim aos conflitos.

"A portaria é mera reprodução da decisão (do STF). A corte foi categórica e absolutamente clara", disse o advogado-geral Adams. Ele nega que os índios não possam ser consultados: "A portaria não põe em xeque procedimentos de consulta prévia. (...) Ela estabelece procedimentos, ações, a partir de uma jurisprudência fixada pela Corte."

UCs completam 12 anos. Lucas Tolentino - Site do MMA. 19/07/2012

Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) atinge o total de 1.649 áreas de preservação em todo o país.

O principal mecanismo de conservação da biodiversidade brasileira completou 12 anos. Ao longo da trajetória, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) atingiu o total de 1.649 áreas de preservação em todo o país. O dado representa 1,5 milhão de km quadrados de terrenos protegidos, o equivalente a 17,2% do território nacional continental e 1,5% do território marítimo.

A comemoração dos 12 anos do SNUC contou com a participação do ministro interino do Meio Ambiente, Francisco Gaetani, do secretário de Biodiversidade e Florestas, Roberto Cavalcanti, e de outros dirigentes do MMA em seminário realizado, nesta quarta-feira, na sede do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Os participantes do evento ressaltaram os resultados alcançados como um marco de sucesso da implantação do sistema, estabelecido pela Lei nº 9.985, de 2000. "Raríssimos países tiveram uma iniciativa tão ambiciosa e conseguiram executar o que o Brasil executou com o SNUC", avaliou Cavalcanti. "Será necessário, agora, levar esse conceito inovador para uma próxima etapa."

DESAFIOS

O ministro interino do Meio Ambiente alertou que o sistema enfrenta uma série de desafios. "A lei é um grande avanço". declarou. "Mas será preciso compatibilizar a vontade e a ciência com uma visão de longo prazo". Gaetani afirmou que o trabalho de

criação de novas unidades de conservação seja feito com cautela para evitar impasses de ordem fundiária.

Quatro linhas de ação devem ser consideradas nas iniciativas que darão continuidade à implantação do SNUC. De acordo com o ministro interino, o processo tem de contemplar a variedade de modelos de gestão das unidades de conservação, a compensação ambiental, o método de criação de novas áreas e a revisão das que já existem.

PARTICIPAÇÃO

A riqueza dos recursos naturais do país também foi lembrada no evento. A diretora de Áreas Protegidas do MMA, Ana Paula Prates, afirmou que áreas relevantes foram beneficiadas pelo SNUC. "O Brasil é considerado o principal país em termos de biodiversidade", explicou. "As principais paisagens brasileiras estão, hoje, dentro de uma unidade de conservação".

O aumento na quantidade de áreas de preservação depende da participação popular, na opinião do presidente do ICMBio, Roberto Vinzentin. "Temos de atingir as organizações sociais e os movimentos populares. É essencial incentivar a mobilização e o engajamento da opinião pública para que ocorra uma tomada de consciência da população", acrescentou.

As perdas da Amazônia Legal. Luciene de Assis – Site do MMA. 19/07/2012

Comércio ilegal dos produtos de sua diversidade e ameaça ao patrimônio genético são dois graves problemas.

Secretários de Meio Ambiente dos estados que compõem a Amazônia Legal estão reunidos em Palmas para debater, em fórum regional, a agenda de educação ambiental, entre outros pontos. Consta também da pauta do evento, que começou na quarta-feira e segue até sábado (21/07), a revisão da programação dos planos estaduais de controle do desmatamento e das queimadas.

O secretário de Biodiversidade e Florestas (SBF) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Roberto Brandão Cavalcanti, apresenta a importância regional e local de se internalizar a biodiversidade na contabilidade do Brasil e dos estados. Com base nas propostas do estudo global A Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade (TEEB, na sigla em inglês), Cavalcanti destaca que a Amazônia Legal convive com dois problemas sérios: a perda expressiva de receita decorrente do comércio ilegal dos produtos da sua diversidade local e a perda de patrimônio genético. "São situações que depreciam os ativos ambientais, geram perda de mercado e não melhoram o índice de desenvolvime nto humano (IDH) local", enumera.

PERDA DE ATIVOS

Para Cavalcanti, a economia baseada nos ecossistemas e na biodiversidade, a partir dos dados do TEEB global captados desde 2007 nos países que integram o grupo dos oito

países mais ricos do planeta, o G8, e nas cinco maiores economia em desenvolvimento, permite mensurar o valor das perdas e dos ativos ambientais. "Esta é uma agenda estratégica para o Ministério do Meio Ambiente, pois demonstra ser possível colocar os custos ambientais na contabilidade do país", avalia.

O TEEB é coordenado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e conta com o apoio financeiro da Comissão Europeia, do Ministério do Meio Ambiente da Alemanha e do Departamento para Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais do Reino Unido. De acordo com esse estudo, o pensamento econômico aplicado ao uso da biodiversidade e dos serviços ambientais pode ajudar a esclarecer por que a prosperidade e a redução da pobreza dependem da manutenção do fluxo de benefícios de ecossistemas; e por que a proteção ambiental bem sucedida precisa ter fundamentos econômicos sólidos, a partir do reconhecimento explícito dos custos e benefícios da conservação e do uso sustentável dos recursos naturais.

Cidades não estão preparadas para o 'efeito' Belo Monte. Carlos Mendes – O Estado de São Paulo. 19/07/2012

Projetos prometidos pelo Consórcio Norte Energia não saíram do papel, diz o Fort Xingu, fórum que reúne 178 entidades

Aliado de primeira hora e apoiador da construção da hidrelétrica de Belo Monte, o Fórum Regional de Desenvolvimento Econômico e Socioambiental da Transamazônica e Xingu (Fort Xingu), formado por 178 entidades, acusa o Consórcio Norte Energia, responsável pela obra, de não cumprir promessas feitas no início da obra.

Segundo a Fort Xingu, ainda são mantidos no papel os projetos que iriam preparar as cidades de Altamira e Vitória do Xingu, do Pará, para receber milhares de pessoas atraídas por oportunidades de trabalho e aquecimento econômico que serão gerados pelo empreendimento.

"Altamira vive um verdadeiro caos urbano, com a infraestrutura completamente saturada e sem condições de atender o crescimento da cidade, gerando problemas de diversas ordens, como trânsito caótico e crescimento desordenado", afirma a entidade, para quem a Norte Energia adota "postura de enfrentamento" com a sociedade civil da região, em vez de tê-la como aliada e parceira.

Em nota, a entidade assinala que a "imagem de intolerância e de prepotência" só contribui para afastar ainda mais o empreendedor do projeto da sociedade. Manifesta ainda descontentamento quanto às obras de melhorias da infraestrutura urbana da área diretamente afetada, cobrando as condicionantes contidas no estudo e no relatório de impacto ambiental, conhecido como Eia-Rima.

De acordo com a Fort Xingu, nem a Norte Energia nem o Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) informaram, até o momento, se vão construir, quando vão construir e muito menos aonde vão construir em Altamira a vila com 500 residências para funcionários classificados nos níveis cinco e seis. O sistema viário de Altamira até agora não mereceu nenhuma medida concreta e os problemas se agravam a cada dia.

Outro problema é o aterro sanitário que deveria atender Altamira e Vitória do Xingu, mas que ainda "é um sonho". Apenas uma pedra fundamental foi lançada no local onde a obra já deveria estar pronta.

Benefícios. A Norte Energia, empresa encarregada da construção e operação da hidrelétrica de Belo Monte, rebate as acusações. Segundo a empresa, já foram investidos quase R$ 200 milhões em ações de saúde, educação, segurança pública e infraestrutura, entre outros benefícios, na região da Transamazônica.

A empresa diz respeitar o direito do Fort Xingu de se manifestar sobre questões relacionadas ao desenvolvimento da região, mas esclarece que, diferentemente da nota da entidade, o Projeto Básico Ambiental (PBA) de Belo Monte, com seus mais de 150 planos, programas e projetos, norteia, de fato, as atividades da empresa no sentido de compensar e mitigar impactos criados pelo empreendimento, mas "de modo algum está sendo ignorado".

Para os construtores da hidrelétrica, o Ibama e o Ministério Público Federal têm fiscalizado o andamento das obras de Belo Monte e do entorno do empreendimento. As respostas solicitadas à Norte Energia, por sua vez, são dadas na forma da lei e dos regulamentos pertinentes.

Por fim, a empresa informa que os R$ 200 milhões já investidos fazem parte de um total previsto de R$ 3,7 bilhões. Com isto, se diz convencida de que promoverá o "desenvolvimento tão desejado" pela população local.

CNA: Portaria com regras para novas demarcações de terras – Site da CNA. 20/07/2012

A proibição para ampliar terras indígenas já demarcadas representa importante passo para reduzir o quadro de insegurança jurídica no campo. Esta é uma das 19 condicionantes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2009, após o julgamento do caso Raposa Serra do Sol (RR), regulamentadas nesta semana por meio da Portaria 303/12, da Advocacia Geral da União (AGU). Desta forma, o governo federal passa a adotar uma norma vinculante que servirá de parâmetro para todos os processos sobre a delimitação e gestão de novas áreas indígenas no País a partir de agora.

Segundo a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, a decisão atende a um antigo pleito do setor agropecuário e significa um avanço para acabar com os procedimentos ilegais e arbitrários adotados pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que vinham estimulando os conflitos entre índios e produtores rurais por disputa de terras e trazendo prejuízos à produção de alimentos. “Mesmo com a decisão do STF de definir as condicionantes, os órgãos responsáveis pelas questões indígenas e as ONGs insistiam em ignorar estes pontos. Mas agora eles não conduzirão o tema sozinhos, pois as condicionantes são resultado de amplo debate”, destaca a senadora.

Ela lembra que, em 20 anos, diante dos critérios adotados pela Funai, as áreas indígenas cresceram 313% e novos pedidos de ampliação de áreas indígenas, envolvendo

propriedades rurais, estão em estudo na Fundação. No entanto, pondera, os processos em curso, a partir de agora, terão de seguir as regras estabelecidas pelas condicionantes do STF. "A portaria garantiu a imprescritibilidade das terras indígenas já demarcadas, mas estabeleceu critérios para demarcações em curso", explica a senadora. A presidente da CNA ressalta, no entanto, que a portaria precisa de alguns aprimoramentos, pois, de acordo com a portaria, a vedação da demarcação das áreas já ampliadas não se aplica nos casos de "vício insanável ou de nulidade absoluta". Os casos que se enquadram nestas condições ainda não estão claros.

Ao defender a portaria da AGU, que contém as condicionantes estabelecidas pela Corte Suprema, a senadora também discorda das afirmações de que os índios possuem poucas terras. Ela argumenta que as terras indígenas, que abrigam hoje 600 mil índios, ocupam 12,6% do território nacional, enquanto as cidades brasileiras, incluindo estradas e a infraestrutura, equivalem a 11% do País. "Isso não significa que os índios não careçam de atenções especiais, como melhores condições de saúde e educação e estrutura das tribos, mas o problema deles não é terra", enfatiza. Além de vedar a ampliação de áreas já demarcadas, a portaria, com base na decisão do STF, prevê, ainda, a participação de Estados e municípios nos procedimentos administrativos de demarcação, a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas áreas indígenas, e a prevalência da defesa dos interesses da política de defesa nacional, entre outros pontos.

Nem mesmo a lei. Marina Silva – Folha de São Paulo, Opinião. 20/07/2012

Jamanxim é um cesto de palha ou cipó trançado que se adapta às costas, como mochila, usado pelos seringueiros e moradores da floresta.

Jamanxim é também o nome de uma Floresta Nacional (Flona) criada em 2006, no sul do Pará, num conjunto de medidas para conter o desmatamento que avançava sobre a Amazônia, principalmente pela BR-163. É uma Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável estratégica. Sua função é semelhante ao jamanxim-mochila: levar para longe das correntes das motosserras os serviços ecológicos e socioambientais que presta.

Pelo que se lê nos jornais, está na mira dos ruralistas, que querem subtrair dela uma área do tamanho de três cidades de São Paulo. A Flona é pressionada de todas as formas. Grilagem, pecuária ilegal, extração de madeira, queimadas.

De 2000 a 2009, a ação antrópica cresceu de menos de 1% para mais de 10% de sua área de 1 milhão e 300 mil hectares. Mesmo assim, os relatórios técnicos indicam que ainda cumpre sua função de proteção e contenção do avanço do desmatamento.

A criação de UCs tem um rito institucional que envolve pesquisas prévias, emissão de laudos e mapas, que identificam ocupantes para desintrusão ou regularização. A devastação e a ocupação irregular feitas após a criação da unidade são, com raríssimas exceções, ações criminosas e não podem ser usadas como justificativa para reduzir a área.

As florestas nacionais são UCs que permitem atividades econômicas sustentáveis, que podem gerar trabalho e renda a grande número de famílias. Temos uma legislação que

regulamenta essa exploração por meio de concessões públicas, com segurança ambiental.

Mas essa alternativa necessita do fortalecimento do Serviço Florestal Brasileiro, e o governo não demonstra muito interesse no avanço dos projetos de desenvolvimento sustentável. Retrocessos têm sido a marca na política ambiental, como vem sendo apontado por um amplo conjunto de organizações da sociedade.

Este ano começou com uma medida provisória que reduziu UCs na Amazônia para a construção de hidrelétricas. A posição frouxa do governo na discussão do Código Florestal permitiu que ele fosse completamente desfigurado para transformar-se num código agrário. E até a Constituição é desrespeitada pela AGU, que cria "legislação" permitindo que obras de infraestrutura sejam feitas em terras indígenas sem qualquer consulta.

Está clara a disposição em prosseguir com o desmonte da tessitura legal que possibilita a gestão ambiental do país. Aos amigos, tudo; aos inimigos, nem mesmo a lei. "Inimigos" são os que questionam a obsessão de trocar riquezas ambientais por ganhos imediatos de alguns negociantes.

Fissura de acidente da Chevron ainda libera óleo. Denise Luna – Folha de São Paulo, Mercado. 20/07/2012

Segundo ANP, até 35 litros por dia saem das fraturas do campo de Frade. Vazamento estimado é de 3.700 barris; empresa, que trabalha na contenção, afirma que segue as normas

Oito meses após o primeiro acidente da Chevron no campo de Frade, na bacia de Campos, até 35 litros de petróleo continuam saindo diariamente de fraturas do reservatório, informou ontem a ANP (Agência Nacional do Petróleo) ao divulgar o relatório com a conclusão da autarquia sobre o caso.

O óleo vem sendo contido pela empresa americana, segundo a agência, que ainda analisa um segundo acidente ocorrido no mesmo campo e que provocou o afundamento do solo marinho.

A ANP estimou que o vazamento de petróleo totalizou 3.700 barris (588,3 mil litros), e não 2.400 barris como fora divulgado pela Chevron.

Parte desse volume ainda está contida no reservatório e, por isso, continua a ser liberado por fissuras, informou a diretora-geral da agência, Magda Chambriard.

O volume corresponde a 96% do total de vazamentos de petróleo do Brasil em 2011, de acordo com a ANP.

Ainda sem um valor de multa definido para o primeiro acidente -mas que deverá girar em torno de R$ 40 milhões para 25 infrações, segundo Magda Chambriard-, a ANP concluiu que, se a Chevron tivesse seguido corretamente a legislação brasileira e o seu

próprio manual de procedimentos, executando análises de risco em conformidade com a regulamentação da agência, o acidente teria sido evitado.

A Transocean, que prestava serviços para a Chevron, não será autuada.

"A Chevron não foi capaz de interpretar a geologia, apesar de ter 62 poços já perfurados no campo de Frade. O erro de interpretação levou à estimativa incorreta da pressão, o que causou o acidente", explicou Magda.

Para voltar a perfurar no país ou injetar água em seus poços, a Chevron terá que provar à ANP que suas operações são seguras. "Entre outras coisas, [a empresa] terá que concordar com o relatório", disse Magda.

VOLTA À PRODUÇÃO

Para ela, não há obstáculos para voltar à produção. No próximo dia 27, a Chevron entregará à ANP o cronograma para voltar a produzir, o que deve acontecer em breve, mas apenas em poços não atingidos pelo acidente.

A Chevron contestou o relatório da ANP, alegando que utilizou corretamente os dados dos poços perfurados no campo para operar no local onde ocorreu o acidente.

Disse ainda que todas as perfurações feitas foram aprovadas pela agência e que os processos de gestão de risco estão em conformidade com as regras da ANP.

Chevron tenta retomar operação no Frade. Rodrigo Polito e Rafael Rosas – Valor Econômico. 20/07/2012

A Chevron deve entregar no dia 27 à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) um cronograma para a retomada da operação no campo de Frade, na Bacia de Campos. A diretora-geral da ANP, Magda Chambriard, ressaltou que não tem objeções para a retomada da produção pela companhia, mas frisou que, para retomar a perfuração na região, a empresa terá que apresentar uma análise de risco que leve em conta uma correlação não considerada na perfuração de novembro, quando um incidente provocou o vazamento de 3,7 mil barris de óleo para o mar.

Para Magda, a companhia poderia ter evitado o acidente se tivesse conduzido as operações em Frade "em plena aderência à regulamentação e em conformidade com as boas práticas da indústria do petróleo".

A diretora-geral da ANP disse que ainda há vazamento de óleo em Frade, com cerca de 35 litros diários sendo recolhidos por equipamentos submarinos.

No relatório da investigação sobre o incidente de novembro, que a agência reguladora divulga hoje no seu site, a ANP conclui, entre outras coisas, que a petroleira avaliou de maneira errada a pressão no reservatório, causou o aumento de pressão no reservatório, desconsiderou resultados de testes de três poços perfurados anteriormente, contrariou seu próprio manual de controle de poços, assentou uma sapata com pouca profundidade,

o que acabou contribuindo para o vazamento pelo solo marinho e demorou a reconhecer a situação de risco.

A multa máxima para que pode ser aplicada à petroleira pelo primeiro vazamento em Frade - em março aconteceu um novo vazamento, de proporções menores - é de R$ 50 milhões, mas Magda admitiu que esse valor não deverá ser atingido, apesar de a empresa ter recebido 25 autuações, com valor máximo de R$ 2 milhões por cada uma.

"A gradação da pena depende de algumas coisas, como a capacidade econômica da empresa, reincidência e gravidade dos fatos", afirmou Magda. Como a Chevron não é reincidente, no caso do primeiro vazamento, o valor da multa deverá ser abaixo de R$ 50 milhões. O valor deverá ser calculado em 30 dias.

A petrolífera poderá recorrer da multa no âmbito da agência. O relatório isenta a Transocean, dona da plataforma de perfuração, de qualquer culpa.

Procurada, a Chevron afirmou que segue "as melhores práticas da indústria do petróleo" e opera em conformidade com o plano de desenvolvimento aprovado pela própria ANP. A companhia ressaltou que a resposta dada ao incidente seguiu os padrões da indústria e foi dada em tempo hábil. A petroleira frisou que o modelo de perfuração em Frade foi calibrado de acordo com todos os dados disponíveis.

"A Chevron utilizou corretamente os dados dos poços perfurados no campo para estabelecer os parâmetros para a modelagem do poço, de acordo com as melhores práticas da indústria. Os dados não indicaram que uma pressão menor deveria ter sido considerada", diz a empresa, acrescentando que a profundidade da sapata, de 600 metros abaixo do leito marinho foi "aprovada pela agência".

Para ANP, Chevron poderia ter evitado vazamento. Sabrina Valle e Sergio Torres – O Estado de São Paulo – 20/07/2012

Relatório final da agência diz que problema não teria ocorrido se empresa tivesse seguido regras do País; petroleira rebate críticas

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) culpou integralmente a petroleira americana Chevron pela responsabilidade no acidente do Campo de Frade, na Bacia de Campos (RJ), em novembro de 2011. De acordo com o relatório final, de 68 páginas, divulgado ontem pela diretora-geral da agência, Magda Chambriard, o vazamento não teria ocorrido caso a empresa tivesse seguido as regras brasileiras e os procedimentos de seu próprio manual. "Não restam dúvidas de que o acidente poderia ter sido evitado", afirmou Magda.

Já a Chevron rebateu enfaticamente, em nota, as críticas do relatório, garantindo estar "confiante de que sempre atuou de forma diligente e apropriada, de acordo com as melhores práticas da indústria do petróleo, assim como em conformidade com o Plano de Desenvolvimento aprovado pela agência".

As declarações mostram uma forte divergência entre a agência reguladora e a americana sobre as causas do acidente. Magda alertou que a Chevron ficará impedida de voltar a

perfurar enquanto não houver convergência de visões, já que a companhia precisa provar à agência atuar com segurança. "Ainda falta. No momento entendemos que a perfuração e a injeção de água ainda não são seguras", disse.

Já a produção não apresenta riscos aparentes e deve ser autorizada novamente depois do dia 27, quando a Chevron enviará o cronograma de produção à agência. Foi a própria Chevron que decidiu interromper a produção, o que afetou também a Petrobrás, sua sócia no campo.

O relatório da ANP se refere ao vazamento de novembro, calculado até agora pela agência em 3,7 mil barris de óleo. A Chevron revisou recentemente para baixo sua estimativa, de 2,4 mil para 1,2 mil barris.

A multa da ANP pelas falhas de segurança operacional deve ficar em torno de R$ 40 milhões. O valor será divulgado em até 30 dias. A lei impõe um limite de R$ 50 milhões para as 25 infrações identificadas, de acordo com Magda. O teto é considerado baixo pela reguladora, que trabalha no Congresso pela mudança da Lei de Penalidades de forma a aumentar punições futuras. Ibama e Ministério Público também devem emitir relatórios próprios sobre os efeitos para o meio ambiente para a sociedade.

Outra ação. Um segundo processo, relativo ao afloramento de óleo ocorrido em março deste ano, ainda está em andamento. A ANP não identificou erros graves por parte da prestadora de serviço Transocean ou falhas na regulação brasileira.

A ANP apurou seis falhas básicas, todas rebatidas em nota pela Chevron. Para a agência, houve fratura do reservatórios depois que a Chevron não interpretou corretamente a geologia e pressão do poço, apesar de haver 62 poços perfurados no campo. Também diz ter havido excesso de pressão no trecho do reservatório, com um poço injetor.

Segundo a agência, a Chevron desconsiderou os resultados de testes de resistência de formação de três poços perfurados anteriormente na mesma região. Uma quarta falha aponta que a Chevron desconsiderou seu próprio manual de controle de poços, com falha de pressão para um poço investigativo. O assentamento da última sapata usada na proteção do poço com pouca profundidade (600 metros do leito marinho) também contribuiu para o descontrole do poço, diz a ANP. Por último, a agência diz que a Chevron demorou em reconhecer o descontrole do poço, com adoção de metodologia ineficaz que possibilitou um maior volume vazado.

A Chevron garante que seguiu as regras da agência. "Estamos trabalhando com a ANP em relação a toda as questões", disse, em nota.

Ecos da Rio+20. Ophir Cavalcante Junior – O Globo. 20/07/2012

De repente, a Rio+20 sumiu do noticiário, o que em parte se explica, pois o evento em si tinha data para acabar. O que não podemos aceitar é que seus resultados, ou não resultados, diretamente relacionados ao "futuro que queremos" (não foi esse o título dado ao documento final do encontro?), sejam jogados no limbo. Na verdade, nuvens negras, tsunamis, terremotos e outras intempéries continuam a pairar sobre as economias das nações desenvolvidas, travando-as e impedindo de brotar uma ideia que

seja capaz de as fazer sair do labirinto em que estão, ao menos no curto prazo. Esta situação agravou-se a partir de 2008, com a falência do Lehman Brothers, embora especialistas admitam que remonte aos idos de 1935, quando a banca internacional definiu regras de empréstimos fadadas ao fracasso, comprometendo o sistema e o resto do mundo.

O capitalismo chegou a uma nova encruzilhada justo no momento em que o planeta e sua pungente população de 7 bilhões, que precisam do que a natureza lhes dá, se deparam com outra, bem mais difícil de transpor. Onde fica a saída?

Para ter um futuro, a humanidade precisa pensar mais como espécie e menos como estados, fronteiras ou ideologias. Precisa ser solidária, pois a fome, esteja ela na Meca do consumo, Nova York, ou no interior do Sudão, é rapidamente compreendida sem necessidade de intérprete. Como também uma chuva ácida não precisa de passaporte, nem pede licença.

A Cúpula dos Povos, criada pelos movimentos sociais e ambientais, prestou uma enorme contribuição ao criticar e apontar as gritantes omissões do encontro, mas ainda corre o risco de se tornar uma Babel, como no mito bíblico, se ficar limitada ao discurso imediatista dos que apostam no fim do mundo iminente. Seu mérito continua sendo o de mobilizar organizações não governamentais representativas para se contrapor às formalidades protocolares e diplomáticas que as Nações Unidas vêm impondo a cada rodada de discussões e postergando decisões cruciais.

É inadmissível silenciar enquanto somente uma alta classe média mundial consegue acesso aos alimentos orgânicos, livres de qualquer substância trans. A despensa planetária, o reservatório de água e as florestas estão sendo esgotados muito rapidamente, exigindo um modelo de desenvolvimento que respeite a dignidade e lhe permita sobreviver com decência.

A Rio+20, nesse sentido, deve continuar, ao menos como forma de impulsionar questões ambientais que afinal se sobrepõem e se imbricam com o econômico. Essa tarefa é de todos, uma responsabilidade coletiva que vai afetar nossa maneira de convivência. Não se pode atirar na crise atingindo o homem e tudo aquilo que é essencial à sua vida.

Chevron foi culpada por vazamento, diz ANP. Ramona Ordoñez – O Globo. 20/07/2012

Relatório conclui que empresa não seguiu regras de segurança, mas ela pode voltar a operar. Multa deve ficar em R$ 40 milhões

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) concluiu que a petrolífera americana Chevron cometeu diversas falhas nos seus procedimentos, descumprindo as regras brasileiras de segurança operacional e as de seu próprio manual de gestão de risco, o que provocou o vazamento de petróleo durante a perfuração de um poço no campo de Frade, na Bacia de Campos, em novembro do ano passado. Ao todo, a ANP identificou 25 infrações que resultaram no vazamento de cerca de 3.700 barris de petróleo.

O resultado do relatório de 68 páginas foi divulgado ontem pela diretora-geral da ANP, Magda Chambriard. Ela explicou que nos próximos 30 dias será calculado o valor total das multas que a petrolífera terá que pagar. A multa não passará dos R$ 50 milhões, segundo Magda, porque a Lei de Penalidades prevê um valor máximo de R$ 2 milhões por cada infração.

- Deve ficar em torno de R$ 40 milhões, o que é pouco para uma empresa do tamanho da Chevron e para o porte do acidente. Por isso é que estamos solicitando uma mudança nessa lei - afirmou Magda.

Perdas da Chevron estimadas em US$ 426,5 milhões

Passados oito meses do primeiro acidente, ainda estão vazando cerca de 20 litros de petróleo por dia, incluindo a região onde ocorreu o segundo derramamento, em março deste ano. A diretora da ANP destacou, contudo, que esse petróleo está sendo coletado pelos equipamentos instalados pela Chevron no fundo do oceano.

Apesar do relatório, a petrolífera poderá em breve ser autorizada pela ANP a voltar a produzir petróleo no campo de Frade. Segundo Magda, a solicitação da companhia será analisada pela diretoria em reunião no próximo dia 27. A executiva voltou a dizer que a empresa não deverá ter problemas em voltar a produzir, uma vez que a suspensão da produção foi solicitada pela própria Chevron após o segundo vazamento.

De 15 de março, quando a produção foi suspensa, até ontem, a perda de receita do consórcio que explora o campo de Frade com a suspensão da produção de 60 mil barris por dia foi de US$ 824,3 milhões. Desse total, US$ 426,5 milhões são perdas da Chevron. A americana é operadora do consórcio com 51%, associada com a Petrobras (30%) e com o consórcio Frade Japão Petróleo (19%).

Falha na interpretação da geologia causou acidente

Em nota, a Chevron contestou o resultado do relatório da ANP, destacando que sempre atuou de forma diligente, usando as melhores práticas da indústria petrolífera e de acordo com a legislação brasileira, seguindo o Plano de Desenvolvimento da produção aprovado pela ANP. A companhia destacou que perfurou 62 poços no campo de Frade e em 19 deles chegou até o mesmo reservatório onde ocorreu o problema do vazamento. O poço, a 120 quilômetros da costa do Rio, começou a ser perfurado no dia 7 de novembro. No dia 10, foi descoberta uma mancha no mar. O abandono do poço começou no dia 17 de novembro e foi concluído no dia 11 de fevereiro de 2012.

- O acidente poderia ter sido evitado caso a Chevron tivesse conduzido suas operações seguindo a regulamentação da ANP, em conformidade com as boas práticas da indústria e com seu próprio manual de procedimentos - afirmou Magda.

No relatório, a ANP afirma que a Chevron não foi capaz de interpretar corretamente a geologia local, o que causou o acidente. Segundo Magda, essa falha na interpretação da geologia levou a uma interpretação incorreta da pressão do reservatório.

A ANP concluiu também no relatório que a companhia não usou os resultados dos testes de resistência da rocha feitos anteriormente em três outros poços. Se isso tivesse sido feito, o projeto utilizado no poço em questão teria se mostrado inviável.

Segundo Magda, foi incorreta também a colocação de uma última sapata (emenda na coluna do poço), a cerca de 600 metros do solo marinho:

-A Chevron não executou uma análise de risco conforme a legislação brasileira, nem usou seus próprios procedimentos de gestão de risco.

Funai critica portaria sobre áreas indígenas. Folha de São Paulo, Poder. 21/07/2012

A Funai criticou a portaria editada pela Advocacia-Geral da União que libera a intervenção em terras indígenas sem a necessidade de consultar o órgão e os índios. A medida contraria a Constituição e convenções internacionais aprovadas pelo Brasil. Em nota, a fundação diz que a portaria "restringe o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, especialmente os direitos territoriais, consagrados pela Constituição".

Novo celeiro do mundo – Estado de São Paulo, Editorial. 21/07/2012

Há tempo destacada, a participação do Brasil na produção mundial de alimentos deverá ser ainda maior nos próximos anos. O Brasil integra um pequeno grupo de países produtores agrícolas - do qual fazem parte Rússia, Ucrânia, China, Indonésia e Tailândia - que responderá pela maior parte da produção adicional necessária para alimentar a população mundial até 2050. Até lá, de acordo com projeções da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), para atender à demanda, a produção mundial terá de crescer 60%. Nos próximos anos, outros países em desenvolvimento deverão se integrar a esse grupo, mas será cada vez menor a contribuição dos países industrializados para prover o alimento adicional de que o mundo necessitará no futuro.

Para evitar a fome no mundo, na metade deste século, a produção anual de cereais deverá ser 1 bilhão de toneladas maior do que a registrada em 2007 e a de carne precisará aumentar 200 milhões de toneladas. O relatório das duas organizações internacionais, com as projeções para a produção agrícola entre 2012 e 2021 - e que estende algumas delas para 2050 -, leva em conta o crescimento da população mundial, do índice de urbanização e do nível médio de renda no período.

Um dado preocupante do estudo é a redução do ritmo do crescimento anual da produção agrícola mundial, que alcançou 2% nas últimas décadas, mas deverá cair para 1,7% nas próximas. Ainda assim, será um crescimento maior do que o previsto para a população mundial, razão pela qual a produção por habitante continuará crescendo ao ritmo de 0,7% ao ano, estimam a OCDE e a FAO.

Na próxima década, o Brasil deverá registrar o maior crescimento de produção agrícola em todo o planeta. Até 2019, segundo o estudo, a produção brasileira deverá crescer 40%, bem mais do que o aumento estimado para a produção da Rússia, da Ucrânia, da China e da Índia.

Embora com resultados inferiores aos do Brasil, outros países da América do Sul também aumentarão de maneira expressiva sua produção. Desse modo, como observou o diretor-geral da FAO, José Graziano da Silva, "a América do Sul está se convertendo em um grande celeiro" do mundo.

Estudo anterior da OCDE, divulgado no início do ano, mostrou com clareza a evolução da agricultura brasileira da segunda metade do século passado até hoje, destacando o expressivo aumento da produtividade, sobretudo a partir de 1970. Entre 1961 e 2007, enquanto a produtividade de países industrializados como França, Inglaterra e Estados Unidos aumentou menos do que a média mundial do período, de 1,48% ao ano, a do Brasil cresceu 3,6% ao ano, mais do que a média da América Latina, de 2,6%, e dos países em desenvolvimento, de 1,98%.

Na última década, os ganhos alcançados por alguns países, como Rússia e Ucrânia, foram maiores do que os do Brasil, mas esses países tinham um nível de produtividade muito baixo, daí seu crescimento mais rápido no período. Outros países conhecidos por sua forte presença no comércio mundial de produtos agrícolas, como Austrália, Canadá e México, além da Coreia do Sul, ao contrário, ficaram menos eficientes.

É reconhecido o papel fundamental de alguns fatores para o aumento veloz e contínuo da produtividade agrícola no Brasil. O avanço da pesquisa liderado pela Embrapa, com o desenvolvimento de variedades mais adequadas às condições brasileiras e o emprego de técnicas mais produtivas, é um deles. O aumento das exportações, que passou a exigir mais volume e mais qualidade, a preços competitivos, é outro. Os preços internacionais igualmente contribuíram para dar mais eficiência à agricultura do País. Por fim, a nova mentalidade do produtor rural permitiu a adoção de novos métodos de gestão e gerou um conhecimento mais acurado do mercado.

Melhor estaria o campo no Brasil, e poderia aumentar ainda mais rapidamente seus resultados, se dispusesse de infraestrutura e serviços logísticos que lhe garantissem custos competitivos para levar sua produção até o porto.

Google ajuda no combate ao desmatamento da Amazônia. Giovanna Girardi – O Estado de São Paulo. 21/07/2012

Parceria com o Imazon, que já monitora o corte raso mensalmente, pode reduzir pela metade tempo de processamento

Depois de oferecer a visualização de imagens de todo o planeta, do fundo do mar, da Lua e até de Marte, o Google está de olho agora no desmatamento da Amazônia. A organização, por meio da plataforma Earth Engine (earthengine.google.org), firmou uma parceria com o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), que há seis anos monitora de modo independente ao do governo a degradação e a perda da cobertura florestal na região.

A análise de imagens do satélite Modis, que já é feita mensalmente, ganha agora rapidez no processamento de dados e na divulgação de alertas. "A expectativa é que a parceria reduza pela metade o tempo para a realização das tarefas", explica Carlos Souza Jr., pesquisador do Imazon responsável pelo Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD).

"Antes tínhamos de baixar os dados da Nasa, armazenar no nosso servidor local, processar os dados, o que tomava um tempo enorme. Agora o Google faz esse trabalho inicial, temos acesso via internet, é um grande ganho operacional", diz.

A plataforma, voltada principalmente para cientistas, pesquisadores independentes e organizações governamentais, torna imagens de satélites (não só do Modis, mas de todos os mais importantes, como o Landsat) e outras informações (como previsão do tempo) disponíveis na "nuvem" do Google.

"Isso permite a análise de milhares de computadores ao mesmo tempo", afirma ao Estado Rebecca Moore, gerente de Engenharia do Google Earth Engine.

Como o SAD é desenhado para aceitar dados de múltiplos satélites (apesar de hoje pegar imagens de um só), a expectativa é que logo ele tenha acesso a esses novos dados. Para Souza Jr., isso vai permitir fazer alertas mais detalhados. "A resolução do Modis é moderada, só 'vê' desmates acima de 10 hectares."

"A quantidade de dados é da ordem de bilhões de megabytes. Combinando ciência de alta qualidade, como a metodologia do SAD do Imazon, com esse armazenamento maciço e computadores de alto desempenho, será possível detectar atividades de desmatamento mais rapidamente e apoiar o policiamento local", complementa Rebecca.

Além disso, explica, a plataforma reúne dados científicos de quase 40 anos. De modo que, no caso do desmatamento, também será possível fazer no futuro novos tipos de análises com base em séries históricas.

O primeiro boletim com os dados obtidos por essa plataforma foi divulgado ontem (mais informações nesta página), mas, por ser uma fase de transição, as vantagens da parceria devem levar algum tempo para aparecer. Segundo Souza Jr., a demanda é para que os alertas mensais passem a ser quinzenais.

Trabalho de campo. O pesquisador do Imazon acredita, porém, que uma das principais vantagens da ferramenta será melhorar a comunicação com quem está na ponta do processo. Hoje, quando o Imazon manda seus alertas, técnicos das prefeituras e dos Estados monitorados vão a campo para verificar a situação - o que é importante tanto para ações de combate ao desmatamento que estiver em curso quanto para a responsabilização legal no futuro.

Agora a expectativa é que isso possa ser quase imediato. Basta que quem estiver em campo tenha um smartphone com o programa do Google instalado. Vai ser possível baixar as imagens e também, por meio dele, o pessoal do campo vai poder atualizar a situação.

Do mesmo modo, quem estiver fazendo sobrevoos ou se deslocando pelas estradas da Amazônia e se deparar com um corte raso da floresta, uma degradação ou uma saída ilegal de madeira também poderá compartilhar as imagens georreferenciadas se tiver o programa no celular.

E como o Google já tem cobertura global de captação de imagens e processamento dos dados, a ideia é expandir esse modelo de monitoramento. O Imazon está dando cursos

de capacitação para permitir que ONGs possam aplicá-lo em outros biomas e até em outros países. Um dos focos são as nações vizinhas também cobertas pela Amazônia, que poderão ter acesso elas mesmas à metodologia SAD/Earth Engine.

Segurança jurídica, um bem comum. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Mercado. 21/07/2012

A portaria da AGU confere segurança jurídica sobre o tema demarcação e gestão das terras indígenas

A questão da demarcação das terras indígenas no Brasil é um desses temas pouco conhecidos e muito comentados. Consolidou-se no imaginário urbano a ideia de que os índios vivem em condições abjetas, possuem poucas terras e estão entregues à própria sorte. Equívocos em série, disseminados propositalmente.

Deles deriva a argumentação de que é preciso rever e ampliar antigas demarcações, o que decorreria da escassez do território que lhes está destinado. Os números, porém, contam outra história. Vejamos.

Todas as cidades brasileiras, as estradas e a infraestrutura que as interligam somam 11% do território nacional. A população propriamente dita -quase 200 milhões de pessoas- vive em 2% do território. As terras indígenas, que abrigam cerca de 600 mil índios, somam 12,6% do território nacional.

Terra, portanto, não lhes falta. Mas há mais.

Há dois órgãos federais voltados para a questão indígena -Fundação Nacional do Índio (Funai) e Fundação Nacional de Saúde (Funasa)-, além de milhares de ONGs e da própria saúde pública, a que também têm acesso. A maioria dos cidadãos brasileiros está longe de dispor de tal estrutura.

Isso não significa que os índios não careçam de atenções especiais, dada a vulnerabilidade de seu habitat, frequentemente invadido por gente alheia a seu meio. Mas, mesmo nesses casos, é preciso não perder de vista o senso das proporções.

A demarcação e a gestão de suas terras têm sido uma das questões mais controvertidas - e, historicamente, fonte de insegurança jurídica, pela ausência de regras nítidas.

O episódio da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, submetida em março de 2009 ao Supremo Tribunal Federal, acabou por, finalmente, estabelecer um paradigma.

Ao julgar a controvérsia, o STF, diante da escassez de parâmetros, definiu, em acórdão, 19 condicionantes para a demarcação e a gestão dessas terras, que acabam de ser consignadas na portaria nº 303, da Advocacia-Geral da União.

A partir de agora, o tema já não será uma abstração, gerido por discursos demagógicos de ONGs, que pretendem colocar o Brasil no banco dos réus também nessa questão.

Ao ser publicada, a portaria da AGU gerou reações. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), por exemplo, afirmou que a existência de embargos de declaração ao acórdão do STF torna a portaria precipitada, já que a própria Corte, ao julgá-los, pode, em tese, mudar algumas de suas determinações.

É possível, mas não provável, já que o STF não inventou nada. Baseou-se na Constituição e na legislação da política indigenista, delas extraindo o que já estava em vigor no ordenamento jurídico brasileiro. Garantiu a imprescritibilidade das terras indígenas, mas estabeleceu os critérios para demarcações em curso.

As 19 condicionantes resultaram de amplo e consistente debate, político e jurídico, que a AGU, a seguir, resumiu em parecer, que embasou a presente portaria.

Ao estender às demarcações em curso as condicionantes aplicadas à Raposa Serra do Sol, a portaria regulamenta esse processo, dá-lhe um critério palpável, conferindo-lhe segurança jurídica.

Prova de que era necessária é o fato de que, mesmo estando há três anos em pleno vigor o acórdão do STF, órgãos do Poder Público federal insistiam em ignorá-lo, sob o argumento da pendência dos embargos de declaração.

É um argumento improcedente, já que a AGU prescinde do Judiciário para fixar a interpretação da legislação no âmbito da administração pública -como, com essa portaria, acaba de fazê-lo.

Embora represente um avanço, a portaria pode -e deve- ser aperfeiçoada. Se, por um lado, impede a ampliação de terra indígena já demarcada, ainda não define claramente "os casos de vício insanável ou de nulidade absoluta". Nada, no entanto, que não se possa corrigir.

Com essa iniciativa, a que se somam a atualização do Código Florestal e a adoção do seguro agrícola como uma das prioridades do novo Plano Safra, o mundo rural alcança um novo patamar de segurança jurídica, em benefício de todos os brasileiros.

No calor da indústria do gesso, a ruína da caatinga no Nordeste. Cleide Carvalho – O Globo. 22/07/2012

Em toda a região, 30% das empresas usam lenha como fonte de energia; adesão a planos de manejo ainda é baixa

No Araripe, na divisa de Pernambuco com Piauí, está o maior polo gesseiro do país. Com o incentivo à construção civil, as fábricas estão a pleno vapor e respondem por 95% da produção nacional. A notícia é boa. Mas o sertão nordestino, que a maioria só ouve falar em tempo de seca, segue palco de contradições. Os fornos das fábricas são, em maioria, movidos a lenha. É assim também em boa parte do polo têxtil de Toritama, em Pernambuco, onde as caldeiras que tingem tecidos fervem sob estalos de madeira, ou no Seridó, entre Rio Grande do Norte e Pernambuco, onde olarias produzem tijolos e telhas para toda a região. No Nordeste, hoje, 30% das empresas usam a lenha como fonte de energia.

Por ano, são queimados 25 milhões de metros cúbicos de lenha no Nordeste, o que equivale a desmatar 2.500 km2, mais que o dobro da cidade do Rio de Janeiro. Pouca gente se incomoda com isso. Primeiro porque não se tem outra fonte de energia barata. O problema, como diz o sertanejo, é que não se planta um pau. O que queima nos fornos é lenha nativa e, pela lei, 20% da mata de caatinga deveriam ser preservados em cada propriedade. No restante o desmate é permitido, com autorização. Mas ninguém leva em conta.

Segundo o Serviço Florestal Brasileiro, 94% da lenha é ilegal, cortada e queimada sem qualquer tipo de controle. Numa região onde o sol esturrica o solo, o risco é a desertificação. O Nordeste possui hoje quatro núcleos de desertificação, onde a terra, explorada sem qualquer preocupação em preservar alguma coisa, ficou quase estéril. São 18.432 km2 na região do Seridó (RN e PB), Irauçuba (CE), Gilbués (PI) e Cabrobó (PE). Pelo menos outros 98 mil km2 são considerados em situação muito grave pelo Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos na América do Sul, o que equivale a 10% do semiárido.

Este ano, o Ibama já realizou várias operações para conter o desmatamento ilegal na caatinga. Na Paraíba, onde Cariri e Curimataú são as áreas mais degradadas, foram embargados 195,5 hectares em 23 propriedades. No Oeste da Bahia, foram apreendidos mourões, estacas e carvão vegetal ilegais. No sertão do Araripe, em Pernambuco, o embargo atingiu 547 hectares durante a Operação Borborema, em desmate ilegal nos municípios de Ouricuri, Granito e Arcoverde, onde a lenha abastece fornos de produção de gesso.

Falar em semiárido e caatinga é quase sobrepor mapas. A caatinga ocupa 850 mil km2 em nove estados - 11% do território brasileiro. Apenas 5%, ou 85 mil km2, são Áreas de Proteção Permanente, segundo dados do Serviço Florestal Brasileiro, ligado ao Ministério do Meio Ambiente.

Apesar de o bioma caatinga ser pouco estudado, sabe-se que reúne cerca de 930 espécies de plantas, 148 de mamíferos e 510 de aves. A região abriga 30 milhões de pessoas, recebendo o título de semiárido mais habitado do planeta.

Assim como os animais, as plantas são fortes. Se cortada a 30 centímetros do chão, mesmo com pouca chuva, a mata começa a rebrotar em nove meses. Mas, mesmo assim, para que a caatinga não vire deserto, seria necessário que o corte, numa mesma área, fosse feito a cada 15 anos. O drama do Serviço Florestal Brasileiro, responsável por disseminar o manejo na região, é que, além do desmate, as criações de gado, ovino e caprino também estão dizimando a flora. Os brotos, quando despontam, são comidos pelos animais.

- Todas as fazendas no sertão tem uma carga animal maior do que poderia ter - diz Frans Pareyn, da ONG Associação Plantas do Nordeste.

Para se ter uma ideia, para que a caatinga não fosse degradada, cada hectare de terra com mata nativa poderia comportar de 10 a 12 cabeças de gado. Se a caatinga já estiver raleada ou rebaixada (quando corta a árvore e mantém o toco, para que rebrote), esse número cai para algo entre dois e quatro.

Com a mudança climática mundial, a seca na caatinga só tende a piorar. Este ano, praticamente não choveu.

Se há água de cisternas para beber, falta para os animais e para irrigação, o que perpetua a pobreza. Sem cultivo e sem animal, o sertanejo vende o que sobra. E, na maioria dos casos, o que sobra é a lenha. O preço, que na indústria chega a R$ 30 o metro cúbico, na propriedade não passa de R$ 10. O ganho fica no transporte.

A meta do governo é implantar o manejo florestal em uma área equivalente a 7% do bioma.

- A lenha da caatinga sobrevive à seca e, mesmo com atravessador, rende um bom dinheiro. É por isso que precisa ter o manejo - alerta Newton Barcellos, chefe da Unidade Regional Nordeste do Serviço Florestal Brasileiro.

Desde 2006, o Ministério do Meio Ambiente financia programas de manejo, mas a adesão ainda é baixa. Este ano, os recursos são maiores e somam R$ 8 milhões. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC) trabalham para implantar o manejo na região do Seridó, Médio Sertão e Cariri Ocidental, na Paraíba, e do Sertão do Apodi, no Rio Grande do Norte. Além de ensinar a técnica aos agricultores, é preciso incentivar e financiar indústrias na modernização de fornos para gerar o mesmo calor, com menos lenha.

Microusinas hidrelétricas trazem mais que energia ao Nepal. Amy Lee – Folha de São Paulo, The New York Times. 23/07/2012

Em Rangkhani, uma remota aldeia no oeste montanhoso do Nepal, as famílias usavam até dez anos atrás lamparinas de querosene e manteiga. A comunicação e os tratamentos de saúde eram precários. O trabalho era escasso.

Mas, desde 2001, um projeto de microusinas hidrelétricas utiliza as águas do rio Kalung Khola para fornecer eletricidade para Rangkhani e as aldeias vizinhas.

"A natureza nos deu uma terra dura: é difícil para a infraestrutura", disse Bhupendra Shakya, um especialista em energia renovável em Katmandu, a capital.

"Mas é adequada para hidro", acrescentou Shakya, que trabalha na Energia Renovável para a Vida Rural, um projeto dirigido pelo governo nepalês, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Banco Mundial.

O Banco Mundial estima que os rios do Nepal poderiam fornecer 83 mil megawatts de eletricidade, o que os torna uma das maiores fontes de energia hídrica não utilizadas do mundo.

Estima-se que 2.200 microusinas elétricas, gerando ao todo 18 mil kw, foram construídas no Nepal desde os anos 1970, segundo a Associação de Desenvolvimento de Energia Microhídrica do Nepal. O financiamento veio do governo do Nepal e de agências como o Pnud, o Banco Mundial e as agências de ajuda Norad, da Noruega, e Danida, da Dinamarca.

A microusina hidrelétrica de Rangkhani custou cerca de 2,6 milhões de rupias (ou US$ 29 mil) e gera 26 kw de eletricidade para mil pessoas. Movida pela água canalizada do rio, sem represas, ela não inunda terras e não cria emissões de gases do efeito estufa. Depois de girar a turbina do gerador, a água volta para o rio.

As microusinas hidrelétricas geram menos de 100 kw de eletricidade. Uma pequena usina convencional gera 10 Mw, ou cem vezes mais eletricidade que a maior microusina. Uma grande usina hidrelétrica como a de Três Gargantas na China gera 22.500 Mw.

Para a microusina de Rangkhani, parte do Kalung Khola foi desviada com canais de concreto e pedra construídos sobre o terreno montanhoso, depois afunilados por um cano que desce até a usina. Cabos de transmissão transportam a eletricidade dali até a aldeia.

Diferentemente das barragens, a inundação e o deslocamento de comunidades associados aos grandes projetos hidrelétricos, as microusinas hidrelétricas bem planejadas causam danos mínimos ao entorno, segundo especialistas.

A eletricidade trouxe grandes mudanças. Tul Kumari Sharma, 33, mãe de três filhos, hoje dirige um pequeno moinho de grãos movido a eletricidade, e não realiza mais o trabalho manualmente.

A vida com eletricidade "é o paraíso", exclamou Sharma.

A eletricidade em Rangkhani custa o equivalente a US$ 0,80 por kilowatt-hora e uma residência média usa 12 unidades por mês, um ritmo que se tornou mais acessível com o aumento da renda e as novas oportunidades de trabalho.

Moinhos de grãos e serrarias, lojas e restaurantes hoje funcionam em Rangkhani. Há torres de telefonia celular.

A energia hidrelétrica representa 90% da eletricidade do Nepal. Mas a eletricidade é apenas 2% do consumo total de energia do país, segundo o Centro para Tecnologia Rural, uma organização de desenvolvimento em Katmandu.

O Nepal tem uma indústria de turismo fervilhante e cidades modernas, mas 84% de sua população estão na zona rural. A queima de biomassa representa 86% do consumo total de energia do Nepal. O desmatamento é um grande problema, enquanto a poluição pela queima de biomassa está piorando. Somente cerca de 56% das pessoas usam eletricidade.

O consumo de energia no Nepal aumenta. A demanda cresceu 10% em 2011 diante do ano anterior.

O estabelecimento de microusinas elétricas no Nepal leva de 21 meses. Houve desafios: as operadoras muitas vezes escapam para empregos mais bem pagos no Oriente Médio. O financiamento pode ser difícil. Cerca de 60% dos custos são financiados pelo governo e 20% por voluntários locais. Os 20% restantes geralmente são cobertos por

empréstimos. Os bancos nepaleses relutam em conceder empréstimos, mas fundos da agência de ajuda alemã GIZ e outras organizações globais ajudam a preencher a lacuna.

Ram Bahadro Kunwar, 26, que já foi um rebelde maoísta, abriu uma granja de frangos no ano passado. Ele ganhou US$ 1 mil quando vendeu as primeiras aves. Como guerrilheiro, ele só pensava "em mudar o país", lembrou. Com a eletricidade, a mudança está acontecendo, mas de maneira diferente do que ele havia imaginado.

Cerco à biopirataria. Danilo Fariello – O Globo. 23/07/2012

Por uso de recursos nativos sem repartir ganhos, 35 empresas são autuadas no valor total de R$ 88 milhões

O Brasil resolveu jogar duro para proteger a sua biodiversidade, cujo potencial econômico já foi comparado ao do pré-sal pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. No início do mês, o Ibama autuou 35 empresas no valor total de R$ 88 milhões por usarem recursos nativos sem repartir corretamente os lucros com as localidades de onde são extraídos, conforme prevê lei de 2001. Ainda este ano, outras 65 firmas serão notificadas nas próximas investidas da operação Novos Rumos 2.

Muitas são empresas multinacionais, principalmente dos setores farmacêutico e de cosméticos, que vendem usando motes como "segredos da Amazônia" ou "Amazônia preciosa". Elas se disseram surpreendidas e afirmam que há arbitrariedade do órgão ambiental, que as teria autuado sem entender o modo como apoiam as comunidades, segundo afirmam, com base na Medida Provisória 2.186, de 2001.

A norma não especifica os valores a serem repartidos, incluindo até a possibilidade de a empresa colaborar com o dono da terra de onde extraiu a espécie de maneira não-monetária. Por isso, acaba criando brechas para manobras e questionamentos.

- A lei não é nova. Em 2010, na Novos Rumos 1, havia um estoque de empresas que buscaram regularização, e o Ibama fechou um entendimento e um padrão - disse Rodrigo Dutra da Silva, coordenador geral de Fiscalização Ambiental do Ibama.

Empresa apresentará defesa ao Ibama

A ação de inteligência do Ibama recebe denúncias e confere os produtos. Em geral, seu anúncio ou a composição mostram qual produto usa certas plantas. Entre as cerca de 80 espécies investigadas, as mais frequentemente exploradas sem repartição dos lucros são castanha-do-Brasil, açaí, guaraná e cupuaçu, mas há outras, como carnaúba e andiroba.

Foram 220 multas aplicadas em 35 empresas, em valores entre R$ 900 e R$ 5 milhões, mas como algumas foram autuadas pelo uso de mais de uma espécie, o total de multas superou, em alguns casos, R$ 10 milhões. A norma do Ibama tenta trazer as empresas para a regularidade, por isso a multa tem abatimento de até 90% para quem se enquadrar. E as empresas podem recorrer.

- Se uma empresa explora economicamente uma informação, um atributo, um princípio ativo de espécie brasileira, tem de pedir autorização para acesso e, se auferir lucro, tem de repartir esses benefícios - explica

Natália Milanezi, da área de fiscalização do Ibama.

- O governo não tem nada contra a pesquisa científica, porque consideramos as espécies amazônicas uma galinha dos ovos de ouro, mas queremos que sejam exploradas de forma regrada, sustentável - disse Dutra da Silva, do Ibama.

Conforme trechos de uma minuta de decreto a que o GLOBO teve acesso, a área ambiental do governo quer tornar a União responsável por essa arrecadação de benefícios repartidos, aplicando taxas fixas. A meta é criar um fundo para arrecadar 1,5% do faturamento bruto do que as empresas venderem a partir da exploração de patrimônio genético nativo ou 0,7%, se o produto final for alimentação ou agricultura. Desde 2001, as empresas dividem o lucro com o dono da terra de onde a espécie é retirada de um modo pouco uniforme e que estimula a barganha entre vizinhos. O fundo não apenas beneficiaria as comunidades locais, como deve destinar recursos a pesquisa e capacitação de pessoal da área ambiental.

O decreto também deverá disciplinar o principal alvo de questionamentos das empresas que foram mais punidas: elas alegam que a regra atual prevê que só a empresa que faz o acesso direto ao patrimônio genético deve recolher os benefícios, ou seja, quem o extrai da terra.

"Não havendo acesso, não nasce a obrigação de repartição de benefícios", alegou, por meio de nota, a Beraca Sabará, que teve a maior autuação, de R$ 11,3 milhões. Manifestação similar teve o grupo Boticário, que vai apresentar defesa ao Ibama, assim como a Jequiti e a Croda do Brasil. A Centroflora, que usa os extratos vegetais e foi autuada em R$ 3 milhões, disse ser "insana" a cobrança de quem não tem relação direta com o patrimônio genético e disse estar "vivenciando claramente a insegurança jurídica de que tanto se falava na área".

"Não havendo acesso, não nasce a obrigação de repartição de benefícios", alegou, por meio de nota, a Beraca Sabará, que teve a maior autuação, de R$ 11,3 milhões. Manifestação similar teve o grupo Boticário, que vai apresentar defesa ao Ibama, assim como a Jequiti e a Croda do Brasil. A Centroflora, que usa os extratos vegetais e foi autuada em R$ 3 milhões, disse ser "insana" a cobrança de quem não tem relação direta com o patrimônio genético e disse estar "vivenciando claramente a insegurança jurídica de que tanto se falava na área".

O Ibama entende, porém, que todas as empresas que vendem os produtos ao quais se agregou valor devem repartir benefícios, mas reconhece que o decreto deixará claro que atividades de registro, produção e comercialização deverão pagar, exceto revendedores.

Algumas das empresas multadas alegam que já fazem essa repartição de benefícios. A Mapric, que recebeu multas que somam R$ 10,5 milhões, afirmou, também por meio de nota, que teve "uma grande surpresa e posterior indignação, principalmente porque em julho de 2011 recebemos visita do Ibama e fomos elogiados".

Maior diversidade biológica do mundo

Outra divergência se refere à data em que a empresa começou a exploração, se antes ou depois da lei de 2001. A Ambev, por exemplo, foi autuada pelo uso da mesma planta de guaraná que usa no seu mais tradicional refrigerante, mas só quando passou a usá-la em um novo energético. Procurada, a empresa informou que não comenta processos em andamento e que atende à legislação vigente.

Comprovadamente controverso, o assunto é de alta relevância para o governo brasileiro, que conseguiu no ano passado nomear o biólogo Braulio Dias, ex-secretário de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente, secretário-executivo da Conferência Mundial da Diversidade Biológica (CDB). No mês passado, a presidente Dilma Rousseff enviou mensagem ao Congresso pedindo a ratificação do Protocolo de Nagoia, plataforma mundial de combate à biopirataria mantida no CDB. O Protocolo assegura a soberania dos países sobre seus recursos naturais, expurgando, por exemplo, a visão de que a Amazônia é patrimônio mundial, e não dos países onde está situada.

O território continental e a zona costeira do Brasil abrigam a maior diversidade biológica do planeta, resultante da combinação entre a multiplicidade de espécies e habitats. O Brasil só é comparado à Indonésia em termos de biodiversidade, mas está bem à frente.

- Dividir esses recursos com a região de onde se explora o patrimônio genético ou o conhecimento tradicional é uma forma de promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia, pela exploração econômica com a floresta em pé, evitando desmatamento ou queimadas - disse Silva, do Ibama.

As empresas Vitaderm, Vedic Hindus, Avon, Sabic Innovative Plastics, Laboratório Sklean (Mahogany) e AGE do Brasil também foram procuradas para comentar as autuações, mas não responderam ao GLOBO até o fechamento da edição.

Colegiados Territoriais da Paraíba debatem ações voltadas para a agricultura familiar – Site do MDA. 23/07/2012

Acontece nesta terça-feira, 24, durante a Semana da Agricultura Familiar, em João Pessoa (PB), o encontro Plenária com os Colegiados Territoriais da Paraíba. O evento, que recebe apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), será realizado no espaço cultural da capital e contará com a presença de cerca de 80 pessoas, dentre elas representantes dos 15 territórios, que vão debater as ações dos governos federal e estadual voltadas para a agricultura familiar.

O encontro discutirá temas como a execução do Proinf 2012 no estado da Paraíba, o resultado final do Chamamento Público 001/2012 para contratação das entidades que vão implantar as atividades nos território e a fundamental participação dos colegiados no planejamento das ações e no acompanhamento do desenvolvimento das políticas públicas nos territórios rurais.

Durante a reunião também serão propostas ações para o fortalecimento da política de desenvolvimento rural com enfoque territorial na Paraíba, sempre em parceria com o governo do estado.

De acordo com a delegada federal do MDA no estado, Giucélia Figueiredo, o evento é importante para divulgar as ações do ministério. "Vamos enfatizar a importância dessas ações do MDA e do governo estadual para a dinamização econômica da agricultura familiar na Paraíba como possibilidade de geração de emprego e renda, e com sustentabilidade ambiental", destacou.

Participarão do encontro os membros dos colegiados e representantes do governo do estado, entre outros convidados. O articulador regional, Fabrício Morais, representará a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA). A ação conjunta é uma demonstração do pacto federativo entre governo federal e estados que, juntos, trabalham para o fortalecimento do desenvolvimento territorial.

Sobre o Proinf

O Proinf é uma ação orçamentária de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, integrante do Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária (PPA 2012-2015) e tem a finalidade de financiar projetos estratégicos para o desenvolvimento territorial definidos no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e priorizados pelos territórios.

A ação apoia, com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), iniciativas de municípios, consórcios públicos, estados e União, na forma de investimentos destinados a agricultores familiares localizados em territórios rurais, a partir das demandas materializadas no PTDRS e priorizadas pelos territórios.

Acre lança plano para preservar rios e evitar erros já conhecidos. Gisele Paulino – Valor Econômico. 23/07/2012

Margem bastante degradada do rio Acre, onde a mata ciliar não existe mais

Quem pensa numa região rica em bacias hidrográficas como o Acre, com rios que desaguam no rio Amazonas, não imagina que nascentes de importantes igarapés podem estar localizadas nos fundos de um restaurante por quilo de uma pequena cidade que cresce de forma desordenada. É no meio do lixo que surge uma nascente do Judia, um dos principais afluentes do rio Acre, que atende 12 bairros da capital. A bacia do Judia já foi usada para abastecer a cidade. As pessoas lavavam roupas e se banhavam nessas águas que hoje parecem um esgoto a céu aberto.

Mas ao longo do rio, a situação se modifica. Seguindo o pequeno curso do Judia, suas águas começam a ficar claras e tomam força. Mais à frente, numa área de seis hectares cuidada pelo Estado, a água mostra melhorias. Foram mais de 2 mil mudas plantadas na recuperação da mata ciliar do Judia durante três anos.

Com o objetivo de preservar e fazer uso de forma racional de seus recursos para garantir as necessidades da sociedade, o Acre lança o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), um projeto que tem parceria do governo do Estado com a WWF-Brasil, por meio do programa HSBC Climate Partnership. "Se estes cuidados não forem tomados agora, certamente haverá problemas no futuro", diz Edgar de Deus, secretário de Meio Ambiente. "A ideia é que o Acre não repita erros cometidos pelas grandes cidades brasileiras".

O Estado quer se adiantar na questão da água. "O plano faz uma gestão preventiva do recurso pois prioriza a preservação e não apenas na solução dos problemas. Quebra a ótica utilitarista do uso das águas", diz Glauco Kimura Freitas, coordenador do programa Água para a Vida do WWF-Brasil.

Para isso, foram levantadas informações sobre as características da região, como a vazão dos rios, quantidade e qualidade da água, distribuição de chuvas, atividades que mais usam o recurso, demandas da população, entre outros. O plano levou dois anos para ficar pronto e envolveu cerca de 2 mil pessoas para garantir que quando houver mudança de governo, o programa esteja incorporado na sociedade.

O Brasil tem 12% da reserva de água doce do mundo. Mais de 70% dos recursos hídricos concentram-se na Amazônia. Esta abundância faz com que o país, muitas vezes, trate a questão como se o recurso nunca fosse acabar.

O plano lida com um cenário complexo e realidades muito distintas. O Acre tem 87% de suas florestas conservadas. Nelas habitam 18 etnias que falam línguas diferentes, pequenos agricultores e povos ribeirinhos que se beneficiam diretamente da pesca e da agricultura. Para facilitar o processo de gestão, o plano divide a região em seis unidades distintas de bacias hidrográficas.

Na bacia do rio Acre concentra-se o maior volume de água. É nesta área que está também a maior parte da população do Estado e como consequência os maiores fatores de ameaças aos recursos, como as ocupações irregulares, problemas com o lixo, efluentes domésticos, abertura de rodovias e pesca predatória.

Por essas razões, a Bacia do Acre é considerada uma região de alta prioridade no PERH. Cerca de 60 mil hectares de sua bacia está desmatada. Algumas ações do plano já estão em andamento, como a recuperação de matas ciliares na região. A região tem criação de gado e abriga 28 projetos de assentamentos. "Esse fato contribui para que a área seja classificada como de necessidade prioritária", explica Marli Ferreira, coordenadora de Gestão de Recursos Hídricos da Sema-Acre.

Alguns assentamentos foram escolhidos para um trabalho modelo de recuperação de degradação do solo e conservação das águas. Outra ação prioritária é o monitoramento de eventos hidrológicos críticos. Em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe) e Agência Nacional de Água (Ana) o plano prevê a expansão e modernização da rede hidrometeorológica do Estado.

Ferrovia pode renascer após 40 anos. Sergio Adeodato – Valor Econômico. 23/07/2012

Rio Mamoré dá caminho a barqueiros que remam até a cidade gêmea de Guayaramerin, no lado boliviano da fronteira, que é uma zona de livre comércio

Ao completar 100 anos, a lendária Estrada de Ferro Madeira-Mamoré ressurge das cinzas como centro de uma polêmica que envolve o futuro do desenvolvimento econômico e da biodiversidade na isolada fronteira de Rondônia com a Bolívia. A questão concentra-se no município de Guajará-Mirim, a 331 km de Porto Velho (RO), onde os antigos trilhos foram engolidos pela mata desde a sua completa desativação há 40 anos, e 93% do território está dentro de parques, terras indígenas e outras áreas protegidas que restringem atividades produtivas, como o agronegócio que movimenta a economia no restante do Estado.

No cenário de estagnação, o projeto de reativar um trecho da chamada "Ferrovia do Diabo" para fins turísticos é defendido por lideranças empresariais, políticas, sindicais e da sociedade civil, na esperança de se recuperar pelo menos em parte o prestígio do passado, quando o lugar funcionava como entreposto da borracha e madeira transportadas pelos rios amazônicos para exportação via oceano Atlântico.

"Somos conhecidos como 'município verde', mas em que medida isso de fato nos tem beneficiado?", pergunta o prefeito Atalibio Pegorini (PR-RO). Sem incentivos no lado do Brasil, produtos florestais são hoje mandados para beneficiamento na Bolívia e de lá seguem para exportação - caminho inverso do que se imaginava no começo do século XX a partir da antiga ferrovia. O turismo e sua cadeia de serviços teria o potencial de mudar a atual realidade no longo prazo. "Reativar os trens é mais do que uma questão econômica, mas de resgate cultural, identidade e autoestima", completa o prefeito.

"No aspecto ambiental, o projeto contribui para gerar renda e para a maior valorização da floresta e outros atrativos naturais, com menor risco de degradação por atividades de impacto danoso, como a criação de gado fora dos padrões sustentáveis", argumenta o empresário Dayan Saldanha, integrante do movimento local que pretende dar um novo rumo a esse pedaço da Amazônia que escapou da destruição.

A celebração do centenário da primeira viagem oficial de passageiros na antiga linha férrea, dia 1º de agosto, acende o debate. Além de um abaixo assinado que circula na cidade para envio à Presidência da República, a Assembleia Legislativa de Rondônia iniciou uma campanha para a estrada de ferro ganhar da Unesco o título de Patrimônio da Humanidade, o que resultaria em maior visibilidade e, possivelmente, mais investimentos.

No curto prazo, o objetivo é incluir a revitalização de 27 km de trilhos em Guajará-Mirim, ao custo de R$ 30 milhões, na lista das compensações obrigatórias pelos impactos da Usina Hidrelétrica de Jirau. Estudo de viabilidade encomendado à Associação Brasileira de Preservação Ferroviária mostrou que o negócio pode ser viável se a recuperação dos trilhos ocorrer em diferentes etapas. A Energia Sustentável do Brasil, concessionária responsável pela usina, alega que o projeto não se justifica economicamente e que o município não dispõe de recursos para efetuar as

desapropriações para a retirada dos moradores que invadiram a faixa de domínio da ferrovia.

O licenciamento da hidrelétrica previa inicialmente a reativação de outro trecho da ferrovia, no município de Nova Mutum. Mas a obra também foi considerada inviável e engavetada - apenas um museu será construído na região.

"Em substituição ao item não executado, recomendamos a reforma dos trilhos em Guajará Mirim", afirma Beto Bertagna, superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em Rondônia. O assunto está agora no Ministério Público Federal. "É preciso achar uma solução econômica", defende Basílio Leandro, secretário estadual de Turismo, informando que o governo tomou empréstimo de R$ 28 milhões junto ao BNDES, grande parte a ser repassada para Guajará-Mirim. A antiga estação de trem da cidade foi recentemente reformada com recursos estaduais e da Caixa Econômica Federal, mas falta a recuperação das duas locomotivas históricas.

Em contraste com a riqueza do passado, a pobreza atinge vilarejos ao longo dos trilhos abandonados. No Distrito do Iata, chama atenção a estrutura faraônica de um hotel-escola inacabado por irregularidades nas verbas da Universidade Federal de Rondônia. A localidade, ex-celeiro agrícola que tinha a produção escoada pela Madeira-Mamoré, é hoje reduto de "órfãos da borracha".

O lavrador Hamilton Lázaro limpa com a foice o mato que cobre a ferrovia, para conseguir passar de bicicleta. Ele migrou de São Paulo para aventurar-se nos garimpos e encontrou próximo àqueles trilhos um refúgio. "A retomada das locomotivas só ocorrerá se realizada pela hidrelétrica, não pelo governo", ressalta Lázaro, sem acreditar nas promessas de ano eleitoral.

No rio Mamoré, é intenso o fluxo de barcos para a cidade gêmea de Guayaramerin, no lado boliviano, zona de livre comércio. A construção de uma ponte de R$ 300 milhões para a ligação com o oceano Pacífico foi adiada pelo governo brasileiro. À beira daquele rio repleto de corredeiras, o povoado boliviano de Cachuela Esperanza guarda os resquícios do império econômico erguido no começo do século XX pelo empresário Nicola Suarez, herói nacional conhecido como "rey de la goma". Além de casarios em ruínas ocupados hoje por famílias sem-teto, o lugar preserva antigos galpões que estocavam a borracha antes de atravessar o rio para embarcar na Madeira-Mamoré rumo ao exterior.

A imponência do teatro General Pando, frequentado à época por artistas internacionais, reflete o poderio do lugar. "A esperança agora é a construção de uma nova hidrelétrica já acordada entre Brasil e Bolívia", afirma Eufronio Gonzales, 97 anos, ex-piloto de barco do visionário Suarez.

A região na fronteira entre os dois países caiu no esquecimento, mas conservou estoques naturais. "O isolamento gera oportunidades, como o ecoturismo, que poderá expandir-se com a ferrovia reativada", destaca o escritor e empresário Paulo Saldanha, proprietário de um hotel de selva próximo a Guajará-Mirim com vista para o encontro da água negra do rio Pacáas Novos com a marrom do Mamoré. Sem a valorização da floresta conservada em pé, proliferam-se ameaças como as que rondam a Reserva Extrativista do rio Ouro Preto.

A área foi criada na década de 1990 para abrigar as famílias descendentes dos chamados "soldados da borracha", na maioria migrantes nordestinos que fugiram da seca para trabalhar nos seringais. "Hoje o lugar é disputado por criadores de gado e búfalo, com risco de impactos ambientais", alerta Samuel Nienow, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio).

Índios fazem reféns funcionários da obra da usina de Belo Monte. Aguirre Talento – Folha de São Paulo, Poder. 25 /07/2012

Manifestantes exigem ações para reduzir impacto da hidrelétrica

Índios da região afetada pela hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), mantinham ontem como reféns dois funcionários da Norte Energia, empresa responsável pela usina.

Os trabalhadores foram detidos após a apresentação de um plano de transposição do rio, rejeitado pelos índios.

É o segundo protesto deles em menos de 15 dias. No mês passado, eles invadiram um dos canteiros de obras para exigir o cumprimento de ações para reduzir ou compensar impactos causados pelo empreendimento. Só saíram há duas semanas.

Os dois reféns estão sendo mantidos desde anteontem por cerca de 50 índios arara e juruna na aldeia Muratu, que fica às margens do rio Xingu e será diretamente afetada pela obra.

A Folha esteve na aldeia ontem. O clima era tranquilo. Os reféns ficaram sentados na sombra, debaixo de área coberta com palha. Eles têm liberdade para transitar pela aldeia, mas não podem sair.

"Muitas perguntas nossas ficaram sem resposta. Ninguém sabe direito se esse sistema vai funcionar", afirmou o cacique Giliard Juruna, da aldeia Muratu.

A transposição é um sistema para transportar os índios no trecho em que o rio não poderá mais ser navegado.

A Norte Energia afirmou que as negociações para liberação dos reféns estão sendo conduzidas pela Funai.

Fora da lista do desmatamento. Sophia Gebrim – Site do MMA. 25/07/2012

O município paraense de Ulianópolis, localizado a 400 km de Belém, é o quinto município brasileiro a sair da lista do desmatamento na Amazônia. O anúncio será feito nesta quinta-feira (26/07), no Centro de Convenções de Ulianópolis, às 8h30, por representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e prefeitura local. A relação, criada em 2008 pelo MMA, detalhava, à época, os 48 municípios com maiores índices de desmatamento no país.

Metas de controle ao desmatamento e Cadastro Ambiental Rural (CAR) de, no mínimo, 80% dos imóveis rurais são alguns dos critérios para retirada do município da lista. No caso de Ulianópolis, além do CAR de 80% das propriedades, o Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil (PNUD) e governo da Noruega, entregará ao município uma nova base cartográfica na escala de um para 25 mil. O documento inclui atualização da parte hidrográfica, sistema viário e mapeamento do uso do solo na região. Além de um banco de dados completo de todas as propriedades cadastradas e diagnóstico ambien tal do município.

PONTO CRÍTICO

"Desde quando foi instituída a lista do desmatamento, em 2008, observamos que boa parte dos municípios tinha conseguido reduzir o desmatamento e o principal ponto crítico, que o MMA (em conjunto com ONGs e outros parceiros) precisaria entrar para auxiliar no processo seria a questão do CAR", explica a gerente de Projetos do Departamento de Zoneamento Territorial da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Nazaré Soares.

A propriedade do agricultor José Vitorio Deprá, em Ulianópolis, é um dos imóveis rurais da região já cadastrado pelo CAR, que faz parte do Programa Mais Ambiente - ação do governo federal de apoio à regularização ambiental das propriedades e posses rurais em todo o território nacional.

"Fiz a minha adesão ao CAR no início deste ano e posso afirmar que o Cadastro trouxe inúmeros benefícios para nós, produtores, tanto do ponto de vista econômico quanto ambiental", conta Vitorio. Segundo ele, os produtores estão começando a ver as questões ambientais de forma mais consciente, com a ideia do meio ambiente como aliado. "Mesmo sendo um cadastro declaratório da propriedade, o sistema está criando uma nova mentalidade de produção sustentável, de acordo com os limites da natureza", acrescentou. "Ficou mais fácil até para conseguir crédito rural".

Dom Eliseu, município localizado a 450 km de Belém e a 50 km de Ulianópolis, bem como Marcelândia (MT), a 700 quilômetros de Campo Grande, serão os próximos a saírem da lista do desmatamento. Esses municípios já conseguiram controlar suas taxas de desmatamento e alcançar o CAR de 67% dos imóveis rurais. Em 2010, os municípios que Querência (MT) e Paragominas (PA) seguiram o mesmo caminho. No início de 2012, foi a vez de Alta Floresta (MT) e Santana do Araguaia (PA).

Projeto para megausina ameaça bacia do Tapajós. André Borges – Valor Econômico. 25/07/2012

Trecho do rio Tapajós, no Pará, onde pode ser construída a usina de São Luiz do Tapajós: barragem teria 39 metros de altura, o equivalente a prédio de 13 andares

A determinação do governo em levar adiante o plano de construir a última grande hidrelétrica do Brasil poderá impor um custo ambiental sem precedentes na história do país. A usina de São Luiz do Tapajós, que teria potência inferior apenas a Itaipu, Belo

Monte e Tucuruí, produziria 6.133 megawatts (MW) de energia a partir da construção de uma muralha de 3.483 metros de comprimento atravessada no coração da Amazônia.

Essa barragem, que teria 39 metros de altura, o equivalente a um prédio de 13 andares, seria erguida em uma das áreas mais protegidas da região: o Parque Nacional da Amazônia, a primeira unidade de conservação demarcada na chamada Amazônia Legal. Com outras 11 unidades, essa área forma o imenso complexo da bacia do Tapajós, o maior mosaico de biodiversidade do planeta.

O que está em jogo é a inundação total de 1.368 quilômetros quadrados de floresta virgem, uma área quase do tamanho da cidade de São Paulo, equivalente a duas vezes e meia a inundação que será causada pela hidrelétrica de Belo Monte, em construção no rio Xingu, também no Pará. Com a usina de São Luiz - e também Jatobá, segunda hidrelétrica planejada para o rio - o Brasil adicionaria 8.471 megawatts (MW) à sua matriz energética. Em Belo Monte, onde o lago é de 516 km quadrados, a potência é de 11 mil MW.

Durante uma semana, o **Valor** percorreu toda a região por estrada, floresta e pelo rio Tapajós, ouvindo especialistas ambientais, técnicos em energia, lideranças do governo, ribeirinhos, índios, garimpeiros e a população dos municípios que serão diretamente atingidos pelo empreendimento. A construção de São Luiz e Jatobá ainda não é fato consumado. Os projetos estão em fase de levantamento para elaboração do relatório de impacto ambiental, trabalho que está sendo executado por cerca de cem pesquisadores de empresas contratadas pela Eletrobras, um grupo de técnicos que sobe e desce o rio o dia inteiro.

Embora os estudos estejam em fase preliminar, as polêmicas em torno dos empreendimentos já atingem um estágio crítico e dão uma ideia da dificuldade que o governo enfrentará para levar adiante o plano de erguer hidrelétricas numa Amazônia onde estão as terras e rios mais preservados do país.

"O Tapajós apresenta uma situação inédita para o governo. Nunca atuamos em uma área preservada como essa região", afirma o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Mauricio Tolmasquim. De fato. Em empreendimentos como Jirau e Santo Antônio, que estão em conclusão nas proximidades de Porto Velho (RO), as hidrelétricas funcionaram - ao menos teoricamente - como vetor de desenvolvimento social da região. Esse mesmo tipo de argumento também sustentou o licenciamento de Belo Monte, que prevê, por exemplo, a realocação de aproximadamente 7 mil famílias.

No Tapajós é diferente. Itaituba, o maior município da região, com 110 mil habitantes, está a quase 70 quilômetros abaixo do local previsto para a barragem de São Luiz e deverá ser pouco atingida. No geral, o impacto social chega às comunidades ribeirinhas e aldeias indígenas. É no ambiente, no entanto, que o impacto é profundo.

"Temos o total interesse em preservar o ambiente o máximo possível. A questão que se coloca é saber se a construção das usinas é incompatível com a preservação. Nós acreditamos que os projetos são viáveis", diz Tolmasquim.

Avanço na floresta

Hidrelétricas planejadas na Bacia do Tapajós até 2020



Hidrelétrica	Entrada em operação	Rio	Potência (MW)
São Luiz do Tapajós	2017	Tapajós	6.133
Cachoeira dos Patos	2019	Jamanxim	528
Jatobá	2020	Tapajós	2.336
Jamanxim	2020	Jamanxim	881
Cachoeira do Caí	2020	Jamanxim	802

Usinas prioritárias

	São Luiz do Tapajós	Jatobá
Potência instalada	6.133 MW	2.338 MW
Potência firme	3.369 MW	1.283 MW
Comprimento da barragem	3.483 m	1.287 m
Altura da barragem	39 m	35,5 m
Quantidade de turbinas	33 máquinas	40 máquinas
Área do reservatório	722,2 km2	646,3 km2
Comprimento do reservatório	117 km	131 km

Fonte: MMA/Ibama

Para viabilizar os estudos de São Luiz e de Jatobá, a presidente Dilma Rousseff publicou em janeiro uma medida provisória (convertida em lei em junho), reduzindo as unidades de conservação nas áreas que serão atingidas pelas obras. A MP foi contestada pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, e foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF), que avalia a constitucionalidade da medida.

Apesar de o governo argumentar que a "desafetação" das áreas tem apenas o propósito de liberar a etapa de estudos das usinas, o **Valor** verificou que a redução das florestas já incluiu toda a área planejada para construção das hidrelétricas, incluindo seus canteiros de obra e a área que será inundada. A grande diferença desses empreendimentos para uma hidrelétrica como Belo Monte, por exemplo, é que mais da metade da floresta da usina do rio Xingu já estava ocupada por algum tipo de atividade antes da liberação do empreendimento. No caso do Tapajós, praticamente tudo está preservado.

O governo sustenta que não reduziu as áreas de conservação. Pelo contrário, as florestas foram ampliadas em 20.939 hectares. Ocorre que, das oito reservas que sofreram com os cortes, apenas duas tiveram reposição em algum outro ponto. "As áreas que foram ampliadas não têm, nem de longe, a relevância ambiental das regiões que serão inundadas. É lamentável. Esse argumento de que houve ampliação é um insulto à inteligência das pessoas", diz Brent Millikan, diretor da organização Amazonia International Rivers.

A redução das florestas afetou, principalmente, o Parque Nacional da Amazônia, decisão que causou indignação para técnicos e analistas ambientais da região. "Estávamos trabalhando a mil por hora no plano de manejo do parque. De repente, fomos avisados que parte do parque simplesmente iria ser desafetada", diz Maria Lucia Carvalho, chefe do Parque Nacional da Amazônia, ligada ao Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio). "Foram quatro anos de trabalho para nada. Recebemos esse banho de água gelada, o trabalho todo foi perdido."

No parque já foram catalogadas mais de 390 espécies de aves e outras 400 de peixes. A riqueza entre os mamíferos inclui animais em extinção como onça-pintada, onça-vermelha, tamanduá-bandeira e jaguatirica. Na área da barragem de São Luiz, há uma das tantas formações de pedras que, durante o período da seca - que atinge o auge em setembro -, transformam-se em imensos corredores ecológicos para a travessia dos animais de uma margem à outra do Tapajós.

A preocupação com os peixes também é grande, devido à mudança no fluxo do rio. A região é cheia de corredeiras. As espécies que conseguirem subir a escada de peixe da usina, por exemplo, chegarão ao lago da barragem precisando de mais oxigênio devido ao esforço, mas encontrarão água represada, com quantidade menor de oxigênio que o necessário.

"A expectativa é que 90% das espécies de peixes sumam. Para mim, como técnica ambiental, é inegável a sensação de constrangimento ao ver o que querem fazer com o rio mais bonito da Amazônia", desabafa Maria Lucia. "Não há nada igual ao Tapajós. Se essas barragens saírem, será a morte do rio como ele existe hoje."

O inventário da bacia foi realizado pela Eletrobras, em parceria com a Camargo Corrêa. A construtora não quis se pronunciar sobre o assunto. A Eletrobras não se manifestou até o fechamento desta edição. O governo quer concluir os estudos ambientais de São Luiz e Jatobá até início do ano que vem. A previsão era leiloar as usinas até julho de 2013, mas o prazo mais atualizado é o fim do ano que vem.

Instituído Grupo de Trabalho para combater os efeitos climáticos. Vera Stumm – Site do MAPA. 25/07/2012

A Portaria nº 678 publicada no Diário Oficial da União (DOU) nesta terça-feira, 24 de julho, criou o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com a finalidade de elaborar propostas para a integração das ações em meteorologia e climatologia. As ações serão conduzidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

“A ideia desse grupo é buscar uma integração institucional entre os centros de previsão e estudos do clima do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). Além disso, visa a ampliação dos mecanismos de integração e coordenação das atividades entre os dois centros” afirma o coordenador do GTI, Divino Moura.

As mudanças climáticas vêm prejudicando cada vez mais a produção de alimentos nos países. Somente neste ano, por exemplo, o Brasil já enfrentou uma forte estiagem nos estados do Nordeste e na Região Sul, especialmente no Rio Grande do Sul. Conforme dados do Inmet, o fenômeno climático El Niño, que provoca alterações nos padrões climáticos e se caracteriza pela combinação de chuvas e temperaturas elevadas, está de volta e deve aparecer entre o fim do inverno e o início da primavera, causando chuvas acima da média na Região Sul e abaixo do normal no Norte e Nordeste.

“Com a influência do El Niño, para a Região Sul, onde a seca castigou as plantações, principalmente as de soja e as de milho, a previsão para as produções agrícolas são

excelentes. Já para as regiões Norte e o Nordeste do País, a tendência é de chuva com menor intensidade, o que poderá comprometer a futura safra", explica o meteorologista do Inmet, Mozar Salvador.

Por meio de uma ação conjunta interministerial, o Governo Federal anunciou medidas para amenizar o problema para os agricultores atingidos pela estiagem, como o auxílio Bolsa Estiagem, construção de cisternas, Operação Carro-Pipa e a prorrogação de empréstimos, custeios e investimentos dos produtores das regiões em situação de emergência.

Vila teme impacto da obra e expulsa pesquisadores – Valor Econômico. 25/07/2012

A vila de Pimental, comunidade de ribeirinhos onde vivem 760 pessoas, tornou-se símbolo de resistência local ao projeto de erguer usinas no Tapajós. Os primeiros a sentir na pele a contrariedade da população foram os pesquisadores de empresas de licenciamento ambiental contratadas pela Eletronorte, braço do grupo Eletrobras.

Numa recente visita à região, um grupo de pesquisadores tentou entrar na vila. Sem ter feito nenhum tipo de contato prévio, passaram a fazer perguntas aos moradores e a circular pela comunidade. Em pouco tempo, um grupo de ribeirinhos se organizou e impediu a passagem dos pesquisadores. Não chegou a haver confusão, mas todos acabaram expulsos do local.

Com o apoio de representantes do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) e da Fundação Nacional do Índio (Funai), o **Valor** conseguiu entrar em Pimental conversar com alguns moradores, entre eles José Odair Pereira, liderança da vila. "Essas pessoas chegam na comunidade e só fazem perguntas. Queremos saber o que pode acontecer com a nossa vida e nossas casas, mas eles não explicam nada pra ninguém. Então a gente decidiu proibir", diz Pereira. "A Eletronorte veio aqui e disse que tinha autorização do presidente para entrar. Não é assim. Aqui não tem prefeito, vereador, governador ou presidente. Aqui é nossa casa, quem manda somos nós."

Para controlar o acesso, Pimental passou a determinar que a entrada de pessoas estranhas só pode ocorrer com autorização. "Estamos preocupados com nosso povo, com o rio e com o peixe", diz Pereira. "De janeiro para cá, isso aqui virou um inferno, com gente de fora chegando e querendo entrar."

Há pouco mais de um ano, conta o chefe da comunidade, dois helicópteros pousaram no campinho de futebol da vila. "Tinha estrangeiro no meio deles, acho que eram chineses. Alguns falavam português. Disseram que vinham por causa da usina. Fizeram demarcações nas ruas e foram embora. O povo arrancou tudo."

Numa das casas de taipa de Pimental, vive a matriarca da vila, Maria Bibiana da Silva, conhecida como "vó Gabriela", de 104 anos de idade. Crescida nas margens do Tapajós, vó Gabriela chegou ao local em 1917. Lúcida, apenas com dificuldade para caminhar, ela diz que não quer a barragem. "Tenho vontade de morrer é aqui. Se me tirarem daqui, vão me colocar onde? Querem tirar o sossego da gente", diz ela. "Cheguei nesse lugar com nove anos e me criei aqui. Fico triste com essa história da barragem, mas tenho fé

que não vão fazer. Seu ainda fosse boa das minhas pernas, aguentava um bocado e ia brigar com eles para não fazer."

Na semana em que o **Valor** esteve na vila, corria a notícia de que os pesquisadores voltariam em breve à comunidade. O líder de Pimental, José Odair Pereira, disse que tinha ouvido algo sobre assunto, mas não confirmou a liberação para a entrada dos técnicos. "Quem está no escritório, tranquilo, com ar-condicionado, não sabe o que estamos passando aqui, quando falam que vão erguer essa barragem e inundar as nossas casas."

A tensão verificada em Pimental se espalha por outras comunidades ribeirinhas e chega até Itaituba. O governo garante que os projetos serão realizados da maneira mais técnica e cuidadosa possível. Não é o que pensa a comunidade de São Luiz do Tapajós, onde vivem cerca de 1,5 mil pessoas, numa área muito próxima do local onde se prevê a construção da barragem de São Luiz.

Para levantar as informações sobre o impacto ambiental da hidrelétrica, empresas contratadas pela Eletrobras têm recorrido à experiência da população da vila para entrar na floresta e percorrer os rios. O **Valor** conversou com alguns "mateiros", como são chamados esses guias. Cada um recebe R$ 35 para ficar rodando o dia inteiro pela mata com os pesquisadores. Não há qualquer tipo de formalização ou contrato de serviço. Também não existe nenhum tipo de seguro, assistência médica ou mesmo roupa e sapatos adequados. O pagamento é feito no dia, em dinheiro.

"É um contrato de boca, sem nenhum recibo. O trabalhador não sabe nem o nome da empresa que ele está levando por aí", diz Zideci Bezerra, dono de um pequeno comércio na vila São Luiz e morador há 30 anos na região. Segundo os mateiros, cerca de 40 moradores já foram chamados para ajudar nos serviços, que incluem a coleta de animais e plantas.

De maneira geral, a principal queixa é a falta de informação. A população vê os pesquisadores cruzarem o rio por todo lado, com mapas nas mãos, fazendo perguntas e anotações, mas ainda não compreende o que será feito. Relatório preliminar concluído em janeiro pelo Ibama na região do Tapajós recomenda aos empreendedores que iniciem, ainda na fase de formulação dos estudos ambientais, "ações de comunicação social com a finalidade de informar à população e evitar a propagação de boatos".

"Somos um povo contra a hidrelétrica. Só o povo é que pode parar essa barragem e vamos lutar para isso. Não é só por nossa sobrevivência, mas a nossa tranquilidade" diz Pereira, da vila Pimental. "Isso aqui não é o céu, mas olha que está pertinho do paraíso."

Região Sudeste é a que mais busca financiamento do Programa ABC. Mônica Bidese – Site do MAPA. 25/07/2012

A avaliação das contratações do crédito agrícola é atualizada mensalmente pelo Grupo de Acompanhamento do Crédito Rural do Mapa

As contratações de financiamentos registradas por meio do Programa ABC, que incentiva a adoção de boas práticas pelos agricultores brasileiros, somaram R$ 1,5

bilhão, entre julho de 2011 e junho deste ano. Os produtores da região Sudeste foram os que mais buscaram os recursos disponibilizados pelo Governo, com juros mais baratos, para financiar a lavoura, em um total de R$ 611,28 milhões.

Na sequência, estão o Sul, com R$ 401,11 milhões, e o Centro-Oeste, com R$ 348,29 milhões. Os dados foram divulgados nesta quarta-feira, dia 25 de julho, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e referem-se à movimentação de junho. No Sudeste, São Paulo lidera o *ranking* dos estados com um total de mil contratos firmados junto às instituições financeiras e R$ 314,22 milhões de desembolsos. Depois de São Paulo, os destaques são Minas Gerais, com R$ 256,05 milhões, o Paraná, com R$ 188,95 milhões de desembolsos e 849 contratos, Goiás, com R$ 172,91 milhões e 473 contratos, e o Rio Grande do Sul, com desembolsos de R$ 168,21 milhões e 685 contratos firmados. A avaliação das contratações do crédito agrícola é atualizada mensalmente pelo Grupo de Acompanhamento do Crédito Rural, coordenado pela Secretaria de Política Agrícola do Mapa.

Para o ano safra 2012/13, o ministro Mendes Ribeiro Filho anunciou mais recursos para o programa, reforçando o compromisso de fortalecer a agricultura sustentável no país. Ao todo, estão disponibilizados R$ 3,4 bilhões para o setor. Além do aumento do volume de recursos, o produtor gastará menos na contratação do financiamento, por conta da redução na taxa de juro, de 5,5% para 5% ao ano, a menor fixada para o crédito rural destinado à agricultura empresarial. O Plano Agrícola e Pecuário foi lançado pela presidenta Dilma Rousseff e pelo ministro Mendes Ribeiro no final de junho deste ano.

Estradas ficariam sob as águas – Valor Econômico. 25/07/2012

Não são apenas as unidades de conservação da Amazônia que teriam parte das reservas inundada pelas águas das barragens de São Luiz do Tapajós e de Jatobá. Com o enchimento dos lagos dessas usinas, pelo menos 60 km da rodovia Transamazônica (BR-230), que circunda boa parte das reservas florestais da região, ficariam completamente debaixo d'água.

Esse trecho da rodovia está localizado dentro do Parque Nacional da Amazônia, que é cortado por 112 km da estrada de terra. Com a inundação, o governo seria obrigado a desviar a rodovia para outra área do parque, ampliando ainda mais a faixa de desmatamento.

A construção de hidrelétricas no coração da Amazônia ameaça ainda outras estradas que, ao contrário da Transamazônica, estão recebendo asfalto. É o caso da BR-163, rodovia à margem direita do Tapajós, que liga Cuiabá (MT) a Santarém, no Pará. A BR-163. A estrada, que está com vários trechos em obras, corta ao meio a Floresta Nacional do Jamanxin, área de extrema relevância ambiental, porque é o único elo protegido entre o complexo de biodiversidade do rios Tapajós e Xingu, onde está sendo construída Belo Monte.

Os técnicos do instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) avaliam que, se saírem do papel as três usinas previstas para o rio Jamanxin, principal afluente do Tapajós, quase toda a BR-163 ficaria embaixo d'água no trecho que corta a reserva.

"A BR-163 chegou a ter plano de desenvolvimento sustentável, que ainda não foi executado. Hoje, está sendo asfaltada, mas, ao mesmo tempo, o governo pretende instalar usinas no Jamanxin. É mais um exemplo da falta de planejamento sobre o tipo de desenvolvimento que se quer para a Amazônia", diz Brent Millikan, da organização Amazonia International Rivers.

Embora ainda não haja números precisos sobre esse tipo de impacto que seria causado pelas usinas do Tapajós, a tendência é que a inundação da Transamazônica seja ainda maior, à medida que as barragens avancem em unidades de conservação cortadas pela rodovia. "O governo tem sido incapaz de realizar esse conjunto de empreendimentos de maneira correta e estruturada", diz Alessandra Cardoso, coordenadora do Observatório de Investimentos na Amazônia, ligado ao Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).

Parte das dificuldades do governo apontadas pelos especialistas está atrelada à baixa qualidade de informações técnicas sobre a região. Órgãos ambientais e ministérios ligados ao setor de infraestrutura possuem tipos diferentes de mapeamento. Há sobreposição de dados relacionados às terras indígenas e às unidades de conservação. Além disso, faltam informações para suportar avaliações técnicas mais aprofundadas.

Ministério leva debate sobre territórios rurais a congresso em Vitória – Site do MDA. 25/07/2012

As discussões sobre gestão territorial ganharam reforço durante os debates do 50° Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober). O evento ocorre em Vitória (ES) e termina nesta quarta-feira, 25. A Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), apresentou no encontro, por exemplo, o andamento de pesquisas feitas em parceria com universidades sobre territórios rurais.

“Há três anos avaliamos como os investimentos causam impacto na qualidade de vida de quem vive em territórios rurais, dentre outros levantamentos. Esses estudos são fruto de um projeto de gestão das informações do desenvolvimento territorial, desenvolvido pela SDT em parceria com o CNPq e universidades públicas”, explica o secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA, Jerônimo Rodrigues. O representante da pasta acrescenta que o trabalho em conjunto resulta no diálogo constante com universitários de Territórios da Cidadania, o que auxilia na potencialização do debate.

A apresentação feita pela secretaria no congresso abordou a reflexão do projeto sobre as condições de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, além da identidade territorial, participação social, capacidades institucionais e impactos dos projetos fomentados pelo MDA.

Para o secretario, levar a temática ao evento é uma oportunidade de demonstrar a relevância do desenvolvimento dos territórios rurais à sociedade civil. “O 50º Congresso da Sober é um espaço de destaque do tema rural. Nesta edição, cerca de 600 trabalhos serão apresentados, incluindo os executados pelo MDA. Outras secretarias do ministério participaram do encontro, como a de Agricultura Familiar (SAF) e o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead)”, apontou Rodrigues.

O evento

O 50° Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural trouxe como destaque nesta edição a agricultura e desenvolvimento rural com sustentabilidade. A ideia é contribuir com a busca pelo conhecimento técnico e científico para assegurar a produção agroalimentar de qualidade, de forma socialmente justa e ambientalmente saudável.

O último dia reservou espaço para o lançamento do livro Censo 2006 e a Reforma Agrária: Aspectos Metodológicos e Primeiros Resultados. A obra é de autoria de Vicente P. M. de Azevedo Marques, Mauro Eduardo Del Grossi e Caio Galvão de França. O evento foi promovido pelo Nead/MDA.

Índios podem voltar a ser consultados sobre obras. Daniel Rittner – Valor Econômico. 25/07/2012

A Advocacia-Geral da União (AGU) avalia suspender temporariamente a portaria nº 303 de 2012, publicada na semana passada, que gerou polêmica ao facilitar a construção de empreendimentos como bases militares, estradas e usinas hidrelétricas em terras indígenas. A portaria permitia a instalação de projetos "independentemente de consulta às comunidades indígenas envolvidas ou à Fundação Nacional do Índio", provocando o temor de que novos empreendimentos sejam tocados a toque de caixa.

Após reuniões com a Secretaria-Geral da Presidência e com a própria AGU, a Funai divulgou que o advogado-geral da União, Luis Inácio Adams, concordou em suspender os efeitos da portaria até a realização de "consultas aos povos indígenas". À noite, a AGU afirmou que está analisando um pedido de suspensão por 60 dias da medida. Uma fonte do órgão confirmou a intenção de acatar o pedido da Funai, mas ressaltando que não há possibilidade de voltar atrás no conteúdo da medida. Formalmente, o procedimento deve ser a aplicação de um "ato de vacância" pela AGU.

A portaria 303 tinha como objetivo uniformizar a atuação jurídica do Poder Judiciário, seguindo as diretrizes dadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da demarcação da reserva Raposa/Serra do Sul, em Roraima, que ocorreu em 2009.

A medida visava regulamentar a atuação de advogados públicos e procuradores em processos judiciais que envolvem áreas indígenas em todo o país, mas acabou despertando uma reação contrária de ambientalistas e da própria Funai, que elaborou nota técnica contestando a portaria.

Para a Funai, a medida "restringe o conhecimento dos direitos dos povos indígenas" e errou ao entender que há efeito vinculante na decisão do STF sobre demarcação de terras. No texto da medida, a AGU diz que "o usufruto dos índios [sobre terras demarcadas] não se sobrepõe ao interesse da política de defesa nacional" e "não abrange o aproveitamento de recursos hídricos". Para a Funai, é preciso esperar decisões "definitivas" do STF, "sob pena de aumentar a insegurança jurídica e colocar em risco os direitos garantidos constitucionalmente às comunidades indígenas".

Índios fazem reféns em Belo Monte. Danilo Fariello – O Globo. 26/07/2012

Três funcionários do consórcio são mantidos em aldeia. Funai negocia liberação

Três funcionários do consórcio Norte Energia, responsável pela usina hidrelétrica de Belo Monte, são mantidos reféns desde terça-feira por representantes indígenas na aldeia Muratu, no Pará. São dois engenheiros e um analista ambiental do grupo, que foram até o local para explicar aos índios das etnias Juruna e Arara os impactos da obra e da transposição do rio Xingu às comunidades afetadas.

Depois de Muratu, os funcionários da Norte Energia iriam ainda para outras quatro aldeias para apresentar o projeto.Até o início da noite de ontem eles permaneciam detidos na aldeia.

O Instituto Socioambiental (ISA), que mantém contato com os índios da região, divulgou ontem em nota que os funcionários da Norte Energia foram "apresentar o mecanismo de transposição de embarcações que deveria funcionar desde o início da construção da usina de Belo Monte, no Rio Xingu, para garantir o acesso fluvial à cidade de Altamira (PA) dos indígenas e de ribeirinhos que moram na Volta Grande do Xingu".

A Fundação Nacional do Índio (Funai) está coordenando as negociações para libertar os funcionários. De acordo com o ISA, para liberar os reféns, os índios pedem a suspensão das reuniões sobre o mecanismo de transposição do rio Xingu, um compromisso de que o barramento do rio será interrompido enquanto não houver clareza sobre a transposição e o cumprimento das condicionantes pendentes, conclusão do sistema de abastecimento de água das aldeias, entre outros pedidos.

Garimpo invade áreas de preservação no PA. André Borges – Valor Econômico. 26/07/2012

Os riscos apontados para a bacia do Tapajós deixam claro que a região amazônica, apesar do aumento nos índices de queda no desmatamento, continua a ser tratada como o grande almoxarifado de recursos naturais do planeta. As ações planejadas para a maior bacia hidrográfica do mundo não se restringem a planos de construção de uma sequência de usinas rios adentro. Bastou o governo informar que parte das terras que pertenciam às unidades de conservação da Amazônia havia sido desvinculada das áreas protegidas para que se tornassem alvo de ações de garimpo e extrativismo ilegal.

A pressão cresceu e o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) tem procurado controlar a situação e deter a entrada de pessoas na região, mas seu poder de atuação ficou reduzido, porque está restrito às áreas legalmente protegidas. "Com a desafetação (redução) das áreas, muita gente está se mexendo para entrar nas terras. Recebemos pedidos de garimpeiros e de pesquisadores para acampar na região, também estamos recebendo ameaças de invasão. A situação está muito delicada", diz Maria Lucia Carvalho, chefe do Parque Nacional da Amazônia, ligada ao ICMBio.

Recentemente, o ICMBio autuou uma balsa que estava pronta para iniciar a garimpagem em área que, até dois meses atrás, pertencia à reserva. "Iam começar a tirar

ouro da região. Quando informamos que não poderiam fazer aquilo, nos disseram que não tínhamos nada a ver com isso, que aquela área não pertencia mais ao parque e que iriam adiante", conta Maria Lucia.

A extração de areia é outro alvo. Com o período de seca, que atinge o pico em setembro, diversas praias surgem nas margens do rio, com dunas imensas de areia fina. "Já chegaram dois pedidos para retirada de areia na região do Buburé, dentro do parque nacional."

Dentro da floresta, também foram detectados focos de exploração de palmito e madeira. "Avisamos que isso poderia acontecer, mas não fomos ouvidos", diz Maria Lucia. "Não posso me calar sobre o que está acontecendo aqui. Minha crítica é técnica, não é política."

O Ministério de Minas e Energia está à frente de um programa para tentar regularizar a mineração na região, além de dar uma solução ao caos fundiário. A maior preocupação do ICMBio, segundo Roberto Vizentin, presidente do instituto, tem sido garantir a segurança das áreas protegidas. "É permitido fazer mineração em algumas unidades, desde que respeitado o zoneamento de exploração. O plano de manejo indica onde pode ser feita a garimpagem. No entanto, é preciso legalizar esses garimpos. Quase tudo é ilegal", diz Vizentin.

Na Floresta Nacional Crepori, por exemplo, que perdeu parte da área para permitir o licenciamento ambiental das usinas, há cerca de 3 mil pedidos de pesquisa e lavra minerais. "O garimpo é uma das questões que mais nos preocupa nessa região. As áreas que serão afetadas pelas barragens estão cheias de garimpeiros. Quando os empreendimentos forem construídos e o lago começar a ocupar as áreas, para onde vão esses garimpeiros? Eles vão ocupar o que puderem. Isso tem de ser controlado", alerta o presidente do ICMBio.

Com a proliferação dos garimpos, aumenta ainda mais a ocupação irregular em uma região já marcada por conflitos fundiários. Estima-se que só na região da BR-163 - entre a Serra do Cachimbo e Itaituba, no Pará - existam entre 5 mil e 6 mil famílias que demandam regularização de terras.

Há décadas, a região do Tapajós é alvo de milhares de garimpos ilegais em busca de ouro e diamante. Depois de sofrer uma intensa fase de exploração durante os anos 70 e 80, a exploração ficou quase estagnada nas duas décadas seguintes. Nos últimos cinco anos, porém, o garimpo voltou a florescer com força total, mas da pior maneira possível.

Estimativas locais apontam que atualmente há cerca de 60 mil homens trabalhando na extração de ouro e diamante na bacia do Tapajós. É mais da metade dos 110 mil garimpeiros que estão espalhados por toda a Amazônia. "Isso faz do Tapajós o maior garimpo do Brasil", afirma Seme Sefrian, ex-secretário de Mineração e de Meio Ambiente de Itaituba.

Quase todo esse batalhão atua de forma irregular, seja utilizando materiais ou máquinas proibidas, seja agindo em unidades protegidas ou sem qualquer tipo de autorização. O mercúrio, matéria-prima usada para separar o ouro da terra, segue direto para os

afluentes do Tapajós. A terra, depois de lavada com mangueiras "bico-jato", não é recomposta, deixando para trás imensas crateras de lama.

Para complicar ainda mais a situação, os garimpeiros passaram a utilizar retroescavadeiras para atingir uma profundidade de solo ainda não explorada. Até cinco anos atrás, esse tipo de equipamento, conhecido como "PC", não existia na região. Hoje, segundo Sefrian, há cerca de 150 retroescavadeiras revirando terras todos os dias na bacia do Tapajós.

O **Valor** flagrou balsas carregando os equipamentos pelo rio. Apesar da ilegalidade total, tudo transcorre normalmente. O maquinário é caro. Uma "PC" nova, com todos os apetrechos, custa cerca de R$ 600 mil, diz o ex-secretário de Itaituba.

Para quem está no ramo, vale a pena o risco. O Tapajós transformou-se no novo eldorado. A região está produzindo meia tonelada de ouro por mês, o que representa US$ 26, 4 milhões, de acordo com o preço atual do metal. Há cinco anos, o volume mensal girava em torno de 200 quilos. "O preço disparou e o negócio voltou a atrair gente", conta Sefrain.

Em 2005, o preço da onça do ouro (31,10 gramas) teve média de US$ 445. Em 2009, a cotação dobrou e chegou a US$ 974 e não parou mais de subir. Hoje o preço da onça está em US$ 1.643. "O problema é que a exploração hoje está acontecendo de forma muito aleatória. Não existe muito controle do que é retirado, produzido ou vendido na região."

O negócio é tão bom que até Sefrain, o ex-secretário de Meio Ambiente, virou garimpeiro. Hoje, ele possui uma "PC" e uma pá carregadeira prontas para entrar em ação na unidade de conservação Crepori, entre o sul do Pará e o norte do Mato Grosso. Já contratou 34 homens e diz que tenta legalizar o início da extração.

"É uma situação difícil. Hoje, todo mundo trabalha sem autorização para lavra. Mas é preciso mostrar para a população que o garimpo é bom", diz. "Eu não consegui ainda a autorização, mas estamos prontos e vamos começar a trabalhar. Nossa dificuldade é a morosidade do Estado para regularizar a exploração."

Índios exigem poços para libertar reféns – Folha de São Paulo, Mercado. 26/07/2012

Os índios afetados pela obra da usina de Belo Monte, no rio Xingu (PA), exigem captação de água nas aldeias para libertar os dois funcionários que mantêm como reféns da Norte Energia, responsável pela hidrelétrica. Eles dizem que a construção dos três poços, contrapartida da obra, já superou o prazo prometido pela empresa. Os trabalhadores foram feitos reféns na segunda quando foram ao Xingu propor aos índios uma alternativa de transporte pelo rio.

Região tem poucas aldeias indígenas – Valor Econômico. 26/07/2012

Uma das razões que levaram o governo a apostar suas fichas na viabilidade das usinas de São Luiz do Tapajós e de Jatobá seria o fato desses projetos estarem desenhados para ocupar uma região livre de terras indígenas. Com apoio local da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Itaituba, o **Valor** navegou pelo rio Tapajós, principalmente na área prevista para ficar entre os dois eixos das hidrelétricas. Ali está a aldeia Sawre Muybu, onde vivem 24 famílias que somam aproximadamente 110 índios da etnia munduruku.

Isolada na floresta, às margens do Tapajós, essa aldeia chegou a receber, recentemente, a visita de alguns pesquisadores de empresas de licenciamento contratadas pela Eletrobras. A aldeia está localizada na Floresta Nacional Itaituba 2. Sua extensão está conectada a essa unidade de conservação, mas com o enchimento da barragem de São Luiz, a aldeia Sawre Muybu ficará ilhada pelo lago da usina.

"Sabemos que querem tirar a gente da aldeia, mas nós nascemos aqui, somos daqui. Estamos acostumados com a vida que temos. Estamos tentando preservar a nossa cultura. Esse negócio de usina é assustador para nós", diz Antônio Daice Munduruku, de 24 anos.

A Funai em Itaituba já identificou cinco aldeias dos índios munduruku na região, somando uma população de aproximadamente 500 pessoas. Essas aldeias não têm energia elétrica e o acesso só pode ser feito por meio do rio. As que possuem algum tipo de iluminação, utilizam geradores a diesel.

A aldeia onde Antônio Daice Munduruku vive com seus pais, mulher e três filhos foi criada há sete anos. Um processo de demarcação formal da terra começou em 2008, mas nunca foi concluído pela Funai. Essa situação preocupa os índios da região. Por lei, é proibido fazer aproveitamento energético em terras indígenas demarcadas. Foi esse tipo de situação que levou o governo a suspender, por exemplo, os estudos para implantação da usina de Chacorão, no Alto Tapajós, na fronteira com o Mato Grosso. A usina atingiria diretamente a terra indígena demarcada dos mundurukus naquela região.

"Ninguém nunca mais falou sobre a demarcação de nossa aldeia. Estamos aqui sozinhos, sem proteção. Sabemos que só tem gente poderosa por trás disso, mas se estivermos organizados, podemos impedir essas obras", diz Antônio Daice. "Temos os nossos irmãos do Alto Tapajós e nossos amigos ribeirinhos. Nós vamos procurá-los. A nossa luta é a deles também."

A chefe de serviços de monitoramento ambiental e territorial da Funai em Itaituba, Juliana Araújo, afirma que, nas terras demarcadas do Alto Tapajós, onde nasce o rio, vivem cerca de 8 mil índios mundurukus, sem contar a população que já se espalhou nos municípios da região.

"Os índios realmente estão desconfiados de tudo. Se não houver diálogo e clareza, sabemos que eles não vão ficar de fora do assunto. As aldeias locais já avisaram que vão chamar seus irmãos e a situação pode ficar muito difícil", comenta Juliana. "Eles já estão sentindo os impactos dos garimpos nessa área. Estão usando muito mercúrio e isso está contaminando a água. Já recebemos essa denúncia."

Uma assembleia com todos os índios da região foi marcada para o fim de agosto, com o propósito de discutir as perspectivas das aldeias por conta da construção das hidrelétricas.

Em Brasília, o governo tem realizado uma série de reuniões com o propósito de regulamentar o Artigo 231 da Constituição Federal, que prevê a exploração de recursos hídricos dentro de reservas indígenas. "No momento, optamos por evitar qualquer problema que se aproxime de terras indígenas. O governo ainda está discutindo a regulamentação do artigo 231", diz Maurício Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. "Temos um grupo de trabalho tocando esse assunto, mas ainda não há nada fechado. Assim que concluirmos uma proposta, ela ainda terá que ser encaminhada para análise do Congresso Nacional."

Enquanto a regulamentação não sai, o governo tenta avançar paralelamente. Na semana passada, a Advocacia-Geral da União (AGU) publicou uma portaria para permitir que o poder público faça intervenções em áreas demarcadas sem a necessidade de pedir autorização às populações indígenas do local. A portaria se apoiou em salvaguardas institucionais fixadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2009, quando a corte decidiu sobre o polêmico caso de demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

A portaria causou atritos com a Funai, que divulgou nota manifestando contrariedade sobre o teor da decisão. "Entendemos que a medida restringe o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, especialmente os direitos territoriais, consagrados pela Constituição Federal", alegou a fundação. O julgamento da petição de Raposa Serra do Sol, diz a Funai, ainda não foi encerrado, tendo em vista a existência de embargos de declaração pendentes de decisão na Corte Suprema. Além disso, segundo a fundação, o Supremo já teria informado que a decisão proferida no caso não tem "efeito vinculante" para os demais processos que envolvem a demarcação de terras indígenas. As reclamações chegaram à AGU, que nesta semana concordou em discutir o assunto.

Essas são questões complexas para o entendimento de Antônio Daice Munduruku, isolado no Médio Tapajós. "Não conseguimos entender direito essas coisas. O que nós queremos é apenas paz e o direito de poder ficar em nossa terra, com a nossa família."

O que pode levar a uma cidadea sustentável? Washington Novaes – O Estado de São Paulo, Editorial. 27/07/2012

Pois não é que, enquanto o eleitor se pergunta, aflito, em quem votar para resolver os dramáticos problemas das nossas insustentáveis grandes cidades, um pequeno país de 450 mil habitantes - a África Equatorial - anuncia (Estado, 10/6) que até 2025 terá construído uma nova capital "inteiramente sustentável" de 40 mil casas para 140 mil habitantes, toda ela só com "energias renováveis", principalmente a fotovoltaica? Mas como afastar as dúvidas do eleitor brasileiro que pergunta por que se vai eliminar uma "florestal equatorial" - tão útil nestes tempos de problemas climáticos - e substituí-la por áreas urbanas?

Bem ou mal, o tema das "cidades sustentáveis" entra na nossa pauta. Com Pernambuco, por exemplo, planejando todo um bairro exemplar em matéria de água, esgotos, lixo, energia, telecomunicações, em torno do estádio onde haverá jogos da Copa de 2014, inspirado em Yokohama (Valor, 24/6), conhecida como "a primeira cidade inteligente do Japão". E até já se noticia (12/7) que o Brasil ocupa o quarto lugar no ranking de "construções sustentáveis" no mundo, depois de Estados Unidos, China e Emirados Árabes - já temos 52 certificadas e 474 "em busca do selo", por gastarem 30% menos de energia, 50% menos de água (com reutilização), reduzirem e reciclarem resíduos, além de só utilizarem madeira certificada e empregarem aquecedores solares.

"As cidades também morrem", afirma o professor da USP João Sette Whitaker Ferreira (Eco 21, junho de 2012), ressaltando que, enquanto há 50 anos se alardeava que "São Paulo não pode parar", hoje se afirma que a cidade "não pode morrer" - mas tudo se faz para a "morte anunciada", ao mesmo tempo que o modelo se reproduz pelo País todo. Abrem-se na capital paulista mais pistas para 800 novos automóveis por dia, quem depende de coletivos gasta quatro horas diárias nos deslocamentos, os bairros desfiguram-se, shoppings e condomínios fechados avançam nos poucos espaços ainda disponíveis, 4 milhões de pessoas moram em favelas na região metropolitana.

Não é um problema só brasileiro. Em 1800, 3% da população mundial vivia em cidades, hoje estamos perto de 500 cidades com mais de 1 milhão de pessoas cada uma, quase 1 bilhão vive em favelas. Aqui, com perto de 85% da população em áreas urbanas, 50,5 milhões, segundo o IBGE, vivem em moradias sem árvores no entorno (26/5), seis em dez residências estão em quarteirões sem bueiros, esgotos correm na porta das casas de 18,6 milhões de pessoas. Quase metade do solo da cidade de São Paulo está impermeabilizada, as variações de temperatura entre uma região e outra da cidade podem ser superiores a 10 graus (26/3).

Estamos muito atrasados. Na Europa, 186 cidades proibiram o trânsito ou criaram áreas de restrição a veículos com alto teor de emissão (26/2), com destaque para a Alemanha. Ali, em um ano o nível de poluição do ar baixou 12%. Londres, Estocolmo, Roma, Amsterdam seguem no mesmo rumo, criando limite de 50 microgramas de material particulado por metro cúbico de ar, obedecendo à proposta da Organização Mundial de Saúde. No Brasil o limite é três vezes maior.

E há novos problemas claros ou no horizonte, contra os quais já tomaram posição cidades como Pyongyang, que não permite a ocupação de espaços públicos urbanos por cartazes, grafites, propaganda na fachada de lojas, anúncios em néon (New Scientist, 19/5). É uma nova e imensa ameaça nos grandes centros urbanos, atopetados por informações gráficas e digitais projetadas. Quem as deterá? Com que armas, se as maiores fabricantes de equipamentos digitais lançam a cada dia novos geradores de "realidade ampliada", a partir de fotos, vídeos e teatralizações projetados? O próprio interior das casas começa a ser tomado por telas gigantescas.

Um bom ponto de partida para discussões sobre as áreas urbanas e seus problemas pode ser o recém-editado livro Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes" (Brookman, 2012), em que o professor Carlos Leite (USP, Universidade Presbiteriana Mackenzie) e a professora Juliana Marques Awad argumentam que "a cidade sustentável é possível", pode ser reinventada. Mas seria "ingênuo pensar que as inovações tecnológicas do século 21 propiciarão maior inclusão social e cidades mais democráticas, por si sós". A s

cidades - que se tornaram "a maior pauta do planeta" - "terão de se reinventar", quando nada porque já respondem por dois terços do consumo de energia e 75% da geração de resíduos e contribuem decisivamente para o processo de esgotamento de recursos hídricos, com um consumo médio insustentável de 200 litros diários por habitante. "Cidades sustentáveis são cidades compactas", dizem os autores, que estudam vários casos, entre eles os de Montreal, Barcelona e São Francisco. E propõem vários caminhos, com intervenções que conduzam à regulação das cidades e à reestruturação produtiva, capazes de levar à sustentabilidade urbana.

Mas cabe repetir o que têm dito vários pensadores: é preciso mudar o olhar; nossas políticas urbanas se tornaram muito "grandes", distantes dos problemas do cotidiano do cidadão comum; ao mesmo tempo, muito circunscritas, são incapazes de formular macropolíticas coordenadas que enfrentem os megaproblemas. No caso paulistano, por exemplo, é preciso ter uma política ampla e coordenadora das questões que abranjam toda a região metropolitana; mas é preciso descentralizar a execução e colocá-la sob a guarda das comunidades regionais/locais. Não custa lembrar que há alguns anos um grupo de professores da Universidade de São Paulo preparou um plano para a capital paulista que previa a formação de conselhos regionais e subprefeituras, com a participação e decisão de conselhos da comunidade até sobre o orçamento; mas as discussões na Câmara Municipal levaram a esquecer o macroplano e ficar só com a criação de novos cargos.

Por aí não se vai a lugar nenhum - a não ser a problemas mais dramáticos.

Concessões de usinas hidrelétricas. Flávio Neiva – O Estado de São Paulo, Economia. 27/07/2012

O setor elétrico brasileiro tem uma capacidade instalada de geração de energia elétrica de cerca de 120 mil MW, sendo 70% dessa energia proveniente de fonte hidráulica. Esse porcentual é um dos maiores entre os países desenvolvidos, o que credencia a matriz de energia elétrica do Brasil como uma das mais limpas do mundo, por ser a energia hidráulica proveniente de uma fonte limpa e renovável: a água. Nos próximos anos vencem as concessões de 68 usinas hidrelétricas que têm capacidade instalada de cerca de 22 mil MW, equivalentes a 25% do parque hidrelétrico do Brasil. Estão envolvidas nessa situação grandes empresas geradoras estaduais: CEEE, Cemig, Cesp, Copel, Emae e federais: Chesf, Eletronorte e Furnas.

Quais os benefícios e outros aspectos importantes decorrentes de uma eventual prorrogação das concessões das usinas hidrelétricas vincendas a partir de 2015? Os potenciais de energia hidráulica, conforme determinado pela Constituição, pertencem à União, que concede a exploração dos aproveitamentos durante um determinado período. A questão do vencimento simultâneo das concessões de um número elevado de usinas é uma situação inédita no Brasil e merece ser analisada com profundidade para que as expectativas da sociedade sejam esclarecidas com base numa visão abrangente.

As usinas hidrelétricas, algumas com grandes reservatórios, foram construídas para gerar energia por muitas décadas e devem ser operadas buscando a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento social e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Para tanto, a gestão de uma hidrelétrica deve ser eficiente na utilização e na preservação

dos recursos hídricos, no bom relacionamento com a comunidade vizinha e com os empregados, na segurança do trabalho, na adimplência dos tributos e encargos setoriais e na modicidade do preço da energia produzida.

A decisão de se prorrogar a concessão de uma usina hidrelétrica deve considerar a capacidade de gestão do atual concessionário em atender aos critérios citados e a qualidade dos serviços prestados, avaliada pela continuidade do suprimento de energia, pela eficiência na recomposição dos eventos extremos e pela qualidade da energia gerada em termos de tensão, frequência e perdas. A prorrogação das concessões, caso adotada, deve continuar assegurando a prestação de um serviço público eficiente para a sociedade e também refletir uma redução no preço da energia para os consumidores, em função dos investimentos já amortizados durante o período de concessão vincendo, contribuindo, assim, para a modicidade tarifária.

Contudo, diferentemente daquilo que alguns acreditam, o critério para prorrogação das concessões não pode se basear unicamente nos custos de operação e manutenção da usina. Com efeito, após ser definida a parcela a ser destinada à modicidade tarifária, o novo preço da energia deve ser suficiente para cobrir os seguintes fatores: ressarcimento dos investimentos ainda não amortizados (incluindo aqueles realizados nas grandes reformas e modernizações tecnológicas da usina durante a concessão vincenda); cobertura dos custos estimados para operação e manutenção do empreendimento e previsão de investimentos adicionais necessários durante todo o novo período de concessão.

Deve-se também considerar no novo preço da energia: o custo do transporte da energia gerada; os impostos e encargos devidos e o risco e o custo da gestão do negócio. Todos esses itens devem ser considerados na formação do preço da energia para garantir a qualidade do serviço que a usina irá prestar nos próximos 30 anos.

A consideração dos requisitos elencados para cálculo do novo preço da energia gerada, na eventual adoção de prorrogação das concessões, contribuirá para a modicidade tarifária, para a manutenção da qualidade do serviço prestado, para a segurança energética e para a operação sustentável dessas usinas hidrelétricas.

Funcionários de Belo Monte são liberados. Danilo Fariello – O Globo. 28/07/2012

Presidente da Norte Energia deve ser substituído, o que pode dificultar negociações com os índios

Os três reféns que eram mantidos desde segunda-feira na aldeia indígena Muratu, nas proximidades de onde é construída a hidrelétrica Belo Monte, foram libertados ontem por índios das etnias Juruna e Arara. As comunidades questionam a aplicação das condições para melhora da situação das aldeias no acordo celebrado em 10 de julho entre o consórcio Norte Energia e os índios afetados pela obra.

Um novo elemento, porém, pode agravar as relações entre os índios e o consórcio. O presidente do Norte Energia, Carlos Nascimento, principal articulador do acordo celebrado no dia 10, não deverá ser reconduzido ao cargo pelos sócios do grupo após o vencimento do seu mandato, nas próximas semanas, segundo apurou

O GLOBO. Foi ele quem ajudou a convencer representantes indígenas a liberar um canteiro de obras ocupado por três semanas até o dia 10.

Nascimento atua por muitos anos no setor elétrico e esteve à frente da Eletronorte, principal acionista do Norte Energia. O grupo, porém, deverá escolher como novo presidente um executivo com atuação no setor privado. Fazem parte do consórcio as empresas do grupo Eletrobras (entre elas a Eletronorte), os fundos de pensão Petros e Funcef, Neoenergia, Cemig, Light, Vale, Sinobrás, J. Malucelli e o fundo Caixa Cevix.

Por meio da sua assessoria, o consórcio Norte Energia não confirmou a intenção de trocar o presidente do grupo.

Os três reféns dos índios eram um engenheiro da própria empresa e dois ligados a prestadoras de serviço, sendo um da PCE Engenharia e outro da Leme Engenharia. Eles foram sequestrados após apresentarem à comunidade o modo como embarcações serão transportas no Rio Xingu após alteração do rio por conta das obras.

Em seu comunicado, a Norte Energia afirmou ontem que "repudia esse sequestro porque todos os acordos serão cumpridos, conforme o que ficou combinado na última reunião do dia 10 de julho".

A AGU e a questão indígena. Denis Lerrer Rosenfield – O Estado de São Paulo, Editorial. 30/07/2012

A Advocacia-Geral da União (AGU) publicou em 16 de julho a Portaria n.º 303, regulamentando a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) referente às condicionantes do caso Raposa-Serra do Sol. Trata-se de um ato administrativo, jurídico, que obriga todos os órgãos do Estado a seguirem as suas orientações.

A questão é particularmente interessante porque a Funai e o Ministério Público Federal (MPF), com apoio de ONGs, movimentos sociais e entidades da Igreja Católica, como o Conselho Indigenista Missionário, continuavam a atuar como se o STF nada tivesse decidido a respeito. Com pedidos de esclarecimento ao Supremo e embargos declaratórios, procuraram não seguir as novas diretrizes.

O ministro Luís Adams, numa clara atitude de respeito à lei, de afirmação dos princípios republicanos, declarou não ser mais possível o País conviver com tal grau de insegurança jurídica, colocando-se na posição própria de um defensor do Estado de Direito. As reações não tardaram, com a Funai, ONGs e movimentos sociais buscando impedir a aplicação da nova norma, sugerindo sua suspensão, e outras ações análogas.

Nestes três anos tiveram todo o tempo de expor suas posições, que foram convenientemente analisadas em parecer da própria AGU (n.º153/2010/DENOR/CGU/AGU). Nele se vê com clareza como a Funai se recusa a seguir as diretrizes do STF, usando todos os subterfúgios possíveis, que aparecem sob a forma de esclarecimentos administrativos. O caso é especialmente importante por mostrar a autonomia com que a Funai está acostumada a tratar o assunto, tentando, praticamente, se instituir como um poder independente.

Mais especificamente, a Funai questionava a competência dos órgãos ambientais, a atuação das Forças Armadas e a ampliação das áreas indígenas já demarcadas, além de criar obstáculos à construção de usinas hidrelétricas sem prévia consulta às comunidades indígenas (leia-se a própria Funai e as ONGs nacionais e internacionais), cujo exemplo maior é o conjunto de empecilhos à construção de Belo Monte.

Vejamos alguns exemplos.

O artigo 1.º da portaria estabelece: *"(VIII) o usufruto dos índios na área afetada por unidades de conservação fica sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade"*. Ora, esse era um problema importante, pois havia uma confusão de competência entre o Instituto Chico Mendes e a Funai no que toca ao usufruto dos índios nas unidades de conservação, com este último órgão pretendendo ter ingerência nesse setor. Seguindo as determinações do STF, a AGU equaciona a questão afirmando a responsabilidade do órgão ambiental sobre tais áreas, dirimindo a confusão administrativa existente. O meio ambiente foi claramente preservado.

O artigo 1.º estipula: *"(XVII) é vedada a ampliação da terra indígena já demarcada"*. Esse artigo é complementado pelo artigo 4.º, que traz a seguinte especificação: *"O procedimento relativo à condicionante XVII, no que se refere à vedação de ampliação de terra indígena mediante revisão de demarcação concluída, não se aplica aos casos de vício insanável ou de nulidade absoluta"*.

Ora, esse é um dos pontos que a Funai, o MPF e as ONGs nacionais e internacionais, além dos movimentos sociais, mais relutam em seguir, por pôr um ponto final na insegurança reinante. Na verdade, tinham o objetivo de introduzir um argumento falacioso, presente em sua arguição ao parecer da AGU: o de que todas as demarcações e homologações existentes, que já cobrem em torno de 13% do território nacional, não seriam válidas, pois feitas com outros critérios que não os atuais. De fato estavam - e estão - é propugnando a revisão e ampliação de todos os territórios indígenas, como se o que foi feito no passado não tivesse valor legal algum. Isso equivaleria a uma total insegurança jurídica, que seria produzida pelos contestáveis critérios - ideológicos - atuais.

Fica, contudo, um problema a ser resolvido, que é basicamente social e demográfico: o de terras que se tornaram exíguas pelo crescimento da população indígena. Essa questão pode - e deve - ser equacionada pelo poder público mediante a compra de terras para essas comunidades, que seriam atendidas em seus legítimos pleitos sem causar prejuízos aos agricultores no seu entorno ou em suas proximidades. Os conflitos desapareceriam e as diferentes comunidades seriam atendidas num clima de cooperação e concórdia. Acontece que muitas entidades e ONGs vivem do acirramento dos conflitos, deles tirando proveito.

O artigo 1.º estabelece ainda: *"(VI) a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal na área indígena, no âmbito de suas atribuições, fica assegurada e se dará independentemente de consulta às comunidades indígenas envolvidas ou à Funai"*. Trata-se de um ponto, que diria elementar, de reafirmação da soberania nacional. Mas a Funai e ONGs nacionais e internacionais procuraram nos últimos anos criar condições para o estabelecimento futuro de "nações" indígenas. Tal projeto poderia atentar contra a própria soberania nacional. Imaginem se a defesa das fronteiras nacionais pelas Forças

Armadas devesse estar subordinada a consulta à Funai e às comunidades indígenas, representadas também por ONGs internacionais.

Por último, o artigo 1.º determina: *"(I) o usufruto das riquezas do solo, dos rios e dos lagos existentes nas terras indígenas (art. 231, § 2.º, da Constituição Federal) pode ser relativizado sempre que houver, como dispõe o art. 231, 6.º, da Constituição, relevante interesse público da União, na forma de lei complementar"*. Dessa forma são assegurados os direitos da União no que respeita, basicamente, ao aproveitamento dos recursos energéticos do País, principalmente hídricos, que já vinham sendo contestados mesmo fora de áreas indígenas. A decisão final não é de competência de ONGs e movimentos sociais.

Técnicos do ICMBio protestam contra usinas no Tapajós – Valor Econômico. 30/076/2012

Os técnicos e analistas ambientais responsáveis pela gestão das principais unidades de conservação da floresta amazônica, na bacia do Tapajós, decidiram manifestar sua contrariedade com a decisão do governo de reduzir as áreas protegidas para viabilizar a construção de usinas hidrelétricas nessa região do Pará. O Valor teve acesso a uma carta aberta que os especialistas pretendem divulgar. No documento, carimbado e assinado por 12 técnicos ambientais ligados ao Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), os especialistas afirmam que, como servidores públicos, é "grave o fato de não haver qualquer estudo que embase a desafetação (redução das florestas), relacionando os impactos diretos e indiretos do empreendimento às características socioambientais" da região.

Ação conjunta na Amazônia: MMA e governos estaduais traçam estratégia para a região. Lucas Tolentino – Site do MMA. 30/07/2012

*MMA reúne governos para desenvolver trabalho coordenado em toda a região. Objetivo é reduzir, ainda mais, os índices de desmatamento***.**

Ações de combate à degradação da região amazônica fizeram parte de debate promovido pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Nesta segunda-feira (30/07), representantes dos governos federal e estaduais discutem iniciativas no workshop Estratégias Conjuntas para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. Realizado no auditório Parlamundi, em Brasília, o evento visa a promover a troca de experiências e ouvir os representantes das administrações estaduais.

O objetivo do encontro é garantir uma estratégia de atuação conjunta entre as diferentes esferas governamentais e promover um nivelamento no âmbito dos Planos Estaduais de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. Fazem parte da pauta do workshop a apresentação dos desafios enfrentados e as perspectivas para o futuro e a discussão de um modelo de governança que tem, como ponto de partida, as demandas de cooperação apresentadas.

A participação dos governadores da região no combate ao desmatamento é umas das principais alternativas apontadas pelo gerente do Departamento de Coordenação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), Eduardo Mattedi. "Há um fortalecimento crescente do papel dos estados nesse processo", afirmou. "Essa é uma forma de ver concretamente quais são as questões que geram conflitos."

REDUÇÃO

Em implantação desde 2004, o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) se encontra na revisão da terceira fase e é um dos responsáveis pela redução de 77% do desmatamento observado na região. Para estimular o processo de cooperação, a partir de 2009 o MMA passou a incentivar e apoiar a elaboração de Planos Estaduais de Prevenção e Controle do Desmatamento nos nove estados da Amazônia Legal.

A diminuição do desmatamento foi comemorada pelo presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Volney Zanardi. "Estamos bastante felizes com a redução verificada", explicou. "Temos uma agenda extremamente positiva pela frente".

Para o presidente do Fórum dos Secretários de Meio Ambiente da Amazônia Legal, Vicente Falcão, o assunto é prioridade para os governos locais. "Essa é uma pauta de todos", ressaltou. "É importante interiorizar as ações e intenções para combater o desmatamento".

SDT promove encontro para debater desenvolvimento territorial – Site do MDA. 30/07/2012

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) promoverá, de 1º a 3 de agosto, em Brasília, uma mesa técnica que reunirá representantes das entidades que foram selecionadas no Chamamento Público SDT 01/2012, publicado no dia 31 de maio, que envolve recursos de cerca de R$ 29 milhões. O encontro tem como objetivo discutir, dentre outros temas, a política de desenvolvimento territorial, tanto a sua concepção quanto as ações estratégicas.

Participarão do evento representantes das seguintes entidades: Associação Organização Não Governamental Nymuendaju; Instituto Agropolos do Ceará; Instituto de Assessoria do Desenvolvimento Humano (IADH); Instituto de Desenvolvimento Social (IDS); Instituto de Estudos e Assessoria ao Desenvolvimento (Ceades); Instituto Jalapão Ecológico; Instituto Morro da Cotia de Agroecologia (IMCA); e Rede Acreana de Mulheres e Homens; além da diretoria e da equipe técnica da SDT e da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério (Spoa).

A pauta do encontro inclui, ainda, as determinações da Consultoria Jurídica (Conjur) e da Spoa; orientações internas das diretorias da Secretaria e das Delegacias Federais do MDA (DFDAs); informações gerais sobre o trabalho de análise e ajustes dos projetos; o funcionamento do Siconv; e o Projeto Dom Helder Câmara, entre outros.

Chamamento

O Chamamento Público visa apoiar os colegiados territoriais, a implementação e gestão dos planos e dos projetos territoriais e a capacitação e a formação dos agentes de desenvolvimento, além da inclusão produtiva e dinamização econômica – com destaque para os territórios incluídos no Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). “Há uma grande expectativa dos colegiados para viabilizar a reanimação da gestão social dos territórios”, afirmou o coordenador da Rede de Colegiados, Ubiramar Bispo de Souza.

Segundo o secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA, Jerônimo Rodrigues, o chamamento possui uma grande importância para a política territorial, pois envolve diversas ações. “Uma das ações acontece por meio do Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços (Proinf). Essa ação de custeio passa, necessariamente, por um investimento do MDA para capacitar os territórios, realizar oficinas e apoiar o trabalho de planejamento e desenvolvimento territorial. Além disso, são criados comitês, a exemplo dos comitês de juventude e de mulher. Este chamamento viabiliza os recursos para que os territórios tenham assessoria técnica e financeira para a gestão dessas ações”, explica o secretário.

Segundo ele, a SDT inaugurou uma nova fase na contratação das atividades de apoio ao desenvolvimento territorial, pois o processo traz maior rigor, transparência e publicidade na seleção de propostas e organizações que possuem capacidade técnica e operacional para utilizar os recursos públicos por meio de convênios. “O chamamento garante os recursos para a gestão, para a assessoria na elaboração dos planos e para a dinamização das ações, tanto no campo da gestão dos territórios quanto na dinamização econômica das cooperativas e das Bases de Serviços. Todo o processo se consolida quando convocamos as entidades selecionadas para a mesa técnica, na qual vamos orientar quais são as propostas principais do MDA para a agricultura familiar e para o desenvolvimento sustentável do Brasil rural”, concluiu Jerônimo.

O intuito é que as propostas das entidades promovam a abordagem territorial com foco no desenvolvimento rural sustentável, apoiando ações de incremento da qualidade de vida da população rural e a dinamização das economias territoriais, a organização social. Outro objetivo é o fortalecimento dos atores sociais por meio da adoção de princípios e de práticas da gestão social com a implementação e integração de políticas públicas nos territórios.

A gestão e o monitoramento dos projetos serão feitos numa parceria entre a equipe da SDT e das Delegacias Federais do MDA nos estados. Segundo o coordenador-geral nacional das delegacias federais do MDA (Condef), Milton dos Santos Rezende, a atuação das delegacias no monitoramento será norteada pelo compromisso com a melhora na qualidade de vida no Brasil rural e com o zelo com os recursos públicos.

Proinf

A SDT iniciou, em 2004, a construção da política de desenvolvimento dos territórios rurais por meio do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat). O Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços (Proinf) compõe o Pronat.

Este auxilia, com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), ações conjuntas entre municípios, territórios, estados, União e instituições sem fins lucrativos, na forma de investimentos em obras e serviços destinados às comunidades rurais que estão nos

territórios. O Proinf estimula, assim, o fortalecimento das organizações sociais locais e a articulação de recursos de diversas fontes e origens que já estejam disponibilizados ou que podem ser mobilizados em favor do desenvolvimento dos territórios.

Colegiados

Os Colegiados Territoriais são formados por representantes do governo federal e da sociedade civil. O número de integrantes depende do tamanho, do número de municípios e de organizações e da complexidade do território representado. Os colegiados colaboram ativamente na difusão das políticas públicas da agricultura familiar e atuam como multiplicadores da política de desenvolvimento territorial.

Os colegiados são responsáveis, também, por identificar as demandas locais das comunidades, promover a interação entre gestores públicos e conselhos setoriais, contribuir com sugestões para a qualificação e a integração de ações e sistematizar as contribuições para o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, além de dar ampla divulgação às ações do Territórios da Cidadania e dos Territórios Rurais.

Bases de Serviços

As Bases de Serviços são instituições que prestam um ou mais tipos de serviços de apoio aos processos produtivos e comerciais dos empreendimentos da agricultura familiar e economia solidária. Podem ser ONGs, associações e cooperativas que, com o apoio da SDT/MDA, atuam focadas no recorte territorial ou na escala estadual.

Projeto Dom Helder

O projeto Dom Helder Câmara é uma ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, para combate à pobreza e apoio ao desenvolvimento rural sustentável no semiárido nordestino. O projeto conta com recursos do governo federal, do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida) e do Global Environnent Facility (GEF). Em 2011, mais de 15,5 mil famílias do semiárido foram beneficiadas pela iniciativa. O projeto empregou, de janeiro a novembro do ano passado, R$ 16,4 milhões em ações para fortalecer a reforma agrária e a agricultura familiar em 77 municípios de seis estados.

Mudanças climáticas e governança global. Luiz Carlos Baldicero Molion – Folha de São Paulo, Opinião – 31/07/2012

Os modelos matemáticos do aquecimento global são meros exercícios acadêmicos. Reduzir emissões é condenar os países subdesenvolvidos à pobreza

Um resfriamento global, com mais invernos rigorosos e má distribuição de chuvas, é esperado nos próximos 20 anos, em vez do aquecimento global antropogênico (AGA) alardeado pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC).

O AGA é uma hipótese sem base científica sólida. As suas projeções do clima, feitas com modelos matemáticos, são meros exercícios acadêmicos, inúteis quanto ao planejamento do desenvolvimento global.

Seu pilar básico é a intensificação do efeito estufa pelas ações humanas emissoras de dióxido de carbono (CO2) e metano (CH4), por meio da queima de combustíveis fósseis e de florestas tropicais, das atividades agrícolas e da pecuária ruminante.

Porém, o efeito estufa jamais foi comprovado, nem sequer é mencionado nos textos de física. Ao contrário, há mais de cem anos o físico Robert W. Wood demonstrou que seu conceito é falso. As temperaturas já estiveram mais altas com concentrações de CO2 inferiores às atuais. Por exemplo, entre 1925 e 1946 o Ártico, em particular, registrou aumento de 4°C com CO2 inferior a 300 ppmv (partes por milhão em volume). Hoje, a concentração é de 390 ppmv.

Após a Segunda Guerra, quando as emissões aumentaram significativamente, a temperatura global diminuiu até a metade dos anos 1970.

Ou seja, é obvio que o CO2 não controla o clima global. Reduzir as emissões, a um custo enorme para a sociedade, não terá impacto no clima. Como mais de 80% da matriz energética global depende de combustíveis fósseis, reduzir emissões significa reduzir a geração de energia e condenar países subdesenvolvidos à pobreza eterna, aumentando as desigualdades sociais no planeta.

Essa foi, em essência, a mensagem central da carta aberta entregue à presidenta Dilma Rousseff antes da Rio+20 -assinada por 18 cientistas brasileiros, eu inclusive.

A trama do AGA não é novidade e seguiu a mesma receita da suposta destruição da camada de ozônio (O3) pelos clorofluorcarbonos (CFC) nos anos 1970 e 1980.

Criaram a hipótese que moléculas de CFC, cinco a sete vezes mais pesadas que o ar, subiam a mais de 40 km de altitude, onde ocorre a formação de O3. Cada átomo de cloro liberado destruiria milhares de moléculas de O3, reduzindo a sua concentração e permitindo a maior entrada de radiação ultravioleta na Terra, o que aumentaria os casos de câncer de pele e eliminaria milhares de espécies de seres vivos.

Reuniões com cientistas, inclusive de países subdesenvolvidos, foram feitas para dar um caráter pseudocientífico ao problema inexistente, foi criado o Painel de Tendência de Ozônio no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e foi elaborado o Protocolo de Montreal (1987), assinado pelos países subdesenvolvidos sob ameaças de sanções econômicas. O Brasil também assinou, para ter sua dívida externa renovada.

Em 1995, os autores das equações químicas que alegadamente destruíam o O3 receberam o Nobel de Química. Porém, em 2007 cientistas do Jet Propulsion Laboratory da NASA demonstraram que as suas equações não ocorrem nas condições da estratosfera antártica e que não são a causa da destruição do ozônio.

O AGA seguiu os mesmos passos, com reuniões científicas, a criação do IPCC, o Protocolo de Kyoto e o Nobel (da Paz?) para o IPCC e Al Gore.

Essas foram duas tentativas de se estabelecer uma governança global. Qual será o próximo passo? A Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas da Biodiversidade e Serviços (IPBES)?

Muito mais que descortês. Miriam Leitão – O Globo. 31/07/2012

As declarações do ministro Aldo Rebelo sobre o fato de a ex-ministra Marina Silva ter carregado a bandeira olímpica poderiam ser apenas mais uma exibição dos maus modos do ministro, ou de suas esquisitices. Mas foi pior do que isso. Sua fala pública e a de outros nos bastidores mostram que eles confundem país com governo, o que é comum apenas em regimes autoritários.

O mal estar gerado por algo que deveria ser visto como um motivo de orgulho foi mais significativo do que pode parecer. É autoritarismo o que está implícito na ideia de que só governistas podem representar o país, suas causas, suas lutas. Era comum no regime militar essa mistura entre o permanente e o transitório, essa apropriação do simbolismo da pátria pelos governantes. É também falta de compreensão do que é o espírito olímpico: a boa vontade que prevalece sobre as diferenças. Foi por isso que os escolhidos representavam o combate à pobreza, a luta por justiça, os pacificadores, o esforço de convivência entre povos, a preservação da Terra.

Quem o ministro gostaria que fosse o símbolo da proteção da floresta? Ele e seu projeto de Código Florestal que permitia mais desmatamento? Marina dedicou a vida a essa causa, desde o início de sua militância com Chico Mendes. Esse é um fato da vida.

"A Marina sempre teve boas relações com a aristocracia europeia. Não podemos determinar quem a Casa Real vai convidar, fazer o quê?", disse o ministro dos Esportes. Nisso revelou que desconhecia os fatos, as regras de etiqueta, a lógica da festa, o simbolismo da bandeira olímpica, o que o governo inglês pretendia com a abertura e até quem é responsável por organizar a festa. Obviamente, não é a Casa Real.

Isso é mais espantoso, porque o Brasil é o próximo país a receber uma Olimpíada e a preparação já está em andamento. Se essa pequenez exibida na declaração do ministro tiver seguidores, o Brasil fará uma festa governamental. Outro integrante do governo comparou a escolha de Marina ao desfile de um trabalhista na frente de um governo conservador. A espantosa confusão não é exclusividade do ministro, é feita por outros graduados funcionários. Outros concordaram com essa canhestra interpretação. A demonstração de desagrado do governo brasileiro foi tão evidente que o representante inglês se sentiu obrigado a lembrar aos jornalistas o óbvio: a escolha não foi política, porque este não é o momento.

O governo poderia interpretar os fatos como os fatos são. O Brasil é detentor da maior fatia da floresta com maior biodiversidade do planeta. É o segundo país em cobertura florestal do mundo. O primeiro é a Rússia, que não tem a mesma riqueza de espécies. Nem de longe. A escolha de uma brasileira demonstra esse reconhecimento de que, numa causa estratégica para o século XXI, o Brasil tem destaque.

Marina mostrou que tinha entendido exatamente o que tudo aquilo representou. Fez declarações delicadas e com noção da grandeza do momento. O incidente não é apenas uma descortesia à Marina, mas uma demonstração de falta de capacidade de compreensão do espírito olímpico por parte dos governantes do país que organizará a próxima Olimpíada.

Autoridades que falaram aos jornalistas, com o compromisso de não divulgação de seus nomes, explicaram por que estavam amuadas: não foram avisadas. Como a ex-ministra disse, os organizadores pediram que não divulgasse a informação. Ela fez isso. Até a presidente Dilma deu uma nota fora do tom ao dizer que "o Brasil fará melhor" na festa de abertura. "Vai levar uma escola de samba e abafar". A hora era de elogiar a festa de Londres e entender a complexidade da preparação da abertura de uma Olimpíada. Não basta chamar uma escola de samba.

Etapa de BH prepara para Iª Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional – Site do MDA. 31/07/2012

A Cidade Administrativa, em Belo Horizonte (MG), sedia, a partir desta quarta-feira, 1º de agosto, até sexta-feira, 3, a etapa de abertura das reuniões estaduais preparatórias para a Iª Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR). O Departamento de Ações Territoriais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (Deter/SDT) representa o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) na Comissão Organizadora Nacional da Conferência.

O evento organizado pelo Ministério da Integração (MI) será realizado entre os dias 12 e 14 de dezembro, em Brasília, e tem o objetivo de promover um debate de âmbito nacional, do qual resulte princípios e diretrizes para a reformulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

O MDA pretende, na conferência – e, claro, nas etapas preparatórias – debater o desenvolvimento rural. A etapa de Belo Horizonte irá debater temas estratégicos para a construção de políticas e promoção de ações que levem à redução das desigualdades regionais. Entre eles, governança, financiamento do desenvolvimento regional, participação social e diálogo federativo. Representantes do governo federal, de secretarias estaduais e de organizações sociais, além de acadêmicos e empresários, se reunirão para debater e elaborar propostas para reduzir as desigualdades no país.

Segundo o secretário de Desenvolvimento Territorial, Jerônimo Rodrigues, o debate é importante para o país discutir o papel das regiões, da sustentabilidade e da redução das desigualdades. “Há expectativa por ser a primeira conferência sobre o tema. Nós, do MDA, entendemos que é uma oportunidade de discutir o mundo rural, como um todo, mas com um recorte para a agricultura familiar, as comunidades tradicionais, as mulheres rurais, a juventude rural e, em especial, a política de desenvolvimento territorial”, diz Jerônimo. “Estamos fazendo um esforço para que o conteúdo do rural seja colocado de uma forma clara. O rural não é só agrícola, é também um rural que produz, onde vivem pessoas. Um rural que tem responsabilidade significativa na sustentabilidade ambiental, por exemplo”, destaca.

Desenvolvimento
Cláudia Bonalume, diretora do Deter/SDT, afirma que, além do debate do papel do rural e da agricultura familiar no desenvolvimento, a territorialização será um tema presente na conferência. “O Ministério da Integração aborda a necessidade de se prever instâncias intermediárias entre municípios e estados, para pensar o desenvolvimento, especialmente de municípios até 50 mil habitantes, com inclusão dos sujeitos sociais, governo e sociedade civil”, explica. Segundo ela, a proposta dialoga diretamente com o

Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat). "A parceria MDA/MI vem sendo construída no sentido de que os Territórios da Cidadania e as Mesorregiões passem a ser totalmente integrados na Política Nacional de Desenvolvimento Regional."

A SDT promoveu recentemente videoconferências com os delegados federais do MDA nos estados para tratar da importância do envolvimento de gestores e lideranças que atuam no meio rural, no sentido de garantir que as diversas questões sejam contempladas nos debates da conferência. Os eixos temáticos da Iª Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional são governança, participação social e diálogo federativo; financiamento do desenvolvimento regional; desigualdades regionais e critérios de elegibilidade; e vetores do desenvolvimento regional sustentável. Outros detalhes sobre a conferência nacional estão disponíveis no site: www.mi.gov.br.

Plano ABC pode contribuir para expandir a produção de eucalipto no DF – Site da CNA. 31/07/2012

O mercado consumidor de eucalipto no Distrito Federal vem crescendo nos últimos anos, mas a produção local ainda é menor do que a demanda. Para suprir o déficit de oferta, é preciso estimular o cultivo desta espécie arbórea, que pode trazer mais rentabilidade ao produtor rural no médio prazo, além de minimizar os danos ao meio ambiente. Neste contexto, uma das ações que pode contribuir para difundir esta cultura e as suas vantagens é o Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, o Plano ABC, que prevê uma série de iniciativas para assegurar a produção sustentável no País, sempre defendidas pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) nos debates sobre questões ambientais.

Os detalhes deste programa foram apresentados nesta terça-feira (31/7) pelo Coordenador de Manejo Sustentável dos Sistemas Produtivos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Elvison Ramos, durante o 7º Seminário de Incentivo ao Eucalipto no Distrito Federal e Entorno, realizado na sede da CNA, em Brasília. O evento é uma parceria da Empresa R&S Florestal com a Federação de Agricultura e Pecuária do Distrito Federal (FAPE-DF) e reuniu produtores rurais de todo o DF, com o objetivo de estimular o cultivo de eucalipto na região. Em sua exposição, o representante do MAPA falou sobre a inserção do eucalipto no processo de produção sustentável a partir de técnicas como a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF).

Esta técnica permite ao produtor adotar o cultivo da espécie arbórea juntamente com a cultura de grãos e a pecuária, obtendo mais rentabilidade e causando menos prejuízo ao meio ambiente a partir do seqüestro de carbono pelos eucaliptos. A meta do Plano ABC, com a ILPF, é evitar a emissão de até 22 milhões de toneladas de carbono até 2020, além de ampliar, em quatro milhões de hectares, a área de ILPF no Brasil. No entanto, ressaltou, ainda há alguns desafios que precisam ser superados. "Precisamos evoluir no debate sobre o mercado de carbono e a remuneração por serviços ambientais. O produtor precisa enxergar estas iniciativas como formas rentáveis de negócios", explicou. Também considera importante, neste momento, a maior divulgação desta e de outras técnicas junto ao produtor rural.

Outra vantagem da Integração Lavoura-Pecuária-Floresta é o fato de estar incluída no Programa de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), destinado a financiar ações voltadas à sustentabilidade na produção agropecuária. Além da ILPF, o produtor rural pode investir, também, em outras práticas de produção sustentável na propriedade, como o plantio direto na palha, fixação biológica de nitrogênio, tratamento de dejetos animais, recuperação de pastagens degradadas e o plantio de florestas comerciais, como eucalipto e pinus. Para a safra 2012/2013, foram disponibilizados R$ 3,4 bilhões para financiar estas técnicas, com juros de 5% ao ano, e prazos de financiamento que podem durar até 20 anos, incluídos oito anos de carência neste período. "O nosso desafio é levar este plano ao produtor rural de uma forma que ele entenda que terá mais renda e uma produção mais sustentável", enfatizou Ramos.

Para o Distrito Federal, o Banco Regional de Brasília (BRB) é uma das instituições financeiras que podem financiar estas práticas, informou o engenheiro agrônomo Thiago Fontoura, integrante da Gerência de Crédito Rural do BRB e membro do grupo gestor do Plano ABC no DF. Ele explicou que o limite de crédito por tomador (produtor ou cooperativa) é de R$ 1 milhão, com juros de 5% ao ano. Para fazer parte do Plano ABC e, consequentemente do Programa ABC, os Estados precisam elaborar um plano gestor com as diretrizes para o plano. Até agora, 17 unidades da Federação criaram grupos gestores para discutir a implantação do Plano ABC.

Eucalipto no DF – Um dos desafios da produção de eucalipto no DF é traçar um perfil dos produtores, segundo avaliação da consultora Fabrícia Conceição Menez Mota, da empresa Gestão de Ativos Florestais (GETAF), que falou sobre o mercado consumidor no DF. "Há um mercado consumidor bem definido, mas precisamos saber quem são os produtores", explicou. Segundo ela, a demanda por eucalipto vem de segmentos como indústrias de alimentos e secadoras de grãos, que utilizam a lenha do eucalipto, a área rural e a construção civil, que têm demandado madeiras tratadas.

Outro palestrante foi Ronaldo Trecenti, da empresa Campo Consultoria e Agronegócio, que abordou o plantio do eucalipto em épocas de estiagem, mencionando os cuidados que os produtores devem ter com as mudas de árvore, além das providências a serem tomadas para começar a investir neste ramo. O evento foi encerrado com a exposição do engenheiro agrônomo Ernani do Espírito Santo, sócio-diretor da Chess Agroambiental, que fez palestra sobre os aspectos econômicos da produção de eucalipto.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto, Karina Kato, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda/oppa